



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

- 1 - ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO**
- 2 - ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
- 3 - CONCURSO DE REDAÇÃO**
- 4 - ATAS**
 - 4.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
 - 4.2 - 40ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Seminário Legislativo “Pobreza e desigualdade”
 - 4.3 - 41ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Seminário Legislativo “Pobreza e desigualdade”
 - 4.4 - 43ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Seminário Legislativo “Pobreza e desigualdade”
 - 4.5 - Evento Realizado na 84ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à Realização do Seminário Legislativo “Pobreza e desigualdade”
 - 4.6 - 46ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Apresentação da atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – 2011-2030 e do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2012-2015
 - 4.7 - Reunião de Comissões
- 5 - ORDENS DO DIA**
 - 5.1 - Plenário
 - 5.2 - Comissões
- 6 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 6.1 - Comissões
- 7 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 8 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE**
- 9 - MANIFESTAÇÕES**
- 10 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 11 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 12 - ERRATA**



ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO

ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010 (*)

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício da competência prevista no art. 62, inciso XX, da Constituição do Estado, e observando o disposto nos arts. 207 e 216 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades da prestação de contas do Governador do Estado relativa ao exercício de 2010, encaminhadas por meio da Mensagem nº 40, de 1º/4/2011, publicada no “Diário do Legislativo” em 7/4/2011.

NOTAS TÉCNICAS

Demonstrações Contábeis e Regime Contábil

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, critérios e disposições da Lei Federal nº 4.320, de 1964, Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei nº 18.693, de 4 de janeiro de 2010, tendo sido adotado o regime contábil de caixa para reconhecimento e apropriação da Receita e de competência para as Despesas, em conformidade com o art. 35, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Empresas Dependentes

A execução orçamentária da Receita e da Despesa das Empresas Estatais Dependentes Emater, Epamig e Rádio Inconfidência integram o Balanço Geral do Estado, parte III, Administração Indireta - Fundos Estaduais e Execução Orçamentária das Empresas Estatais Dependentes. Para fins deste Relatório, tais informações foram consideradas somente na análise referente à Execução Orçamentária, não fazendo parte dos dados dispostos nos Balanços Financeiro e Patrimonial e do Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço orçamentário tem por finalidade demonstrar a receita prevista e a arrecadada, bem como o crédito autorizado e a despesa executada no exercício.

Na parte das receitas, os valores estimados são os dispostos na Lei Orçamentária, e demonstra-se, também, a previsão atualizada da receita, bem como o valor efetivamente arrecadado, e a diferença entre este último e a previsão atualizada no exercício financeiro.

Na parte da Despesa constam o crédito inicial, o crédito autorizado, a efetiva execução no período e a diferença.

Resultado

A realização total da receita orçamentária atingiu o montante de R\$46,618 bilhões, enquanto a execução da despesa foi de R\$46,051 bilhões. Apurou-se um resultado orçamentário superavitário de R\$567 milhões.

Tabela 03 – Balanço Orçamentário Fiscal						
Estado de Minas Gerais – 2010						
R\$ milhares						
Receitas Orçamentárias						
Categoria Econômica Origem	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Valor Arrecadado (c)	Diferença (c – b)	AH % (1) (c/a)	AH % (1) (c/b)
Receitas Correntes	38.532.492	38.739.368	42.581.566	3.842.199	10,51	9,92
11 – Receitas Tributárias – Líquidas	25.360.524	25.360.524	27.523.661	2.163.137	8,53	8,53
Receitas Tributárias Brutas	29.223.375	29.223.375	31.745.459	2.522.084	8,63	8,63
Deduções Receitas Tributárias (2)	(3.862.851)	(3.862.851)	(4.221.798)	(358.947)	9,29	9,29
12 – Receitas de Contribuições	1.774.102	1.830.466	1.702.356	(128.110)	(4,04)	(7,00)
13 – Receitas Patrimoniais	1.039.818	1.077.918	1.674.868	596.949	61,07	55,38
14 – Receitas Agropecuárias	5.117	5.117	7.270	2.153	42,07	42,07
15 – Receitas Industriais	130.348	130.348	202.095	71.747	55,04	55,04
16 – Receitas de Serviços	483.581	502.437	478.661	(23.776)	(1,02)	(4,73)
17 – Transferências Correntes – LÍQ.	8.831.274	8.909.990	9.458.933	548.943	7,11	6,16
Transferências Correntes	9.380.164	9.458.881	10.004.418	545.538	6,66	5,77
Deduções Transf. Correntes (2)	(548.891)	(548.891)	(545.485)	3.405	(0,62)	(0,62)
19 – Outras Rec. Correntes – LÍQ.	907.728	922.567	1.533.722	611.155	68,96	66,25
Outras Receitas Correntes	980.512	995.351	1.681.859	686.508	71,53	68,97
Deduções Outras Rec. Correntes (2)	(72.785)	(72.785)	(148.137)	(75.353)	103,53	103,53
Receitas de Capital	2.581.445	3.109.855	2.504.208	(605.647)	(2,99)	(19,48)
21 – Operações de Crédito	1.827.949	2.106.893	1.598.425	(508.469)	(12,56)	(24,13)
22 – Alienação de Bens	25.638	27.348	33.522	6.174	30,75	22,57
23 – Amortização de Empréstimos	507.806	514.719	506.705	(8.014)	(0,22)	(1,56)
24 – Transferências de Capital	207.107	447.950	364.984	(82.966)	76,23	(18,52)
25 – Outras Receitas de Capital	12.945	12.945	572	(12.373)	(95,58)	(95,58)
Receitas Intraorçamentárias	1.637.717	1.637.717	1.532.179	(105.537)	(6,44)	(6,44)
72 – Receitas de Contribuições	1.637.717	1.637.717	1.532.179	(105.537)	(6,44)	(6,44)
Total	42.751.654	43.486.940	46.617.953	3.131.014	9,04	7,20



Despesas Orçamentárias						
Categoria Econômica Grupo de Despesa	Crédito Inicial (a)	Crédito Autorizado (b)	Despesa Realizada (c)	Diferença (c – b)	AH % (1) (c/a)	AH % (1) (c/b)
Despesas Correntes	34.831.738	39.641.303	38.244.545	(1.396.759)	9,80	(3,52)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	16.664.603	19.387.399	18.920.484	(466.915)	13,54	(2,41)
2 – Juros e Encargos da Dívida	1.879.638	2.249.410	2.242.733	(6.678)	19,32	(0,30)
3 – Outras Despesas Correntes	16.287.498	18.004.494	17.081.328	(923.167)	4,87	(5,13)
Despesas de Capital	5.984.479	7.784.865	6.076.568	(1.708.297)	1,54	(21,94)
4 – Investimentos	3.529.257	4.933.065	3.993.566	(939.499)	13,16	(19,04)
5 – Inversões Financeiras	1.194.883	1.461.178	845.683	(615.495)	(29,22)	(42,12)
6 – Amortização da Dívida	1.260.339	1.390.622	1.237.319	(153.304)	(1,83)	(11,02)
Reserva de Contingência	297.720	3.874	-	(3.874)	(100,00)	(100,00)
Despesas Intraorçamentárias	1.637.717	1.754.909	1.730.061	(24.848)	5,64	(1,42)
1 – Pessoal e Encargos Sociais	1.637.717	1.754.909	1.730.061	(24.848)	5,64	(1,42)
Subtotal	42.751.654	49.184.951	46.051.174	(3.133.777)	7,72	(6,37)
Superávit			566.779			
Total	42.751.654	49.184.951	46.617.953	(2.566.998)	9,04	-5,22

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AH – Análise Horizontal;

2) Dedução para o Fundeb.

Receita orçamentária

A receita orçamentária fiscal arrecadada em 2010 alcançou o total de R\$46,618 bilhões, demonstrando um aumento de R\$6,055 bilhões, com variação nominal positiva em relação ao exercício de 2009 de 14,93%, já descontados os valores referentes às deduções para o Fundeb e da remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência em renda fixa, esta última ocorrida no exercício de 2010.

Tabela 20 – Comparativo da Receita Orçamentária Fiscal e Deduções				
Estado de Minas Gerais – 2009/2010				
R\$ milhares				
Descrição	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
Receitas Correntes	42.518.743	49.033.118	105,18	15,32
11 Receita Tributária	26.800.687	31.745.459	68,10	18,45
ICMS	22.002.958	26.272.150	56,36	19,40
IPVA	2.075.812	2.288.466	4,91	10,24
IRRF	1.285.647	1.564.591	3,36	21,70
ITCD	195.566	259.155	0,56	32,52
Taxas	1.240.704	1.361.097	2,92	9,70
12 Receita de Contribuições (3)	2.907.654	3.234.535	6,94	11,24
13 Receita Patrimonial	2.010.633	1.678.820	3,60	(16,50)
14 Receita Agropecuária	5.122	7.270	0,02	41,94
15 Receita Industrial	91.764	202.095	0,43	120,23
16 Receita de Serviços	493.874	478.661	1,03	(3,08)
17 Transferências Correntes	8.826.212	10.004.418	21,46	13,35



19 Outras Receitas Correntes	1.382.796	1.681.859	3,61	21,63
Receitas de Capital	2.150.477	2.504.208	5,37	16,45
21 Operações de Crédito	1.305.742	1.598.425	3,43	22,42
22 Alienação de Bens	25.912	33.522	0,07	29,37
23 Amortização de Empréstimos	450.511	506.705	1,09	12,47
24 Transferências de Capital	362.958	364.984	0,78	0,56
25 Outras Receitas de Capital	5.355	572	0,00	(89,32)
Deduções da Receita Corrente	(4.106.523)	(4.919.372)	(10,55)	19,79
91 Dedução para o Fundeb – Impostos	(3.548.017)	(4.221.798)	(9,06)	18,99
93 Dedução de Receita – Remuneração de Invest.	–	(3.952)	(0,01)	–
97 Dedução para o Fundeb – Multas	(491.977)	(545.485)	(1,17)	10,88
99 Dedução para o Fundeb – Dívida Ativa	(66.529)	(148.137)	(0,32)	122,67
Total	40.562.698	46.617.953	100,00	14,93

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009);

3) Inclui os valores da Receita Intraorçamentária.

Receitas Correntes

São receitas correntes as decorrentes das atividades operacionais da administração pública, tais como receita tributária, transferências correntes, de serviços, de contribuições, entre outras. As Receitas Correntes atingiram uma arrecadação superior a R\$49,033 bilhões, apontando um crescimento de 15,32% em relação ao exercício de 2009.

Tabela 21 – Comparativo das Receitas Correntes				
Estado de Minas Gerais – 2009/2010				
R\$ milhares				
Descrição	2009	2010	AV % (1)	AH % (2)
11 Receita Tributária	26.800.687	31.745.459	64,74	18,45
12 Receita de Contribuições (3)	2.907.654	3.234.535	6,60	11,24
13 Receita Patrimonial	2.010.633	1.678.820	3,42	(16,50)
14 Receita Agropecuária	5.122	7.270	0,01	41,94
15 Receita Industrial	91.764	202.095	0,41	120,23
16 Receita de Serviços	493.874	478.661	0,98	(3,08)
17 Transferências Correntes	8.826.212	10.004.418	20,40	13,35
19 Outras Receitas Correntes	1.382.796	1.681.859	3,43	21,63
Total	42.518.743	49.033.118	100,00	15,32

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009);

3) Inclui os valores da Receita Intraorçamentária.

Receitas de Capital

São receitas de capital as provenientes da captação de recursos por intermédio de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e direitos, entre outros. As Receitas de Capital atingiram uma arrecadação de R\$2,504 bilhões, acusando um acréscimo da ordem de 16,45% em relação aos valores apresentados em 2009.

Tabela 29 – Comparativo das Receitas de Capital



Estado de Minas Gerais – 2009/2010				
				R\$ milhares
Descrição	2009	2010	AV % (1)	AH% (2)
Operações de Crédito	1.305.742	1.598.425	63,83	22,42
Alienação de Bens	25.912	33.522	1,34	29,37
Amortização de Empréstimos	450.511	506.705	20,23	12,47
Transferências de Capital	362.958	364.984	14,57	0,56
Outras Receitas de Capital	5.355	572	0,02	(89,32)
Total	2.150.477	2.504.208	100,00	16,45

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

Despesa orçamentária

A Despesa Orçamentária é constituída de todos os gastos que o Estado realizou objetivando executar ações de governo previamente estabelecidas nos instrumentos de planejamento, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo. As despesas em 2010 foram de R\$46,051 bilhões.

Despesas Correntes

As despesas correntes tiveram um crescimento nominal de 16,44%, se comparadas ao exercício anterior, e têm como principal composição as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, significando 44,84% da despesa total do Estado.

Despesas de Capital

A Despesa de Capital totalizou R\$6,077 bilhões, representando 13,20% da despesa total do Estado e apresentou um crescimento de 2,40% em relação a 2009.

Do montante da Despesa de Capital, os Investimentos foram os mais expressivos, representando 65,72% desta.

A despesa total com Juros/Amortização da dívida pública atingiu o montante de R\$3,480 bilhões. De juros e encargos o Estado pagou em torno de R\$2,243 bilhões, superior em 2,08% ao valor desembolsado em 2009. Já a despesa com Amortização da Dívida, em 2010, atingiu R\$1,237 bilhão, superior em 12,69% ao valor pago em 2009.

Tabela 04 – Comparativo da Execução Orçamentária por Grupo de Despesa					
Estado de Minas Gerais – 2009/2010					
					R\$ milhares
Descrição	2009	AV % (1)	2010	AV % (1)	AH % (2)
Despesas Correntes	34.329.236	85,26	39.974.606	86,80	16,44
1 – Pessoal e Encargos Sociais	17.576.558	43,65	20.650.545	44,84	17,49
2 – Juros e Encargos da Dívida	2.197.016	5,46	2.242.733	4,87	2,08
3 – Outras Despesas Correntes	14.555.662	36,15	17.081.328	37,09	17,35
Despesas de Capital	5.934.225	14,74	6.076.568	13,20	2,40
4 – Investimentos	3.585.388	8,90	3.993.566	8,67	11,38
5 – Inversões Financeiras	1.250.816	3,11	845.683	1,84	(32,39)
6 – Amortização da Dívida	1.098.021	2,73	1.237.319	2,69	12,69
Total	40.263.461	100,00	46.051.174	100,00	14,37

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2010/2009).

**BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro sinteticamente pode ser assim entendido: Saldo financeiro do exercício anterior (+) Entradas (orçamentárias e extraorçamentárias) (-) Saídas (orçamentárias e extraorçamentárias) (=) Saldo financeiro para o exercício seguinte.

Tabela 30 – Demonstrativo Resumido do Balanço Financeiro Consolidado (1)					
Estado de Minas Gerais – 2010					
R\$ milhares					
Receita			Despesa		
Descrição	Valor	AV % (2)	Descrição	Valor	AV % (2)
Receitas Orçamentárias	45.008.920	33,14	Despesa Orçamentária	44.044.533	32,43
Receitas Intraorçamentárias	1.532.179	1,13	Despesas Intraorçamentárias	1.730.061	1,27
Extra-Orçamentária	85.087.882	62,65	Extra-Orçamentária	85.593.799	63,02
Contas de Gestão Financeira Anual	72	0,00	Ajustes do Ativo Disponível	2.944	0,00
Saldo de Exercício Anterior	4.196.276	3,09	Contas de Gestão Financeira Anual	271.822	0,20
	–	–	Valores Pendentes a Curto Prazo	59.436	0,04
			Saldo Para o Exercício Seguinte	4.122.734	3,04
Total	135.825.329	100,00	Total	135.825.329	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes;

2) AV – Análise Vertical.

BALANÇO PATRIMONIAL

Tem por finalidade demonstrar quantitativa e qualitativamente a situação patrimonial, ou seja, seus bens, direitos e obrigações. Na área pública, as Contas de Compensação, em que são registrados os bens, valores, obrigações e situações que, mediata ou imediatamente, possam afetar o patrimônio, também são evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Tabela 32 – Síntese do Balanço Patrimonial Consolidado (1)					
Estado de Minas Gerais – 2010					
R\$ milhares					
Ativo	2010	AV % (2)	Passivo	2010	AV % (2)
Ativo Circulante	7.278.555	8,80	Passivo Circulante	3.641.779	4,40
Ativo Realizável a L. Prazo	14.596.286	17,65	Passivo Exigível a L. Prazo	68.748.172	83,11
Ativo Permanente	10.351.463	12,51			
Soma do Ativo Real	32.226.304	38,96	Soma do Passivo Real	72.389.951	87,51
			Passivo a Descoberto	(40.163.647)	(48,55)
Ativo Compensado	50.492.625	61,04	Passivo Compensado	50.492.625	61,04
Total	82.718.929	100,00	Total	82.718.929	100,00

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

Notas: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes;

2) AV – Análise Vertical.

INDICADORES FISCAIS**Receita Corrente Líquida**

A Receita Corrente Líquida é constituída pela arrecadação no período de doze meses da receita operacional do Estado, deduzido o valor transferido aos Municípios, referente à participação destes na receita tributária, bem como a transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. O valor apurado de janeiro a dezembro de 2010 foi de R\$33,179 bilhões.

Despesa de Pessoal

A despesa de pessoal engloba o dispêndio com pessoal ativo, inativos, pensionistas e terceirizados.

Poder Executivo

Em 2010 a despesa de pessoal do Poder Executivo atingiu o percentual de 48,61%, enquanto em 2009 foi de 46,16%, da Receita Corrente Líquida, com variação positiva de 5,3%.

Despesa de Pessoal Consolidada – Todos os Poderes e Ministério Público

O percentual apurado na despesa de pessoal consolidada, que engloba todos os Poderes do Estado, foi de 55,44%, dentro do limite estabelecido pela LRF, ficando inclusive abaixo do limite prudencial de 57,00%.

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida demonstra a capacidade de endividamento do Estado, que não pode ultrapassar duas vezes a RCL. O Estado manteve-se enquadrado nos limites estabelecidos pela LRF e atingiu o percentual de 182,34%.

Resultado Nominal

Apresenta o resultado que expressa, na apuração das necessidades de financiamento do setor público, o valor da variação da dívida líquida de um determinado setor público num certo período de tempo. O resultado nominal apurado em 2010 foi da ordem de R\$8,365 bilhões, enquanto a meta para o exercício foi de R\$7,882 bilhões. Em 2009, o resultado nominal foi de R\$977 milhões, e a meta fixada pela LDO era de R\$1,309 bilhão.

Resultado Primário

Demonstra o resultado alcançado pelo governo mediante o confronto entre a receita e despesa orçamentárias excluídas destas as de caráter financeiro. No exercício de 2010, o resultado primário foi de R\$1,851 bilhão, enquanto a meta estabelecida pela LDO foi de R\$1,608 bilhão. Em 2009 o resultado alcançado foi de R\$1,733 bilhão, e a meta era de R\$1,644 bilhão.

Tabela 50 – Síntese do Relatório de Gestão Fiscal

Estado de Minas Gerais – 2010

R\$ milhares

Descrição	Valor	% Limite Prudencial	% Limite Máximo (1)	% Apurado
Despesa Total com Pessoal – Poder Executivo	16.127.660	46,55	49,00	48,61
Dívida Consolidada Líquida	60.499.483	–	200,00	182,34
Garantias de Valores	879.069	–	22,00	2,65
Operações de Crédito Internas e Externas	1.563.361	–	16,00	4,71
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	–	–	7,00	–
Inscrição em Restos a Pagar Não Processados em 2010	1.265.772	–	–	–
Suficiência Antes da Inscrição em RPNP	2.780.175	-	-	-

Fonte: Informações extraídas dos respectivos demonstrativos

Elaboração: DCAP/SCCG/STE/SEF

Nota: 1) Percentual máximo em relação à RCL

INDICADORES CONSTITUCIONAIS

Tabela 56 – Demonstrativo dos Índices Constitucionais

Estado de Minas Gerais – 2010

Demonstrativo	Aplicação Mínima	Valor Aplicado	% Aplicado
Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde	3.136.646	3.476.629	13,30
Aplicação Recursos em Amparo e Fomento à Pesquisa à Conta de Recursos	229.553	229.553	1,00



Ordinários			
Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	6.534.679	7.178.786	27,46
Aplicação de Recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização Profissionais do Magistério.	2.709.803	3.088.329	68,38

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF

PLENO(**)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 8 DE JULHO DE 2011

RELATOR: Conselheiro Sebastião Helvécio

REVISOR: Conselheiro Wanderley Ávila

AUDITOR: Gilberto Diniz

PROCESSO N° 841.956 - Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, exercício de 2010.

O Tribunal emitiu parecer favorável à aprovação das contas do exercício de 2010, com recomendações e determinações.

Plenário Governador Milton Campos, 5 de julho de 2011

Antônio Carlos Andrada

Conselheiro Presidente

(*) extraídas do Relatório Contábil, peça integrante do Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2010.

(**) extraído do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.



ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2010*

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício da competência prevista no art. 62, inciso XXII, da Constituição do Estado, e observando o disposto nos arts. 207, 216 e 221 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativa ao exercício de 2010, encaminhada pelo Ofício nº 3/2011, publicado no “Diário do Legislativo” de 7/4/2011.

Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Exercício: 2010

Gestor: Conselheiro Wanderley Ávila

NOTA DE CONFERÊNCIA

Relatório sobre os atos de gestão	12/19
Composição dos recursos do órgão por fonte e grupos de despesas em que foram aplicados	20/21
Execução física e financeira de projeto oriundo de financiamento nacional e internacional	22/32
Demonstrativo do comprometimento da receita corrente líquida com a despesa total de pessoal	33/35
Demonstrativo do montante da despesa de pessoal	36/37
Comparativo da despesa de pessoal do exercício anterior com a do exercício findo	38/39
Contas analíticas que compõem o grupo Estoque do Órgão, identificando os saldos do período anterior, as entradas e saídas no exercício e os saldos na data do encerramento	40/54
Contas contábeis: “Diversos Responsáveis em Apuração” e “Diversos Responsáveis Apurados”	55/56
Obras e instalações em andamento	57/58
Contas analíticas que compõem o grupo Imobilizado do Órgão, identificando os saldos do período anterior, as incorporações e baixas no exercício e os saldos na data do encerramento	59/93
Contas contábeis que compõem os grupos de contas: “Responsabilidades de Terceiros” e “Obrigações de Conveniados e de Contratados”, destacando: 1. Responsáveis por bens entregues em decorrência de cessão de uso; 2. Composição dos saldos registrados em dezembro do exercício findo, das seguintes contas contábeis: 2.1 Responsáveis por Diárias de Viagem; 2.2 Responsáveis por Adiantamentos; 2.3 Responsáveis por Subvenções e Auxílios; 2.4 Recursos Entregues para Execução de Convênios.	94/100

Saldos em Restos a Pagar Processados e Não Processados, com justificativas para os cancelamentos e/ou restabelecimentos ocorridos no exercício e para as pendências de exercícios anteriores, evidenciando a relação entre o saldo que se transfere para o exercício seguinte e/ou o saldo inscrito e as disponibilidades de caixa do órgão	101/105
Contas contábeis que compõem os grupos de contas: “Responsabilidades com Terceiros” e “Responsáveis por Convênios e Contratos Assumidos”, destacando: – Responsáveis por Bens recebidos em decorrência de cessão de uso; – Recursos Recebidos para Execução de Convênios.	106/109
Demais documentos que compõem a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial; – Demonstração das Variações Patrimoniais; – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas; – Comparativo da Receita Prevista Atualizada com a Arrecadada; – Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada; – Demonstrativo segundo a Natureza da Despesa por Item – Consolidação Geral; – Demonstrativo por Funções, Subfunções, Programas e Projetos/Atividades; – Demonstrativo da Despesa Orçamentária por Função, Unidade Orçamentária e Categoria Econômica.	110/124
Balancetes mensais do órgão	125/161
Balancete de encerramento em 31 de dezembro do exercício findo	162/165
Demonstrativo dos repasses financeiros efetuados pelo Tesouro	166/169
Demonstrativo dos Créditos Autorizados por Projeto/Atividade	170/172
Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa por Projeto/Atividade	174/176
Demonstrativo da Execução Orçamentária segundo a Natureza da Despesa, por Item - Consolidado	177/180
Demonstrativo da Execução Orçamentária da Despesa - Acumulada	181/182
Composição dos Créditos Autorizados, por Categoria Econômica, Grupo de Despesa e Modalidade de Aplicação	183/184
Relação dos decretos de abertura de créditos adicionais contendo número, data e valor	185/187
Cópia das publicações dos instrumentos normativos de constituição de comissões para levantamento da dívida flutuante e para elaboração dos inventários físicos e financeiros dos bens e direitos	188/191
Relatório da “Comissão para levantamento da Dívida Flutuante”	192/294
Relatório da “Comissão de Inventário Físico e Financeiro - Almoxarifado e Tesouraria”	295/399
Relatório da “Comissão de Levantamento e Conciliação dos Bens Móveis/2010”	402/465

<ul style="list-style-type: none"> – Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo – Conciliações relativas às contas contábeis: “Bancos Conta Movimento” e “Aplicações Financeiras” – Demonstração anual, por conta bancária, de aplicações financeiras, destacando a movimentação dos valores aplicados, resgatados e os rendimentos auferidos 	466/494
<ul style="list-style-type: none"> – Extratos bancários do mês de dezembro do exercício findo - PROMOEX – Conciliações relativas às contas contábeis: “Bancos Conta Movimento” e “Aplicações Financeiras” - PROMOEX – Demonstração anual, por conta bancária, de aplicações financeiras, destacando a movimentação dos valores aplicados, resgatados e os rendimentos auferidos - PROMOEX 	495/512
Certificação dos agentes responsáveis pela movimentação das contas auxiliares das rubricas que compõem as Contas de Movimentação Interna de que os saldos retratam fielmente o disponível do órgão	513/514
Certificação de conformidade dos saldos das contas contábeis de nível auxiliar que compõem os grupos: “Responsabilidades de Terceiros” e “Responsabilidade com Terceiros”	515/516
Termo de Conferência dos Valores Existentes na Tesouraria em 31 de dezembro do exercício findo, assinado pelos integrantes da comissão designada para o levantamento dos valores, acompanhado de cópia do ato de designação da referida comissão	517/524
Relatório Anual de Conformidade Contábil – RACC	525/526
Cópias das publicações trimestrais, no Diário Oficial do Estado, dos montantes da despesa com publicidade do Órgão, nos termos do parágrafo único do art. 17 da Constituição Estadual e do art. 7º da Lei Estadual nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000	527/529
Pronunciamento do gestor acerca do relatório de Controle Interno	530/531
Relatório do Controle Interno	532/556
<ul style="list-style-type: none"> – Rol dos responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos – Certidão expedida pela respectiva unidade de pessoal, comprovando que os responsáveis não acumulam cargo público e que apresentaram declaração de bens por ocasião de sua posse e exoneração 	557/559
Relatório Anual de Atividades - 2010	560/577

RELATÓRIO DOS ATOS DE GESTÃO

A Lei Orçamentária nº 18.693, de 4/01/2010, destinou ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais recursos orçamentários, para o exercício de 2010, no valor de R\$313.793.351,00 (trezentos e treze milhões setecentos e noventa e três mil trezentos e cinquenta e um reais), visando ao cumprimento das diretrizes, objetivos, metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Em 2/09/2010 foi publicada a Lei nº 19.107, que autorizou a abertura de crédito suplementar no valor de R\$12.088.948,26 (doze milhões e oitenta e oito mil novecentos e quarenta e oito reais e vinte e seis centavos), para atender a despesas referentes aos Grupos Outras Despesas Correntes e Investimentos, utilizando recursos provenientes do convênio celebrado entre o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para implementação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo (PROMOEX), e recursos provenientes do saldo financeiro de recursos ordinários recebidos para contrapartida a convênios, do excesso de arrecadação prevista para o exercício e da anulação de dotações orçamentárias da Secretaria da Fazenda.

Em 1º/12/2010 foi publicada a Lei nº 19.225, que autorizou a abertura de crédito suplementar no valor de R\$29.295.167,07 (vinte e nove milhões duzentos e noventa e cinco mil cento e sessenta e sete reais e sete centavos), para atender a despesas referentes aos Grupos de Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, utilizando recursos

provenientes do excesso de arrecadação de contribuição patronal e dos servidores para o Funfip, do excesso de arrecadação previsto para o exercício e do saldo financeiro da receita de Recursos Diretamente Arrecadados.

Na citada lei houve também autorização para anulação de dotação orçamentária própria do Grupo Outras Despesas Correntes no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) e de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) do Grupo Pessoal e Encargos Sociais.

No exercício de 2010, o Tribunal de Contas executou o montante de R\$344.743.976,67 (trezentos e quarenta e quatro milhões setecentos e quarenta e três mil novecentos e setenta e seis reais e sessenta e sete centavos), que correspondem a 97,59 % dos créditos autorizados, conforme demonstrado a seguir:

PROGRAMA DE TRABALHO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
01 032 746 4 445 0001	241.337.443,07	238.728.035,22	98,91
01 032 760 1 359 0001	4.023.459,26	1.733.005,75	43,07
01 122 701 2 009 0001	23.382.334,00	20.361.292,34	87,07
01 122 702 7 004 0001	1.000,00	0,00	0,00
01 272 702 7 006 0001	84.483.230,00	83.921.643,36	99,33
TOTAL	353.227.466,33	344.743.976,67	97,59

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS POR FONTE E GRUPO DE DESPESA								
FONTE	PROCE- DÊNCIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
10.RECURSOS ORDINÁRIOS	1	213.112.454,12		28.890.193,08	611.412,41			242.614.059,61
10. RECURSOS ORDINÁRIOS	3			594.059,08	112.708,17			706.767,25
10. RECURSOS ORDINÁRIOS	5	41.119.468,00						41.119.468,00
10. RECURSOS ORDINÁRIOS	7			5.799.235,92				5.799.235,92
10. RECURSOS ORDINÁRIOS	9	0,00		0,00	0,00			0,00
12 .OPERAÇÕES DE CRÉDITOS CONTRATUAIS - SWAP	1			4.799.700,00	4.988.332,03			9.788.032,03
24. CONVÊNIOS, ACORDOS E AJUSTES	1			812.722,35	213.516,15			1.026.238,50
42. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA FUNFIP	5	15.562.159,51						15.562.159,51
43. CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA FUNFIP	5	20.149.394,90						20.149.394,90
60. RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1	7.978.620,95						7.978.620,95
TOTAIS		297.922.097,48	0,00	40.895.910,43	5.925.968,76	0,00	0,00	344.743.976,67

QUADRO DOS GASTOS REALIZADOS COM PESSOAL POR CATEGORIA FUNCIONAL						
Especificação	Efetivo	Função Pública	Recrutamento Amplo	Terceirização (§ 1º, art. 18, da Lei	Contratação Temporária	Totais

							Complementar n. 101/2000)		(art. 22 da CE)			
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Direção Superior	15	5.491.960,45	-	-	-	-	-	-	-	-	15	5.491.960,45
Assessoramento	31	8.254.998,78	-	-	-	-	-	-	-	-	31	8.254.998,78
Chefia	56	10.282.998,94	-	-	-	-	-	-	-	-	56	10.282.998,94
Agente do Tribunal de Contas	4	290.088,70	-	-	-	-	-	-	-	-	4	290.088,70
Oficial do Tribunal de Contas	393	43.621.240,36	-	-	-	-	-	-	-	-	393	43.621.240,36
Técnico do Tribunal de Contas	758	123.013.085,81	-	-	-	-	-	-	-	-	758	123.013.085,81
Cargos de Recrutamento Amplo	-	-	-	-	64	5.575.864,93	-	-	-	-	64	5.575.864,93
Subtotais	1.257	190.954.373,04	-	-	64	5.575.864,93	-	-	-	-	1.321	196.530.237,97
Inativos											498	80.968.356,61
Pensionistas											13	2.562.471,75
Patronal											---	17.861.031,15
Totais											1.832	297.922.097,48

ESPECIFICAR OS VALORES PAGOS A TÍTULO DE:

SENTENÇAS JUDICIÁRIAS: R\$ 0,00

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES FONTES 10.1 E 10.5: R\$19.090.049,13

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES FONTE 60.1: R\$7.872.149,20

INDENIZAÇÃO POR DEMISSÃO DE SERVIDORES: R\$ 0,00

INCENTIVO À DEMISSÃO VOLUNTÁRIA: R\$ 0,00

COMPARATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			
CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA	VALOR		JUSTIFICATIVAS DAS VARIAÇÕES
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO ATUAL	
01.032.746.4.445.0001-3190.11	161.416.718,63	179.935.865,82	O acréscimo de 10,69% deste exercício deve-se ao crescimento

01.032.746.4.445.0001-3190.13	786.697,82	783.483,67	vegetativo da folha, além do pagamento de verbas retidas.
01.032.746.4.445.0001-3190.16	1.392.309,99	1.025.391,77	
01.032.746.4.445.0001-3190.92	11.050.616,74	15.568.980,38	
01.032.746.4.445.0001-3191.13	16.591.958,92	16.686.732,48	
TOTAL DA 4.445	191.238.302,10	214.000.454,12	
01.272.702.7.006.0001-3190.01	65.715.770,05	69.471.589,64	
01.272.702.7.006.0001-3190.03	2.254.145,40	1.978.310,80	
01.272.702.7.006.0001-3190.16	303.930,21	377.185,03	
01.272.702.7.006.0001-3190.92	9.091.097,45	11.703.742,89	
01.272.702.7.006.0001.3191.13	531.075,35	390.815,00	
TOTAL DA 7.006	77.896.018,46	83.921.643,36	
TOTAIS	269.134.320,56	297.922.097,48	

RESPONSÁVEIS POR DIÁRIAS DE VIAGEM	
ITENS	VALORES - R\$
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00
(+) DÉBITOS NO EXERCÍCIO (Diárias Pagas)	1.272.320,40
(=) TOTAL DOS RECURSOS ENTREGUES	1.272.320,40
(–) CRÉDITOS NO EXERCÍCIO (Prestação de Contas)	1.272.320,40
(=) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00
COMPOSIÇÃO DO SALDO (REF.: BALANCETE DE VERIFICAÇÃO CONSOLIDADO ANUAL): SALDOS EM ABERTO INADIMPLÊNCIAS OUTRAS PENDÊNCIAS (ESPECIFICAR)	

Conta Contábil 1.9.9.01.01.08.00 - sem pendências

RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	
ITENS	VALORES - R\$
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	0,00

(+) DÉBITOS NO EXERCÍCIO (Liberação de recursos)	34.555,20
(=) TOTAL DOS RECURSOS ENTREGUES	34.555,20
(–) CRÉDITOS NO EXERCÍCIO (Prestação de Contas)	34.555,20
(=) SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	0,00

Conta Contábil 1.9.9.01.01.09.00 - sem pendências

COMPOSIÇÃO DO SALDO (REF.: BALANCETE DE VERIFICAÇÃO CONSOLIDADO ANUAL)

RELATÓRIO MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS CONTA CONTÁBIL 142.01.01.00.00 UNIDADE EXECUTORA: 1020001				
Classificação Orçamentária	Saldo do ano anterior	Incorporações	Baixas	Saldo Dez/2010
449052-06	130.087,03	1.042,50	1.076,50	130.053,03
449052-07	5.493.035,15	461.662,00	743.898,18	5.210.798,97
449052-08	214.124,55	14.757,02	15.475,60	213.405,97
449052-09	126.801,46	0,00	0,00	126.801,46
449052-10	18.346,16	604,92	54,08	18.897,00
449052-12	378.025,11	13.034,15	2.577,20	388.482,06
449052-14	2.082.600,58	108.068,37	57.655,20	2.133.013,75
449052-15	151.200,16	0,00	700,00	150.500,16
449052-17	1.849.375,84	83.849,82	299.362,56	1.633.863,10
449052-18	238.477,96	15.831,31	0,00	254.309,27
449052-20	32.139,08	41.383,98	0,00	73.523,06
449052-99	8.533,44	5.653,88	0,00	14.187,32
TOTAL	10.722.746,52	745.887,95	1.120.799,32	10.347.835,15

RELATÓRIO MOVIMENTAÇÃO DE BENS MÓVEIS CONTA CONTÁBIL 142.01.01.00.00 UNIDADE EXECUTORA: 1020003				
Classificação Orçamentária	Saldo do ano anterior	Incorporações	Baixas	Saldo Dez/2010
449052-07	409.179,73	0,00	0,00	409.179,73

449052-12	23.599,74	0,00	0,00	23.599,74
TOTAL	432.779,47	0,00	0,00	432.779,47

DEMONSTRATIVO DE REPASSES FINANCEIROS RECEBIDOS EM 2010 CRÉDITO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2009			
Data SIAFI	Valor (R\$)	Docto	Especificação
07/01/2010	6.938.246,18	TFC 7	1000-101
07/01/2010	3.209.308,84	TFC 8	1000-105
08/01/2010	372.906,18	TFC 5*	1900-435
25/01/2010	632.762,64	TFC 50**	1000-105
29/11/2010	391.190,62	TFB 1149	4000-101
30/12/2010	632.762,64	TFC 924***	1000-101
30/12/2010	(632.762,64)	TFC 50	CANCELADA
TOTAL	11.544.414,46		

TFC = Transferência Financeira Cheque, emitida pela Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF

TFB = Transferência Financeira Bancária, emitida pela Superintendência Central de Administração Financeira - SCAF

*TFC 5, conforme conta contábil 62308010000 - unidade orçamentária 4461

**TFC 50, valor recebido em 07/01/2010, contabilizado em 25/01/2010 pela SCAF

*** valor recebido em 07/01/2010 - GMIFP alterada pela SCAF.

RECURSOS RECEBIDOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS														
N.º DO CONVÊNIO	ÓRGÃO REPASSADOR	OBJETO DO CONVÊNIO	VIGÊNCIA DO CONVÊNIO	VALOR ORIGINAL + TA		VALOR RECEBIDO ATÉ O EXERCÍCIO	VALOR EXECUTADO ATÉ O EXERCÍCIO	SALDO RESTANTE A RECEBER	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (1)	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO (2)	REND. APLIC. FINANCEIRA NO EXERCÍCIO (3)	VALOR EXECUTADO NO EXERCÍCIO (4)	VALOR DEVOLVIDO (5)	SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE 1+2+3 - (4+5)
				ÓRGÃO REPASSADOR	CONTRAPARTIDA									
006/2006	União	Modernização do Controle Externo	05 anos	3.411.900,00	2.237.868,93	4.593.338,07	2.368.704,80	1.056.430,86	1.402.402,52	2.393.074,68	114.495,16	1.222.919,54		2.687.052,82
					TOTAIS								-	

Nota Explicativa: Do saldo para o exercício seguinte, ainda não foram deduzidos os Restos a Pagar não Processados de 2010, relacionados abaixo:

Empenho

Credor

Valor

002	Aerotur Serviços de Viagens Ltda	R\$ 233,66
003	Aerotur Serviços de Viagens Ltda	R\$ 3.185,02
103	BDO Auditores Independentes	R\$ 108.000,00
141	Lenovo Tecnologia (Brasil) Limitada	R\$ 12.000,00
142	Lenovo Tecnologia (Brasil) Limitada	R\$ 163.785,32
155	Adik Software Ltda - EPP	R\$ 49.730,83
156	Adik Software Ltda - EPP	R\$ 60.269,17
161	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa	R\$ 22.500,00
163	Global Power Imortação Exportação Ind. Com. e Ser. Ltda	R\$ 14.888,00
167	ECO - Comunicação Eletronica Ltda	R\$ 4.835,00
168	Trade Way Brasil Ltda ME	R\$ 3.829,00
169	Pituba Comércio e Serviços Ltda	R\$ 1.999,00
170	Global Power Imortação Exportação Ind. Com. e Ser. Ltda	R\$ 14.888,00
171	Texeira & Associados Auditores Independentes	R\$ 30.075,00
172	Ernst & Young assessorial Empresarial Ltda	R\$ 509.931,24
173	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais	R\$ 173.966,00
TOTAL		R\$ 1.174.115,24

DEMONSTRATIVO DE REPASSES FINANCEIROS, INCLUSIVE ESCRITURAIS, DO EXERCÍCIO DE 2010															
Mês	Dia	Pessoal				Custeio		Total relativo Folha de Pagamento	Outros Custeios		Investimento		Promoex		TOTAL DO MÊS
						Auxílio Creche	Auxílio Alimentação								
		1.00.0.10.1	1.00.0.10.5	1.91.0.42.5	1.90.0.43.5	3.00.0.10.1	3.00.0.10.7		3.00.0.10.1	3.00.0.12.1	4.00.0.10.1	4.00.0.12.1	4.00.0.10.3	3.00.0.10.3	
Jan	12							0,00	2.435.055,92						15.355.623,2
	29	2.262.527,79	2.000.000,00	1.168.005,91	1.497.166,30	17.000,00	455.300,00	7.400.000,00							
	*	4.524.706,86	995.162,29					5.519.869,15	698,22						
Fev	4	9.957.489,28	75.145,34					10.032.634,62	1.240,00						24.381.878,0
	10							0,00	2.206.753,51						

	26	2.931.344,75	2.300.000,00	1.189.140,33	504.924,92	17.640,00	456.950,00	7.400.000,00						
	*	3.733.810,68	1.003.699,91					4.737.510,59	3.739,31					
Mar	4	9.500.000,00						9.500.000,00						15.400.392,09
	8		651.040,89					651.040,89						
	10							0,00	2.457.424,75					
	30	2.808.115,61	2.000.000,00	624.891,51	1.493.412,88	17.400,00	456.180,00	7.400.000,00						
	*	3.885.354,27	988.289,20					4.873.643,47	18.282,98					
Abr	7	8.903.370,77	656.564,13					9.559.934,90						24.685.370,92
	12							0,00	2.457.592,34					
	30	2.487.211,25	2.100.000,00	764.498,95	1.581.679,80	17.880,00	448.730,00	7.400.000,00						
	*	4.188.454,31	1069094,71					5.257.549,02	10.172,61		122,05			
Mai	6	10.536.358,22	1.141.817,74					11.678.175,96						26.960.749,99
	10							0,00	2.458.802,88					
	31	2.710.360,44	1.500.000,00	1.199.776,85	1.522.832,71	17.280,00	449.750,00	7.400.000,00						
	*	4.448.549,77	960.617,06					5.409.166,83	14.238,16		366,16			
jun	7	8.792.825,78	606.167,30					9.398.993,08						25.371.748,03
	10							0,00	2.459.532,92					
	30	1.924.128,14	2.018.938,56	1.314.987,06	1.677.266,24	16.680,00	448.000,00	7.400.000,00						
	30							0,00	1.337,41					
	*	4.973.467,76	1.126.790,44					6.100.258,20	10.811,30		732,32		82,80	
Jul	9							0,00	2.459.414,33					27.307.428,46
	10	10.808.728,69						10.808.728,69						
	27							0,00				96.711,49	468.111,20	
	30	1.905.817,17	2.020.368,98	1.314.659,43	1.672.175,16	16.560,00	470.419,26	7.400.000,00						
	*	4.938.180,81	1.122.396,99					6.060.577,80	13.884,95					
Ago	5	10.589.315,74						10.589.315,74						26.547.277,82
	10							0,00	2.421.134,68					
	31	1.925.709,48	1.983.545,24	1.335.728,72	1.692.192,27	15.874,29	446.950,00	7.400.000,00						
	*	4.998.347,35	1.121.988,60					6.120.335,95	16.491,45					
Set	3	10.489.574,43						10.489.574,43						26.394.392,15
	10							0,00	2.447.802,72					
	30	1.718.401,03	2.250.499,13	1.292.963,12	1.677.302,43	15.634,29	445.200,00	7.400.000,00						
	*	4.985.912,76	1.052.643,60					6.038.556,36	18.458,64					
Out	4							0,00			408.329,15	600.000,00	148.889,85	28.124.888,68

	6	8.500.000,00	2.486.364,11					10.986.364,11						
	14							0,00	2.442.233,05					
	29	2.849.313,12	1.100.000,00	1.317.461,23	1.674.271,36	15.154,29	443.800,00	7.400.000,00						
	*	4.994.395,66	1.124.711,75					6.119.107,41	15.818,87		3.954,24		192,00	
Nov	5	9.916.306,06	969.709,47					10.886.015,53						34.231.548,89
	11							0,00	2.351.280,03					
	29							0,00		123.990,00		2.120.894,26		
	30	1.267.374,51	2.275.965,88	1.322.201,77	1.686.673,55	19.234,29	828.550,00	7.400.000,00						
	*	10.192.705,58	1.137.945,19					11.330.650,77	18.418,30				300,00	
Dez	6	13.704.666,94						13.704.666,94						34.635.158,71
	12							0,00	2.499.406,41					
	23							0,00		2.379.960,00		1.288.276,10		
	29	1.076.357,57	129.015,62	1.310.743,48	1.247.548,24		449.406,66	4.213.071,57						
	29			1.407.101,15	1.779.827,28			3.186.928,43						
	31	632.762,64						632.762,64						
	*	5.557.632,47	1.150.985,87					6.708.618,34	21.172,40				295,88	
Total		199.619.577,69	41.119.468,00	15.562.159,51	19.707.273,14	186.337,16	5.799.235,92	281.994.051,42	29.261.198,14	2.503.950,00	413.503,92	4.009.170,36	245.601,34	468.981,88 318.896.457,06

* valor escritural

FONTE: SIAFI

NOTA: não estão incluídos neste quadro os valores de cota financeira recebidos em janeiro/2010 referentes a cota financeira de 2009.

Nota:

1) Extraídas dos documentos que compõem a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referente ao exercício de 2010.



CONCURSO DE REDAÇÃO

Lista de Premiados					
CONCURSO DE REDAÇÃO: "EU, MINHA CIDADE E OS 300 ANOS DO CICLO DO OURO EM MINAS"					
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO	MUNICÍPIO	ESCOLA	Categoria: Ensino Fundamental (EF) ou Ensino Médio (EM)	ALUNO(A) VENCEDOR(A)	PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A)
ALMENARA	CACHOEIRA DE PAJEÚ	EE BARÃO DO RIO BRANCO	ENSINO FUNDAMENTAL	ÍTALO ALVES MEIRELES	Elaine Magalhães Dantas
ALMENARA	ALMENARA	INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS -	ENSINO MÉDIO	EMILLE XAVIER CORDEIRO	Pedro Borges Pimenta Júnior

		CAMPUS ALMENARA			
ARAÇUAÍ	BERILO	EE DE PORTO	ENSINO FUNDAMENTAL	LEOMAR MOREIRA RODRIGUES	Maria Consuli Sales Amaral
ARAÇUAÍ	CHAPADA DO NORTE	EE JOSÉ RODRIGUES FIGUEIREDO	ENSINO MÉDIO	DANIELA ALVES PEREIRA	Maria Helena Dias Lopes
BARBACENA	CARANDAÍ	EE FRANCISCO DO CARMO	ENSINO FUNDAMENTAL	JOICE APARECIDA DE SOUSA VIEIRA	Raquel Henriques de Viveiros
BARBACENA	STA BÁRBARA DO TUGÚRIO	EE JUSCELINO BENEDITO DE ARAÚJO	ENSINO MÉDIO	DAIANE ALINE DE OLIVEIRA ALVES	Eulina Suzana Sotero Ferreira
CAMPO BELO	LAVRAS	EM ITÁLIA CAUTIEIRO FRANCO	ENSINO FUNDAMENTAL	CAROLINE CRISTINA SILVA	Joseane F. Silva Barati
CAMPO BELO	SANTO ANTÔNIO DO AMPARO	EE ALBERICO FERREIRA NAVES	ENSINO MÉDIO	LETÍCIA APARECIDA FERREIRA NAVES	Cleonice Alvarenga
CARANGOLA	ESPERA FELIZ	EE INTERVENTOR JÚLIO DE CARVALHO	ENSINO FUNDAMENTAL	THALIA VIEIRA RODRIGUES	Adriana Müller Dimas e Souza
CARANGOLA	PEDRA DOURADA	EE MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES CARRARA	ENSINO MÉDIO	CARLA DE SOUZA CARRA	Evandro de Andrade Batista
CARATINGA	SÃO JOÃO DO ORIENTE	EE PADRE FRANCISCO WEBER	ENSINO FUNDAMENTAL	DIEGO CAMPOS FONSECA	Lucimar de Barros Soares
CARATINGA	SÃO JOÃO DO ORIENTE	EE VITALINO DE OLIVEIRA RUELA	ENSINO MÉDIO	STELLA MARA SILVA SANTOS	Maria Imaculada de Faria Silva
CAXAMBU	CRUZÍLIA	EE SÃO SEBASTIÃO	ENSINO FUNDAMENTAL	ARIADNA RAMOS FERREIRA	Brígida Furtado Meirelles
CAXAMBU	CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	EE DOM OTHON MOTTA	ENSINO MÉDIO	MARCELO HENRIQUE DA SILVA	Tereza Cristina Bernardes de Souza Cruz
CONSELHEIRO LAFAIETE	CONGONHAS	EM FORTUNATA DE FREITAS JUNQUEIRA	ENSINO FUNDAMENTAL	FERNANDA DE SOUZA LOSCHI	Mary Pires Gouvêa Guimarães Oliiveira
CONSELHEIRO LAFAIETE	QUELUZITO	EE SANTO AMARO	ENSINO MÉDIO	VALDECI FERREIRA DE SOUZA	Patrícia Imaculada Tavares Vieira de Castro
CORONEL FABRICIANO	IPATINGA	EE DOM HELVÉCIO	ENSINO FUNDAMENTAL	LAURA ALVES SANTANA	Priscila Pereira
CORONEL FABRICIANO	IPATINGA	EE LAURA XAVIER SANTANA	ENSINO MÉDIO	ANNE CAROLINE ROSA DA COSTA	Gesilda Maria Benevenuto das Chagas
CURVELO	CORINTO	EE ANTÔNIO VIEIRA MACHADO	ENSINO FUNDAMENTAL	PATRIK AUGUSTO DOS SANTOS	Imaculada Conceição Carvalho de Almeida
CURVELO	JOAQUIM FELÍCIO	EE NOSSA SENHORA DAS DORES	ENSINO MÉDIO	VALQUÍRIA APARECIDA COSTA	Dulcinéia Aparecida de Araújo
DIAMANTINA	DIAMANTINA	EE PROFESSORA GABRIELA NEVES	ENSINO FUNDAMENTAL	POLIANA DO PRADO CARVALHO	Celeste de J. Santos Corrêa
DIAMANTINA	GOUVEIA	EE JOVIANO DE AGUIAR	ENSINO MÉDIO	SABRINA DA CONCEIÇÃO GUEDES	Desirê Adrienne Oliveira

DIVINÓPOLIS	LAGOA DA PRATA	EE NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	ENSINO FUNDAMENTAL	CAMILA CRISTINA DE MOURA ABREU	Fernanda Helena Serapião
DIVINÓPOLIS	ITAPECIRICA	EE PE HERCULANO PAZ	ENSINO MÉDIO	NICOLE FARIA BATISTA	Alcinéia Trindade
GOVERNADOR VALADARES	ITANHOMI	EE HUMBERTO DE CAMPOS	ENSINO FUNDAMENTAL	FILIPY AUGUSTO DOS SANTOS MARCIANO	Déborah de Andrade Menezes Santos
GOVERNADOR VALADARES	GOVERNADOR VALADARES	EE PREFEITO JOAQUIM PEDRO NASCIMENTO	ENSINO MÉDIO	MARCUS VINICIUS DE FREITAS SILVEIRA	Ursula Bianca Ribeiro Herzog
GUANHÃES	SÃO JOÃO EVANGELISTA	EE CARMELA DUTRA	ENSINO FUNDAMENTAL	KELY CRISTINA SANTOS	Geraldo Magela Matos
GUANHÃES	DOM JOAQUIM	EE CÔNEGO BENTO RIBEIRO	ENSINO MÉDIO	NAYLA NÚBIA TEIXEIRA JORGE	Flávio de Souza Pereira
ITAJUBÁ	MARMELÓPOLIS	EE ALBANO DE OLIVEIRA	ENSINO FUNDAMENTAL	ANA ELISA COURA MENDES	Ana Flávia Ribeiro
ITAJUBÁ	DELFIN MOREIRA	EE MARQUÊS DE SAPUCAÍ	ENSINO MÉDIO	LÍLIAN APARECIDA RIBEIRO	Ana Maria de Paiva Alves e Silva
ITUIUTABA	SANTA VITÓRIA	EM TANCREDO NEVES	ENSINO FUNDAMENTAL	MATHEUS JOSÉ FREITAS DE LIMA	Marcos Medeiros da Costa
ITUIUTABA	SANTA VITÓRIA	EE PREFEITO JOSÉ FRANCO DE GOUVEIA	ENSINO MÉDIO	DIEGO CÉSAR DE OLIVEIRA MENESES	Rosileide de Araújo Benício Medeiros
JANAÚBA	PORTEIRINHA	EM JOSÉ RODRIGUES DA SILVA	ENSINO FUNDAMENTAL	ARNANDO MAXUEL SOUZA BATISTA	Alvania Luiza Martins
JANAÚBA	CATUTI	EE JOSÉ BARBOSA DE SOUZA	ENSINO MÉDIO	LEIDE DAINA SILVEIRA CARDOSO	Mônica Antunes Lopes
JANUÁRIA	UBAÍ	EE FAZENDA CAMPO LINDO	ENSINO FUNDAMENTAL	THAYANARA RODRIGUES VELOSO	Antonio Jose dos Santos Junior
JANUÁRIA	CHAPADA GAÚCHA	EE MOACIR CÂNDIDO	ENSINO MÉDIO	WARLEY CÉSAR FILHO	José Ivânio Montijo do Amaral
JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA	COLÉGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA	ENSINO FUNDAMENTAL	ISABELLA MOTTA DOMINGUES	Rosemeyre do Carmo Pinto Cunha
JUIZ DE FORA	JUIZ DE FORA	EE NYRCE VILLA VERDE COELHO DE MAGALHÃES	ENSINO MÉDIO	TATIANE CARVALHO DE MORAIS	Danielle Bastos
LEOPOLDINA	CATAGUASES	EE ASTOLFO DUTRA	ENSINO FUNDAMENTAL	NATACHA CARVALHO DA SILVA FERREIRA	Mônica Aparecida Chaves Ferreira Rocha
LEOPOLDINA	CATAGUASES	EE MANUEL INÁCIO PEIXOTO	ENSINO MÉDIO	ANNA CLARA LOPES LEITE	Denise de Fátima Mathias
MANHUAÇU	SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO	EE OROSIMBO GOMES DE MORAES	ENSINO FUNDAMENTAL	NATANAEL CÂMARA DOS REIS	Júlia Berbert
MANHUAÇU	ALTO JEQUITIBÁ	EE REVERENDO CÍCERO SIQUEIRA	ENSINO MÉDIO	FABIANA DE SOUZA BATISTA	Washington Casimiro de Campos Neto
METROPOLITANA A	BELO HORIZONTE	EE BOLIVAR TINOCO MINEIRO	ENSINO FUNDAMENTAL	KAREN FERREIRA DE SOUZA	Nilson Felix Ferreira

METROPOLITANA A	MOEDA	EE SENADOR MELO VIANA	ENSINO MÉDIO	YSAMARA KELLY ALVES VERSIANI	Dineína Aparecida Alves
METROPOLITANA B	IBIRITÉ	EM MARIA DAS MERCÊS AGUIAR	ENSINO FUNDAMENTAL	THAÍS DE SOUZA DA COSTA	Heliara Renata Aparecida Matozinhos
METROPOLITANA B	BELO HORIZONTE	EE ORDEM E PROGRESSO	ENSINO MÉDIO	LORRAYNE ISABELA CHAVES	Táise Chagas
METROPOLITANA C	VESPASIANO	EE PROF GUILHERME HALLAIS FRANÇA	ENSINO FUNDAMENTAL	RICHARD ANTÔNIO DA SILVA	Janete Morgany Alves Pereira
METROPOLITANA C	BELO HORIZONTE	EE MENINO JESUS DE PRAGA	ENSINO MÉDIO	JÉSSICA GRACIANE DE O DAS SANTOS	Fábio Gonçalves Oliveira
MONTE CARMELO	MONTE CARMELO	EM FRANCISCO CAMPOS	ENSINO FUNDAMENTAL	KARINA MARTINS PEREIRA	Terezinha Vaz de Oliveira
MONTE CARMELO	CASCALHO RICO	EE BENEDITO VALADARES	ENSINO MÉDIO	LARISSA LUZIA GONÇALVES ASSUNÇÃO	Abadia Aparecida de Miranda Lima
MONTES CLAROS	MONTES CLAROS	EE GONÇALVES CHAVES	ENSINO FUNDAMENTAL	JOSÉ RONALDO VELOSO DOS SANTOS JUNIOR	Shirley Gonçalves Pereira
MONTES CLAROS	MONTES CLAROS	EE PROFESSOR PLÍNIO RIBEIRO	ENSINO MÉDIO	STEFANI MOREIRA AQUINO TOLEDO	Eleuza Paixão Silva Ramos
MURIAÉ	MURIAÉ	EE DESEMBARGADOR CANEDO	ENSINO FUNDAMENTAL	MARIA LUISA MORAES OLIVEIRA	Márcia Oliveira Valverde Chaves
MURIAÉ	MIRAÍ	EE SANTO ANTÔNIO	ENSINO MÉDIO	ARIANE MONTEIRO CÂNDIDO	Simone Aparecida Campos Portela Oliveira
NOVA ERA	STA MARIA DE ITABIRA	EE SANTA MARIA	ENSINO FUNDAMENTAL	BÁRBARA NÍZIA TORRES BERSAN ANDRADE	Suelene Maria Ribeiro
NOVA ERA	ITABIRA	EE PROFESSORA MARCIANA MAGALHÃES	ENSINO MÉDIO	ELOÍSA CRISTINA MONTEIRO	Maria Ferreira Pinto
OURO PRETO	OURO PRETO	EM ALEIJADINHO	ENSINO FUNDAMENTAL	DIANA MIRELLE XAVIER CLÁUDIO	Marizabel Pacheco
OURO PRETO	MARIANA	EE DOM SILVÉRIO	ENSINO MÉDIO	PATRICK MATEUS RODRIGUES	Maria de Fátima Barroso Mourão
PARÁ DE MINAS	BOM DESPACHO	EE CHIQUELHA SOARES	ENSINO FUNDAMENTAL	DANIEL AUGUSTO CARDOSO	Maria Auxiliadora Guimarães Silva
PARÁ DE MINAS	DORES DO INDAÍÁ	EE FRANCISCO CAMPOS	ENSINO MÉDIO	NADIR SUELEN ALVES DE OLIVEIRA	Rodrigo Paulo de Mendonça
PARACATU	PARACATU	EE OLINDINA LOUREIRO	ENSINO FUNDAMENTAL	JOANA D'ARC RABELO COUTO	Helenice Pereira de Oliveira
PARACATU	PARACATU	INST FED ED CIÊNCIA E TEC - PARACATU	ENSINO MÉDIO	THAÍS BARBOSA RIBEIRO	Daniela Prado
PASSOS	ALPINÓPOLIS	EE DOM JOÃO VI	ENSINO FUNDAMENTAL	PAULLA GABRIELLA DE SOUZA FREIRE	Elisângela Márcia Silva Oliveira
PASSOS	FORMIGA	EE PROFESSOR TONICO	ENSINO MÉDIO	JUSSANE KARINE SANTOS	Hortência Aparecida de Castro

		LEITE			Oliveira
PATOS DE MINAS	LAGOA FORMOSA	EE CORONEL CRISTIANO	ENSINO FUNDAMENTAL	NÚBIA CRISTINA FERNANDES	Tânia Maria dos Reis de Magalhães
PATOS DE MINAS	LAGOA FORMOSA	EE CORONEL CRISTIANO	ENSINO MÉDIO	DIANA FERNANDES RIBEIRO	Tânia Maria dos Reis de Magalhães
PATROCÍNIO	PATROCÍNIO	EE DONA LIRINHA CAPUANO	ENSINO FUNDAMENTAL	MAYCON MICHEL FERREIRA	Reyla Danyane M. Dos Reis
PATROCÍNIO	PATROCÍNIO	EE AMIR AMARAL	ENSINO MÉDIO	DAVID VIEIRA SOUZA	Kátia de A. Rangel Veloso
PIRAPORA	SANTA FÉ DE MINAS	EE CARMELA DUTRA	ENSINO FUNDAMENTAL	MÉRCYA APARECIDA GUIMARÃES DE OLIVEIRA	Conceição Aparecida Pinto Cardoso
PIRAPORA	SÃO ROMÃO	EE AFONSO ARINOS	ENSINO MÉDIO	LUANA C DOS SANTOS	Iara Maria Viana
POÇOS DE CALDAS	AREADO	EE JOÃO LOURENÇO	ENSINO FUNDAMENTAL	JOYCE MACHADO DE OLIVEIRA	Silvane de Oliveira Santos
POÇOS DE CALDAS	MONTE BELO	EE FREI LEVINO	ENSINO MÉDIO	ALINE APARECIDA DA SILVA	Marilda Aparecida Teixeira
PONTE NOVA	ALVINÓPOLIS	EE PROFESSOR CÂNDIDO GOMES	ENSINO FUNDAMENTAL	ANA LUÍSA DE FREITAS MAGALHÃES	Sandra de Moraes Viana Souza
PONTE NOVA	SANTO ANTÔNIO DO GRAMA	EE MARIANO GOMES	ENSINO MÉDIO	BRUNA DIAS DA CRUZ	Maria das Graças Zinato
POUSO ALEGRE	STA RITA DO SAPUCAÍ	EM VALÉRIA JUNQUEIRA PADUAN	ENSINO FUNDAMENTAL	TAYNÁ DA SILVA GONÇALVES	Maria Stela Ribeiro de Paiva
POUSO ALEGRE	STA RITA DO SAPUCAÍ	EE DOUTOR DELFIM MOREIRA	ENSINO MÉDIO	ANA JÚLIA BARBOSA FAGUNDES	Álvaro Nonato Franco Ribeiro
SÃO JOÃO DEL-REI	SÃO JOÃO DEL-REI	EE JOÃO DOS SANTOS	ENSINO FUNDAMENTAL	ISABELLA SILVA ARAÚJO SALES	Vera Lucia dos Santos
SÃO JOÃO DEL-REI	SÃO JOÃO DEL-REI	EE DR GARCIA DE LIMA	ENSINO MÉDIO	VALÉRIA DAS GRAÇAS DE ALMEIDA	Rosilane Aparecida da Silva
S SEBASTIÃO DO PARAÍSO	ITAÚ DE MINAS	EM MONSENHOR ERNESTO CAVICHIOLI	ENSINO FUNDAMENTAL	KAYO VINÍCIUS TAKASURA	Tereza Cristina Barbieri
S SEBASTIÃO DO PARAÍSO	SÃO TOMÁS DE AQUINO	EE DR TANCREDO DE ALMEIDA NEVES	ENSINO MÉDIO	EDUARDO LUIZ DE SOUZA NEGRÃO	Marlene de Jesus Pessoni
SETE LAGOAS	CAPIM BRANCO	EE MESTRE CORNÉLIO	ENSINO FUNDAMENTAL	ISLA APARECIDA LOURA	Ana Lúcia Gonçalves
SETE LAGOAS	INHAÚMA	EE MESSIAS ANTÔNIO GUIMARÃES	ENSINO MÉDIO	CARINA SILVA DE FREITAS	Mariely Morera França Batista
TEÓFILO OTONI	FRANCISCÓPOLIS	EE DE ANTÔNIO FERREIRA	ENSINO FUNDAMENTAL	WILSON RAMALHO CALDEIRA FILHO	Jeanete de Souza Maia
TEÓFILO OTONI	TEÓFILO OTONI	EE GLÓRIA PENCHEL	ENSINO MÉDIO	MÁRCIA SANTOS MOREIRA	Maria das Dores Costa da Rocha
UBÁ	UBÁ	EE GOVERNADOR	ENSINO	NATHANY NEVES PERON	Marciléia Tirmiano

		VALADARES	FUNDAMENTAL		
UBÁ	RIO POMBA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MG	ENSINO MÉDIO	MARIANE VERÔNICA DE OLIVEIRA	Cláudia Lima Gomes Coelho
UBERABA	SANTA JULIANA	EE SANTA JULIANA	ENSINO FUNDAMENTAL	LETÍCIA GOMES DA SILVA	Luciane Silva de Miranda
UBERABA	ARAXÁ	EE PROF LUIZ ANTÔNIO CORREA DE OLIVEIRA	ENSINO MÉDIO	PLINIO JONATHA SILVA	Daniela Aparecida Reis Santana
UBERLÂNDIA	ARAGUARI	CEM ROSA MANERI RADE	ENSINO FUNDAMENTAL	ELISA REGINA BARROS GALDINO	Vânia Lúcia Rodovalho Camargo
UBERLÂNDIA	UBERLÂNDIA	EE DO PARQUE SÃO JORGE	ENSINO MÉDIO	YASMIN ROSA FERREIRA	Maribeth Paes dos Santos
UNAÍ	UNAÍ	EE MANOELA FARIA SOARES	ENSINO FUNDAMENTAL	MARTINELLE ARAÚJO DOS SANTOS	Rosimeire Aparecida dos Santos
UNAÍ	RIACHINHO	EE JOSÉ DE ALENCAR	ENSINO MÉDIO	REGIANE CARDOSO DOS SANTOS	Ana Paula Bezerra Matos de Azevedo
VARGINHA	MACHADO	EE PAULINA RIGOTTI DE CASTRO	ENSINO FUNDAMENTAL	RHASNNA APARECIDA CAPRONI CHAVES	Fabiana Bernardes Duarte
VARGINHA	PARAGUAÇU	EE PADRE PICCININI	ENSINO MÉDIO	THAINÁ ALVES ROCHA	Ernestina Carlinda Orfão Silva



ATAS

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA EM 10/11/2011**

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Inácio Franco - Alencar da Silveira Jr. - Adaleclever Lopes - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Júlio - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fred Costa - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 14h8min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a ordinária de quarta-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 16/11/2011.).

**ATA DA 40ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, EM 24/10/2011**

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro e da Deputada Luzia Ferreira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras da Defensora Pública-Geral Andrea Abritta Garzon Tonet - Palavras do Secretário Gil Pereira - Palavras do Secretário Wander Borges - Palavras do Deputado André Quintão - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras da Sra. Presidente - Palavras do Sr. Patrus Ananias - Palavras da Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro - Palavras do Sr. Márcio Antônio Salvato - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Carlin Moura - Duarte Bechir - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Sebastião Costa - Ulysses Gomes.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Carlin Moura, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo "Pobreza e desigualdade", que tem como objetivos: identificar as principais questões relacionadas com a pobreza e com as desigualdades sociais e regionais em Minas Gerais; avaliar as principais políticas públicas em curso que estejam associadas à erradicação da pobreza e ao enfrentamento das desigualdades sociais e regionais; propor ações que visem à erradicação da pobreza e ao enfrentamento das desigualdades sociais e regionais, a partir da articulação de desenvolvimento social e econômico, sob uma perspectiva de atuação federativa, redistributiva, intersetorial e ambientalmente sustentável; e subsidiar a revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 no que diz respeito à erradicação da pobreza e ao enfrentamento das desigualdades sociais e regionais.

1º Painel

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa, para o 1º Painel, os Exmos. Srs. Deputado Wander Borges, Secretário de Desenvolvimento Social, representando o Governador do Estado, Antonio Anastasia; Deputado Gil Pereira, Secretário Extraordinário para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas; e Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular e coautor do requerimento que deu origem a este seminário; a Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira, coautora do requerimento que deu origem a este seminário; o Exmo. Sr. Conselheiro Cláudio Couto Terrão, representando o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Antônio Carlos Andrada; a Exma. Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; e o Exmo. Sr. Jorge Nahas, Secretário de Políticas Sociais de Belo Horizonte, representando o Prefeito desse Município Sr. Márcio Lacerda.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença nesta solenidade dos Exmos. Srs. Vereador Arnaldo Godoy; Carlos Augusto Araújo Cateb, Presidente da Associação Profissionalizante do Menor - Assprom -; e Geraldo Magela da Silva, Diretor da Organização das



Cooperativas do Estado de Minas Gerais - Ocemg -; e das Exmas. Sras. Kelly Rossana Borges, gestora da Secretaria de Promoção Social e Habitação de Boa Esperança; Ana Paula Gusmão, representando a Secretaria de Trabalho e Emprego; Nívia Soares, Subsecretária de Assistência Social; Elizabeth Leitão, Secretária Adjunta de Assistência Social de Belo Horizonte; e Fátima Aguiar, Coordenadora do Programa Nova Lima sem Miséria.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, dileto amigo Deputado Wander Borges, representando o nosso querido Governador Antonio Anastasia; o Exmo. Sr. Secretário de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, fraterno amigo Gil Pereira; o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, grande colaborador, timoneiro deste belíssimo evento, querido amigo Deputado André Quintão, coautor do requerimento que deu origem à realização deste seminário; a Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira, sempre brilhando e sempre prestando elevada contribuição a esta Casa, querida amiga e coautora do requerimento que deu origem à realização deste seminário; e o Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Cláudio Couto Terrão, representando o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Conselheiro Antônio Carlos Andrada. Quero cumprimentar com muita alegria e entusiasmo a Exma. Sra. Andrea Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais - muito grato pela sua presença sempre valiosa. Também quero registrar aqui a presença dos Deputados e das Deputadas que aqui se encontram. Com encantamento e antecipadamente agradeço aos palestrantes Sr. Márcio Antônio Salvato e Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro e, com muito carinho, afeto e apreço, a esta referência do Parlamento de Minas, esta referência de Minas, o querido amigo, professor, Ministro, Deputado, Prefeito e servidor público Patrus Ananias, cuja trajetória é realmente encantadora, e é com muita alegria que a Assembleia de Minas o acolhe neste instante. Senhoras, senhores, representantes de entidades, querido amigo Vereador Arnaldo Godoy - aliás, estou achando que o Plenário tem que ser um pouco maior, porque estamos com dificuldade em acolher da melhor maneira possível os queridos mineiros que ora engrandecem esta Casa de Minas -, sejam muito bem-vindos. Ainda existem algumas cadeiras disponíveis. Gostaria de sugerir aos servidores da Casa que providenciem a instalação de mais cadeiras no Plenário.

Bom dia, mineiros e mineiras! O Deputado Dinis Pinheiro não tem muita formalidade. Prefiro falar de forma espontânea, e este é o mote da minha caminhada. Gosto de falar com o coração. Estou muito feliz em estar presidindo o Parlamento de Minas por confiança dos queridos colegas e promovendo todo esforço para que possamos, de fato, dignificar as belas, caras e raras tradições do Estado de Minas Gerais.

É muito difícil exercer a vida pública, mas digo a vocês: é muito gratificante exercer a vida pública. Sou apaixonado pela vida pública. Por influência do meu saudoso pai, Vereador e Prefeito de uma cidade muito pobre, tive a oportunidade de absorver bons ensinamentos. Sob a sua inspiração permanente, procuro, querido Patrus Ananias, ser empregado capaz, dedicado, honesto dos mineiros e das mineiras. Quando Prefeito de Ibité - a estrutura da Prefeitura era tão somente uma carroça -, ele acreditou, foi perseverante, trabalhou, idealizou, sonhou com uma Ibité melhor. Hoje tenho a alegria de dizer que Ibité melhorou sobremaneira.

Essa sua inspiração e os ensinamentos da minha querida mãe, professora, acabaram por me levar à vida pública. Aqui cheguei em 1994. Mesmo diante das nossas fragilidades, dos nossos vícios, dos nossos erros, o meu trabalho tem apresentado resultados positivos, haja vista que exerço mandato pela quinta vez, agora de forma mais responsável, exercendo a Presidência do Parlamento de Minas. E o parlamento tem função muito bonita, louvável, desde que exercida com zelo, dedicação e honestidade, para ser cumprida de forma nobre: a função de melhorar a vida das pessoas.

Algo nos chama, convoca-nos neste momento: 900 mil mineiros vivem em dificuldade, em situação de agrura, de miséria. A Assembleia não poderia fechar os olhos diante dessa dura e cruel realidade. É um drama social que todos vivenciamos. Cabe a cada um de nós, de forma intransferível, abraçar essa responsabilidade e envidar todos os esforços para que esses 900 mil mineiros mais pobres possam romper os laços da miséria. É isso o que estamos fazendo; é isso o que vocês estão fazendo. Quero louvar a dedicação de cada um de vocês, esta entrega, este espírito empreendedor e, muito mais que isso, este traço de solidariedade que cada um revelou e sempre revela a todos nós. O mineiro é isto: simples, sereno, mas um homem de fé, determinado, solidário. Certamente essa solidariedade comum haverá de nos conduzir a um novo rumo, a um novo caminho que possa conceder a essas pessoas pobres as oportunidades que tivemos, de sonhar, de comprar um carro, ter um bom emprego, comprar um lote e construir uma casa, colocar o filho na faculdade ou num curso técnico. É isso o que desejamos a essas pessoas, que até hoje, lamentavelmente, tiveram essas oportunidades negadas, seus direitos violados.

Reconheço que o nosso Brasil passa por um ciclo altamente virtuoso, sobretudo nos últimos anos, com a execução do Plano Real, com o trabalho dos ex-Presidentes Itamar e Fernando Henrique, com o olhar social, caridoso e bondoso do Presidente Lula, a que a Dilma Rousseff agora dá sequência. Em Minas, o Aécio Neves deixou marco extraordinário de avanços, conquistas e realizações, a que o Governador Anastasia dá sequência. Projetos importantíssimos foram implementados - nada melhor que a presença dos Secretários Gil Pereira e Wander para corroborarem o que falo -, como o Travessia, o Porta a Porta, o Poupança Jovem, o Processo. Enfim, é dessa forma que vamos construir um mundo melhor, um Brasil mais fraterno e solidário. Mas temos de reconhecer que ainda não fomos competentes o suficiente para dar a esses 16 milhões de brasileiros - neste Estado, 900 mil mineiros - a mesma sorte, a mesma luz, as mesmas oportunidades. É para essas pessoas que cada um de vocês está trabalhando; é para essas pessoas que temos o dever de trabalhar e estamos duramente trabalhando. Acredito na capacidade construtiva de cada um de vocês; acredito muito na força, na aptidão, na garra, na dedicação do Parlamento de Minas, por mais que alguns setores da imprensa, muitas vezes, não compreendam a dimensão deste Parlamento.



Sou apaixonado por este Parlamento. Acredito e tenho certeza absoluta de que esta é e será uma das contribuições mais importantes ao Estado de Minas Gerais, este seminário, querido Deputado André, cujo objetivo é erradicar a miséria no Estado de Minas Gerais. Foi um momento muito bonito e rico. Tive oportunidade de comparecer a quase todos os encontros - a alguns lamentavelmente não fui por questões de saúde, que, naqueles momentos, não me auxiliou. Mas foi um momento bonito, um momento maravilhoso, encantador. Vocês, senhoras e senhores, debatendo, discutindo a vida do semelhante, do próximo, trazendo sua sugestão, sua contribuição, com o objetivo de melhorar a vida do próximo, a vida do semelhante. É algo nobre, é algo bonito, é isso que o Parlamento faz, e espero, do fundo do coração, que este seminário traga um documento elevado, de conteúdo rico, que possa embasar, queridos Deputados, o PMDI, o PPAG, a Lei do Orçamento. Que possa também apresentar sugestões a todas as outras instituições, que enriqueça a agenda do governo federal; que todos nós possamos, sim, fazer esse verdadeiro mutirão de solidariedade e que, dessa forma, edifiquemos este Estado sonhado e desejado por todos nós.

Tenho certeza de que a presença de cada um é a representação de que queremos, desejamos e sonhamos um Estado melhor. Aliás, Guimarães Rosa já falava que “Minas são muitas”, mas eu lhes digo: quero e tenho certeza de que todos nós desejamos que todas as Minas sejam boas para todos os mineiros. Não podemos aplaudir essa Minas que tenha cidadão de primeira categoria, que tenha mineiro de segunda categoria, de terceira categoria. Queremos, do fundo do coração, que todos os mineiros tenham uma boa vida, uma vida plena, saudável, gratificante, criando seus filhos com dignidade. Se existe a democracia, se existe o Parlamento de Minas, é porque temos de trabalhar para aquele que expressa o cargo mais importante da democracia, que é o cargo de cidadão. Esse é o cargo mais importante, é para ele que temos de trabalhar, e, por isso, temos a obrigação de formar pessoas, de formar cidadãos, de propiciar-lhes uma vida de dignidade.

Digo e reafirmo: de que adianta uma sociedade livre, um Estado que cresce, um Brasil próspero se não podemos salvar os muitos que são pobres? E, se não podemos fazê-lo, certamente não poderemos salvar os poucos que são ricos. Daí a necessidade da entrega de cada um de nós, de nosso saber, de nossa generosidade. Tenho certeza, acredito e confio piamente que este seminário apresentará para todo o Estado, para todo o País este esforço grandioso que se faz pelo Brasil afora para a erradicação da miséria, para que apresentemos uma síntese bem fundamentada, com sugestões, aperfeiçoamentos das legislações existentes e com a observação da chegada de tantas outras legislações fundamentais para a execução desse papel. Muito mais que isso, que nosso trabalho, esta nossa peregrinação possa despertar permanentemente o instinto inabalável de cada mineiro, de cada ser humano para a caridade, para o amor, para a justiça e que todo mineiro possa ter o rosto da felicidade, que todo mineiro possa ter o rosto da satisfação, que todo mineiro possa ter o rosto da dignidade.

Um grande abraço. Quero, em nome de todos os Deputados, agradecer a presença de vocês, dos senhores e das senhoras. É dessa forma, com união, com abnegação, com dedicação, com carinho, com espírito cristão, que construiremos um Estado mais solidário, mais humano e muito mais cristão. Mãos à obra, queridos mineiros e mineiras.

O locutor - O seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” contou com 12 encontros regionais, que foram realizados nos Municípios de Ribeirão das Neves, Araçuaí, Governador Valadares, Patos de Minas, Paracatu, Montes Claros, Sete Lagoas, Uberlândia, Divinópolis, Pouso Alegre, Muriaé e Teófilo Ottoni. Os encontros regionais contaram com mais de 3.500 participantes, que se envolveram intensamente nas discussões para o enfrentamento da pobreza e a superação das desigualdades sociais e regionais. Para viabilizar a realização desses encontros, a Assembleia percorreu quase 10.000km em mais de 150 horas de deslocamentos pelas estradas de Minas, com a participação de 33 Deputados e mais de 100 servidores. As propostas recebidas nesses encontros foram sistematizadas e servirão de subsídio para as discussões nos grupos de trabalho durante este seminário legislativo.

Exibição de Vídeo

O locutor - Assistiremos agora a um vídeo institucional com imagens e depoimentos dos encontros regionais realizados.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras da Defensora Pública-Geral Andrea Abritta Garzon Tonet

Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Dinis Pinheiro, cumprimento os componentes da Mesa anteriormente nominados e saudados e os colegas Defensores Públicos presentes. Vou iniciar a minha fala mencionando a seguinte frase de Santo Agostinho: “Nada do que é humano me é indiferente”. Essa frase se encaixa como uma luva para este seminário, para este projeto, para esta iniciativa da Assembleia Legislativa, a qual nasceu pelas mãos do Deputado, com o apoio da Deputada Luzia Ferreira e do Deputado André Quintão. Isso aconteceu num momento absolutamente oportuno, em que a população de rua, que em inúmeras reportagens vem sendo chamada de população invisível, composta das denominadas “não pessoas”; comemora hoje uma vitória: no próximo censo, serão efetivamente catalogadas pelo IBGE. Até agora elas não existem em termos de estatística, o que é absolutamente espantoso: não existem, não são notadas.

Deputado Dinis, passei o final de semana mortificada. Foi um final de semana de frio, de chuva, em que a comunidade Zilah Spósito foi literalmente “tratorada”. Vinte e cinco famílias foram desabrigadas sem mandado judicial. Desculpe-me da solenidade, se falo demais. Desculpe-me se não é oportuno dizê-lo, mas é papel da Defensoria Pública expor a situação, porque nada do que é humano pode nos ser indiferente. Essas 25 famílias que ficaram desabrigadas têm muito que ver com este seminário, com esta proposta da Assembleia, têm que ver com o frio, com a fome, têm que ver com a sede de justiça. Acho que as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza estão fartas de “sopão”; estão fartas de distribuição de cobertores; estão fartas de retórica; estão fartas de “encontros poéticos”. É preciso agir, Deputado. É preciso agir, Deputado André Quintão.

Reputo que a Assembleia Legislativa encontrou efetivamente na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais uma parceira verdadeira. Esta é a Casa do povo, e, toda vez que venho aqui, sinto-me abrigada, sinto-me acolhida, porque esta é a Casa do cidadão mineiro. Entro aqui como se entrasse em minha casa. O projeto Minas mais Igual, mais que um projeto político, é um projeto cristão. Outro dia, ouvindo um discurso do Prof. Anastasia, meus olhos ficaram marejados, porque ele disse ao Deputado Dinis que, para ser um grande político, é preciso ser humilde, e V. Exa. o é. Por isso, como cidadã mineira, acredito neste projeto de V. Exa. e me sinto



acolhida nesta Casa. Acredito no projeto Minas mais Igual. Ele deve sair do papel, pois não conseguiremos tirar 16 milhões da pobreza com um passe de mágica: precisamos agir. Toda vez que um de nós consegue fazer a sua parte, é um passo importante. Quem está presente aqui hoje está disposto a fazer a sua parte. Sob a batuta de V. Exa., estamos como soldados para cumprir nosso papel, para fazer de Minas um lugar “mais igual” para se viver, caminhando junto com a população dos excluídos, tirando-a da invisibilidade, ajudando essas pessoas a serem vistas, a serem enxergadas pelas demais, que constituem a sociedade politicamente organizada. Que essas pessoas tenham direito a ter direitos e que sejam acolhidas nos abrigos! Sabemos que os albergues masculinos estão superlotados e que não existem albergues femininos. A população feminina de rua está cada vez mais discriminada. Também sabemos dos problemas enfrentados pelas comunidades dos morros. Existem muitos problemas a serem resolvidos, mas estamos confiantes em que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais seja uma parceira nesta caminhada, junto com a Assembleia Legislativa. Vamos tirar as propostas do papel e caminhar ao lado dos marginalizados, educando-os em relação aos seus direitos, com ações proativas, agindo nas comunidades, dando condições a essas pessoas de conhecer as vias de acesso aos seus direitos, como é o caso da Assembleia Legislativa e da Defensoria Pública.

Ontem à noite visitei meu irmão, que está hospitalizado. Foi uma noite muito fria. Quando entrei em meu carro, veio um senhor me pedir um trocado. Decidi dar um pouquinho mais: um sorriso, uma palavra. Perguntei o nome dele, se tinha um guarda-chuva e para onde ia. Ele me disse que ficava por ali mesmo. Ao final, ele sorriu para mim - tinha apenas um dente na boca - e me disse: “Obrigado, dona. Obrigado pelo sorriso”.

Espero que num futuro bem próximo estejamos preparados e aparelhados para dar muito mais que trocados e muito mais que sorrisos. O Minas mais Igual vai nos dar condições para isso.

Deputados Dinis Pinheiro e André Quintão, peço licença para quebrar o protocolo e homenagear meus colegas Sérgio Riani e Felipe Soledade, que foram os grandes protagonistas desse projeto. É uma singela homenagem da Associação dos Defensores Públicos, na forma de uma placa. Se me permitem, gostaria que os Srs. Sérgio Riani e Felipe Soledade fizessem a leitura dos dizeres contidos na placa. Este é um movimento de verdadeiros cidadãos e um grande momento para a sociedade mineira. Por isso este pequeno gesto que traduz um grande carinho.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Secretário Gil Pereira

Sr. Presidente, primeiramente gostaria de cumprimentar as senhoras e os senhores aqui presentes e de parabenizar V. Exa. pela realização de um seminário tão importante, com o incentivo do Deputado André Quintão e da Deputada Luzia Ferreira e apoio de todos os Deputados.

Representamos a mesma região de Patrus Ananias: o Norte de Minas, o Jequitinhonha e o Mucuri, que, como todos sabem, é uma região especial. No entanto, quando o ex-Governador Aécio Neves assumiu o governo, em 2003, criou a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas. Posteriormente, em janeiro do corrente ano, o Governador Antonio Anastasia tornou-a permanente, por causa da importância que ele dá à região. Para terem uma ideia da importância dessa região, os 188 Municípios representam as áreas territoriais somadas dos Estados de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco e da Paraíba. Em nossa região, só o sertão; por essa razão, um dos programas do governo estadual trata do aproveitamento da água. Esse assunto está sendo discutido neste seminário. Se Deus quiser, no ano próximo, com o apoio da Assembleia, iremos potencializar as políticas públicas para a região.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que, em 2/5/2011, o Governador criou o Comitê do Norte, para que o Estado “converse” com o Estado e o Estado “converse” com a sociedade, de maneira que, em vez de as pessoas irem até o Estado, o Estado vá até elas. Da mesma forma, Anastasia determinou que as 22 Secretarias e os órgãos públicos apresentem cinco projetos por ano para o desenvolvimento dos 188 Municípios do Norte.

Portanto, por intermédio da Secretaria, todos os anos já teremos o que está no Orçamento, mas também teremos cinco ações para o Jequitinhonha, o Mucuri e o Norte de Minas.

Em 15/7/2011, na minha Montes Claros, ele abordou a criação da Sudene mineira e já enviou matéria sobre o assunto a esta Casa. Está nas comissões, e deve ser aprovado logo o projeto que cria incentivos fiscais para os 188 Municípios da região. A Deputada Luzia me diz que já foi votado no 1º turno. Além dos incentivos fiscais, há também o Findex, que tem o objetivo de potencializar o processo. As empresas que desejarem se instalar na região obterão juros subsidiados, por meio do BNDES. Da mesma forma, o Governador encaminhou à Assembleia o projeto do Fundo da Erradicação da Miséria. Essas são algumas das políticas públicas que o Governador Antonio Anastasia tem empreendido. Repito, iniciaram-se na gestão do ex-Governador Aécio Neves e têm tido continuação, com muita força, na administração Anastasia.

Parabenizo a Assembleia Legislativa; parabenizo os Deputados, em especial o Presidente, que é o maestro nesta Casa. Não tenho dúvida de que, após o dia 26, V. Exas. contribuirão ainda mais para erradicar as desigualdades em nosso Estado. Muito obrigado.

Palavras do Secretário Wander Borges

Sr. Presidente, senhoras e senhores, permitam-me falar da tribuna porque, afinal de contas, faço parte desta Assembleia Legislativa, honro muito o Parlamento e penso que esta é a Casa das discussões e das soluções. Cumprimento o colega Deputado Dinis Pinheiro, que, além da sua envergadura e humildade, tem a sensibilidade de entender as reais necessidades para a construção de um mundo melhor. V. Exa., Deputado Dinis, tem-nos dado um grande exemplo do que é ser parlamentar, por sua conduta, sua forma de agir. Lembro-me de uma conversa que tivemos uns dias atrás, por ocasião da discussão relativa às pessoas portadoras de necessidades especiais. V. Exa. me disse alto e bom som: “Que bom se tivéssemos um mundo diferente, onde todos tivessem oportunidade de ser felizes como estou sendo neste momento”. Rendo a você as nossas homenagens e, por seu intermédio, ao colega Deputado André Quintão, que também tem-se dedicado ao combate à pobreza e à miséria. É um dos grandes parlamentares desta Casa, juntamente com essa menina, a Deputada Luzia Ferreira, ex-Presidente da Câmara de Vereadores de Belo Horizonte. Na pessoa de vocês, quero

abraçar carinhosamente cada um dos senhores e senhoras presentes, a Dra. Andréa, o Jorge, o nosso amigo Cláudio, representando o Tribunal de Contas de Minas Gerais, as senhoras e senhores presentes. Na pessoa da Consolação, que teve um trabalho árduo e profícuo neste final de semana, juntamente com a Subsecretária Nívea, aqui presente, na condução da 9ª Conferência da Assistência Social, saúdo todos os participantes. Tivemos oportunidade, Dra. Andréa, de reunir mil pessoas no Sesc Venda Nova, durante três dias, numa avaliação profunda daquilo que todos nós defendemos a partir da Constituição de 1988. Na ocasião, criou-se o entendimento da assistência social como um dever do Estado e um direito do cidadão, o que também é defendido pelo ex-Prefeito, ex-Deputado, ex-Ministro Patrus Ananias, professor brilhante que nos apoia e que sempre traz a Minas Gerais um encaminhamento diferente, um olhar diferente da questão da assistência social.

Na sexta-feira, em conversa com o Governador Prof. Antonio Anastasia, pedi orientação sobre a retórica desse caso. Ora, esta é muito simples. Minas vem consolidando um caminho de combate à miséria e à pobreza. A Assembleia Legislativa é um dos nossos norteadores. Neste momento, tramita nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.446/2011, de iniciativa do Poder Executivo, feito a quatro mãos sob a responsabilidade do Governador Prof. Antonio Anastasia, que cria o Fundo de Erradicação da Miséria. Este seminário ocorre em boa hora, pois muitas das propostas defendidas nos 12 encontros regionais do Estado, que culminarão nas oficinas, poderão ser o objeto de avaliação e revalidação do que estamos construindo em Minas Gerais, tendo esse fundo o objetivo de minimizar as privações da sociedade mineira.

O próprio vídeo demonstra a todos nós o que devemos combater: são 16 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza. Em Minas, 4,2% da população não tem banheiro, não tem escolaridade adequada, não tem emprego e não tem água, tão demandada pelo Secretário Gil Pereira, que tem sido um defensor intransigente da inserção da água, especialmente nas regiões mais pobres de Minas, nos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha. Ou seja, temos um forte desafio.

Presidente Deputado Dinis Pinheiro, Deputado Adelmo, até o momento o governo do Estado de Minas Gerais visitou cerca de 100 mil casas, dentro do programa Porta a Porta, que integra um encaminhamento do governo federal, que é o Brasil sem Miséria. Na realidade, é o chamado Busca Ativa, que Minas começou há algum tempo. Trata-se de um programa que avalia as privações de cada cidadão, e caminhamos para 160 Municípios. Dessa forma, as políticas poderão ser desenhadas de forma efetiva. Às vezes o governo federal pensa sobre um quesito, o municipal sobre outro e o Estado tem um terceiro entendimento. Essa comunicação entre as três esferas nos dá o direcionamento do que devemos fazer, quando buscamos esse entendimento no Porta a Porta.

Presidente Deputado Dinis Pinheiro, estamos felizes porque há uma mudança de comportamento do conjunto da sociedade. A valorização do que era permanente - tijolo, areia e brita - dá lugar a um entendimento de investimento no ser humano, na mudança de comportamento do ser humano. Mudar as pessoas para o bem é nosso maior desafio. E esse é o nosso maior desafio, ou seja, mudar as pessoas para o bem. Sr. Presidente Deputado Dinis Pinheiro, entendemos que este seminário vem ao encontro de um grande anseio da sociedade. Essas propostas, que subsidiarão o próprio PPAG e o PMDI, são de excelente valor. Às vezes o Parlamento fica um pouco esquecido, mas é dele que saem as propostas que mudam a vida das pessoas, não de acordo com a necessidade e com a velocidade que pretendemos, mas tudo em política é uma construção. Há muito a ser melhorado. Gosto sempre de dizer que, em 1993, através da Lei nº 8.742, foi criada a Lei Orgânica da Assistência Social - Loas. Depois, muito aconteceu. Este ano culminou com a Lei nº 12.435, da criação do Suas.

Política é uma construção permanente. E vemos as mudanças. O Secretário Gil Pereira expôs a questão dos programas, como o próprio Processo, do governo de Minas Gerais, que levou asfalto a praticamente todas as regiões que até então não eram interligadas. Na época de chuva o cidadão não conseguia escoar a sua pequena produção e levar o seu leite à cooperativa. Isso foi construído. O Poupança Jovem, programa do governo do Estado, já atende 70 mil alunos do ensino médio e reduziu sobremaneira a evasão escolar, demonstrando ser um projeto muito mais de cidadania. Aqui faço um parêntese: no que diz respeito às meninas, o programa é mais determinante, e, em relação aos rapazes, não é tanto. Precisamos estudar esse fenômeno. As mulheres são mais ativas nesses encaminhamentos.

E vamos caminhando. Por que não falar do nosso Banco Travessia? O ensino fundamental de Minas, na gestão do ex-Governador e atual Senador Aécio Neves, passou a ser de nove anos. Na avaliação de porta a porta nesses quase 155 Municípios, verificamos que, em média, sobretudo nas cidades com IDH baixo, as pessoas estudam, de cada nove anos do ensino fundamental, de três a quatro anos. Isso também é pobreza e leva à miséria e à falta de entendimento. Talvez com este seminário possamos corrigir essa questão.

Poderíamos discorrer sobre outros assuntos, mas tenho de dizer que este seminário vem colaborar com aquilo que está sendo feito pelo governo de Minas. Na quinta-feira tive oportunidade de participar, com o Presidente do Ceas e o Deputado André Quintão, da abertura da 9ª Conferência Estadual da Assistência Social. O problema é um copo d'água pela metade, que nos transmite aquilo que temos de refletir: fizemos muito, mas há muito a ser feito. Temos grandes desafios pela frente.

Estamos chegando ao final do ano, quando comemoraremos o Natal. Nessa época, muitos abastados passam a desenvolver as suas políticas de bom moço nas comunidades miseráveis e pobres, mas, quando chegam janeiro, fevereiro e março, os problemas continuam. Precisamos de políticas sustentáveis, que mudem a vida das pessoas permanentemente.

Meus amigos e minhas amigas, estamos avançando com o copo d'água. Ministro Patrus Ananias, há 1.073 Cras e 200 Creas instalados em Minas Gerais. Isso é um avanço. Repito: ser feliz não é ter o melhor veículo, ter a melhor casa; ser feliz é ter a oportunidade de enxergar nas pequenas coisas aquilo que Deus nos determinou aqui; é agradecer permanentemente a oportunidade de, numa noite fria, termos um pequeno cobertor para nos esquentar - vejam que há gente aqui com cobertor; é ter a oportunidade de tomar um belo copo d'água; é ter a oportunidade que estamos tendo agora, por meio da Assembleia Legislativa e na Presidência do Deputado Dinis Pinheiro, de discutir de onde viemos, onde estamos e o que queremos - e queremos que todos sejam abençoados na plenitude e tenham direito às mesmas oportunidades. Saúde e paz, em nome do Governador. Contem com Minas Gerais, que estará ao lado da Assembleia, recebendo todas as propostas que aqui serão apresentadas, para que possamos tê-las, ao longo do nosso governo, como política efetiva que possa mudar a vida dos cidadãos, que, às vezes, são aqueles invisíveis. Vamos tornar os invisíveis visíveis. Muito obrigado pela oportunidade.

Palavras do Deputado André Quintão

Bom dia a todos os participantes deste seminário legislativo. Na pessoa do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, cumprimento os demais integrantes da Mesa. Serei breve e, sendo o último a me pronunciar, vou resgatar um pouco do processo deste seminário e um pouco da nossa expectativa do que poderemos cumprir nesses três dias e fazer dois registros importantes.

O primeiro registro é sobre o papel da Assembleia Legislativa na articulação para a realização deste seminário. Este seminário não se restringe a esses três dias; é um processo que teve início no primeiro semestre, com a organização de um ciclo de debates sobre o Brasil Sem Miséria. Aqui quero fazer um registro de reconhecimento ao Presidente Deputado Dinis Pinheiro, que tomou a decisão política de tornar esse tema prioritário, do ponto de vista institucional, para a Assembleia Legislativa este ano, e orientou a realização de um seminário legislativo regionalizado, com uma abrangência temática maior, que é a pobreza e a desigualdade em Minas Gerais. A partir daí recebemos a colaboração de 85 entidades parceiras. Na pessoa da Dra. Andréa, da Defensoria Pública, cumprimento cada uma dessas 85 entidades copartícipes. Fizemos mais de 10 longas reuniões preparatórias. Realizamos comissões técnicas interinstitucionais em seis temas, dois eixos, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, que produziram um conjunto de 90 propostas. Com essas propostas disponibilizadas por meio de um processo aberto de consulta pública pela internet, surgiram mais 172 propostas. A partir daí foi feita a etapa regionalizada. Foram 12 encontros nas 10 macrorregiões de Minas Gerais. Nós, que tivemos a oportunidade de participar desses 12 encontros, temos consciência da importância e da riqueza dos debates e das propostas apresentadas em cada um deles.

Boa parte do público aqui presente foi eleito, escolhido nesses encontros regionais. Cada etapa regional escolheu 20 representantes: 60% de representação não governamental, 40% de representação governamental. Suas discussões foram desdobradas em mais propostas. Chegamos hoje com um número aproximado de 617 propostas. Com o esforço do corpo técnico da Assembleia Legislativa, ao qual agradeço, foram construídas 179 propostas-síntese, que vão orientar os trabalhos de grupo. Hoje é um dia de nivelamento, exposições, reflexões com várias convidadas e convidados. Amanhã, durante todo o dia, haverá trabalho em grupo. Na quarta-feira, vamos fechar o seminário com a priorização e votação das propostas.

Então, o primeiro registro, Deputado Dinis Pinheiro, é desse processo. É muito comum - o Presidente da Assembleia disse - que o Legislativo seja alvo de críticas, mas em Minas Gerais o Poder Legislativo colocou essa temática na agenda do Estado, articulado com outros níveis de governo, como os Executivos federal e estadual, os Executivos e Legislativos locais e as entidades da sociedade civil.

Existe um corte importante que gostaria de ressaltar. A questão da pobreza não é simplesmente monetária. Existe um corte monetário fundamental, como foi dito aqui, ou seja, 909 mil pessoas não recebem até R\$70,00. Se elevarmos isso para R\$140,00, são mais 1.857.000 pessoas. Então, quase 3 milhões de mineiros estão em situação de pobreza. Esse é um dado real.

Sabemos a importância da renda para as pessoas. Está aqui o nosso Ministro Patrus Ananias, que realizou um trabalho excepcional, implantou o programa mais exitoso de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família. Nas escolas de serviço social, sempre digo que a renda não é tudo, mas é fundamental porque, muitas vezes, a ausência de renda faz com que uma criança vá para o trabalho infantil, que um jovem saia do ensino médio. Aí, é reproduzido o chamado ciclo da pobreza. A renda é fundamental, é um foco deste seminário.

Temos a chamada pobreza multidimensional, que a Profª Carla Bronzo, tenho certeza, vai abordar hoje. São as outras políticas públicas, os outros direitos que também compõem um quadro de vida melhor para as pessoas. É o acesso à água para o próprio consumo humano, que, às vezes, falta em algumas regiões do Estado. É uma educação de qualidade, desde o ensino infantil. Em Minas Gerais só 35% das crianças têm esse acesso facilitado. São as políticas de saúde. Hoje existe um desafio emergencial, urgente, que é o tratamento dos usuários de drogas. São as políticas de reforço da agricultura familiar. Vejo aqui o Edmar, Subsecretário de Agricultura Familiar. São as comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, que necessitam de políticas específicas. Existe um conjunto de políticas públicas que, articuladas, integradas, podem construir uma situação que permita a superação da pobreza e eleve os níveis de exigência de direitos. Queremos superar a pobreza extrema, mas não queremos parar aí. Queremos fazer as duas coisas: ampliar o conjunto de políticas públicas e ter um foco especial para situações mais complexas.

E, por fim, a chamada inclusão produtiva. Faço um convite: hoje, na porta da Assembleia, às 19 horas, será aberta a Feira Estadual da Economia Popular Solidária. Dra. Andréa, é o exemplo prático realizado com recursos de emenda da Comissão de Participação Popular desta Assembleia, que permitiu a abertura de feiras em todo o Estado de Minas Gerais. A Feira Metropolitana e a Feira Estadual serão abertas hoje e continuarão na terça-feira e na quarta-feira. A inclusão produtiva, como foi mostrado no vídeo, é a grande empresa, mas também a iniciativa local. É a iniciativa corporativa associada, os catadores de material reciclado e um conjunto de ações.

O Presidente da Assembleia pediu que déssemos esse enfoque ao seminário, que tratássemos da transferência de renda, da ampliação das políticas públicas, da inclusão produtiva com um olhar mais regionalizado. A desigualdade e a pobreza em Minas Gerais têm um componente regional e, mais que isso, às vezes intrarregional, porque nas próprias macrorregiões há fenômenos de concentração de pobreza numa determinada microrregião e de riqueza em outra. Isso nos leva a ter um cuidado especial com as estatísticas e com as médias porque, numa mesma região, existem Municípios com altíssimos e baixíssimos IDHs, para ficarmos somente nesse indicador.

Por fim, faço um segundo registro. Este seminário, apesar de ser iluminado, e hoje será iluminado inclusive por exposições de natureza acadêmica e científica, objetos de pesquisas, não terminará na quarta-feira com um belo documento que será publicado e, depois, tomará poeira no armário de alguém. Esse seminário tem intencionalidade, é civilizatório e carrega uma dimensão ética. A intencionalidade é integrar um esforço nacional para, até 2014, erradicar a pobreza extrema em Minas Gerais e no Brasil. Esse é o nosso objetivo.

A Assembleia terá espaços fundamentais até o mês de dezembro para atingir esse objetivo. Temos propostas em tramitação. Sou o relator de uma delas, uma proposta do governo do Estado que cria o Fundo de Erradicação da Miséria. Temos projetos



importantíssimos, como o do Deputado Dinis Pinheiro, que cria o pagamento por serviços socioambientais aos catadores de materiais reciclados, o chamado Bolsa Reciclagem. Temos projetos de estímulo ao desenvolvimento econômico no semiárido, já votado em 1º turno. Patrus, temos a Proposta de Emenda Constitucional nº 25/2011, que será votada hoje em Comissão Especial, em 2º turno e, se for aprovada, poderá ser votada pelo Plenário nesta semana. Essa PEC insere a erradicação da pobreza e a superação das desigualdades regionais na Constituição do Estado como um dos objetivos de Minas Gerais, abrindo um espaço maior para a apresentação e aprovação de projetos dessa natureza. Há ainda os instrumentos fundamentais de planejamento público no Estado: PPAG 2012-2015, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado e a Lei Orçamentária para 2012. Portanto, nosso esforço nestes três dias e o trabalho de vocês amanhã e na quarta-feira serão fundamentais nesse sentido. Vamos ser concisos, precisos. Depois desse amplo trabalho, identificaremos as propostas efetivas e nos assentaremos com o governo para negociar, aprovar na Assembleia, o governo efetivar e, de fato, darmos a nossa contribuição. Lembro que a governabilidade não é toda da Assembleia. Há ainda o Poder Executivo. Algumas propostas dependem do governo federal e dos governos locais. Quem puder ficar em Belo Horizonte deve fazê-lo, pois a Escola do Legislativo dará um curso de capacitação para as entidades participarem do PPAG. Vamos pegar cada proposta aprovada e buscar transformar em uma emenda ao PPAG.

Gostaria de terminar dizendo isso: hoje, ao chegar aqui, no encerramento de uma etapa, já que depois teremos as audiências públicas do PPAG, nos dias 7, 8 e 9 de novembro, estamos com a consciência tranquila de que a Assembleia Legislativa fez a sua parte e continuará fazendo. Deixamos aqui nosso agradecimento a quem participou das etapas regionais, às entidades parceiras, aos Deputados e Deputadas que participaram dos encontros, ao Presidente da Assembleia, que politicamente nos garantiu todo seu apoio, e aos servidores da Assembleia Legislativa, para os quais peço uma salva de palmas, pois eles rodaram toda Minas Gerais. Foram 10.000km, e, se não fosse seu apoio, não teríamos chegado a este evento, para o qual houve até fila de espera, Sr. Presidente, nas inscrições. Temos aqui, nesses três dias, além dos milhares de participantes das etapas regionais, aproximadamente 800 pessoas. Não há mais por que dizer que não seria possível tecnicamente fazermos os trabalhos em grupo. Esse é um sinal de que Minas Gerais atendeu à convocação da Assembleia. Bom trabalho a todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito bem, Deputado André. O Deputado André Quintão é sempre brilhante, uma pessoa que tem feito um trabalho admirável na Assembleia de Minas. Passaremos a coordenação dos trabalhos à nossa querida amiga Deputada Luzia Ferreira.

A Sra. Presidente (Deputada Luzia Ferreira) - Bom dia a todos e a todas. Vamos dar sequência a nossos trabalhos. Acredito que todos vocês, e nós também, estamos ansiosos para ouvir nossos palestrantes. Queríamos agradecer a todos que compuseram a Mesa de abertura. Essa representatividade também mostra a valorização desse tema na Assembleia Legislativa e a ação pública do governo e da sociedade.

2º Painel

Composição da Mesa

A Sra. Presidente – Com muita alegria, convidamos a tomar assento à Mesa para o 2º Painel o Exmo. Sr. Patrus Ananias, Doutor em Filosofia, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Complutense de Madrid, professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre 2004 e 2010 e servidor desta Casa; a Exma. Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro, Doutora em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisadora e professora da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro; e o Exmo. Sr. Márcio Antônio Salvato, Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas, professor adjunto e Coordenador do Curso de Ciências Econômicas do Ibmecc-MG.

Palavras da Sra. Presidente

Gostaria de dizer que o tema “Erradicação da pobreza e da desigualdade”, além de um compromisso político de todas as esferas de governo, do Legislativo e da sociedade, carrega também uma dimensão ética da nossa ação. Na semana passada, caro Patrus, saiu uma estatística dizendo que 1% das pessoas do mundo são detentoras de 40% de todas as riquezas existentes. A estatística vem a calhar a esta nossa reunião. Não há nenhuma justificativa humana para que possamos considerá-la natural, como uma consequência do talento de algumas pessoas para ganhar dinheiro, fazer fortuna, fazer riqueza. Na sua origem, na sua base, há toda uma concepção de desenvolvimento político e econômico que transfere renda do conjunto da população, por meio do seu trabalho, dos baixos salários, da exclusão, para uma parcela muito pequena da população, assim como indicou a estatística: 1% concentrando 40% da renda do mundo. Com certeza isso vai contra qualquer lógica, quando pensamos em valorizar a vida, valorizar as pessoas, e não a obtenção de vantagens e de riquezas em função de poucos. Acho que isso está na origem não só da fome, da desigualdade, mas dos conflitos armados, das guerras, que vitimam milhares e milhares de pessoas pelo mundo. Nós temos esse compromisso de criar condições para que possamos ter um mundo mais igual. Quando falamos de mundo mais igual, temos de passar, necessariamente, pela distribuição de renda. Quando falamos de um mundo mais igual, temos de começar a reverter essa lógica de que a maioria trabalha para beneficiar uma minoria. É preciso criar condições de um desenvolvimento econômico que destine, por meio da renda salarial, uma fatia maior daquilo que é produzido anualmente no nosso país, que é o PIB. Ao falarmos de PIB, estamos tratando da riqueza produzida no âmbito do Município, do Estado e do País. Esse PIB é a soma da massa salarial. A cada ano, essa fatia do salário é ainda uma menor parte dessa riqueza nacional.

Quero aqui dizer que avançamos muito. As pessoas normalmente transferem muito a responsabilidade ou têm um discurso nivelado, mas nada muda. Falamos, falamos e nada acontece. Há uma sensação de impotência. Hoje a assistência social no Brasil é levada à situação de política pública, mas, há alguns anos, era caridade de quem se dispunha voluntariamente a acolher um e outro. Hoje há um sistema nacional de assistência social; há compartilhamento em todos os níveis. Isso também é uma conquista da democracia. Apesar de haver partidos políticos distintos, que põem em disputa concepções distintas, o que é legítimo na democracia, eles são capazes de atuar conjuntamente nos governos federal, estadual e municipal, complementando ações que tornem mais efetivo o combate à pobreza e mais efetivas as políticas públicas. Não há mais disputa, um fazendo uma coisa, e outro tendo de fazer diferente; há de buscar essa

complementariedade. O Cadastro Único veio para buscar foco, para que todos os recursos, que são poucos, fluíssem na mesma direção.

Quero dizer da alegria de fazer parte deste processo de discussão. Como disse muito bem o André, não queremos fazer apenas um documento bonito, com muitas propostas. Há elementos, do ponto de vista do Legislativo, como o PPAG. A cada ano, votamos e elencamos as prioridades do Orçamento. Também hoje contamos com a sensibilidade do Governador Anastasia. Está sendo criado o Fundo de Erradicação da Pobreza. Obviamente haverá disputa, pois, para destinar recursos a esse fundo, é necessário que sejam tirados de outro lugar, pois ele é único. Para compensar o fundo, poderá ser elevada a alíquota de alguns produtos ou reduzida a de outros. Essa é a nossa trajetória.

Aqui estão representantes de todo o Estado, com as suas diferenças e particulares. Essa também é a importância do Parlamento. Permitimos que a pluralidade seja representada, bem como a realização de diálogo com a sociedade. Não vou alongar-me, porque vocês estão aqui para ouvir os palestrantes, que, com certeza, vão chamar a nossa atenção para que consolidemos cada vez mais as nossas convicções. A palavra tem muita força; a convicção tem muita força. Quando temos convicção, nos mobilizamos para ir à luta. Sejam todos bem-vindos.

Chamo a atenção de quem, porventura, tenha vindo diretamente ao Plenário e não se credenciou. O credenciamento pode ser feito na escadaria da Praça Carlos Chagas, na entrada da Assembleia. O trabalho hoje será feito no Plenário. Amanhã, haverá a consolidação das propostas nos grupos de trabalho, o que é extremamente relevante, pois permite a participação maior de cada um. Portanto, amanhã é importante a presença de todos. O debate de quarta-feira, neste Plenário, para a consolidação das propostas, terá como base as propostas elencadas nos grupos. O documento base, que teve origem nos encontros regionais, será discutido amanhã nos grupos e, depois, as propostas virão para a plenária. Quem não participar dos grupos, com certeza, deixará de colaborar.

Quero dizer ainda aos representantes regionais que porventura tenham alguma pendência em relação à sua participação no seminário, às diárias - há pessoas que não as receberam com antecedência, por algum motivo -, que as pendências podem ser resolvidas na mesa de credenciamento, onde há pessoas orientadas e aptas a prestarem os esclarecimentos necessários. Agora passaremos a palavra ao nosso querido amigo Patrus Ananias.

Palavras do Sr. Patrus Ananias

Bom dia. Saúdo todos os presentes; os delegados; a Deputada Luzia Ferreira, que coordena esta reunião; e o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, agradecendo-lhe as palavras afetuosas e de apreço. Saúdo o Deputado André Quintão, fraterno amigo; os meus colegas expositores; a minha querida amiga Dra. Carla Bronzo; e o Dr. Márcio Antônio Salvato.

Confesso-lhes que tive dúvidas sobre por onde começar, tal a quantidade de dados. E quero agradecer, com muito carinho, a uma esplêndida servidora da nossa Casa, da Assembleia, Regina Magalhães, que me forneceu uma série de informações preciosas sobre as políticas públicas sociais em Minas Gerais, especialmente no campo da assistência social, da segurança alimentar e nutricional, da agricultura familiar. Tive de fazer algumas escolhas devido à exiguidade do tempo. Então apresentarei alguns pontos, sem maiores pretensões, para a nossa reflexão, a fim de que possamos continuar avançando em Minas e no Brasil no campo das conquistas sociais. Antes, quero saudar e valorizar a presença dos delegados, pessoas que vieram das mais diferentes regiões, cidades de Minas, muitas delas distantes, com sacrifícios pessoais, familiares, para participar deste importante evento. É a participação das pessoas, é a sua adesão que possibilita continuarmos avançando no espaço da democracia participativa, no campo da conquista de novos direitos sociais, sempre na perspectiva de uma sociedade mais justa.

Dou as boas-vindas a todos, parabenizando-os pela participação. Um abraço aos que participaram dos encontros nas diferentes regiões e que aqui estão representados pelos delegados. Saúdo e parabenizo a Assembleia Legislativa de Minas - tenho orgulho de ser servidor da Casa - por essa esplêndida iniciativa. Parabenizo o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, e os Deputados André Quintão e Luzia Ferreira, que apresentaram a proposta deste seminário.

Penso que devemos, num primeiro momento, contextualizar historicamente a pobreza em Minas e no Brasil. A pobreza, a miséria, a fome, a exclusão social, as injustiças e as desigualdades sociais e regionais não são vontade de Deus nem configuram um destino dado. São consequências de desacertos históricos nas relações humanas de apropriação dos bens.

Farei uma apresentação rápida e sucinta, devido ao tempo escasso, sobre as causas históricas da pobreza em nosso país e em nosso Estado. Há um dado importante que, às vezes, os historiadores tendem a relativizar ou até mesmo ocultar. No início da formação do nosso país e do nosso povo, logo depois que os portugueses aqui chegaram, houve a implantação das capitânias hereditárias. Todo o litoral do Brasil, de Santa Catarina ao Ceará, à época, foi dividido em 15 grandes áreas e entregue a 12 donatários. Esses donatários tinham benefícios privados, exploravam a atividade econômica, tinham direitos e privilégios públicos. Cumpriam papel de Juiz, podiam condenar à morte os negros, os índios e os peões, como está escrito nas Ordenações Filipinas do século XVII. As pessoas mais gradas podiam ser condenadas à pena de degredo de até 10 anos. Os donatários podiam criar vilas.

Surgem aí dois problemas importantes na formação do nosso país de que temos de dar conta. Primeiro, a relação confusa e promíscua entre o público e o privado, que vem até os nossos dias. Algumas pessoas que ocupam cargo público acham que o cargo público é uma extensão da sua casa, da sua fazenda, da sua propriedade, dos seus negócios. Essa relação até hoje nos acompanha, e estamos determinados a enfrentá-la e a superá-la com a participação efetiva e consciente da sociedade. Precisamos promover a desprivatização do Estado brasileiro; precisamos colocá-lo a serviço da sociedade, para que tenha um olhar mais atento e carinhoso para os mais pobres, para aqueles que mais precisam da sua atenção e das políticas públicas, do ponto de vista social e regional. As capitânias hereditárias também nos deixaram outra herança pesada: a concentração da terra.

Desdobrando as capitânias hereditárias, tivemos as sesmarias, terras que o rei dava para seus protegidos e amigos, terras que ninguém conhecia, que não eram exploradas. Vinculava-se o fato de ser dono da terra a poder político. Tivemos, no século XIX, em 1850, a Lei de Terras, período em que o regime de sesmarias se acabou. Veio a propriedade privada, um retrocesso, porque a Lei de

Terras beneficiou a grande propriedade e praticamente tirou a posse e a propriedade dos pequenos produtores, conforme está bem documentado nos livros históricos e que, em razão do tempo, não vou ficar lendo aqui. Mas esse é um registro importante. A Lei de Terras no Brasil, em 1850, favoreceu a grande propriedade, porque exigiu a escritura. E imaginem ter escritura no Brasil no século XIX, em 1850, nesses sertões do nosso enorme território, com dificuldades nos meios de comunicação e de transporte. Só os ricos, os grandes proprietários podiam fazer esse registro, e, ao registrarem, inseriam muito mais do que tinham, inclusive as propriedades dos pequenos.

Na linha das sesmarias, da Lei de Terras, da grande concentração da terra, tivemos um fenômeno sério no Brasil que ainda hoje aparece: o coronelismo, o mandonismo, uma espécie de pequenos Estados dentro do Estado. O Coronel dava os votos, e os governantes governavam em função dos interesses do Coronel, do chefe político local e regional. Ainda hoje conhecemos os resquícios desses Coronéis, desse mandonismo, muitas vezes com violência e prepotência pelos interiores do nosso Estado e do nosso país. Essa questão coloca para nós algo fundamental do ponto de vista da inclusão e da justiça social, que é a propriedade. Defendemos o direito de propriedade, que é uma conquista histórica, civilizatória, pois a estatização da propriedade não funcionou. Mas temos de defender o direito de propriedade vinculando a propriedade às exigências superiores do direito à vida, à justiça social, ao bem comum, à dignidade humana, ao interesse público. Pelo Brasil, não avançamos no outro aspecto relativo ao direito de propriedade, que é a função social da propriedade. A propriedade deve cumprir uma finalidade social. Hoje não se admite mais a propriedade especulativa, a pessoa ter terra, seja na roça, seja na cidade, para fins especulativos, com tanta gente precisando de terra para trabalhar, produzir, morar e ter dignidade. Com isso, não avançamos em reformas fundamentais, que ainda continuam pendentes no Brasil: a reforma agrária, a democratização da terra e a reforma urbana. Ou seja, colocar a propriedade da terra na cidade vinculada também às exigências do bem comum, ao direito de moradia, aos espaços públicos.

Outra questão para a qual quero chamar a atenção, porque marcou muito a formação do nosso país e hoje tem consequências nas grandes injustiças e desigualdades sociais, foi a escravidão. Não podemos esquecê-la, temos de nos haver com ela. Foi muito ruim e brutal. Seres humanos eram tratados como se fossem coisas, eram vendidos, negociados. Pais, mães e filhos eram separados. Cada um era objeto de negócio. O que estava sendo discutido no Brasil nos dias, meses e anos que antecederam o dia 13/5/1888, quando foi assinada a Lei Áurea, era se os donos, os senhores de escravos seriam ou não indenizados pela perda da sua propriedade. Eles queriam ser indenizados, era o que reivindicavam. Muita gente defendia isso. É bem verdade que não foram indenizados, mas tivemos de queimar toda a memória nacional em relação à escravidão e os escravos não receberam nada, foram literalmente jogados na rua da amargura. Não houve nenhuma política social para incluí-los como sujeitos dos direitos e deveres da nacionalidade e da cidadania. A escravidão é perversa porque, além de humilhar, de reduzir seres humanos à condição de coisa, criou no Brasil uma mentalidade ruim em relação ao trabalho porque o desvaloriza, assim como aos direitos de cidadania daqueles que estão excluídos.

Até hoje há no Brasil - felizmente, cada vez menos - pessoas que ainda têm o espírito da escravidão. Os negros e os pobres devem reconhecer o seu lugar. Isso trabalha muito contra a ideia da igualdade, da cidadania.

Um terceiro ponto é a violência contra os índios, que alguns consideram que foi um verdadeiro genocídio contra eles. Deputado André Quintão, segundo estudos e relatórios dos encontros regionais, comunidades indígenas em Minas perderam suas terras, sua identidade e sua cultura, assim como muitas comunidades quilombolas. Além de afrontar a dignidade humana, o direito à vida, à cultura dos nossos antepassados indígenas, a violência contra os índios atinge muito a autoestima nacional. Temos de considerar esse aspecto quando pensamos na emancipação do nosso povo. Para manter a escravidão, tinha-se de passar a ideia, a ideologia de que os negros, os nossos antepassados e escravos, os afro-brasileiros eram inferiores. Ora, você só escraviza uma pessoa se mostrar à sociedade, pela ideologia, que ela é incapaz. Da mesma forma ocorre quando se passa a ideia de que os nossos antepassados indígenas tinham uma cultura inferior. Isso se reflete na autoestima nacional, porque somos filhos de escravos, de ex-escravos e de índios.

Esse preconceito contra negros e índios também atinge os portugueses, que também são importantes na formação do nosso país. São muito comuns as piadinhas contra os portugueses e, muitas vezes, as piadinhas de mau gosto contra nós, brasileiros. Até recentemente, pessoas tinham a ousadia de escrever que éramos um povo inferior. Muitas pessoas no Brasil ainda acreditam que o grande povo brasileiro, que vem construindo este país com tantas lutas, é um povo menor. Bons, mesmo, são os europeus. Bons, mesmo, são os filhos dos Estados Unidos. E isso incide na dominação. Um povo que não tem memória de sua história, que não tem autoestima, que não tem consciência de sua dignidade não luta efetivamente por seus direitos. Por conta disso, tivemos uma legislação social muito tardia. Como dizia o saudoso Darcy Ribeiro, "só em 1930 o Brasil entrou, aos trancos e barrancos, no século XX". Pouco antes da Revolução de 1930, o Presidente da República dizia que a questão social era uma "questão de polícia". Infelizmente, ainda hoje, muita gente tem essa visão e gostaria sempre de colocar a tropa de choque na rua para eliminar a presença incômoda dos movimentos sociais e de grevistas lutando por seus direitos.

A legislação social começou devagar. Mas começou. Considero, cada vez mais, que 1930 foi importante para a história do Brasil. Em 1943, houve a importante Consolidação das Leis do Trabalho, mas as leis trabalhistas eram só para os trabalhadores urbanos.

Sou filho da roça. Sou filho de fazendeiro, de Bocaiuva. Passei minha infância na roça; por isso gosto de um tempinho chuvoso como este: é bom para o milho crescer, para a água correr. Pois bem. Na minha infância, na minha adolescência - não tem tanto tempo assim; apesar da barba branca, historicamente é recente -, no começo da década de 60 do século passado, os trabalhadores rurais no Brasil não tinham direitos. Isso mostra quanto avançamos. Não tinham direito nenhum! Lembro-me disso e fico perplexo. Mas era real. Eles tinham de se submeter às condições impostas pelo empregador, pelo dono da terra. Não havia nada de salário mínimo, de jornada máxima de trabalho, de repouso semanal remunerado, de férias! Em caso de doença ou de morte, o trabalhador e sua família ficavam dependendo da caridade, da boa-vontade de terceiros. Não havia nenhuma garantia previdenciária.

O trabalhador rural conquista seus direitos pouco a pouco - até hoje ainda há trabalho escravo no Brasil!-, a partir da década de 60, com o Estatuto do Trabalhador Rural. Os trabalhadores e as trabalhadoras domésticos, só com a Constituição de 1988. É um momento importante o do processo constituinte de 1987. As eleições foram em 1986. Tudo isso levou à Constituição de 5/10/88, que representou um grande avanço. Temos de tomar conta dessa Constituição, temos de defendê-la e de trabalhar para que se aperfeiçoe

cada vez mais, porque a Constituição firmou direitos importantes. Incorporou a assistência social, colocando-a no campo das políticas públicas; vinculou-a à saúde e à previdência, na perspectiva ainda não cumprida da seguridade social, com um olhar atento para as comunidades indígenas e quilombolas, as crianças e os adolescentes - especialmente as crianças e os adolescentes pobres -, os idosos, as pessoas com deficiência. Também para a questão da família lançou um olhar mais alargado, mais generoso. Então, a Constituição cumpriu o importante papel do resgate histórico.

Em que pé estamos hoje? Primeiramente, faço uma distinção. Falamos em política pública social, em que há duas dimensões. Quando falamos em políticas públicas sociais - melhor no plural, no sentido amplo -, falamos de tudo o que melhora as condições de vida das pessoas. Então, as políticas públicas sociais incluem o trabalho, a capacitação para o trabalho, a educação, a saúde, a moradia, a questão ambiental, a cultura, o lazer. Também falamos de políticas públicas em sentido mais restrito, que são as que se vêm afirmando mais recentemente. Elas vêm sendo chamadas de “novos direitos sociais” e são, especificamente, a assistência social, a segurança alimentar e nutricional, o direito humano à alimentação adequada e as políticas públicas de transferência de renda, ou de renda básica de cidadania para os pobres, que no Brasil estão incorporadas no programa Bolsa-Família. Ou seja, as políticas públicas foram implementadas no Brasil com mais força e consistência nos últimos anos, especialmente a partir do governo do Presidente Lula e a partir da implantação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Podemos incluir entre essas políticas o programa Economia Solidária. Aproveito para elogiar a realização da feira na praça da Assembleia, que será aberta hoje, um exemplo de política de inclusão produtiva.

Falarei mais objetivamente das políticas públicas sociais no sentido mais restrito, lembrando que elas estão articuladas com as outras políticas.

Mencionei as conquistas que tivemos com a Constituição, especialmente por meio dos arts. 194 e 226 a 232. Também chamo atenção para a Emenda à Constituição nº 64, que incluiu, entre os direitos fundamentais previstos no art. 6º da Constituição, o direito à alimentação. Como foi dito pela Deputada Luzia Ferreira, durante muito tempo a assistência social e a segurança alimentar, o direito à alimentação, direito básico, fundamental, tudo isso era tratado no campo da filantropia, da boa-vontade. Agora as ações compõem o campo dos direitos, alguns incluídos na Constituição.

Outro ponto para cuja reflexão convido é a implantação das políticas públicas no Brasil, nos últimos anos. Não vou descer a detalhes, mas quero chamar a atenção para um aspecto importante que incide em Minas: a dimensão republicana e federativa das políticas públicas, que, além de serem políticas, cada vez mais vão se inserindo, como eu disse, no campo dos direitos do cidadão. Estamos superando a fase do assistencialismo, do clientelismo, para tratar a questão social no campo dos direitos e dos deveres. As pessoas entram e saem dos programas sociais segundo critérios objetivos. As políticas sociais estão sendo implantadas no Brasil seguindo uma linha democrática, republicana e federativa, vale dizer: sem excluir ninguém. São realizadas ações integradas, parcerias com governos estaduais e governos municipais, independentemente da visão partidária. Nenhum governo estadual nem municipal deixa de receber recursos por ser deste ou daquele partido. Isso é importante! Por isso os programas sociais, especialmente os do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Bolsa-Família, os programas de assistência, o PPC, os Cras, os Creas, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, os programas de segurança alimentar e nutricional estão presentes em todos os Municípios de Minas.

Temos consciência clara de que avançamos muito. Mas ainda há desafios que enfrentar. Hoje foi usada a imagem do copo: fizemos muito, mas ainda há muita estrada pela frente. É um desafio fundamental para Minas Gerais, que pode ser o Estado precursor no aspecto do desenvolvimento regional, pois Minas tem características regionais muito demarcadas. As microrregiões, mesorregiões e macrorregiões do Estado têm características políticas, econômicas, históricas, culturais, sociais, geográficas e ambientais comuns. Então, coloca-se o desafio da promoção de ações integradas dos governos federal, estadual e municipal, com a participação da sociedade, dos empresários, dos trabalhadores, das universidades, das Igrejas, dos sindicatos e dos movimentos sociais, para promoverem o desenvolvimento regional, a partir das vocações regionais e de suas potencialidades. É um aspecto importante que precisamos valorizar: tornar mais conhecida e discutida a lei dos consórcios intermunicipais, que possibilita que os Municípios estabeleçam programas comuns e complementares, potencializem seus recursos, maximizem e criem sinergias, interagindo com os programas dos governos federal e estadual e também com outros órgãos públicos presentes nas regiões, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Já no plano do Estado, a Cemig, a Copasa e outros órgãos estão na perspectiva de uma ação cada vez mais integrada.

Penso que a questão do desenvolvimento regional é muito importante, pois se cria o espaço onde devem se integrar as políticas sociais. É o grande desafio: a integração das políticas sociais e a convergência delas. Sempre uso a imagem de que uma criança não aprende sem ter saúde. Na verdade, uma criança não tem saúde, se não tiver assegurado, com sua família, o direito à boa alimentação, à água potável, ao saneamento básico e à moradia. Há complementação entre as diferentes políticas sociais. Além dessa integração, também acho importante o vínculo com o crescimento econômico. Para que haja vigorosas políticas sociais, deve haver crescimento econômico. Assim, haverá dinheiro e os recursos dos impostos, a serem aplicados no desenvolvimento social.

Vejo com muito carinho essa integração e gostaria muito que vocês pensassem sobre isso, pois se trata da possibilidade de implantarmos o orçamento participativo regional e chamarmos as lideranças políticas locais e regionais, Prefeitos, Vereadores, gestores, representantes dos movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais, Igrejas, universidades, mulheres e jovens para o debate sobre as prioridades regionais, numa ação que envolva também os governos federal e estadual.

Como o meu tempo está se acabando e já fui advertido de que só me restam 5 minutos, gostaria de dizer que, nessa linha da regionalização, da territorialização, podemos ter ações muito importantes para fortalecer o Suas e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan. Dessa forma, integrariamos cada vez mais o Suas e o Sisan com as políticas para o Bolsa-Família, com as políticas de transferência de renda e com outras políticas sociais. Um grande desafio que temos - entre outros - é atingir o núcleo duro da pobreza. Penso que o desenvolvimento regional favorece isso. É preciso alcançar esse núcleo duro, que é diferente. No Norte de Minas, uma realidade que conheço bem, há comunidades indígenas, comunidades quilombolas e pequenas comunidades

rurais em condições muito adversas. No entanto, também existe o núcleo duro da pobreza aqui na Região Metropolitana de Belo Horizonte e nas periferias, onde convivemos com questões delicadas de violência, de drogas e de territórios que perigosamente tendem a esses problemas ou podem ser apropriados pela violência e pelo crime, onde cada vez mais é necessária a ação enérgica do Estado. Para confrontar também a questão da violência e das drogas, as ações integradas são fundamentais. Ou seja, é preciso integrar as ações dos agentes e dos equipamentos públicos, sempre buscando a interlocução com a presença dos movimentos e da sociedade civil.

Há outros pontos para serem tratados aqui, mas abordarei apenas mais dois aspectos antes de chegar ao ponto final - dessa forma respeitarei rigorosamente o tempo. Depois teremos oportunidade para conversar com vocês no debate. Temos de nos empenhar muito, e o Deputado André Quintão chamou a atenção para esse aspecto na sua fala, assim como o Deputado Dinis Pinheiro e os demais oradores. Temos de estar mobilizados aqui, em Minas, em torno do plano Brasil sem Miséria. Precisamos mobilizar todos os nossos esforços para erradicar a fome, a desnutrição e a pobreza extrema, mas não podemos parar aí. Isso é fundamental, mas o povo brasileiro merece mais. Nós merecemos mais. Merecemos uma sociedade que acolha todas as pessoas, sem excluir ninguém, sem nenhuma discriminação, desde a concepção, desde o momento em que a mãe, de preferência em sintonia com o pai, decida ter o filho, que deve ser acolhido por todos nós, pela sociedade, pelo Estado. A partir desse momento, que todas as crianças tenham os mesmos direitos: alimentação, assistência médica, creche de qualidade. Temos de garantir para as crianças pobres as creches que têm as crianças de classe média e as ricas. Aí começa um descompasso social inaceitável. As crianças pobres, na sua grande maioria, antes mesmo da educação infantil, ainda não obtiveram essa conquista, André, aos 4 anos. É preciso garantir o atendimento nas creches desde o nascimento para as famílias que assim o quiserem. Pode não ser uma obrigação das famílias, mas o serviço tem de estar à sua disposição. Para onde vão as crianças pobres quando os pais vão trabalhar? Por que não podem ter desenvolvimento psíquico e emocional, brinquedos pedagógicos e o aprendizado que recebem as crianças bem-nascidas? Esse me parece o desafio fundamental de um projeto de nação, um projeto de Estado para Minas Gerais e para o Brasil. Um projeto emancipatório em que as pessoas tenham direitos e oportunidades iguais, onde uma criança que nasça numa família pobre tenha rigorosamente as mesmas possibilidades de uma criança nascida numa família com maior poder aquisitivo. Essa me parece ser a questão fundamental. Por mais importante que seja o Minas sem Miséria ou o Brasil sem Miséria, não podemos parar aí. Nosso compromisso é histórico, é afirmar um projeto de nação que ponha em prática o verso do Hino Nacional Brasileiro: “Dos filhos desse solo és mãe gentil”. Muito obrigado. Um abraço. Depois conversaremos mais.

A Sra. Presidente - Agradecemos a participação do ex-Ministro Patrus Ananias. Certamente ele poderia falar o dia todo sem nos cansar, até pela intimidade com o tema. Foi brilhante, e com certeza seríamos todo ouvidos se falasse por mais algum tempo, mas ainda há outros debatedores e o debate propriamente dito, que é extremamente relevante.

Palavras da Sra. Carla Bronzo Ladeira Carneiro

Bom dia! É uma honra estar aqui, como servidora pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, dividindo com vocês debates que a equipe como um todo tem feito sobre o tema da pobreza, da desigualdade e da proteção social. Além de uma honra, é uma grande responsabilidade pelo significado deste processo, conforme já exposto nas falas anteriores, que envolve um importante trabalho de bastidores, da consultoria da Assembleia, de anônimos que estão por trás, com a construção de propostas em relação a um tema que é muito importante. Fico satisfeita em poder compartilhar este momento e espero que minha reflexão seja útil em relação ao PPAG, na elaboração de proposições e no estabelecimento de diretrizes que terão impacto direto na vida de milhares de pessoas e de famílias mineiras. Tentarei falar sobre dois pontos principais. O tempo está meio curto, por isso terei que correr na apresentação. São dois pontos que envolvem questões mais de fundo, como a ética e a moral.

O Ministro Patrus terminou a sua fala na direção de um tema que abordarei, embora não vá deter-me nele. É importante entendermos que essa discussão não trata de um tema técnico nem de uma questão apenas política, mas de uma questão que diz respeito ao sofrimento. A injustiça é um sofrimento. Se a dor é própria do ser humano, se as condições de perda, morte, abandono são próprias da natureza humana, esse não é o caso do sofrimento. Essa é uma dor mediada pela injustiça social. Embora essa questão seja óbvia, não é trivial que entendamos que, quando expomos cada dado estatístico, a situação de cada uma dessas 900 mil pessoas, estamos falando de sonhos, de desejos, de capacidades que foram limitadas, de liberdades que foram rompidas, de oportunidades que foram cerceadas, enfim, de seres humanos que sofrem por conta de uma distribuição social desigual. Esse é o primeiro ponto que precisamos ter em mente. Não se trata de trazer o discurso da caridade, mas de reconhecer a dimensão humana que está por trás dessa discussão.

Quando estamos falando de pobreza, estamos falando de injustiça social. Outro ponto diretamente ligado à fala do Patrus é que a discussão da pobreza está ligada ao debate sobre que projeto de sociedade estamos construindo, sobre o tipo de sociedade em que desejamos viver. O que é intolerável? O que podemos suportar em nossa sociedade? Abaixo de qual parâmetro nenhum ser humano pode viver? Quando falamos de pobreza, também falamos sobre desigualdade, que é uma questão diferente. O problema da desigualdade aponta para uma questão muito mais complicada, pois diz respeito a uma condição de privação e destituição de um conjunto da população em um cenário de abundância. Temos riquezas e recursos suficientes para que não haja fome e para que ninguém fique privado da educação, da escolaridade e do atendimento à saúde. No Brasil, a situação de miséria não é como a da África.

A questão da desigualdade é uma questão importante. Não podemos acabar com a pobreza mantendo intactos alguns pilares da nossa forma de viver. A pobreza interroga o nosso modelo de sociedade. Essa é a questão posta. A pobreza não é um fato da natureza. Ela é produzida pelas instituições, com causas estruturais ligadas às escolhas, como disse o Ministro Patrus Ananias. A questão é histórica e tem relação com escolhas e com decisões tomadas em outros campos das políticas econômicas e de natureza macroestrutural.

A questão da desigualdade está posta. Por muito tempo acreditamos que o crescimento econômico seria suficiente para acabar com a pobreza. Apostamos todas as fichas nisso e descobrimos que não é assim e que a própria distribuição de ativos e a redução da desigualdade são elementos importantes para propiciar o desenvolvimento e o crescimento econômico.

Quando falamos sobre a pobreza, discutimos uma questão central, que tem relação com o conteúdo distributivo, com a desigualdade e com a distribuição das riquezas. De fato, pretendemos continuar administrando e mantendo a pobreza mais ou menos em planos toleráveis em nossa sociedade? Desejamos manter o nível normal da população pobre, destituída e marginalizada, ou, de fato, o nosso projeto inclui a superação da pobreza?

Se a resposta for essa última hipótese, a nossa intervenção tem de ser muito diferente do que temos feito até agora. Essa questão não será solucionada se fizermos mais da mesma coisa. Isso é mesmo desconfortável, mas temos de olhar para o modelo de sociedade que estamos criando e a injustiça e irracionalidade que existe por trás disso. Temos de discutir novos conceitos e alterar os paradigmas e a forma como entendemos a questão da pobreza. Isso é extremamente necessário para que possamos realmente obter resultados diferentes do que temos conseguido até então.

Os resultados são muito tímidos ainda, embora tenhamos avançado muito. Vemos que os resultados estão muito aquém quando sabemos que 900 mil pessoas estão abaixo da linha da pobreza extrema. Há muita gente abaixo dessa linha, mas ela é muito baixa. São R\$70,00 “per capita”. Não podemos nos conformar acreditando que seria o nosso ponto de chegada retirar essas 900 mil pessoas, em Minas Gerais, dessa linha tão baixa. Não é isso, veremos que, na verdade, a pobreza é a ponta de um “iceberg” que nos leva à necessidade de alterar profundamente a nossa forma de atuar. O governo, a sociedade, o mercado, a sociedade civil e cada um de nós teremos de adotar uma maneira diferente de entender o problema.

Falarei um pouco mais sobre isso, pois essa discussão é fundamental. É importante discutir a pobreza do ponto de vista teórico? Como entendemos e definimos a pobreza? Isso parece meio óbvio, pois estamos dizendo que são pobres aqueles que têm uma renda baixa ou que recebem meio salário mínimo, e que são indigentes ou estão na pobreza extrema aqueles que têm uma renda abaixo de R\$70,00 “per capita” ou um quarto do salário mínimo. Essa é uma definição, mas não é a única. É extremamente importante essa discussão do ponto de vista teórico e conceitual não por uma questão acadêmica, mas pelas consequências que acarreta em termos de intervenções e políticas públicas.

A primeira questão é a discussão de como entendemos o fenômeno da pobreza. Qual é a teoria e a leitura que está por trás de uma determinada concepção de pobreza? Quais são as consequências que isso acarreta em termos de políticas públicas? Este diagrama expressa bem essa questão exposta. Dependendo do enfoque e da forma com que entendemos a pobreza, a consequência é muito clara do ponto de vista da sua mensuração. Em percentagem, quantos da população são pobres? Onde estão os pobres, quem são os pobres, quem é o público legítimo das políticas de proteção social? Isso não é irrelevante porque vai identificar um público muito diferente de pessoas incluídas numa situação de pobreza, que vai significar estratégias localizadas para um público que, dependendo da concepção que se tem, será muito diferenciado. Além disso, a concepção, a forma, o enfoque pelo qual entendemos o problema da pobreza tem consequência do outro ponto de vista, do ponto de vista das estratégias de intervenção. Que tipo de políticas é necessário e suficiente para dar conta do enfrentamento da pobreza? Esse é um ponto central, e toda a literatura mais recente sobre pobreza e desigualdade mostra a importância de entender que por trás de toda política pública existe uma leitura do problema.

Então, é importante termos o conceito do que estamos falando quando falamos sobre pobreza. Essa não é uma questão simplesmente teórica ou acadêmica porque ela tem consequências diretas na identificação do público e no desenho de estratégias de intervenção. Espero que entendam que, embora estejamos falando de uma linha de pobreza monetária abaixo de determinado valor, essa é apenas uma concepção de pobreza que nos permite identificar 900 mil pessoas. Se utilizássemos uma outra concepção, provavelmente acharíamos um volume maior de pessoas que estão numa condição de destituição, de privação e que devem ser objeto das políticas públicas.

Nesta transparência mostramos alguns enfoques, como o monetário, que define a pobreza como privação de renda. Mas existem outros que foram acrescentados a essa perspectiva mais dominante de se entender a pobreza, que tem a ver com a necessidade básica, com as capacidades, com a exclusão social, com a vulnerabilidade. Tentarei mostrar tudo isso por este desenho que fiz. Não sei se ficou confuso, mas foi um esforço de tentar mostrar que, se temos a concepção da pobreza na perspectiva monetária, que desde o século XIX vem sendo a maneira de entender a pobreza, foi a primeira maneira de entender a pobreza que existiu em Londres e foi um modo de medir a pobreza a partir de uma medida nutricional, a partir de um “quantum” de caloria que cada pessoa precisaria para sobreviver. A partir daí, foi calculada uma linha de renda, que é considerada a linha de pobreza, que é até hoje utilizada para focalizarmos a política social.

O que está na base dessa concepção de pobreza monetária é uma concepção de sobrevivência. No final das contas, a linha de indigência, como é calculada, parte da ideia de quantas calorias precisamos para conseguir manter-nos vivo. A partir daí, calcula-se uma linha de pobreza. Mas isso é muito pouco porque, primeiro, parte de uma concepção extremamente unidimensional. A pobreza tem a ver com a privação de renda para as pessoas terem o mínimo para sobreviver.

Isso é muito pouco. Várias outras concepções foram sendo incorporadas em face das necessidades básicas. A renda, por exemplo, não é suficiente para dizer sobre o bem-estar. Dependendo das necessidades da pessoa, ela pode não ser pobre, em termos de renda, mas ter necessidades básicas insatisfeitas, como moradia precária, escolaridade baixa, condições precárias de saúde, moradias com falta de saneamento. São todas essas condições que precisam ser verificadas mais do que a renda. Se existe uma família com um nível de renda e dentro dessa família há uma pessoa com deficiência, seja física, seja mental, a renda para essa família não irá significar o mesmo que para uma família que não tenha essas necessidades. A vida de uma família que tem condição de ter atendimento de saúde adequado, que more num lugar adequado, que tenha segurança, será muito diferente de outra que tenha a mesma renda, mas que não tenha nada disso.

O enfoque das privações das necessidades básicas mostram essas outras dimensões que estão envolvidas na condição da pobreza. E essas outras dimensões devem atuar umas sobre as outras, como o Patrus mencionou. Uma criança sem saúde não aprende, e uma

criança que mora num lugar sem saneamento não tem saúde. Uma criança que mora em um local violento está sujeita a evadir-se da escola mais facilmente. Todas essas dimensões estão interligadas. A questão da renda é uma dimensão, mas não é a única que caracteriza uma situação de privação. É importante olhar para as necessidades satisfeitas ou não dos indivíduos. Esse enfoque das necessidades salienta isso: privações múltiplas em diversas dimensões. É importante considerar todas essas dimensões para além da renda.

Um importante economista indiano, Amartya Sen, trouxe o enfoque das capacidades para mostrar que a pobreza tem a ver com privação de liberdade, não é apenas uma questão material. O enfoque das capacidades traz o olhar para o lado direito aqui, para dimensões mais subjetivas também. A pobreza tem a ver com dignidade, com a capacidade de as pessoas se afirmarem, com a capacidade de ação, de expressão de si mesmo, com o fato de conter os elementos que possibilitam às pessoas viver a vida do jeito que julgarem válido. É outra concepção, que agrega a essa dimensão objetiva outras dimensões. A pobreza não é só privação material, tem a ver com humilhação, atitudes e comportamentos de dependência, resignação, baixa autoestima, fatalismo, desesperança. É importante olhar para essas outras dimensões.

Não basta apenas dar renda às famílias. Muitas vezes é necessário trabalhar nessas outras dimensões de natureza menos tangível porque isso vai permitir uma superação sustentável das condições de pobreza. De nada vai adiantar conceder o Bolsa-Família a uma família que se sente dependente, subalterna em relação aos agentes públicos, que não crê em sua própria força, na sua própria capacidade, que não consegue ver uma luz no fim do túnel, porque essa renda não vai permitir a alavancagem dessa família, a busca e o alcance de autonomia.

Esses outros enfoques ampliam a visão da pobreza para além da renda, entendendo não só uma privação múltipla, do ponto de vista material, mas também as dimensões psicossociais e de natureza mais intangível, vamos dizer assim. Não vou me deter na descrição de cada um desses enfoques porque o tempo aqui parece correr muito rápido. Vários outros elementos foram incorporados à nossa forma de ver a pobreza. Isso terá consequências. A pobreza é a ausência de renda, mas também é capacidade limitada, porque as pessoas não têm escolaridade, saúde, residem em moradias precárias, em locais violentos, têm esgoto a céu aberto. Tudo isso tem a ver com uma condição de privação, precariedade de acesso a bens, serviços, escolaridade e saúde, porque as pessoas não exercem atividades de geração de renda, têm fragilidade nos laços sociais, moram em territórios segregados, estigmatizados. Todos esses elementos devem ser levados em consideração para que sejam desenvolvidas estratégias exitosas.

Todas essas concepções ampliadas de pobreza apontam para uma multidimensionalidade. A pobreza é multidimensional e multideterminada. Não é só a falta de renda que gera a pobreza, porque um conjunto de outras determinantes levam as pessoas a uma situação de privação. A pobreza é heterogênea. Embora as famílias possam ser pobres de acordo com alguma medida monetária, são muito diferentes, apresentam carências e necessidades diferentes em diversos âmbitos. A questão do território é importante, deve ser considerada porque existem especificidades pelo fato de uma família morar em determinada área. Isso tem consequências nas chances que tem de superar essa situação. A dimensão psicossocial tem a ver com a dimensão da subjetividade, que está interagindo com as dimensões objetivas. Frequentemente, nas relações com setores não pobres, com agentes das políticas públicas, agentes do mercado, agentes econômicos, muitas vezes, involuntariamente, são reforçadas as atitudes de dependência, de baixa autoestima, de desesperança. Essa condição precisa ser alterada.

Faz diferença conceber a pobreza sob outro aspecto, em termos da identificação do problema? Quais as consequências, sob o ponto de vista do conteúdo e das formas das políticas públicas? Vou apresentar, rapidamente, alguns dados produzidos pela equipe de desenvolvimento humano da Fundação João Pinheiro. A Fundação João Pinheiro é um arsenal de dados sobre Minas Gerais e sobre os agregados por Municípios. Nessa instituição, temos todas as informações necessárias para falar sobre a pobreza. Em 2009, por exemplo, se considerarmos a pobreza como uma linha de meio salário mínimo equivalente a R\$141,00, no valor de 2001, que é a linha de pobreza 1, teremos, em Minas Gerais, 13% da população pobre. Se consideramos a linha de pobreza um pouco maior e o salário mínimo de 2009, o que seria equivalente a R\$232,00, a pobreza já passa para quase 30% da população de Minas Gerais, praticamente um terço da população mineira, aumentando um pouco a linha de pobreza. É equivalente a R\$232,00 “per capita”. Poucos de nós conseguiríamos viver com R\$232,00, e, mesmo assim, essa linha mostra uma diferença significativa em relação à linha de pobreza considerada pelo valor do salário mínimo de 2000.

Praticamente todos os países do mundo utilizam a linha de pobreza relativa, que considera a riqueza da população. Ela é calculada pela renda média da população, considerando os que são pobres, as pessoas que estão abaixo de 60%, de 50% ou de 40% dessa linha. É uma medida de pobreza que considera também a desigualdade. Todos os países da Europa utilizam a linha de pobreza relativa. Qual seria a pobreza de Minas Gerais, se utilizarmos uma linha dessas, que é usada nos países desenvolvidos? Temos um PIB de país desenvolvido. O Brasil está incluído em um terço dos países mais ricos do mundo. Mais de um terço da população mundial vive em países com uma renda “per capita” inferior à renda brasileira. Então, quase 48% da população de Minas Gerais estariam abaixo da linha de pobreza relativa. Quando falamos em linha de pobreza, não estamos dizendo que a pobreza é assim. Depende de onde colocamos o corte e de onde estamos olhando para dizer qual é o tamanho da pobreza. A linha de pobreza pela renda, que imediatamente pensamos que é um indicador muito objetivo, está cheia de escolhas políticas e de decisões arbitrárias. Existem mais de 20 linhas de pobreza no Brasil, dependendo da instituição e do pesquisador. Não existe consenso sobre isso. A incidência da pobreza varia muito, dependendo do valor dessa linha.

A pobreza também existe entre as pessoas trabalhadoras e não só para aqueles que estão fora do mercado de trabalho. Esse dado da Pesquisa por Amostra de Domicílios da Fundação João Pinheiro mostra que há trabalhadores com idade entre 20 e 65 anos, com um rendimento mensal inferior a R\$232,00, apresentando diferenças entre as diversas regiões.

Apresento um experimento feito por uma aluna do mestrado da Fundação João Pinheiro, que operacionalizou os três conceitos de pobreza: renda, necessidades básicas e vulnerabilidade social, pesquisando se, com isso, identificaria a mesma proporção e o mesmo conjunto de pobres. Na verdade, não. Se considero pela linha de pobreza monetária, temos 11% de pobres. Se utilizo o enfoque da vulnerabilidade, esse número passa para 35%. Se uso o enfoque das necessidades, tenho mais de 20% da população com alguma

necessidade insatisfeita. Aqueles não pobres, os que estão acima da linha da pobreza, também têm necessidades insatisfeitas. As necessidades consideradas são básicas: esgoto e água. Portanto, não podemos focar somente na renda, pois deixaríamos de fora esses não pobres que estão aqui. Nesse conjunto, quase 19% das pessoas têm uma casa sem condição de moradia, sem água ou sem esgoto.

Esses experimentos mostram que olhar a pobreza sob diferentes enfoques tem uma importância concreta, prática e importante do ponto de vista da identificação. Quais são as consequências para a política? A integração das políticas é um requisito se considero a multidimensionalidade da pobreza e a intersetorialidade. Temos que mudar nossa forma de operar as políticas públicas para dar conta de alcançar essa população nas diversas dimensões. Precisamos de uma integração radical das políticas sociais e delas com as econômicas.

Reconhecer a heterogeneidade e a diversidade da pobreza significa olhar para uma rede de serviços que tem que ser flexível e aderente para responder às necessidades dos indivíduos. E olhar para as dimensões subjetivas tem uma implicação de considerar o aumento da autonomia, o desenvolvimento das capacidades e o empoderamento das pessoas como objetivo das políticas públicas.

Esse é outro diagrama que mostra, do lado de lá, as diversas determinações da pobreza e, principalmente, daquela pobreza dura, em que se tem até a transmissão intergeracional e um conjunto de estratégias políticas que decorrem daquilo. Terei que falar bastante rápido sobre isso. A intersetorialidade é uma exigência, e não mais uma escolha. Temos que fazer diferença. Temos que alterar nossas instituições e a nossa maneira de olhar o problema. Não dá mais para ter um olhar apenas dentro do meu setor, da minha instituição, do meu campo de intervenção porque é importante considerar que o resultado de uma política de educação depende de uma política de saúde eficiente também, ou seja, a criança não aprenderá se, de fato, não tiver condição adequada de saúde. Isso implica olhar o problema de um ponto de vista comum, criar formas de olhá-lo de um ponto de vista comum. A intersetorialidade é algo muito fácil de falar e muito difícil de fazer. Demora tempo, pois não é fácil compartilhar recursos, dividir poder e alterar a forma como as instituições trabalham, mas ela é absolutamente importante se quisermos, de fato, mudar algo nessa realidade.

Os sistemas de informação e o orçamento são dois poderosos instrumentos aliados à intersetorialidade. Indicadores, sistemas de informação compartilhados e orçamento feito de forma conjunta, com metas estabelecidas também conjuntamente, são mecanismos indutores importantes na intersetorialidade. Para isso, é necessário construirmos a capacidade estatal: as instituições, os recursos técnicos e humanos e as instâncias de participação e pactuação coletiva. Todo um conjunto de elementos é importante para darmos conta do desafio da intersetorialidade.

Em relação à flexibilização da oferta de serviços e o foco no território, podemos muito claramente constatar uma debilidade e uma fragilidade dos serviços existentes para responder às demandas da família, embora a Política Nacional de Assistência Nacional e o Suas tragam a noção de rede socioassistencial e o papel do Cras seja importante para articular essa rede, encaminhar as famílias aos serviços e fornecer respostas adequadas às necessidades diversas de cada família. Percebemos, por várias pesquisas feitas na Fundação João Pinheiro, essa heterogeneidade das condições de oferta, além da necessidade de investir, realmente com mais força, na mudança das condições do território e no fortalecimento da infraestrutura social.

Aí, queremos mostrar uma pesquisa demandada pela Sedese em 2008, 2009. Ela foi feita com coordenadores e gestores de assistência social em vários Municípios de Minas. Uma das questões que percebemos claramente é que, na verdade, não existe essa rede de serviços capaz de ser mobilizada pelo Cras para responder às demandas da família ou é insuficiente, quando existe, principalmente para os jovens adultos e no campo da inclusão produtiva. O que percebemos diante disso? Qual é a chance de realmente alterar as condições de vida desses jovens ou de lhes dar capacidades e oportunidades, se não existem - se existem, são insuficientes - programas nem serviços direcionados para eles? Aqui estamos mostrando isso. Onde não existe, marca-se com a cor verde. Em diversos tipos de serviço, isso nos mostra a carência e a fragilidade de redes, políticas e ofertas para esse público.

Finalmente, quanto à questão da autonomia e do empoderamento, perguntamo-nos o seguinte: o que é empoderar? Como se cria autonomia? As políticas estão criando autonomia? Não queremos uma política que torne as pessoas dependentes. Queremos obter sucesso na política de assistência, para que cada vez menos pessoas precisem dessa política. Parece que há uma lógica diferente. É preciso que as pessoas, para gerarem autonomia, consigam caminhar por suas próprias pernas, mas elas não conseguem isso sozinhas. Na verdade, existe um constrangimento estrutural que não dá oportunidade a que elas consigam fazer suas escolhas. Então, a questão do “empoderamento” envolve maior controle sobre ativos, sobre recursos de crédito e de escolaridade e sobre recursos financeiros e produtivos e, ao mesmo tempo, mudanças na dimensão psicossocial.

Quando examinamos as características dessa população, vemos que de fato é muito difícil gerar autonomia numa população com baixa escolaridade, com condições psicossociais negativas; assim as políticas públicas não conseguem responder às demandas por trabalho e por qualificação profissional. Não existe dignidade maior que as pessoas conseguirem viver com seu próprio salário. Ouvimos isso na pesquisa com as beneficiárias do Bolsa-Família. É uma questão importante garantir às pessoas a possibilidade de viver com a própria renda. Quando pensamos no Paif, que são os serviços desenvolvidos pelo Cras, que tem a tarefa de garantir, viabilizar o fortalecimento dos laços familiares e integrar essas famílias na rede de serviços, perguntamos qual é o efeito desse tipo de programa do Bolsa-Família e do Cras tendo em vista a autonomia e o “empoderamento”.

Recentemente fizemos uma pesquisa, que foi concluída no meio do ano pela Fundação. Elaboramos um questionário dirigido a 608 famílias beneficiárias do Bolsa-Família que também participam do Cras, com o objetivo de identificar se esses programas contribuem para alterar os ativos da família. Sabemos que os programas de transferência de renda conseguiram diminuir a brecha da pobreza e promoveram avanços importantes, com crédito para as famílias, que passaram a ter um horizonte, a planejar sua vida. Mas, de verdade, quais são as mudanças feitas? Que mudanças são operadas a partir da participação das famílias nesse serviço? Citarei um exemplo disso: numa questão do questionário, construímos um índice que mede a capacidade de as famílias agirem, procurarem emprego, se relacionarem melhor, participarem de associações, terem acesso a determinados serviços e ambientes, melhorarem sua autoestima e “empoderamento”. Foram variáveis que conseguimos identificar. O fato de o público do Bolsa-Família participar das oficinas do Cras produziu uma mudança nessa resposta. O Cras é um lugar de acolhida, de informação, onde as pessoas chegam para serem ouvidas, onde podem compartilhar angústias, e isso faz diferença.

Se fôssemos explicar esse gráfico, veríamos que o índice de resposta é mais alto quando as pessoas participam do Cras. Quer dizer, as pessoas que, a partir do Bolsa-Família passaram a sair mais de casa, a procurar mais emprego, a se mobilizar para mudar sua situação, a ter um ganho de autonomia, veem essas suas ações ser potencializadas pela participação no Cras. Esse resultado é superimportante, e ficamos felizes com isso, porque mostra que alguma coisa é possível. Quem trabalha na ponta percebe que alguma coisa muda nessas famílias. Mas o que muda? Como operar essa mudança? Muitos outros dados mostram isso.

Espero ter mostrado que é importante olharmos para a concepção de pobreza. Não podemos ficar felizes, ao olharmos para a pobreza ou ao considerarmos essa linha de pobreza extrema de um quarto de salário mínimo. Não é possível achar que está tudo resolvido. Não está! Temos muito mais a fazer. É necessário haver políticas intersetoriais, combinadas com políticas estruturais, laborais, de trabalho, de crédito. Não há como tratar a política de assistência de modo independente das políticas sociais, de tratar as políticas sociais de modo independente das políticas públicas, e o Estado, de modo independente do mercado e da sociedade. A pobreza é a ponta de um “iceberg”, a situação é muito mais ampla, tem de ser vista de forma muito mais abrangente, já que as políticas complementares de inclusão produtiva e autonomia e a garantia de renda não estão subordinadas ao Bolsa-Família. A pobreza não é criada pelas políticas sociais. As políticas de assistência não podem ficar com o dever, a atribuição e a responsabilidade de acabar com a pobreza. A pobreza é criada por outros fatores. Vemos isso na pesquisa. Quem está na ponta, enfrentando o dia a dia da pobreza, esbarra, o tempo todo, com as demandas não resolvidas de moradia, de transporte, de oferta de serviço de saúde, de trabalho, de qualificação profissional. É isso o que as famílias querem. Elas querem respostas concretas para as situações concretas que estão vivendo. E, muitas vezes, o Estado não tem condição de dar essas respostas, embora tenhamos recursos, conhecimento e informação. Falta algo, que não é dinheiro, nem informação. Falta exatamente considerar que a pobreza é resultado de um conjunto de problemas ligados à nossa forma de organização social, que deve estar no centro da política pública. O momento diz isso, reafirma esse compromisso.

Há dados e informações abundantes sobre a condição da pobreza, mas precisamos reconhecer os critérios políticos e normativos a partir dos quais dizemos “não, isso é intolerável”, reconhecer a noção de direito e de cidadania e efetivar, de fato, o acesso à educação, à saúde, à moradia, ao transporte, ao trabalho, à renda ...

A definição da quantidade de dinheiro, do tipo de programa e de serviço a ser definido não pode ficar mais ligada a critérios políticos, particularistas, a interesses de grupos. A definição de orçamento, do que fazer, de quanto gastar, onde investir o dinheiro, tem de estar fundada - trata-se de critério ético - em decisão política e programática baseada no que é necessário fazer, e não em interesses de partidos, grupos ou segmentos da sociedade. Só assim poderemos tratar a superação da pobreza de maneira estratégica, fazer diferente, não apenas administrar.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

A Sra. Presidente - Agradecemos à Profa. Carla Bronzo a riqueza da fala. As exposições do Patrus, da Profa. Carla e do Prof. Márcio Antônio, que falará em seguida, estarão disponíveis no “site” www.almg.gov.br. Dessa forma, as pessoas poderão obtê-las na íntegra e refletir sobre elas. Às vezes, há correria, em virtude do tempo, mas complementamos essa falha por meio do “site”, ao qual todos poderão ter acesso.

Palavras do Sr. Márcio Antônio Salvato

Bom dia. Cumprimento a Casa, em que há representação social muito importante. O tema da palestra é “Contextualização da pobreza e da desigualdade social e regional em Minas Gerais”.

O que é Minas Gerais? Olhando o mapa de Minas Gerais e passando-lhe uma linha diagonal, vemos que Minas é um pouco do Brasil inteiro, porque no Sul e no Sudoeste do Estado a renda “per capita” é maior, aproxima-se da de São Paulo e do Sul do Brasil, e o Leste e o Nordeste mineiros representam mais o Nordeste do Brasil. Em Minas Gerais há realmente grandes diferenças; seja em renda “per capita”, seja em pobreza, seja em oportunidades, representamos a heterogeneidade existente no Brasil. Podemos olhar para os números de Minas Gerais e pensar num pequeno Brasil, verificando que as desigualdades são muito aparentes. Com certeza, é uma das maiores a desigualdade de renda existente na Região Sudeste.

Faremos algumas perguntas e tentaremos respondê-las. A primeira questão é a seguinte: existe alguma relação entre crescimento, desigualdade e pobreza? Se fizermos o enfrentamento de uma delas, estaremos tratando de todas essas questões? Faço essa pergunta porque há algum tempo escutávamos a seguinte afirmação: primeiro, faremos crescer o bolo e, depois, vamos dividi-lo. Acho que nos lembramos desse passado e sabemos a que nos levou. Parece que apenas fazer crescer o bolo não é suficiente: é preciso pensar em dividi-lo imediatamente. A concentração de renda é um entrave para o próprio crescimento do bolo no futuro. Portanto, qual deveria ser a efetividade de políticas redistributivas ou qual é a efetividade do crescimento sobre a queda da pobreza? Vejamos alguns números para verificar o que a nossa história nos conta a esse respeito.

A partir disso, pensamos: será que, olhando para dentro de Minas Gerais e para a nossa grande desigualdade regional, deveríamos adotar políticas distintas para cada uma das macrorregiões ou para cada um dos Municípios especificamente? Por meio das falas anteriores, vimos que sim. Os Municípios são muito diferentes. Dentro de cada macrorregião, as demandas são distintas, e precisamos sair da instância federal ou estadual e adentrar as Prefeituras para verificar em quais políticas os Municípios, Prefeitos e Vereadores deveriam investir. Devemos desenvolver ações específicas dando espaço à assistência social de cada um dos Municípios, para atingir os mais miseráveis, cujas demandas são específicas.

Ouvimos, nas falas anteriores, que pobreza é multidimensional, com o que concordo. E a questão da renda é relevante; portanto, vou-me reportar mais à pobreza na sua dimensão de renda para entendermos como nela trabalhar. No final da apresentação, falaremos sobre a política de curto e longo prazo para esse enfrentamento. Apresento-lhes um gráfico para começarmos a discussão sobre renda. Ele mostra uma distribuição de renda hipotética, porque, na verdade, ela é muito mais desigual que o apresentado. Existe uma concentração de pessoas mais ao lado esquerdo, com baixa renda, e a linha caminha bastante para a direita. Apenas fiz uma representação que cabia no gráfico. Na verdade, dada a mensuração, basicamente estabelecerei uma linha de pobreza - e a Carla nos



ajudou dizendo que essa linha pode ser estabelecida de várias maneiras: por aspecto nutricional ou por renda diária, como se faz internacionalmente, US\$2,00 ou US\$1,00 por dia, se quero chegar aos miseráveis. No Brasil, eu poderia fazer por diferenças de região e dizer que o poder de compra no Nordeste é diferente do daqui, do Sudeste; portanto, temos linhas diferenciadas por região. É mais ou menos a ideia de uma medida de pobreza relativa. Ou, então, estabelecer o que é mais fácil - normalmente é o que se faz no Brasil. Pega-se o salário mínimo e, em cima dele, estabelece-se a partir de quanto do salário mínimo vou considerar que uma pessoa pertence a uma família pobre. E o número mágico que as pessoas usam normalmente é meio salário mínimo ou um quarto do salário mínimo. No Programa Brasil sem Miséria, estabelecemos R\$70,00, que corresponde a metade da metade, ou seja, um oitavo do que seria o salário mínimo. Estamos tratando realmente daqueles que estão na situação mais vulnerável.

O número de quantos pobres somos pode ser mais ou pode ser menos. O que importa não é exatamente a contagem de quantos pobres somos, mas entender o que faz estes que estão na parte de baixo subirem na distribuição. É basicamente isso. Eu poderia mexer na linha e falar quantos são os pobres, mas isso não ajuda. O importante é saber como fazer essas pessoas subirem na linha de distribuição. Eu posso dizer o seguinte: basta crescer. Vamos olhar para o passado. Nas décadas de 60 e 70, o Brasil cresceu com as taxas mais altas que já tivemos, 10%, até 12% de crescimento real ano a ano. Mas não se mexeu na distribuição. Isso reduz pobreza? Sim, reduz. Vejam bem: a linha está fixa, e eu desloco toda a distribuição para cima. Logo, os pobres são exatamente esta área que está abaixo da linha Z, a linha de pobreza. O que aconteceu? Diminuiu. Se olharem os dados, verão que o Brasil reduziu a pobreza nas décadas de 70 e 80, porque tinha algum crescimento. Mas pode-se fazer outra coisa. Não é preciso crescer: o País pode ficar com taxa de crescimento zero, mas tem de redistribuir. Se houver uma certa distribuição, também haverá redução da pobreza. Será que é isso que queremos? Precisamos pensar que, com crescimento e redistribuição, é possível reduzir pobreza. E se fizermos os dois, crescer e redistribuir? Ai, sim, haverá uma melhoria maior. E existe até um termo técnico para isso: crescimento pró-pobre. Ao contrário do que houve na década de 80: um crescimento não pró-pobre - se quiserem, podem chamá-lo de pró-rico. O que é isso? Há crescimento, mas a distribuição de renda piora. Quer dizer, quem está auferindo lucro com o crescimento são os mais ricos, e isso não queremos. Queremos um crescimento pró-pobre, ou seja, queremos os lucros desse crescimento para os mais pobres.

No período recente, dos anos 2000 para cá, nos governos mais recentes, se pegarmos os estudos de crescimento no Brasil por faixa de renda, veremos que aqueles que estão nos primeiros decis de renda tiveram taxas de crescimento de renda "per capita" muito maiores que aqueles que estavam nos decis superiores. Isso é crescimento pró-pobre. Houve uma média de crescimento em torno de 3%, mas quem estava nos decis menos abastados teve uma taxa de crescimento maior.

A pergunta que temos de escolher é: será necessário escolher entre crescimento e redistribuição de renda? Dá para escolher os dois? O histórico do Brasil mostra que, em alguns momentos, escolhemos alguma coisa: ou escolhemos crescer ou escolhemos redistribuir. Talvez tenhamos que escolher o meio-termo: crescer e redistribuir. É a ideia de se ter um crescimento pró-pobre. Se olharmos o passado do Brasil, faremos isso olhando para os censos. Vamos pegar os censos de 70, 80, 91 e 2000. Vamos olhar um pouco de informações, de dados para o Brasil. Como é que o crescimento e a redistribuição afetaram as medidas de pobreza no Brasil nesse período todo? Olhando os gráficos, podemos ver que a pobreza tem o aspecto da escassez de recursos, que vem da má distribuição de renda. Assim, ou se cresce ou se redistribui ou ambos. Então, quanto se deveu a cada um deles no Brasil da década de 70 para cá? De acordo com alguns estudos internacionais e nacionais, há um probleminha: parece que o crescimento foi mais importante para países e regiões que foram mais pobres e a redistribuição, para aqueles mais ricos. Se aplicarmos isso em Municípios com renda "per capita" muito baixa - quer dizer que o percentual de pobres é muito alto - e redistribuirmos dentro de um Município que já é muito pobre, isso afeta pouco. O crescimento é muito relevante para esses Municípios. Já em outros Municípios bem maiores, como Belo Horizonte, em que o nível de renda "per capita" é alto e a desigualdade também é alta, redistribuir é um fator que parece que tem mais impacto.

Estudos internacionais têm mostrado isso. A pergunta que podemos tentar responder é se isso ocorreu no Brasil. Alguns mostram que a pobreza não está associada à escassez, mas à má redistribuição. Uma afirmação interessante é que o Brasil não é um país pobre, mas um país de pobres. Essa frase é muito relevante. Se analisarmos a renda "per capita" brasileira comparada com o mundo, veremos que não estamos tão mal assim. O problema é que a desigualdade é tão grande que o número de pobres é muito alto. Então, o Brasil é um país de pobres por causa da nossa má distribuição de renda. Essa literatura começa a apontar que, em alguns períodos, o crescimento foi muito relevante, principalmente nas décadas de 70, 80 e 90, e que o componente da desigualdade só se tornou importante recentemente.

Vamos analisar os dados. Trouxe os dos censos de 70, 80, 91 e 2000 para Minas Gerais e suas 12 mesorregiões. Esses dados estão deflacionados: estabelecem a linha de pobreza, que, normalmente, se considera a partir do salário mínimo. Vamos olhar para índices de pobreza. Primeiro, vou explicar o que são estes números. Como há muitos números nesta tabela, talvez, quem estiver mais longe não conseguirá vê-los. Mas vou explicá-los. Na verdade, aqui há várias informações para cada ano: 70, 80, 91 e 2000. Média é a renda "per capita". Estas duas outras são medidas de desigualdade. Vou ler para vocês o que está escrito nesta tabela - há um monte de números. O significado mais importante, o da primeira coluna, é o seguinte: a renda "per capita" nas mesorregiões é muito diferente. Isso quer dizer que existe uma desigualdade regional muito grande dentro de Minas Gerais. Esta desigualdade que vai da década de 70 até o ano 2000 pouco mudou; não houve nenhum processo de convergência significativo nesse período. Se houve convergência, os estudos mostram que foi convergência em clube, ou seja, os mais ricos e os mais pobres começaram a se aproximar, mas criou-se um vale entre eles. Parece que, em Minas Gerais, a desigualdade regional tem aumentado. Isso é um problema, porque já se passaram 30, 40 anos. Aqui, vamos até o censo de 2000, mas já se passaram 10 anos. E não conseguimos fazer com que as mesorregiões mais pobres caminhem na direção das mesorregiões mais ricas. Então, as desigualdades regionais se mantêm.

A segunda coluna diz respeito à desigualdade dentro de cada região. É o índice de desigualdade de renda. Vou ler os números para aquela parte que está em vermelho. Os nomes que estão aqui são Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. São reconhecidamente as mais pobres de Minas Gerais. Havia desigualdade de renda. O número 0,55 - não vou interpretá-lo como deveria, dado o nosso tempo - subiu para 0,64, de 1970 aos anos 2000. Ou seja, nos 30 anos, a desigualdade nas mesorregiões

aumentou da década de 70 até a década de 80. Nós não crescemos bastante, principalmente na década de 70? Será que isso não estava ajudando a reduzir pobreza? Então, vamos olhar a pobreza.

Existem algumas maneiras de medir pobreza. Normalmente, as pessoas falam nessa primeira medida: proporção de pobres. Quantos por cento somos de pobres? Eu diria que isso é fazer com que o discurso seja o mais fácil possível. Para discursar corretamente, deveríamos observar hiato de pobreza, que não é contar quantos pobres existem abaixo de uma linha estabelecida. O problema é que alguns estão mais longe da linha do que outros. Logo, a política pública mais fácil seria a seguinte: se eu der um valor igual para todo mundo, pego as pessoas que estão mais próximas da linha, mas na verdade não consigo atingir com a mesma política os que estão mais longe. O hiato de pobreza nos diria que, se a política pública está adequada, vou ver o hiato de pobreza também cair porque ele pondera as pessoas de acordo com a distância da linha de pobreza.

Vamos fazer uma simulação. Suponha que um governo queira reduzir a pobreza no prazo de um ano. Ele pode calcular quantas pessoas estão mais próximas da linha, assim como o valor necessário para essas pessoas ultrapassarem a linha de pobreza. O governo dá esse valor para todo mundo e atinge seu objetivo de reduzir a pobreza. Só que comete um grande erro. Os mais necessitados não foram atingidos. Então, isso não é suficiente. Por isso vejo, em todos os discursos, que só transferir não é o fator mais importante. Tenho de olhar para uma pobreza multidimensional, porque essas pessoas são pobres de maneiras diferentes. Mesmo que eu analise apenas o aspecto da renda, umas estão mais longe do que outras. Portanto, eu teria de atingir os outros objetivos, como, por exemplo, reduzir a severidade, quão forte é essa pobreza.

Exemplificarei com os dados do Vale do Jequitinhonha, que estão marcados aqui. Se eu tomar como pobreza a linha mais alta possível, considerando apenas meio salário mínimo, o que é pouco ainda, e é a mais alta que eu posso fazer, nessa medida aqui, no Vale do Jequitinhonha, na década de 70, 84% das pessoas estavam abaixo da linha. Em 1980 caiu para 66%. Então, durante a década de 70 houve queda. Na década de 80, voltou a subir para 73%. E nos anos 2000 caiu para 60%.

Vejam bem que as opções de crescimento feitas na década de 70 foram suficientes, mas na década de 80 tivemos problemas. A inflação é ruim. Cresço pouco com a inflação, a desigualdade aumenta, e a pobreza também vai aumentar. Vamos levar em conta apenas as regiões mais pobres, como Jequitinhonha e Vale do Mucuri, para mostrar que essa evolução ocorreu em Minas Gerais, mesmo levando em consideração a pobreza ou a extrema pobreza. Verificando o que aconteceu em Minas, vemos que aqui houve a mesma coisa: uma grande queda da pobreza na década de 70, que voltou a subir na década de 80. Depois, houve queda da pobreza na década de 90. A Carla trouxe os dados dos anos 2000, e verificamos que a pobreza também caiu em Minas Gerais.

Como explicar essa distinção? Aqui há algumas tabelas que explicariam isso, mas não vou apresentá-las, apenas falarei sobre esses dados. Durante 30 anos, em Minas Gerais houve aumento da renda média. Houve crescimento da renda “per capita”. Isso gerou a queda da pobreza. Há uma relação de causa e consequência para que ocorresse a queda de pobreza nesse período. Mesmo pegando a década de 80, em que houve aumento da pobreza, houve crescimento. Mas o componente redistribuição ocorreu no sentido contrário. Quer dizer que nesses 30 anos crescemos muito, mas não nos preocupamos com redistribuição de renda. Portanto, o efeito final de queda da pobreza poderia ter sido maior se o componente redistribuição de renda não tivesse ocorrido no sentido contrário como aconteceu em Minas Gerais.

Será que isso foi verdade também em outras regiões, como no Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Vale do Rio Doce? Sim, o componente redistribuição de renda deu-se no sentido contrário também nessas regiões. Ocorreu concentração de renda nas regiões mais pobres. Isso piorou na década de 70 até os anos 2000. O crescimento não foi pró-pobre nas regiões mais pobres de Minas Gerais. Essa literatura segue, mas vou pular esses efeitos.

Aqui se percebe que há uma primeira contradição. O crescimento parece ter sido mais pró-pobre nas regiões mais ricas de Minas Gerais e menos pró-pobre ou não pró-pobre nas regiões mais pobres de Minas Gerais. Esse foi o grande problema que construímos de 1970 até os anos 2000 para tentar resolver agora. Se a intenção foi reduzir desigualdade em Minas Gerais, fizemos tudo errado nas décadas de 70 e 80, até os anos 2000. Há contradição nessas quatro mesorregiões já citadas, apresentando dificuldade no processo de crescimento em beneficiar os mais pobres. É preciso tentar responder a essa pergunta, pois geramos um problema de desigualdade alta no Brasil. O Patrus trouxe todo o histórico de desigualdade que herdamos. No século passado, também não conseguimos resolver esse problema, mesmo o Brasil crescendo muito.

Como isso afeta a desigualdade? Isso nos pode ajudar a sair daqui com propostas. De acordo com a literatura, a desigualdade de renda aponta para renda sendo gerada no mercado de trabalho por diferença de produtividade das pessoas. Então as pessoas têm renda diferente porque chegam ao mercado de trabalho com uma produtividade muito diferente. O nível educacional é diferente de outros aspectos que possam definir a produtividade da mão de obra. Pode vir por segmentação ao mercado de trabalho, ou seja, há pessoas que se formaram em área exata, e outras em áreas humanas, portanto a diferença de renda média dessas áreas afetará a diferença de renda dessas pessoas. Primeiro aspecto: o mercado de trabalho, que revela a desigualdade que está nas pessoas, também pode gerar desigualdades. Um exemplo disso é a discriminação. Há discriminação no Brasil? Sim, há discriminação no Brasil, apesar de estudos mais recentes revelarem que, às vezes, não gostamos de ouvir essa frase.

É interessante dizer que a desigualdade de gênero é maior que a desigualdade de raça no Brasil. Temos de parar para pensar qual é o motivo disso. Na verdade, a educação média das mulheres já está maior que a dos homens. No entanto, se verificarmos a educação média dos negros, veremos que ainda está bem inferior que a dos brancos. Então, uma parte da desigualdade de renda que existe entre negros e brancos é por causa do nível inferior médio de escolaridade. Portanto, temos de fazer com que esse grupo estude mais. Em relação ao gênero, as mulheres já passaram os homens e, ainda assim, ganham menos. Ou seja, percentualmente, na renda, a parte de discriminação de gênero é maior.

Na literatura há um ponto importante que afirma que a desigualdade de renda pode existir por causa da diferença de produtividade. Os estudos apontam que 1/3 da desigualdade de renda é explicado pela desigualdade educacional. Então, nas décadas de 70, 80 e 90, fizemos alguma coisa errada. Peguem os planos de desenvolvimento do passado e vejam que em nenhum momento se falou que a

educação era importante; na verdade, nos esquecemos de que qualificação da mão de obra trava o crescimento. Só percebemos isso agora.

Observem alguns estudos que decompõem, por exemplo, a desigualdade. O Ipea tem um relatório interessante - nota recente sobre a queda da desigualdade -, que explica que a desigualdade caiu nos últimos anos. Os dados analisados foram do ano de 2000: “1-Transferência de renda explica a queda da desigualdade. Processo de redistribuição”. Ora, a transferência de renda é tudo e engloba a transferência oficial, ou seja, a aposentadoria e as pensões também. Um aspecto importante nisso é o aumento do salário mínimo, que explica bastante essa queda da desigualdade nesse período. Ganhos de produtividade explicam quase um terço dos casos. Acharmos que é só transferência, mas, na verdade, acesso à educação no Brasil começou já na década de 90, e as pessoas beneficiadas já entraram no mercado de trabalho. O que está acontecendo é que a entrada no mercado de trabalho de pessoas com nível educacional é maior e isso já está fazendo com que a renda média dessas pessoas esteja aumentando. É aquela velha história: avós analfabetos e pais com ensino apenas fundamental. Parece que já estão gerando netos com nível de ensino médio e indo para a graduação. Isso fará uma alteração no mercado de trabalho e, mesmo que não cresçamos mais no programa de transferência, arrisco-me a dizer que ganhos de produtividade na mão de obra farão com que a desigualdade de renda no futuro caia, porque política educacional só tem efeito a longo prazo. Então, o fato é que a desigualdade de renda e a desigualdade de educação caminham juntas.

O meu tempo já está estourado, mas ainda gostaria de discutir o último ponto. Qual é a política adequada que deveríamos fazer? Posso separar isso em curto e longo prazo. A longo prazo, deveria me preocupar com a redução da desigualdade educacional entre regiões, dentro de Municípios. Isso tem um efeito benéfico, inclusive reduz a demanda pelo programa de transferência de renda. Portanto, temos de continuar reduzindo a desigualdade educacional no Brasil. Já a curto prazo, o que posso fazer? No curto prazo, o programa de transferência de renda tem de continuar. Mas já percebemos que, para saber se a avaliação do programa de transferência de renda é positiva ou negativa, não se pode simplesmente mensurar quantas pessoas estão sendo alcançadas por ele. Essa informação só mostra o tamanho do buraco e a quantidade de terra que é preciso jogar para tapá-lo. Na verdade, a avaliação de qualquer política pública é feita sabendo-se quantas pessoas tiveram seu problema resolvido. Quer dizer, no caso de um programa de transferência de renda, quantas pessoas não são mais dependentes dele. Aí, sim, veremos se o programa está obtendo sucesso ou não. Teríamos de verificar quantas pessoas deixaram o programa, quantas famílias não mais dependem dele.

Mas temos de continuar com o programa? Sim, porque o buraco é muito fundo. Para isso vem tudo que vimos no discurso, como, por exemplo, aumentar a focalização. O foco agora são os miseráveis, aqueles que estão mais longe da linha. Mesmo se se lhes conceder transferência de renda, ela não será suficiente para que suplantem a linha de pobreza. Essas famílias precisam de programas conjugados. No que tange à focalização, digo que cabe ao Estado treinar as equipes municipais de assistência social das prefeituras para que elas possam saber ir até essas pessoas. Elas não vêm mais à prefeitura. Estão distantes geograficamente, no interior de Minas ou mesmo em adensamentos urbanos e têm dificuldade de saber o que a prefeitura coloca à disposição delas. É uma questão de focalização, de treinamento da prefeitura e de requalificação de mão de obra. Se se mantiver a criança na escola, resolve-se o problema entre gerações. No futuro essa família será menos dependente do programa de transferência de renda. Mas e os pais? Temos de pensar em políticas de requalificação de mão de obra. Essa é a parte difícil: falar para uma pessoa que ela tem de continuar estudando para se reposicionar no mercado de trabalho. Geralmente gostamos de estudar quando somos mais novos. Se colocarmos uma criança de 6 anos na escola, ela vai aprender muito rápido. Mas fazer uma pessoa fora de idade estudar e qualificar mão de obra é mais complicado. Isso é problemático de resolver, daí a necessidade de manutenção do programa de transferência de renda.

Outra medida é garantir a aplicação e a continuidade da política de longo prazo, que é reduzir a desigualdade educacional. É manter o acesso à escolaridade, ampliar o acesso não só ao ensino fundamental, mas tentar chegar ao ensino médio, que é difícil. E pensar na qualidade. A qualidade cai a curto prazo porque se amplia muito o sistema. Mas o segundo passo é voltar a ter qualidade nessa escola. Os estudos internacionais mostram que o Brasil tem uma qualidade educacional muito baixa comparativamente aos demais países. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

A Sra. Presidente - Agradecemos ao Sr. Márcio Antônio Salvato as palavras. É bom dizer que as intervenções foram complementares. Cada uma abordou determinado aspecto, portanto foram extremamente relevantes.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões podem ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia em fichas próprias, distribuídas pelas recepcionistas. Para que possamos organizar o debate, esclarecemos que os interessados poderão entregar às recepcionistas suas inscrições e questionamentos durante o transcurso das exposições. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar dos debates. Para isso, basta acessar o portal da Assembleia Legislativa, www.almg.gov.br, clicar em “Participe Agora”, preencher o formulário e enviar a pergunta. Há um telefone à disposição da população, que é o 0800 709 2564. Quem não conseguiu fazer inscrição por causa do número limitado de vagas do Plenário e dos trabalhos também pode participar encaminhando suas sugestões e perguntas aos debatedores.

As 12h54min, queremos dizer que são muitos os que se inscreveram para fazer perguntas ou manifestações oralmente ou por escrito. Sei que vocês precisam almoçar para retornar para a parte da tarde, como nós também. Teremos, então, de acelerar o ritmo dos trabalhos, para garantir a manifestação de todos. Lembramos que hoje estamos realizando o primeiro debate, que prosseguirá na parte da tarde. Durante todo o dia de amanhã, o trabalho será num universo menor, que são os grupos de trabalho. Dessa forma, nos grupos, haverá mais oportunidade para que cada um manifeste suas ideias e questionamentos de forma mais ampla. Não iremos cercear a palavra dos inscritos. Para que seja viável, vamos combinar um tempo bem rápido; peço que sejam objetivos em suas manifestações e procurem não exceder a 1 minuto. Há 19 inscritos para usar a palavra, e outros 25 se manifestaram por meio do formulário. Chamarei as pessoas para ver se ainda desejam falar, pois, caso tenham sido contempladas, podem desistir a fim de agilizarmos os trabalhos. Há



microfones no Plenário, na lateral, no meio e na frente. Depois retornaremos a palavra para a Mesa, e os três palestrantes farão uma síntese das perguntas para que possam fazer uma abordagem única e final. Não será possível responder a cada um individualmente por causa do tempo. Está entendido?

A Sra. Joaquina Júlia Martins - Como ficam as perguntas feitas por escrito?

A Sra. Presidente - Elas estão com os palestrantes. Cada um as recebeu e responderá a todas de forma sintética. Quem usar o microfone deve identificar-se, para efeito da ata...

O Sr. Fabiano dos Santos - Questão de ordem. Proponho à Mesa que diminua o tempo dos palestrantes para que possamos discutir o assunto, porque 1 minuto é muito pouco. Viemos de tão longe, com tantas dificuldades, para chegar aqui e fazer uma pergunta de 1 minuto? Temos muitas coisas para expressar, para discutir com vocês. Acho muito pouco o tempo.

A Sra. Presidente - Qual é o seu nome?

O Sr. Fabiano dos Santos - Fabiano.

A Sra. Presidente - Sua ponderação é pertinente, mas lembro que o seminário acontece hoje pela manhã e à tarde, amanhã o dia inteiro e quarta-feira, também. Temos que considerar isso nessa dinâmica, para que possamos encerrar os trabalhos desta manhã. A segunda mesa deve começar às 14 horas, logo não se trata de cercear a palavra de ninguém; é questão de tempo. Houve atraso no começo, além de exposições muito ricas. Os debates acontecerão no trabalho dos grupos, pois o tema do seminário é único. O que foi dito aqui também será debatido pelos grupos, e não temos a pretensão de esgotar o tema nesta manhã. Vamos trabalhar com essa orientação. A Mesa também terá seu tempo reduzido, os palestrantes apenas responderão às perguntas.

Debates

A Sra. Presidente - Com a palavra, Marcus Vinícius, do Fundo Cristão para Crianças.

O Sr. Marcus Vinícius Costa - Bom dia. Este é um momento ímpar para os mineiros se reunirem e discutirem as diversas desigualdades que enfrentamos no Estado. Serei breve, pois nosso tempo está esgotando. Devemos dizer que Minas Gerais não concorda que as regiões que estão em situação de desigualdade possam ser tratadas pelo Estado de maneira igual. Temos de destacar e dizer que Minas Gerais não concorda que as regiões em situação de desigualdade sejam tratadas de maneira igual. Temos de ter essa sensibilidade também na hora de votarmos as nossas propostas. Temos de ser solidários com Minas Gerais e firmar esse compromisso. Os mineiros querem que as regiões sejam tratadas com a devida importância, com essa diversidade e desigualdade. Clamo a todos para destacarmos que, neste seminário, estamos sensibilizados com essa causa. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada. Com a palavra, o Sr. Elson de Oliveira Felice, da Central Movimentos Populares.

O Sr. Elson de Oliveira Felice - Boa tarde a todas e a todos. Trago uma experiência da periferia da cidade de Uberlândia, onde 16 mulheres cujos filhos não tinham acesso à creche juntaram-se, foram passar e lavar roupa na cidade e montaram a sua própria creche. A experiência que sinto nessa situação é que se uniram e passaram a sentir que seus filhos não seriam somente aqueles que tinham gerado, mas também os de todas as mães que se uniram. Trouxe essa experiência para que pudéssemos enxergar também todas as crianças nas ruas, nas escolas e onde estiverem como se fossem nossas crianças, nossos próprios filhos. Tendo essa atitude, passaremos a pensar em uma sociedade mais igual.

A Sra. Presidente - Obrigada. Com a palavra, a Sra. Josiane dos Santos. Ela não está presente. Com a palavra, a Sra. Maria do Carmo Resende Penido, do Conselho Municipal de Política sobre Drogas. Não está presente. Com a palavra, o Sr. Daniel Sucupira, da Prefeitura de Teófilo Ottoni, do Territórios da Cidadania.

O Sr. Daniel Sucupira - Boa tarde a todos. Primeiro gostaria de dizer, apesar de o Ministro Patrus Ananias ter saído, que um sábio já dizia que as palavras convencem, mas os exemplos arrastam. O Ministro nos arrastou para essa luta e essa grande mobilização para a transformação deste país e de Minas Gerais. Gostaria que isso fosse transmitido a ele. É uma pena que não esteja presente.

Pessoal, o nosso desafio é o controle social e a participação popular. A política pública do Territórios da Cidadania, do governo federal, é um grande instrumento de discussão do desenvolvimento regional. Um desafio do Estado de Minas Gerais é pensar em uma forma de articular os diversos atores, sociedade civil e poder público, também na discussão das políticas públicas estaduais. Na perspectiva do governo federal, temos os Territórios da Cidadania e, em nossos Municípios, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e outros, mas falta uma estrutura estadual, com orçamento e recurso, para que tenhamos condições de debater e pautar nossas demandas.

Gostaria de apresentar uma reflexão: já que estamos em nossa Casa, os nossos Deputados representantes deveriam confiar em nossos apontamentos e direcionar as emendas parlamentares não para aqueles Municípios politicamente mais viáveis para eles. Que direcionem os recursos do Estado e da Assembleia Legislativa em termos de emendas parlamentares para aquelas regiões e Municípios que mais necessitem.

Deixo aqui essa reflexão e mais outra. Cada um de nós, de diversas regiões de Minas Gerais, vimos os nossos representantes neste seminário? Vimos os nossos Deputados majoritários neste encontro tão importante? Foi bom para os que tiveram essa oportunidade. Aqueles que não viram os seus representantes levem às suas regiões esse debate. Se temos representação popular, ela tem de estar conosco neste momento tão importante para a história de Minas Gerais.

O Sr. Daniel Sucupira - Quero apenas fazer um convite para que todos participem da nossa Feira de Economia Solidária. Reconheço, Deputado André Quintão, que foi por intermédio da Comissão de Participação Popular que as feiras regionais de economia solidária aconteceram, e também a estadual. André, a sua atuação diminui a distância entre as regiões e o Poder Legislativo de Minas Gerais. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Com a palavra, Maria do Carmo Penido.

A Sra. Maria do Carmo Resende Penido - Meu nome é Maria do Carmo Resende Penido, sou de Carmópolis de Minas. Falarei sobre a dependência química. Quando o dependente químico vai para uma comunidade terapêutica fazer tratamento, depois que sai, a

sociedade não o aceita. Ele é muito marginalizado. Gostaria que a questão da reintegração do dependente químico à sociedade fosse abordada. Gostaria de uma reflexão sobre isso.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, esse é um assunto relevante. Com a palavra, Zuzu.

A Sra. Zuzu - Sou secretária executiva de um consórcio de saúde no Médio Jequitinhonha, e é bom estarem presentes aqui vários professores. Prof. Márcio, o Vale do Jequitinhonha não é pobre, lá tem pobres. Precisamos inverter esse discurso. O Vale do Jequitinhonha está para o Brasil assim como o Brasil esteve para Portugal, com uma pequena diferença: Portugal se dizia dono do Brasil e o Vale do Jequitinhonha está sem dono. Com isso, queremos dizer que o Vale é rico, é riquíssimo. E lá não tem apenas cultura, tem minério de ferro. O que falta é vontade política. Como o Patrus fez um resgate da história, e a Carla falou sobre várias dimensões da pobreza, acho que neste seminário não temos que falar sobre a pobreza do Vale do Jequitinhonha. Temos que falar das várias dimensões das pobreza do povo do Vale, da riqueza desse vale, de que forma e quais políticas poderão ser implementadas para que a vida daquela população mude e deixem de ser pobrezinhos. Nós não precisamos de caridade. O povo do Vale não precisa de esmola, ele precisa ser respeitado nas suas riquezas e com os seus valores. Ao invés de mineradoras extraírem de lá toda sua riqueza, que a transformação seja lá, porque em 2014 teremos a mecanização, e o povo vai morrer de fome. Para onde vai a mão de obra do Vale, que está no corte de cana ou na colheita do café? Ali é possível fazer, basta ter políticas que pensem no desenvolvimento daquele povo, e não na submissão eterna.

A Sra. Presidente - Com a palavra, Clarise Fernandes da Silva, da Clarosofia Núcleo Mundial.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Boa tarde, senhores da Mesa, meu nome é Clarise Fernandes da Silva, sou Presidente da ONG Clarosofia Núcleo Mundial e gostaria de falar sobre a denominação da instituição. A Clarosofia é uma matéria interdisciplinar, ético-filosófica de assistência social humana, que estuda transparência e clareza, direcionada para desenvolvimento do raciocínio, objetivando a desenvoltura do ser humano para promover o bem estar social. Tem-se falado muito na erradicação da pobreza, o que é muito importante. Realmente, poderia ser trocado o nome de erradicação da pobreza para planejamento ou busca de um programa para desenvolver a distribuição de renda justa para todos e critérios e metodologia para conter o assalto ao cofre público, que está desperdiçando dinheiro do povo. O dinheiro público está indo para o ralo.

Gostaria de saber sobre uma outra situação, porque a Copa do Mundo está chegando, e o orçamento cogitado para ela é de mais de R\$80.000.000,00. Vários órgãos preocupados com isso estão levantando esse cálculo.

O quê? Nosso Deus! Oitenta bilhões? Erro grave meu. Perdão. São mais de 80 bilhões para a Copa. Acorda, Brasil! Isso é muito sério. Estou aqui com muitas informações, acabei fornecendo... Gostaria de dizer para vocês que o orçamento do PPAG não pode ser menor que o orçamento previsto para a realização da Copa do Mundo. Vocês vão dizer que existem empresas parceiras, não é apenas o governo que está financiando o evento. Então, que contratem empresas parceiras para financiar o PPAG, o desenvolvimento sustentável, oferecendo alguma contrapartida, como redução de impostos! Essa situação não é justa!

Vejam que coisa grave: mais de 800 famílias, num total de 1.300.000 pessoas convocadas, não se cadastraram no programa Bolsa-Família. Isso é sério. Quero dizer claramente que esse orçamento de mais de R\$80.000.000.000,00 não pode ser superior ao orçamento do PPAG. A Clarosofia tem três propostas aprovadas. Fiquei correndo atrás dos contatos, de governo em governo, mas tudo “agarrou” no orçamento.

A Sra. Presidente - Por favor, Clarise, conclua o seu pronunciamento.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Vou concluir agora. Farei uma pergunta ao Deputado André Quintão. Gostaria de pedir ao Deputado que agilizasse uma parceria com o governo federal para complemento de recursos públicos, a fim de que o PPAG seja financiado, considerando que os problemas sociais têm sido maiores que os recursos financeiros destinados. Nada se justifica dizer depois que não existe dinheiro. Também quero saber como isso pode ser feito com urgência. Isso deve ser feito mesmo que todos os Deputados recorram ao governo federal, a fim de buscarem recursos federais para complementar os recursos do Estado de Minas Gerais, para que sejam atendidas as demandas do Estado.

A Sra. Presidente - Clarise, por favor, conclua.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - O nível da criminalidade está alarmante. É necessário contê-la. A corrupção também. É preciso, urgentemente, criar um programa, para...

A Sra. Presidente - Obrigada, Clarise. Embora todos tenham muito que dizer, estamos em processo de discussão, e o nosso tempo está curto. Com a palavra, a Sra. Vera Lúcia Lemos Campos Botelho, da Prefeitura de Paracatu.

A Sra. Vera Lúcia Lemos Campos Botelho - Gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado André Quintão sobre a criação do Fundo de Erradicação da Pobreza. Quais seriam as fontes de captação de recursos para a formação desse Fundo? Quais seriam os critérios de gestão desse Fundo? Quero também deixar a minha sugestão. Quanto à formação do Fundo, sugiro uma alteração no que se refere ao Imposto de Renda. Da mesma forma como se prevê destinação de parte dos recursos provenientes do Imposto de Renda devido para o Fundo da Infância, que se destine também parte desses recursos para a formação do Fundo de Erradicação da Pobreza. Isso não iria causar ônus nem aumentar a carga tributária. Sugiro também que haja uma gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade civil organizada, para que o atendimento seja técnico, e não político.

A Sra. Presidente - Vera, o seu tempo terminou. Esclareço que as propostas de cada um serão incluídas no relatório, se forem feitas nos grupos de trabalho. Estou chamando a atenção para isso, porque serão objeto de votação na reunião de quarta-feira as propostas que fizerem parte do relatório dos grupos. Hoje estamos em processo de discussão.

Com a palavra, a Sra. Marlene Gonçalves.

A Sra. Marlene Gonçalves - Boa tarde. Minha pergunta é dirigida ao Dr. Patrus.

Considerando o contexto da sua riquíssima fala, pergunto o que o senhor acha de aproveitarmos este momento histórico, reunidos na Assembleia, considerando que cada Município trouxe a sua peculiaridade de criar e executar a Lei de Responsabilidade Social do Estado, para estabelecer compromissos e diretrizes de investimentos visando ao controle social das políticas públicas, tendo em vista que tudo perpassa pelo controle social.

A Sra. Presidente - Agradecemos à Marlene. Com a palavra, Cleiciane Wellington Ferreira.

A Sra. Cleiciane Wellington Ferreira - Sou do Movimento Popular pela Reforma Agrária. Patrus Ananias deu várias brechas para que eu pedisse a palavra quando falou sobre o envolvimento do movimento social. É importante ressaltar que o IBGE mostrou ao Brasil que é a agricultura familiar que alimenta o nosso país. No entanto, fomos deixados ao léu, quando o governo federal cortou os bilhões que seriam destinados à reforma agrária. Pergunto a Patrus Ananias qual é a opinião dele sobre o governo federal retirar da classe que alimenta o País para beneficiar o agronegócio.

A Sra. Presidente - Com a palavra, Glêcia Santos, de Itaobim.

A Sra. Glêcia Santos - Boa tarde. Pergunto a Patrus sobre as políticas sociais. Sabe-se que o Programa de Distribuição de Renda elevou as políticas sociais a outro patamar; porém, uma inquietação recorrente entre nós, trabalhadores da assistência social, é a porta de saída desses programas. No Vale do Jequitinhonha existem muitas potencialidades que precisam ser desenvolvidas. Muitas vezes o que vemos são programas de capacitação que não levam a lugar nenhum. Precisamos de geração de empregos e renda, para que as potencialidades das pessoas sejam desenvolvidas a partir das peculiaridades do próprio Vale. Há problemas como a migração sazonal, mas há também problemas urbanos, como a falta de saneamento básico, a falta de empregos e a criminalidade dos adolescentes. É uma região peculiar, que precisa ser desenvolvida de acordo com suas peculiaridades, com as necessidades de sua população. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Com a palavra, Teresinha Rocha.

A Sra. Teresinha Rocha - Boa tarde. Como já foi dito, vemos uma preocupação muito grande com as obras da Copa e não percebemos tanta preocupação com a construção de habitações. O saneamento básico também deixa a desejar em todo o Estado. Por onde passamos, percebemos uma grande deficiência nesse serviço.

Há cinco anos os políticos em campanha falavam nisso, todo o mundo falava nisso, mas parece que agora tudo caiu no esquecimento. Pergunto se há possibilidade de incentivar os empresários a criar creches nas empresas para que as mulheres possam trabalhar e, assim, diminuir a busca pelo Bolsa-Família. Senti uma grande honra quando voltei a trabalhar, depois de ficar alguns anos desempregada. Acredito que é assim também para muitas pessoas. É importante incentivar a volta das mulheres ao trabalho, com o apoio das empresas à criação de creches para os filhos, porque há muita dificuldade. Peço o apoio dos membros da Mesa da Assembleia para melhorar isso. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Com a palavra, Maria Wilta Rezende, quilombola de Passa-Tempo.

A Sra. Maria Wilta Rezende - Pertencemos à comunidade quilombola de Cachoeira dos Forros, e temos um problema muito sério: temos terra, mas não temos máquina para arar. Agora começou a chover. Tenho lá 4.000ha de terra, herança de meu avô, e estou quase louca atrás de uma máquina para arar. Não tenho condições de pagar, nem meu irmão, nem os outros conterrâneos. Nos 4.000ha, várias famílias conseguem plantar. Queremos plantar lá arroz do campo. Temos uma ajuda da cooperativa de Piracema. Minha irmã fez o cartão do agricultor e já está levando para lá doce, rosca, couve, cebolinha e mandioca. A terra está lá e queremos plantar para continuar. Pertencemos mesmo a Passa-Tempo, onde não temos ajuda. É lastimável. Vamos até lá e só ouvimos “não” da Prefeita, que me disse que lá não entra verba nenhuma para ajudar nossa comunidade. Estão deixando a desejar, e estamos querendo apoio. Talvez alguém possa nos doar uma máquina para ararmos a terra, pois já passa da hora de ará-la. Essa era uma das minhas reivindicações.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Sra. Kátia Ferraz, de CVI-BH.

A Sra. Kátia Ferraz - Dirijo-me ao Patrus: nas questões da pobreza, parece que o problema explode apenas quando chega a um nível extremo; aí, todos se juntam para prestar socorro. Se existem tantos programas intermediários para evitar esses níveis de iniquidade, como os programas de trabalho, renda e saúde, por que o cidadão tem dificuldade de acessá-los? Por que apenas quando ele atinge o extremo de iniquidade é incluído no percentual de iniquidade? Queria que o senhor fizesse uma reflexão a esse respeito. Por que apenas quando o problema estoura, mesmo existindo essas políticas, o cidadão passa a fazer parte desse contingente?

A Sra. Presidente - Com a palavra, Mauro Geraldo, Secretário de Agricultura de Paracatu.

O Secretário Mauro Geraldo - Boa tarde. Gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado André Quintão e ao ex-Ministro, já que aguardo a presença do Deputado Estadual da nossa cidade, Deputado Almir Paraca, que infelizmente não veio. Por que a burocratização emperra tanto a vida das famílias carentes e mais pobres dos assentamentos agrários?

No Município de Paracatu, há cerca de 900 famílias assentadas e temos um antigo assentamento, aproximadamente com 15 anos, e há um mais novo, aproximadamente com 3 anos, cujos membros estão aqui comigo, acreditando que há esperança. Na semana passada, participei de uma reunião no Assentamento Buriti para tentar colocar ali um tanque de recolhimento de leite, já que tal assentamento, com 85 famílias, produz uma boa quantidade de leite. O tanque está aqui em Belo Horizonte, autorizado, com verba do Deputado Federal Jaime Martins, mas, para nossa surpresa, não conseguimos instalá-lo, pois o pessoal do meio ambiente não nos deixa fazê-lo sem a licença ambiental. Já tentamos com o Incra e não conseguimos. Então, Paracatu tem assentamento com 15 anos sem licença ambiental. Nenhum assentamento em Paracatu tem licenciamento ambiental. Gostaria de pedir que se fizesse uma intervenção junto ao Incra, para que ele regularize sua ação ambiental dos assentamentos de Paracatu, a fim de conseguirmos trabalhar. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Com a palavra, a Sra. Solange Barbalho.

A Sra. Solange Barbalho - Boa tarde. Sou de Uberlândia e estou contribuindo na área da contabilidade. Vejo o problema das pessoas aqui com a inviabilização dos processos e dos alvarás. Acho que o profissional da contabilidade está, de alguma forma, contribuindo para que o Brasil cresça mais e melhor. Uma forma das maneiras é ajudar as pessoas mais simples que precisam de documentos, alvarás, licenciamentos. Podemos fazer, mas não sabemos como fazer, porque eles não vêm até nós. O governo implementou um meio, dando um benefício muito grande aos contadores. Queremos trabalhar com isso, mas não sabemos como fazê-lo. Venho dizer que há pessoas para trabalhar nessa área. Como as pessoas vão entrar na Prefeitura sem saber o que é uma licença? Temos como ajudar. É essa a questão. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Solange. Eugênio Pacelli Lara, Secretário de Meio Ambiente de Carmo do Cajuru.



O Secretário Eugênio Pacelli Lara - Eu gostaria de fazer uma pergunta aos membros da Mesa e à Assembleia, dirigindo-a à Deputada Luzia Ferreira. Eu havia direcionado minha pergunta ao Sr. Marco Antônio Salvato, mas vou direcioná-la à Casa, ao Presidente Dinis Pinheiro e à Deputada que está conduzindo a reunião. Quero saber se o Estado está preocupado em resolver o problema das pessoas que moram no Estado ou está preocupado em resolver o problema do Estado. É só isso.

A Sra. Presidente - Vamos concluir. São 13h28min.

O Sr. Fabiano dos Santos - Pela ordem, Sra. Presidente. Inscrevi-me para falar.

A Sra. Presidente - Consideramos as inscrições que nos chegaram até o término das inscrições.

O Sr. Fabiano dos Santos - Mas eu me inscrevi no começo. Fui o primeiro a pegar o papel para me inscrever.

A Sra. Presidente - Então, vamos ouvi-lo.

O Sr. Fabiano dos Santos - Sou de Pouso Alegre, trabalho nas áreas da saúde e da educação. Gostaria que tanto o ex-Ministro quanto o André prestassem atenção nisto: em Minas Gerais, são 910 mil pessoas em situação de extrema pobreza, sendo 2.700.000 na região Sudeste. Na cidade e no campo, as famílias ainda não têm energia elétrica e abastecimento de água. A situação é dramática. Fico pensando que é inadmissível que no século XXI ainda tenhamos que discutir um assunto de tal natureza, tenhamos de discutir pobreza e desigualdade. Fico imaginando o que ocorre nos três Poderes, em que não existe uma fiscalização ativa para que os projetos cumpram com suas funções, para que deixemos de discutir pobreza e desigualdade. Os ricos se enriquecem cada vez mais, e os pobres ficam cada vez mais pobres. Por que até hoje não existe uma fiscalização ativa para evitar a corrupção? Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Fabiano. Esperamos que em breve não tenhamos de falar sobre isso. Vou começar com o Patrus, que terá de ter a capacidade de resumir tudo; depois, vamos pela ordem.

O Sr. Patrus Ananias - Primeiramente, gostaria de lembrá-los de que, como fui Ministro do Fome Zero, tenho de continuar a trabalhar pela segurança alimentar de todos. São 13h30min. Há muitas perguntas, ouvi-as todas atentamente, mas não há como responder a elas isoladamente. Em primeiro lugar, quero agradecer as manifestações de afeto que recebi do Daniel, da Arlene, dos companheiros de Teófilo Otôni e de outras pessoas. Há algumas perguntas mais específicas, a que não é possível responder neste momento.

Quero lembrar aos companheiros e às companheiras que, agora, não ocupo nenhum cargo público. Continuo a trabalhar pelas causas que nos unem. Voltei às minhas atividades profissionais como professor na PUC e funcionário concursado desta Casa, não tenho espaço para tomar algumas decisões.

A maior parte das perguntas se resume nesta: por que o governo não faz? São críticas e questionamentos ao governo. Considero algumas realmente procedentes; em relação a outras, tenho algumas dúvidas; mas todas são legítimas num espaço democrático como este. Com toda a franqueza, penso que está na hora de começarmos também a nos perguntar o que nós podemos fazer. Os direitos são conquistados; aprendemos, pelas lições da vida e da história, que os direitos não caem do céu nem brotam espontaneamente da terra e que ninguém, nenhum governo, por melhor que seja, concede direito de graça. Direito tem de ser conquistado. Sabemos que o avanço é lento. Falamos aqui hoje que, há 50 anos, os trabalhadores rurais do Brasil não tinham direitos trabalhistas nem previdenciários nem sindicais. Até a Constituição de 1988, os trabalhadores e as trabalhadoras domésticas também não tinham direito. É um processo contínuo de luta e de conquista.

Acho importante termos claro isso e mantermos a organização. É fundamental nos organizarmos em associações comunitárias, sindicatos, movimentos sociais, trocar experiências com outros movimentos, somar esforços. Por exemplo, no ano que vem haverá eleição municipal. É hora de os movimentos sociais, as pessoas que querem uma sociedade melhor, mais justa e igualitária, como nós e todos os que aqui estamos, começarem a discutir o que queremos nas eleições em nossos Municípios, em nossas regiões. Qual é a nossa pauta para os candidatos a Vereador, a Prefeito?

Quero terminar a minha intervenção, por causa do tempo, insistindo num aspecto. Falamos sobre desenvolvimento regional, que é um caminho importante, mas que tem de incluir a dimensão política. Temos de lutar para avançar na democracia. Nada sai de graça ou é dado. Temos de conquistar cada vez mais a democracia participativa e, para isso, devemos colocar como viável a discussão do Orçamento Participativo nas regiões. Vamos começar com grandes assembleias, envolvendo todos? Certamente não, mas podemos caminhar para lá. Temos condição de realizar grandes assembleias regionais envolvendo lideranças políticas, Prefeitos, Vereadores, gestores, representantes de partidos políticos e de entidades, seja de empresários, seja de trabalhadores, de camponeses, de agricultores familiares, de igrejas, de universidades. Devemos abrir um debate sobre as prioridades e fazer pressão. Venho de uma geração que enfrentou a ditadura militar. Eram tempos difíceis. Lembro-me de que, nos anos 70, uma figura muito querida na minha história e na de muitas pessoas, o Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, publicou um livrinho sobre as “minorias abraâmicas”, convidando cada um a fazer a sua parte. Naqueles tempos difíceis, anos de chumbo, ditadura, opressão, perseguições, prisões, torturas, movimentos sociais reprimidos, conseguimos começar a construir. Iniciamos a luta: anistia, Constituinte, liberdade política, liberdade para os sindicatos, construção de partidos políticos.

Penso que não está na hora de perguntarmos por que o Estado não faz. Não faz mesmo, não. O Estado faz sob pressão. Temos de nos organizar e lutar sempre, de uma forma democrática, não violenta, a meu ver, de uma forma comprometida com a vida, com a dignidade humana. Mas temos de reivindicar. Digo, com franqueza, aos que estão nos movimentos: precisamos sair do discurso da queixa, como dizia Célio de Castro. Deixo claro que o Estado é disputado, o agronegócio está aí, ele faz parte do jogo, tem poder, tem maioria na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional. Não conseguimos aprovar nada lá nem rediscutir a questão da função social da propriedade, o índice de produtividade. Há assuntos, no Brasil, que estão interditados. A questão da função social da propriedade, a reforma agrária, a reforma urbana é um assunto hoje difícil de ser conduzido no País. Ficaremos, portanto, de braços cruzados? Não. Tenhamos claro que o Estado é disputado, o agronegócio está aí, os banqueiros estão aí, os ricos estão aí, e eles têm poder nos meios de comunicação social. E nós? Nós também temos a nossa força e estamos aqui, e este evento é importante. Vamos tirar daqui uma ideia forte com relação à participação no desenvolvimento regional, avançar na participação popular. É dessa forma que a gente conquista.

Finalizo dizendo que direito a gente conquista, os direitos não são dados, e foi por isso que iniciei contando a história do Brasil, da escravidão, exatamente para mostrar que se trata de um processo histórico. Estamos avançando e temos de ter essa consciência. Estamos avançando, e muito, mas temos uma estrada pela frente. Vamos pensar, estrategicamente, em como continuar avançando, lembrando sempre que o Estado é dividido. Todo mundo discute o Estado; nós, também. A questão não é saber por que o Estado não dá, mas porque ainda não tivemos força suficiente para conquistar. Muito obrigado.

A Sra. Presidente - Obrigada, Patrus Ananias. Passo a palavra, para a sua síntese, à Profa. Carla Bronzo.

A Sra. Carla Bronzo Ladeira - É muito difícil fazer esta síntese, pois são muitas as perguntas. Quanto ao que o Patrus deixou como mensagem final, acho que poderia responder a muitas perguntas da mesma forma. Quanto à pergunta “o que fazer, como é que resolve, por que o governo não faz?”, creio que o importante é a criação desses espaços de negociação, de deliberação, onde podem ser construídas propostas locais, porque não é possível fazê-lo neste Parlamento, que é onde recebemos as propostas elaboradas e discutidas por quem está na ponta, por quem está sofrendo efetivamente os problemas e tem mais condições de identificar os grandes desafios apresentados. A proposta de fortalecer as instâncias regionais de deliberação, de construção coletiva de significado, de definição de prioridades, é o caminho que poderia ser fortalecido para a conquista de direitos. Na verdade, esses são os espaços onde podem ser construídas propostas suficientemente abrangentes e adequadas para a redução da pobreza e da desigualdade no Estado.

Gostaria de comentar apenas três questões aqui trazidas. Uma é a questão da educação, a questão do Prof. Flávio, de como se pode pensar o papel da educação na redução da desigualdade e a política do Estado em relação a isso. A apresentação do Márcio Salvato mostrou a centralidade da educação para a redução da desigualdade. Essa é uma questão bastante conhecida. Mas, quando olhamos o acesso dos jovens ao ensino médio e à universidade, vemos como é perversa a nossa estrutura de ensino público, um ensino público universitário gratuito para pessoas que estudaram em escolas privadas, como as escolas privadas estão absorvendo exatamente o público mais pobre. Ou seja, é uma inversão total de prioridades. Precisamos pensar um pouco nesse modelo de universidade que estamos construindo, uma universidade cada vez mais elitista, uma universidade pública de pesquisa, que absorve quem veio da escola privada e quem tem mais condição de lutar por uma vaga no Enem e no vestibular, que deixa para as universidades privadas programas como o Reuni e o ProUni, que são iniciativas importantes e indicadores da perversidade de nosso modelo de sociedade. Então, construímos universidades públicas para os ricos e deixamos as universidades privadas para os pobres. Quando olhamos o índice de acesso dos jovens às escolas, vemos claramente o que está acontecendo. Eu estava olhando ontem os indicadores do Índice Mineiro de Responsabilidade Social, lançado na semana passada pela Fundação, que traz esses dados. Em várias regiões de Minas, a proporção de jovens de 15 a 17 anos que estão estudando é pequena. Onde estão esses jovens sem trabalho e sem estudo? Estão morrendo, segundo as estatísticas de criminalidade. Qual é de fato a oportunidade que estamos apresentando para o futuro, para essa massa enorme de jovens com potencial, com criação, com capacidade e vontade de fazer, com energia criadora? É pequena ainda a centralidade que estamos dando a essa questão. O salário dos professores revela um pouco isso. Onde estamos colocando nossas prioridades? Na verdade, se a educação é mesmo prioridade, temos de olhar essa situação de outra maneira.

Há outra questão que considero muito importante, algo que ouvimos bastante, que é se o Bolsa Família cria dependência. Isso é um engano. Não vejo isso, na verdade as pesquisas não mostram isso. As pesquisas que conhecemos não mostram essa acomodação. O que vemos é que, de fato, o Bolsa-Família veio para possibilitar uma margem maior de escolha para as famílias, que podem evitar trabalho degradante. Aquela mulher que precisava percorrer tantos quilômetros para trabalhar em uma fazenda pode optar por não ganhar um dinheiro pequeno por esse trabalho, porque tem o benefício, expandindo a capacidade de ação e de resposta. Uma família que fica acomodada por receber R\$200,00 - uma família que tem três crianças e dois jovens recebe isso, no máximo - está doente e precisa de ajuda. Esse discurso da acomodação, de que cria dependência não é real. A garantia de renda é necessária. O debate internacional sobre garantia de renda está muito mais avançado do que o que estamos fazendo aqui. Discute-se renda universal para todo mundo, garantia de renda básica para todos. Se há uma acomodação, é por conta da falta de oportunidades, da falta de possibilidade de as pessoas garantirem uma vida para além desse benefício que recebem do Estado. Ninguém fica feliz por receber algo que não é mérito, que não é de seu próprio esforço. Sentimos isso, e as pessoas pobres também sentem, sabem o valor que é a dignidade. É uma coisa interessante que comeci a ouvir depois que começamos a fazer essa pesquisa. Há uma centralidade da palavra “dignidade” para o pobre, há uma centralidade de se tentar manter o espaço da não humilhação, do autorreconhecimento e do autovalor.

Várias outras questões referem-se a como olhar para a questão da dependência química, reintegrar os dependentes químicos no mercado de trabalho, transporte ineficaz para as crianças. Essas são questões que se resolvem quando a população, fiscalizando as ações do governo, consegue se mobilizar e propor, a partir de programas concretos, determinadas ações.

Isso pode ser feito por meio de planos e de intervenções no Orçamento, apresentando problemas concretos, que muitas vezes o governo não consegue enxergar. O próprio Prefeito pode estar preocupado com outras questões na cidade, mas existem mecanismos, e cada vez em maior número, para modificar o direcionamento das ações. Acho que utilizar esses instrumentos de democracia, de fortalecimento da capacidade de reivindicação, seria um caminho a ser trilhado.

Quanto à última pergunta, sobre quais são os critérios do Porta a Porta e como diagnosticar a pobreza em cidades de médio e grande portes, acho que já há dados suficientes: os dados do CadÚnico estão aí e nos permitem identificar claramente a pobreza. É um instrumento importante, poderoso, de identificação da população mais vulnerável do Brasil inteiro. Realmente, temos informações, e não é por causa disso que vamos deixar de combater a pobreza.

Teria muitas outras questões a comentar, mas, levando em consideração a segurança alimentar de vocês e a minha, vou parar por aqui, desejando que surjam desta reunião, da de amanhã e da de depois de amanhã, propostas que permitam a continuação do processo, que é lento, de mudança de paradigmas. Aumenta a percepção de que a pobreza é um problema que diz respeito não só aos pobres, mas a todos. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Obrigada, Profa. Carla. Com a palavra, para suas considerações finais, o Prof. Márcio Antônio Salvato.

O Sr. Márcio Antônio Salvato - Vou tentar fazer uma abordagem mais geral. Não disse que crescimento não é solução. Na verdade, há que haver a conciliação de duas coisas. Crescer com redistribuição de renda não é uma tarefa fácil, mas é o caminho. De acordo com os dados apresentados, parece que, em regiões mais pobres o crescimento tem sido muito mais relevante que a própria redistribuição. Onde há renda “per capita” muito baixa, onde o nível de pobreza é alto, redistribuir não é solução: vai-se tirar do menos pobre para passar para o mais pobre. É uma situação delicada. Não disse que é suficiente fazer redistribuição, disse que é importante ter crescimento, mas é preciso tomar cuidado para não cair naquela frase antiga: “Primeiro, crescer; depois, redistribuir o bolo”. As duas coisas têm de vir juntas. Não pode haver apenas uma, em detrimento da outra.

Quanto ao Vale do Jequitinhonha, isso vale para qualquer uma das regiões do Brasil. Não posso dizer que o Brasil é um país pobre, mas sim um país de pobres. Algumas regiões têm renda “per capita” bem inferior a de outras regiões. Não podemos fugir dessa realidade. Chamar de pobre gera um estigma, mas é apenas uma questão técnica. Há problemas de renda “per capita” baixa no Norte de Minas e ainda com alta concentração populacional. Saber que o problema existe é o primeiro passo para tentar buscar solução.

Perguntaram-me sobre a questão do gênero. Realmente, os estudos mostram um vínculo a gênero em relação à pobreza. Aí há um problema: poderia dizer que a pobreza tem gênero e cor. E o problema está exatamente nas mulheres negras. É o grande problema, porque conjuga os dois efeitos de discriminação. Quando analisamos os grupos que têm produtividade da mão de obra, constatamos que, em média, eles são inferiores a outros grupos. Então, primeiro temos de tentar reduzir essa diferença de produtividade por meio da educação, ou seja, é preciso haver maior incentivo à educação desses grupos que estão desprivilegiados e também resolver o problema da discriminação. São dois aspectos, não é só a discriminação. Desculpe-me, Carla, de não conhecer a literatura sobre esse assunto. Cito vários autores, um deles Emerson Marinho, da Universidade Federal do Ceará, que fez um estudo específico sobre as horas de trabalho de quem está no Bolsa-Família e de quem não está. O resultado é que há uma redução da oferta de horas de trabalho, exatamente pelo motivo que a Carla apontou. Gerou-se uma oportunidade para que a pessoa que tinha de trabalhar muito para se sustentar possa escolher ter algumas horas a mais com a família. Os resultados apontam para isso. Não é um problema de ausência de oportunidades. Hoje, por exemplo, a situação de emprego é muito privilegiada, quase pleno emprego. Não é esse o problema. As pessoas têm escolhido a redução de horas de trabalho.

Por fim, gostaria de abordar um aspecto. Gostei muito da pergunta da plateia: “O Estado está preocupado em resolver o problema das pessoas ou o problema do Estado?”. Eu diria que a resposta é “ambos”. Há de ser “ambos”. Não há jeito de resolver o problema das pessoas do Estado sem considerar o problema do Estado. Normalmente, respondo a isso em sala de aula. É um problema de escolha intertemporal de se gastar todo o Orçamento agora, endividando o Estado, para resolver o problema desta geração, a geração futura terá problema, porque no futuro terá apenas dívidas a pagar. Isso significa que no futuro não poderá fazer nada. Não é isso o que vivemos hoje? No passado, houve crescimento com endividamento. Hoje temos de pagar a dívida do passado. Então, o que é preferível: as pessoas de ontem em detrimento das de hoje? As de hoje em detrimento das de amanhã? Na verdade, esses dois aspectos têm de ser considerados igualmente. Temos de escolher as pessoas do Estado, sem abrir mão de um Estado com as contas saneadas. Quem é mais importante? Quem vive hoje ou quem viverá amanhã?

A Sra. Presidente - Obrigada, Prof. Márcio Antônio Salvato. Passaremos a palavra rapidamente ao Deputado André Quintão, para responder às perguntas formuladas a ele.

O Deputado André Quintão - Há duas questões específicas de Passa-Tempo e quilombola, e me disponho a tratar diretamente com os quilombolas. Uma pergunta mais geral, estruturante, é sobre o fundo de erradicação da pobreza, da miséria. Quais são as fontes de financiamento? Como é a questão da participação? Primeiro, renda líquida de concurso prognóstico, loteria estadual, transferência orçamentária, dotação orçamentária - seja do governo estadual, seja do governo federal -, doação de qualquer natureza, auxílio, operação de crédito e aplicação do art. 82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988. Esse ato prevê que se podem acrescentar até 2% na alíquota do ICMS sobre produtos e serviços supérfluos. Um projeto em tramitação na Assembleia amplia em 2% o ICMS de bebida alcoólica (exceto aguardente), armas e cigarros. Gostaria de dizer que já existem mobilizações contrárias a esse projeto, elegantemente mencionadas aqui pela Deputada Luzia. Você financia política pública em prejuízo de algum segmento. Geralmente, o segmento que perde se mobiliza para não perder. Então, já estou deixando uma dica para vocês, para os grupos de trabalho de quarta-feira. Sou relator do projeto e da estrutura do Fundo. A alíquota, especificamente, está em outro projeto. Deixei para emitir meu parecer depois do seminário, utilizando as sugestões que surgirem dele. A gestão do Fundo é responsabilidade de um conselho gestor, e acredito que haja espaço para aperfeiçoamento desse conselho. Temos de harmonizar esse Fundo com os outros fundos de políticas públicas e com os outros conselhos. Isso também será objeto de reflexão nossa.

Por fim, Deputada Luzia Ferreira, esclareço a todos, valendo também para o período da tarde, na qualidade de organizador do seminário, que o Fabiano apresentou uma questão pertinente. Foram 85 entidades que participaram da organização deste evento. Geralmente, no desenho do seminário, a etapa final dura três dias, por causa da permanência das pessoas em Belo Horizonte. Os eventos anteriores, geralmente tinham duração de um dia e meio para debates com palestras, o que resultava num tempo maior para as palestras e a participação de quem delas participava. Um dia e meio era reservado para o trabalho em grupo e a plenária final. Na organização do seminário, houve o expresso desejo, principalmente da sociedade, de que houvesse redução de um dia destinado a palestra, para que houvesse dois dias nos grupos, com tranquilidade e tempo para reflexão. Sabemos que isso iria ocorrer. Acolhemos a sugestão da sociedade, porque no trabalho de grupo e na plenária final é que teremos as propostas, as conclusões. Isso diminuiu o tempo para as palestras, mas acredito que, pelas manifestações que já ocorreram e, principalmente, pelo conteúdo das palestras, vamos aproveitá-las bem no trabalho de amanhã e de quarta-feira. É uma escolha que fizemos, sabemos que você tem razão: diminuiu-se a participação neste debate, mas se ampliará a participação de todos amanhã e na quarta-feira. Agradeço ao Márcio, à Carla, ao Patrus e à brilhante Comissão de que participa a Deputada Luzia Ferreira esta ótima mesa de trabalho.

A Sra. Presidente - Estamos chegando ao final. Cada um tem muita coisa que dizer e tem sua experiência, o que é relevante. A reunião de hoje é a continuação de um processo, como o Deputado André Quintão disse. As entidades participaram da formatação, houve encontros regionais. Amanhã, nos grupos, haverá debate, e, na quarta-feira, haverá a sistematização final.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de logo mais, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 41ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/10/2011

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - 1º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Laura da Veiga - Palavras da Sra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras - Palavras do Sr. Élio Bonomo - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - 2º Painel: Composição da Mesa - Palavras do Sr. Eduardo Rios-Neto - Palavras da Sra. Jupira Gomes de Mendonça - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Bonifácio Mourão - Carlin Moura - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Sebastião Costa - Ulysses Gomes.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”. Nesta tarde, teremos duas mesas de trabalho. Mesa 1 - Políticas de Desenvolvimento Social: erradicar a pobreza e enfrentar as desigualdades sociais e regionais. Mesa 2 - Políticas de Desenvolvimento Econômico Sustentável: erradicar a pobreza e enfrentar as desigualdades sociais e regionais.

1º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 1º Painel as Exmas. Sras. Laura da Veiga, Doutora em Ciências Sociais Aplicadas à Educação pela Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, e Pesquisadora do Centro de Estudos de Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro; Cristina Almeida Cunha Filgueiras, Doutora em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, na França, e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas; e os Exmos. Srs. Élio Bonomo, Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região; e Deputados Almir Paraca, membro da Comissão de Assuntos Municipais; e André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular e coautor do requerimento que deu origem a este seminário.

Palavras do Sr. Presidente

Abro essa rodada de discussão identificando-me. Sou o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, coautor do requerimento que ensejou este seminário, juntamente com o Deputado André Quintão. É um prazer enorme recebê-los mais uma vez, nesta tarde, proporcionando este debate tão importante para Minas Gerais e para o Brasil. Temos certeza que haverá parceria, diálogo, entendimento e construção de propostas. Certamente, apresentaremos uma carta vigorosa que atenderá às necessidades regionais, considerando-se o objetivo deste seminário tão importante para Minas e para o Brasil. A nossa Assembleia Legislativa percorreu todas as regiões ouvindo as mais variadas representações. Hoje, neste fórum, comparecem vocês, que foram escolhidos como os representantes de suas regiões, trazendo, assim, a experiência e o conteúdo para a construção das propostas. Tenho certeza de que realizaremos, nessa segunda parte, que será muito proveitosa, um excelente debate com esses dignos professores e professoras. Com certeza, conseguiremos uma proposta viável e concreta para Minas Gerais.

Antes de iniciarmos as exposições, a coordenadoria informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia em ficha própria, distribuída pelas recepcionistas. As perguntas serão respondidas ao final das exposições no momento previsto para o debate. Para que possamos organizar o debate, esclarecemos que os interessados poderão entregar às recepcionistas suas inscrições ou seus questionamentos durante o transcurso das exposições. Com a palavra, a Sra. Laura da Veiga, doutora em Ciências Sociais Aplicadas à Educação, que aqui comparece para trazer sua experiência dessa gestão tão importante de pesquisa e políticas públicas da Fundação João Pinheiro.

Palavras da Sra. Laura da Veiga

Não estou acostumada a essa parafernália. Boa tarde a todos e a todas. É um prazer para mim ter sido convidada a participar deste seminário não só agora, como expositora, mas também ao longo do trabalho aqui descrito pelo Deputado André Quintão, com o qual estivemos envolvidos. Agradeço em meu nome e em nome da Fundação João Pinheiro, instituição na qual trabalho atualmente. Alguns dos pontos que mencionarei agora, conforme apresentação da Carla pela manhã, é um certo mantra, que ficamos repetindo, não para nos convencer, porque já estamos convencidos, mas para ampliar o público. Queremos ampliar a participação daqueles que têm capacidade de influenciar a política e a forma de agir do setor público, assim como dos que atuam junto às comunidades, organizando-as, ou representando movimentos sociais. Esse grande conjunto de pessoas, instituição e organizações viabilizarão aquilo

que pretendemos que este país tenha, ou seja, uma sociedade mais justa, menos desigual e mais solidária. Nessa direção irá toda minha fala. Tentarei ficar dentro do prazo. Já estão mostrando que perdi alguns segundos.

Nas últimas três décadas, algo se observou no mundo inteiro, mesmo nos países mais avançados e principalmente neles, mesmo nos países como os nossos, considerados emergentes, que nem sequer atingiram em anos anteriores aquilo que poderíamos chamar de sistema de proteção social minimamente inclusivo e robusto. O ex-Ministro Patrus Ananias fez uma descrição rápida do nicho, da construção do sistema de proteção social brasileiro. Ele foi muito direcionado, no Brasil e em vários outros lugares, muito segmentadamente orientado para aqueles que participam dos mercados de trabalho. Então ele é urbano, muito orientado para os setores urbanos e, mais do que isso, orientado até para aqueles que têm vinculação formal com o mercado de trabalho. Mas o ponto que interessa destacar aqui é que, nessa concepção de proteção social e nas sociedades industriais até três ou quatro décadas atrás, o que mais se caracteriza não é que não existiam desigualdades sociais; elas existiam, mas eram muito marcadas pela inserção, o grande divisor de águas era uma relação que se caracteriza na sociologia como o que se relaciona à caracterização das classes sociais. Tem a ver com a posição laboral, com a quantidade de renda, com propriedades etc. Havia desigualdades, mas uma das características desse período anterior é que elas não assumiam o caráter de rompimento de vínculos. Esse é o ponto principal no qual a Carla já insistiu na parte da manhã e sobre o qual já houve falas aqui de outros expositores. Essa é a característica que as desigualdades hoje assumem. Além de todos os elementos de discriminação, de exclusão de pessoas, de acesso a bens e serviços, introduziu-se um outro componente, que é o chamado componente do rompimento dos vínculos.

O que chamamos de rompimento de vínculos? Agora mesmo, dando uma entrevista a jornalistas, dizia que hoje, quando um chefe ou uma chefe de família perde o emprego, o que se está rompendo aí não é somente deixar de receber a renda, mas um conjunto de relações de que a pessoa dispunha. Por exemplo, um conjunto de relações de trabalho, de amigos, de colegas, um ambiente onde circulava, onde parte de seu autorrespeito estava colocado. Quando essa pessoa perde o emprego e se torna desempregada, essa parte já se rompe, mas rompe-se mais ainda porque, em relação a sua família, da qual é provedor ou provedora, ela perde um pouco do respeito que o fato de garantir a subsistência da família traz. E vem um conjunto de outras consequências para essa família, isso passando por um roteiro de exclusão baseada, por exemplo, no rompimento dos laços de trabalho. Afetará a comunidade, a família, e, com isso, haverá um conjunto de consequências, uma se sobrepondo à outra, provocando o que se chama, na literatura, de exclusão social.

Este é um dos principais traços disso: a multiplicação e a diversificação dos vetores de desigualdade nas sociedades modernas. Há vetores relacionados à etnia, à raça, ao sexo, ao ciclo de vida, se a pessoa tem ou não doenças. Tudo isso faz com que a pessoa passe por diferentes processos de exclusão ou, se estivermos buscando atuação numa outra direção, de busca da inclusão. Então estaremos trabalhando um pouco com essa polaridade exclusão-inclusão, entendido sempre que a exclusão não é somente uma questão meramente material, portanto o conceito de pobreza no sentido mais estrito é limitante para se pensar isso. Mas, se estamos falando em proteção, passaremos a pensar a proteção de forma mais ampla.

Há um autor, Prof. Gomà, que é de Barcelona, hoje político nessa cidade espanhola, que dirigiu toda a parte que corresponde às nossas áreas de assistência social no Brasil. Esse grupo desenvolveu uma ideia sobre como atuaríamos de forma mais inclusiva, numa sociedade mais inclusiva, e desenvolve alguns conceitos. Em primeiro lugar, quando falamos sobre exclusão social, estamos falando sobre um processo pelo qual pessoas e grupos veem bloqueado seu acesso aos mecanismos de desenvolvimento humano que lhes permitiriam uma vida autônoma, em padrões sociais determinados pelas instituições e pelos valores num contexto específico.

Vamos destacar alguns elementos nessa definição. Estamos falando sobre desenvolvimento humano, não estamos falando somente de ter ou não um trabalho, mas de uma concepção muito mais holística e muito mais ampla, que envolve dignidade; capacidades, às quais a Márcia se refere; a parte relacional, o autorrespeito e o acesso a benefícios e serviços. Estamos falando sobre muitas coisas mais. Estamos falando sobre vida autônoma, portanto estamos nos referindo à capacidade das pessoas de poderem se autodeterminar, podendo inclusive exercitar sua liberdade. Estamos falando sobre padrões sociais. Portanto, isso muda em função das sociedades e dos contextos nos quais vivemos.

Outro conjunto de aspectos que está nesse primeiro retângulo é que os contextos variarão em função da economia, da educação, das características demográficas, das práticas empresariais, das políticas públicas, das discriminações sociais, do meio ambiente, etc. Quando falamos em desigualdades regionais, estamos nos referindo a esse contexto. Normalmente estamos falando daquele conjunto de benefícios, de riquezas ou ausência de riquezas, desenvolvimento econômico, enfim, tudo isso que caracteriza uma região, um Município ou um território dentro de um Município. Quando falamos em desigualdades regionais nos Municípios ou intramunicípios – e logo mais ouviremos manifestações sobre a parte urbana –, essa questão está colocada nesse nível do problema.

Esses contextos criarão ou bloquearão oportunidades para as pessoas, famílias e grupos sociais. As exclusões e os fatores explicativos dos vetores de instituições podem passar por inúmeras outras características, por exemplo características de gênero. Ninguém escolhe nascer homem ou mulher, simplesmente nasce. É claro que é possível escolher outra coisa depois, mas a escolha de gênero não é feita necessariamente pela pessoa. Pode-se viver em uma sociedade onde isso seja importante ou não. Nas falas sobre as questões econômicas destacou-se que o gênero é importante e determinante no salário que as pessoas recebem. A escolarização não é mais tão importante porque as mulheres já superaram os homens em escolarização, mas a questão do gênero permanece quando se comparam salários de homens e de mulheres. Da mesma forma podemos ter a idade, classe social, qualidade da moradia e o tamanho da família como fatores que podem afetar a exclusão. Basta pensar que uma moradia pequena com uma família extensa terá poucos ambientes para que as pessoas possam viver uma vida mais saudável. Provavelmente não haverá lugares para estudar, por exemplo. Tudo isso são explicações. O fato de viver em famílias com deficientes físicos ou mentais também é importante. O local de residência como um local estigmatizado ou não, áreas carentes ou não carentes, áreas que têm infraestruturas de serviços públicos ou não, com mais ou menos insegurança, com maior ou menor presença de criminalidade; enfim, tudo isso afetará as possibilidades do exercício dessa autonomia e do desenvolvimento das pessoas que estão nesses locais.

Quais são as manifestações que observamos? Então, quando falamos do conjunto desses processos sociais, observamos o quê? Normalmente, a baixa escolarização, a precariedade laboral, a debilidade dos vínculos afetivos, os comportamentos familiares e comunitários desagregadores, a violação de direitos, a sobreposição de quadros de doenças e moradias de baixa qualidade. Mas isso mesmo já está sendo provocado por um conjunto de outros processos e mecanismos sociais que estão operando.

Devemos lembrar sempre um ponto que foi enfatizado nas exposições da manhã: isso é uma criação daquela sociedade. Aquilo são escolhas que foram feitas. São trajetórias que foram percorridas. Não é nada natural. Ninguém nasce desigual. A sociedade nos torna desiguais, o que é diferente. Ninguém nasce para ser discriminado. A sociedade cria mecanismos e discrimina pessoas. Então, da mesma forma, a sociedade protege certos grupos e não protege outros. Então, há situações de violação de direitos.

Então, se é assim, se é a sociedade que constrói, se somos nós que construímos, se é a ação humana que constrói, essa ação humana deve ser capaz de refazer esses caminhos. Nessa direção, então, vem essa última informação que está neste quadro: as mudanças só dependem de ações sociais e políticas.

A Sposati pergunta, em certo momento, em um texto de sua autoria: o que se espera da proteção social? Ela afirma que, em uma sociedade de mercado, o que se espera, a resposta mais comum é ter renda para poder resolver situações em que alguém se sinta fragilizado. Ou seja, essa resposta diz que, se você tem renda, vai ao mercado; se está com a cabeça meio “dançada”, vai a um psiquiatra; se está com um problema de saúde, procura um médico; se sua criança começou a manifestar alguns comportamentos disruptivos, você leva a psicólogos ou a alguns educadores; etc.

Contudo, esse tipo de resposta, mais típico de uma sociedade de mercado, está escondendo duas questões centrais, e uma delas já foi mencionada aqui. Uma delas é que a proteção social não é uma mercadoria, não é pacotinho de coisas, que você vai lá e compra. Você não compra vínculos. Aliás, alguns acham que comprem relações afetivas, mas, normalmente, depois descobrem que não compraram. Compraram, mas foram enganados. É propaganda enganosa, porque relações afetivas, vínculos são construídos por meio da interação, das ações humanas etc. Portanto, não estamos falando de um pacotinho de serviços e benefícios, não estamos falando só disso. Por isso a Carla insistiu na sua fala e se referiu muito aos chamados aspectos intangíveis da proteção, o que significa que realmente você não está lidando com essas questões psicossociais, vínculos e afetividade. Quando falo em afetividade, não me refiro a Mariazinha gostar do João. Não se trata disso, mas de todo um conjunto de relações pessoais que fazem com que, aliás, nos sintamos protegidos.

Também a proteção envolve uma sociedade menos desigual - queremos ter uma sociedade menos desigual - e supõe o compromisso coletivo para construir sistemas de proteção mais abrangentes e inclusivos. Também foi dito aqui um ponto muito importante que devemos ter em mente. Proteção social não é somente uma obra feita por um setor das políticas públicas. É o seguinte: dizer que os assistentes sociais do Cras resolverão o problema, isso não seria possível nem se a assistente social fosse superassistente e nem, provavelmente, com toda uma enorme capacidade. Ela deve ser milagreira porque, no que se refere só ao setor humano, provavelmente não consegue dar conta da quantidade e da dificuldade dos problemas com o quais se defronta.

Estamos falando de desenvolvimento da pessoa, e esse desenvolvimento passa pela participação plena e pelo desenvolvimento das dimensões econômica e de renda. É preciso haver, sim, crescimento econômico, porque, sem crescimento econômico e sem geração de postos de trabalho, de nada adianta educar, porque não haverá lugar para as pessoas. Essas coisas têm de caminhar juntas.

É preciso haver, ainda, desenvolvimento político e de cidadania - político em sentido mais amplo que o mero exercício da atividade política, como é o caso daqueles que são eleitos para um mandato, ou seja, o caso dos Deputados. Digo político em se tratando de relação de poder, isto é, político numa sociedade que busque reduzir os mecanismos de dominação e exclusão. A cidadania é o acesso efetivo aos direitos.

Outras questões já foram abordadas, como a transversalidade na articulação das respostas, a integralidade na visão holística dos problemas sociais e a proximidade territorial. Existe a necessidade de programas, ações e políticas atenderem às demandas. Numa área como a do Vale do Jequitinhonha, os problemas enfrentados terão algumas características relacionadas à exclusão, o que provavelmente não iremos encontrar no Sul de Minas. O desafio das grandes metrópoles é lidar com populações que enfrentam discriminações e violações de direito, com uma enorme diversidade. Por outro lado, os Municípios pequenos, de dois, três mil habitantes, a população, ainda que seja pobre, porque é uma sociedade mais rural, é menos diversificada, portanto as ações são mais concentradas. Um dos problemas mais comuns é o abuso de crianças e a exclusão acarretada pela pobreza, mas os problemas também podem ser bastante diferenciados. Ou você está num território onde impera o tráfico ou você está num território pacificado. Eu não citaria o exemplo do Rio de Janeiro pelo fato de achar que o processo de pacificação ainda não foi concluído. As áreas rurais, apesar de serem pobres e terem poucos recursos, ainda não estão sob o domínio desse tipo de insegurança.

O meu tempo já acabou, mas gostaria de fazer uma chamada para um último ponto, que é uma Minas Gerais mais inclusiva. Chamarei a atenção para os principais agentes que deveriam estar atuando nessa proteção. Aliás, não compete somente à área da assistência fazer essa atuação. Se estamos falando de proteção e de promoção, isso significa uma atuação conjunta de políticas de natureza estrutural e macroeconômica, de políticas sociais universais de boa qualidade, como é o caso da saúde e da educação, e de um conjunto de outras políticas, entre elas a política da assistência social.

Se examinarmos o que está acontecendo em Minas Gerais, apesar do enorme esforço que tem sido feito pela União, pelo próprio governo estadual e pelas administrações municipais, veremos que o Estado ainda mostra um desempenho muito insuficiente na institucionalização do Sistema Único da Assistência Social - Suas.

Acabamos de fazer um cálculo através do IMRS, introduzindo um indicador de assistência social - um deles se refere à institucionalização da assistência. Cerca de 20% dos Municípios mineiros não estão fazendo o CPF mínimo da assistência. Há investimentos sim, mas o piso estadual da assistência social ainda não foi universalizado em todos os Municípios. Existem Cras em quase todos os Municípios, mas eles não têm qualidade necessária para dar respostas e não estão equipados do ponto de vista material e humano para atender as demandas com as quais se defrontam. Os Cras precisam de uma rede de atenção e não têm a rede de retaguarda, pois está desarticulada.

Temos um enorme caminho a percorrer para produzir, criar um sistema social mais consolidado, institucionalizado, de forma a afirmarmos que está sendo feita política pública, que há substituição de procedimentos das políticas de favores - clientelistas - por políticas em que as pessoas que têm direito podem buscar um serviço que realmente atenda às suas necessidades. Outro aspecto importante é a ampliação das articulações entre os entes federados, o cofinanciamento, o planejamento e a execução de programas complementares e convergentes. Não podemos deixar de reconhecer e trazer para o âmbito da solução do problema as organizações e associações comunitárias. Não estou falando necessariamente de ONGs, mas de organizações que realmente têm legitimidade e representam grupos de jovens, tratando de seus problemas, ou seja, que representam a parte viva da sociedade. A tendência é que as organizações comunitárias e associações tenham pautas diferenciadas, muitas vezes divergentes e conflitivas. No entanto, é preciso, pela interlocução, transformar o conflito social em oportunidades de criação de ações específicas, como o Gorman diz. As associações lidam com a população e são ao mesmo tempo consequência do desenvolvimento associativo de determinado local.

Necessitamos que sejam incorporados ao processo os profissionais encarregados da execução de políticas, serviços e programas. São peças centrais para converter diretriz em serviço. Não adianta um plano maravilhoso, se não há carreira, recrutamento público adequado, profissionais qualificados, com certa estabilidade e remuneração adequada para fazer com que aquilo aconteça. As coisas não acontecem somente pela fala de um secretário ou de quem quer que seja, mesmo que seja tremendamente bem intencionado. Não se trata de boas intenções, e sim de condições de execução.

Existe também o problema de tentar envolver e trazer para o processo decisório os beneficiários de políticas e programas - é difícil falar de público-alvo, beneficiário ou usuário, pois sempre fico na dúvida. De qualquer maneira, são as pessoas que recebem, demandam e têm necessidade dos serviços que justificam a existência de determinados programas ou políticas. Eles devem ser incorporados, se possível de forma organizada. Senão, é preciso encontrar metodologias de escuta para saber como avaliam o serviço que recebem, porque têm condições de fazê-lo.

Aliás, não somente eles, pois estamos falando sobre processos nos quais possamos envolver os diferentes agentes, as diferentes políticas, assim como os processos decisórios, de planejamento e execução. Além disso, que aquilo que se fala da intersetorialidade ou das ações transversais encontre nesses espaços a tradução disso de forma concreta. Muito obrigada. Desculpem-me por ter extrapolado 2 minutos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Profa. Laura da Veiga a valiosa participação, com brilhante e ilustre exposição. Queremos ressaltar aos participantes a importância da presença de todos no dia de amanhã, quando ocorrerão os grupos de trabalho. O documento de propostas que os senhores receberam servirá de base para as discussões. É fundamental que todos o leiam com atenção e não se esqueçam de trazê-lo para os seus respectivos grupos.

Com a palavra, a Sra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras, que fará uma exposição sobre o tema “Educação e cultura”.

Palavras da Sra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras

Boa tarde! Agradeço a oportunidade de participar deste seminário tão valioso que chega no momento quase final, já com uma carga importantíssima de participação, ideias e propostas. Não participei em momentos anteriores, mas vi a sistematização e os relatos anteriores. De fato, fiquei bastante impressionada.

Quanto ao tema “Educação e cultura”, quero trazer-lhes algumas questões. Esse é um tema duplo, mas articulado. Considerei bastante interessante o fato de, nesta reunião, esse tema estar sendo abordado após a exposição da Profa. Laura da Veiga sobre a proteção social. Depois desses três temas, haverá o tema do desenvolvimento econômico. É preciso fazermos com que a educação consiga ser uma chave dos processos de desenvolvimento e, de fato, cumpra o seu papel estratégico. Esse é o primeiro ponto que eu havia preparado. No Brasil, é necessário que haja um sistema de proteção social mais sólido e robusto. Caso contrário, não haverá um desenvolvimento e uma estruturação das nossas políticas que permita que as pessoas tenham inserção social e inserção adequada no mundo do trabalho, sintam segurança e tenham proteção em suas várias etapas de vida. De fato, isso precisa ser algo articulado. Se não houver nada disso, as políticas educacionais dificilmente conseguirão cumprir seu papel e - para utilizar uma imagem do dia a dia - acabaremos enxugando gelo. No Brasil, sobre a educação, e particularmente sobre a educação escolar, recaem muitas demandas que são devidas à ausência exatamente de um sistema de proteção social mais articulado e robusto, que cumpra os muitos requisitos que a Profa. Laura brilhantemente apresentou.

Faço essa introdução para dizer efetivamente que, se não houver uma articulação com as políticas sociais e econômicas que permita que a educação cumpra o seu papel, o investimento que a sociedade faz nos processos educativos não poderá acontecer.

Já temos, no Brasil, na América Latina e em todo o mundo, resultados na pesquisa educacional - e esse conhecimento parte também da experiência do poder público - indicando que os êxitos na aprendizagem dos alunos são resultado de um grupo de fatores. O primeiro fator diz respeito às características da origem socioeconômica do educando e da sua família. De acordo com alguns levantamentos, esse fator, além de ser o primeiro, responde por 70% e às vezes até 80% do peso sobre os resultados na educação - êxito individual, coletivo e de cortes de alunos em cada ambiente da educação. Ou seja, é efetivamente a condição de pobreza, de desigualdade e de fragilidades das condições de vida que acaba chegando à escola junto com os alunos. E nesse caso se incluem não só as questões materiais - a escolaridade dos pais, as condições de moradia, e vários elementos mencionados pela Profa. Laura -, como também temas do contexto comunitário - as redes sociais em que a família vive; o que acontece com a criança na primeira infância; a possibilidade que ela tem no seu ambiente de desenvolver a linguagem e a sociabilidade, de ser motivada e formada como um indivíduo com autoestima, que pode, sim, aprender e desenvolver-se. Isso tudo tem a ver com o primeiro ponto, grande fator explicativo de êxitos e progressos ao longo da trajetória escolar. Junto a isso está a expectativa dos pais em relação aos filhos. Enfim, todas essas questões são decisivas.

Alguém já mediu, e esse fator pesa em 70% ou 80% dos casos. A pergunta que se faz: a escola tem espaço? A escola vai fazer diferença? Ela pode fazer a diferença para amenizar essa situação, para criar oportunidades ou reforçar a desigualdade? Na verdade,

ela é uma oferta educativa pobre já para esse contexto prejudicado. Trata-se mais de um círculo vicioso: A falta de educação gera pobreza; e a pobreza gera falta de educação. A resposta, com base nesse acúmulo de conhecimento, diz sim: a escola, a educação pode fazer diferença desde que cumpra uma série de papéis. Alguém perguntará: “Mas há diferença nos 30% ou 20% que restam?”. É muita diferença. Evidentemente, respaldo-me no que disse anteriormente: se o trabalho prévio não for feito em uma série de outros ambientes da política social, não serão os 20% ou 30% muito bem feitos na educação que conseguirão reverter o círculo vicioso.

Outra forma de pergunta: a escola apenas sofre as desigualdades? Ela apenas se lamenta da existência da pobreza que existe fora dela, que chega e a invade, ou é possível trabalhar de outra forma? A resposta é que os êxitos podem vir de outros ambientes. Conta como fator a efetividade das práticas pedagógicas na sala de aula; o “efeito-professor”; e a importância do que acontece no cotidiano escolar. Claro que, quando avanço nesse ponto, junto a essa literatura, já supus que existe escola, que os alunos já conseguiram chegar lá e a estão frequentando. Sabemos que para chegar a esse ponto precisamos ter uma série de políticas públicas que efetivamente permitam o acesso e façam com que as crianças e os jovens adultos permaneçam na escola. Depois há uma série de outros fatores que são importantes. Vou mencioná-los rapidamente, porque não é o foco aqui. Eles têm a ver com o clima cultural, com a gestão da escola e com o efeito do estabelecimento.

O quinto fator tem a ver com a máquina institucional, ou seja, com como funcionam o sistema e as políticas governamentais. Esse assunto abrange de estruturas de financiamento à definição da competência de cada nível governamental - no sistema federativo brasileiro, o que cada um deve fazer e como eles se relacionam. Sobre isso foi muito interessante o fim da exposição da Laura, que está associada a esse último ponto.

No tempo que me resta, quero dizer que, se olharmos os esforços recentes das políticas educacionais no Brasil e em Minas Gerais, que tem sua especificidade, veremos que muito tem sido feito. Não sou dos que preferem dizer que tudo está ruim e que estamos em dívida. Mas também não podemos nos contentar. Como uma experiência de análise de políticas públicas, não vou entrar em detalhes sobre cada uma das áreas que conseguimos trazer para a agenda de políticas públicas e em que conseguimos avançar, mas quero pontuar algumas coisas. Avançamos na universalização do ensino fundamental, mas temos problemas para avançar na qualidade desse ensino. Despertamos efetivamente para o ensino médio, onde há um gargalo muito importante. Como ressaltou a Carla, no final da manhã: onde estão os jovens que não estão na escola nem no trabalho? Avançamos também na convicção de que a criança fique na escola em vez de ficar no trabalho, sempre precário. Mas temos de nos fazer algumas perguntas, e acho que podemos conseguir algum avanço sobre isso neste seminário. A oferta que já existe é coerente? Ela tem cobertura suficiente? Essa é uma pergunta fatal, que sempre fazemos. O programa existe e é bacana, mas atinge todo o mundo, ou seja, atinge quem deve ser atingido, e é suficiente no que se refere ao tempo em que os jovens são expostos a essas iniciativas?

Por fim, quero destacar alguns pontos que me chamaram atenção no documento que me foi repassado pela assessoria da Assembleia, com a sistematização, muitíssimo bem-feita, do que se levantou nos encontros regionais. Há aqui grande riqueza e volume de informações e muitas e amplas demandas, e foi feito um esforço de organizar e sistematizar esse material. Quero comentar algumas questões que aparecem com mais intensidade, pois não é possível comentar todas elas. Destaquei, em primeiro lugar, a educação infantil, porque a educação inicial é absolutamente prioritária no combate à pobreza. Poderíamos passar semanas mostrando dados de praticamente todos os países do mundo que comprovam que a educação infantil - de até 6 anos de idade - pesa muito nessa luta. Essa formação inicial, que é desenvolvimento necessário, é uma oportunidade que marca efetivamente as crianças que a recebem. Se essa educação infantil for de muito boa qualidade, marcará toda a trajetória educacional. Mas ainda estamos muito tímidos nessa área em nosso país, embora tenhamos avançado um pouco. Não podemos olhar só para o que falta, que é mais do que a metade do copo, mas, se avançamos um pouquinho, ainda falta muita coisa. E é uma área de investimento absolutamente necessária sempre. Aliás, quando o tema é como a educação pode ajudar no combate à pobreza, o que não se pode negar, a educação infantil tem de ser trabalhada com seriedade. Mas aí entramos no problema de saber quem se ocupa disso. Se é o governo municipal, como ele pode fazer isso? Que capacidade tem para isso?

O segundo tema diz respeito aos recursos humanos em educação. Ao se fazer uma consulta, constatou-se que há países que conseguiram alavancar o seu desenvolvimento e, com isso, conseguiram também superar algumas situações de pobreza. Dessa forma, uma parte da população extremamente pobre conseguiu sair de seu patamar de pobreza.

Os recursos humanos na educação são fundamentais. De novo, resalto que o social é altamente consumidor de recursos humanos. Esse é um investimento fundamental, mas não é o único. Há professor que não tem equipamentos em escola, mas esse investimento é importantíssimo. Também acredito que avançamos nessa área, mas ainda estamos devendo.

Uma vez vi uma exposição de uma pessoa do governo da Finlândia, que, na época, tinha o IDH mais alto do mundo. Perguntaram-me como a Finlândia chegou aí. Respondi-lhes que a minha vontade era “sacar” que conseguimos fazer com que os melhores alunos se interessassem em ser professores, inclusive da educação inicial, porque tem sistema de carreira, boa remuneração, “status” social e por aí vai. Assim, conseguimos reverter uma situação de desinteresse.

O primeiro ponto é educação infantil; o segundo, recursos humanos na educação – tenho muito que falar sobre isso, portanto não posso me alongar -; já no terceiro ponto me chamou muita atenção o documento. Pode ser que eu já tivesse uma predisposição para olhar isso, mas percebi que é como se fossem duas páginas de pontos que, de alguma forma, tratam da educação em zonas rurais e educação no campo. Comparativamente a outros países, creio que ainda trabalhamos muito pouco nessa área, ou seja, na estratégia do que é ter equipamentos educativos e ter desenvolvimento dessa área em zonas rurais e cidades de menos de 20 mil habitantes. Há uma escala: se menos de 2 mil, 5 mil habitantes. No entanto, se pegarmos de 20 mil habitantes para baixo, a oportunidade para os jovens é muito restrita.

Vários países investiram bastante para fixar os seus jovens e lhes dar oportunidades onde estiverem, a começar com as crianças pequenas. Na verdade, não devemos ter só boas creches e Umeis excelentes, como as da Prefeitura de Belo Horizonte, em cidades grandes; também temos de tê-las em lugares pequenos. É daí que também se começa uma parte. Podemos até reverter o fluxo. Daqui a pouco teremos uma migração às avessas, talvez, de profissionais para essas áreas.



Isso me leva à questão da cultura também. Temos trabalhado no Brasil um pouco mais de políticas culturais relacionadas ao patrimônio e ao turismo. Desenvolvemos isso em uma série de áreas geográficas para saber onde e quando conseguem ter oportunidade de trabalho. Porém, os jovens do lugar não podem aproveitá-las porque não têm educação, quer dizer, não têm diploma, não conseguiram formar-se.

Então queria chamar atenção para esse tema da educação não só em zonas rurais, mas também em cidades de pequeno porte. Há muitas experiências em outros países que podem ser interessantes. Gostaria de falar bem rápido que efetivamente tinha deixado como ponto final a questão da cultura, mas não me alonguei aqui no tema das políticas nessa área. Uma reflexão inicial: o que é cultura? O que é isso? Ninguém consegue uma definição muito pronta, mas é importante lembrar que a cultura é da ordem do significado, do sentido, de teias de significações, de produções simbólicas. Isso se relaciona com o indivíduo, com o outro, com a visão de si mesmo. Relaciona-se com identidade, alteridade, visão do outro, fazer parte de um grupo, pertencer a um ambiente, a uma cultura ou a um patrimônio, que pode ser local, racial, étnico ou nacional.

Quando avançamos nessa noção ainda bastante ampla do tema das políticas públicas, nós deparamos com um ambiente complicado. Em primeiro lugar, porque temos de ter investimento público. É importante que tenhamos investimentos em equipamentos culturais, em produções culturais, em iniciativas da sociedade, sendo estas as mais diversas. Mas isso não pode significar a produção de uma cultura oficial. Quem é o Estado para dizer que isso é cultura legítima, brasileira ou popular? É um ambiente de política pública onde quanto mais participação e mais dissenso houver, no bom sentido, com debate de ideias e manifestações diferenciadas, melhor. Então eu diria que uma boa política na área da cultura é uma política que contribua, fomenta, traga à população que tem pouco acesso a bens e a equipamentos culturais a cultura, mas sem ser uma pilulazinha, uma farmácia com um “kit” muito restrito.

Peço desculpas por me estender, mas a última palavra é que, na minha opinião, não é por falta de conhecimento, de informação, de dados que não conseguimos avançar na questão do combate à pobreza e particularmente da educação e cultura relacionadas ao combate à pobreza. Efetivamente os nossos entraves são da ordem social e política. Novamente encontro o término da fala da Laura: afinal de contas, como sociedade, qual é o nosso projeto social e político?

Temos de nos enfrentar, também no bom sentido, não em disputa. Enfrentar-nos sem conflitos de interesses. Temos de definir prioridades, mexer com as estruturas de poder. Estamos em uma Casa legislativa, e foi bom ela ter tido a iniciativa desta discussão, porque isso significa também que o nosso debate terá sequência. Acompanhemos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Profa. Cristina Almeida Cunha, pela sua brilhante exposição. Com a palavra, o Sr. Éldio Bonomo, que fará uma exposição sobre o tema “Saúde e qualidade de vida”.

Palavras do Sr. Éldio Bonomo

Obrigado, Deputado. Cumprimento os componentes da Mesa, os delegados presentes e os convidados. Depois de vários meses de trabalho, chegamos a este momento extremamente importante, que é o fechamento deste seminário.

Direi inicialmente duas coisas. Primeiro, não me atrevo a querer encerrar o tema da saúde e da qualidade de vida, uma vez que certamente as conferências municipais e estadual de saúde já se detiveram sobre esse tema de forma muito mais profunda e ampla do que nos deteremos. Segundo, não me atreveria também a achar que, com os meus 20 minutos, conseguiria abordar toda a riqueza da Câmara Temática 3, durante 7 ou 8 reuniões e 12 seminários. Mas também não me furtarei a fazer uma breve análise do que compreendemos como fundamental: o entendimento da saúde e da qualidade de vida no Brasil e, em tese, em Minas Gerais.

Primeiramente, quando associamos a qualidade de vida e a saúde de forma articulada às estratégias de combate à pobreza e à desigualdade, devemos olhar a saúde como um dever do Estado e um direito do cidadão, como está na Constituição, em que pese o Estado brasileiro, em sua plenitude, ser omissor em muitos casos na implementação desses direitos. Contudo, fruto de algumas décadas de mobilização, hoje temos o SUS. A Lei nº 8.080, de 1990, preconiza que o sistema seja hierarquizado e que deve promover, proteger e recuperar a saúde de todo cidadão, balizado na Lei nº 8.142, de 1990, que trata da participação da sociedade civil, do financiamento e da criação dos conselhos e conferências como instância máxima de diagnóstico e formulação de políticas no âmbito da saúde.

Durante esse período, houve uma discussão da organização da saúde em Minas Gerais em três eixos. Uma é a atenção básica, que está fortemente vinculada às estratégias de saúde da família, cujo maior patrocinador é o governo federal. A base da atenção primária é de responsabilidade primeira do Município. Outra é a atenção secundária, anteriormente chamada terciária, de média e alta complexidade. Hoje é muito vinculada à média complexidade, que demanda atenção especializada, apoio diagnóstico, apoio terapêutico e profissionais especializados de média complexidade, com maior vínculo às 76 microrregiões; o de alta complexidade é basicamente centralizado na atenção terciária e quaternária hospitalar, com mais alta complexidade e especialidade, que são alocadas nas macrorregiões do Estado.

É necessário observar, em cada um desses modelos de atenção, que um dos itens da Constituição, a promoção da saúde, deveria ser implementado em âmbito municipal. Em que pese a quantidade de anos de luta pela reforma sanitária para que exista um sistema público que trabalhe a recuperação, a doença e a promoção, temos um modelo hoje em que, na prática, a parte significativa dos gestores e dos que trabalham estão em um modelo curativista, medicamentoso.

Nas discussões da atenção básica, foi observado que é necessário trabalhar enquanto as pessoas estão doentes para que tenham acesso a serviço de boa qualidade e alta tecnologia. Mas, concomitantemente, é necessário intervir nesse processo da transição epidemiológica, alimentar, nutricional e demográfica, para termos, em um período de 10 anos, o mesmo perfil dos Estados Unidos. Para isso é necessário dotar de infraestrutura, de pessoal e de tecnologia a assistência de média e alta complexidade. É necessário que ela seja mais próxima de onde as pessoas vivem, adoecem e morrem ou onde vivem, adoecem e se tratam. Que ela não seja espaço de dificuldade de acesso universal e seja de boa qualidade. Há a história de que o SUS é para pobre, mas o sistema construído é universal, integral e descentralizado, exatamente para que as pessoas não tenham que se sacrificar na disputa de agendamento e na atenção à saúde delas.

Para eu poder seguir adiante, gostaria de mostrar alguns dados, algumas tabelas, que são públicos, informações da assessoria técnica do Estado ou da pesquisa do IBGE de orçamento familiar. Chamo a atenção para o fato de que não se faz política pública de saúde sem orçamento, sem gestão e sem diagnóstico adequado do perfil que temos hoje, do que as pessoas vivem, de que adoecem e de que morrem, quais as populações mais vulneráveis, quem tem maior risco e maior exposição de adoecer. Para isso não podemos virar as costas para a transição demográfica. Há hoje pouquíssimas pessoas na base da pirâmide. Tínhamos um formato de pirâmide, mas não temos mais esse formato. O número de pessoas na faixa etária de menor idade está diminuindo abruptamente. Vocês podem observar isso até cinco anos. Temos hoje uma população mais idosa. Observando-se a população demográfica, organiza-se, prepara-se o serviço e o pessoal para atender a esse público em função da realidade que temos. Com isso está havendo, de fato, uma redução das doenças infecciosas e parasitárias de breve curso. Por outro lado, vem aumentando o crescimento de doenças de maior duração, doenças crônicas não transmissíveis, de longo curso, de grande sofrimento para as pessoas e de grande custo para o serviço público.

Não podemos deixar de observar também a transição alimentar nutricional. Uma parcela significativa das doenças crônicas não transmissíveis, sua maioria, está vinculada a dois fatores: hábito e estilo de vida não saudáveis e hábito alimentar inadequado. É o que disse anteriormente sobre hábito alimentar dos Estados Unidos. Temos perdido, de alguma forma, para a mídia e pela falta de regulamentação de alimentos infantis. Temos esses números demonstrados nesse quadro em relação ao açúcar, à sacarose que comemos; à gordura saturada, gordura de origem animal; e à fibra dietética; homens e mulheres em todas as faixas etárias, de 10 a 13 anos, de 14 a 18, de 19 a 59, enfim, toda faixa etária. Não temos uma adequação de mais de 82%, 83%, ou seja, há inadequação no consumo. Falo de pouca fibra, muita gordura e muito açúcar para homens e mulheres. Apenas 10% da população atinge as recomendações de consumo de frutas, verduras e legumes. Isso é traumático, tem impacto em doenças, como diverticulite, diverticulose, câncer do cólon, situações glicêmicas, diabetes, obesidades, e por aí afora. Temos de estar atentos a isso, temos de ter diagnósticos. Os estudos sinalizam a necessidade de se investir em pesquisas no Estado, a fim de se conhecer esses perfis. Esses dois gráficos demonstram a distribuição da disponibilidade calórica. Em 1990-1992, era de 2.760cal por dia por pessoa e, hoje, é de 3.100cal. Isso não quer dizer que todos têm acesso a alimento de qualidade. Parte dessa disponibilidade calórica é de alimentos para animais ou para exportação.

Falta um olhar sobre a valorização dos alimentos regionais, costumes e hábitos que sempre foram cultivados pelas populações tradicionais, pelas populações da região. Temos uma disponibilidade, mas nem todos tem acesso a ela. Veremos a redução do consumo de alimentos tradicionais, como feijão, arroz, raiz e tubérculos, e o aumento do consumo de refrigerantes, açúcares, doces e salgadinhos. Isso mostra que 64% da nossa ingestão calórica, em 1990 e em 1992, era de carboidrato, e hoje é de 58,5%. E o consumo de proteína e de gordura vai aumentando. É claro que a disponibilidade é importante. Agora temos de ter acesso ao alimento e à informação adequada, para que as pessoas se alimentem bem, e não consumam alimentos de baixo custo, alto valor calórico e baixo valor nutritivo, que as levam à obesidade, dislipidemia e “otras cosas más”. Têm de olhar para aqui e para cá.

Alguns números sobre esse perfil de peso e obesidade. Quero chamar a atenção, pois às vezes vemos alguns estudos dizerem que desnutrição não é mais problema no País. A desnutrição linear de déficit de estatura ainda é um problema em algumas populações e em algumas comunidades quilombolas e indígenas, bem como nas periferias das grandes cidades e também no semiárido. Portanto temos de olhar a política pública, a política de alimentação e nutrição, observando as desigualdades regionais, e não trabalhar apenas com as médias. Veremos aqui que há uma queda substancial no déficit de estatura e de peso, mas, na hora de fazer política pública, temos de olhar para essas desigualdades regionais, aumento excessivo da obesidade, do peso.

Mostramos ali, primeiramente, a faixa de 5 a 9 anos; nesse outro gráfico, de 10 a 19 anos; e aqui a população adulta. Estou passando isso para cumprir o tempo. Então, hoje temos, em termos de obesidade: homens, 12,4%, juntando o excesso de peso, mais 50%, totalizando 62,5% - a nossa população está com excesso de peso; mulheres: 48%, juntando o excesso de peso, mais 16,9%, atingindo todas as camadas da população. Segundo as pesquisas, apenas as mulheres da classe alta da região do Rio Grande do Sul conseguiram, nos últimos 10 anos, equilibrar e baixar o excesso de peso.

São vários fatores e dá para discutirmos - talvez só nos grupos -, mas constituem um problema que temos de tratar. É um problema de saúde pública. A atenção básica está muito vinculada às estratégias do Programa de Saúde da Família - PSF. As informações sobre a cobertura das equipes nos foram passadas. Em 2009 e 2010, o número de equipes foi mantido, e o percentual da população dos Municípios coberto pela estratégia do PSF ficou em torno de 69% a 70%, obviamente entendendo que esse é um convênio dos Municípios com o governo federal.

Mostrarei dois mapas para sinalizar a questão de atendermos, tanto a atenção básica quanto a atenção de média e alta complexidade, em local mais próximo de onde a pessoa mora. Antes dele, está aqui a proporção de internações hospitalares que eram preveníveis. Como eu disse, há vários cânceres: de faringe, esôfago, estômago e intestino. Desculpem-me, não falei aqui, mas em outro lugar. Há uma série de cânceres que são preveníveis com hábito de vida saudável e hábito alimentar saudável. Aqui mostra a quantidade de internações que seriam prevenidas se houvesse uma atenção básica de qualidade, multiprofissional, com diversidade de atenção, com diversos profissionais da área de saúde centrados no indivíduo e no seu meio ambiente, e não apenas na doença. É possível a prevenção.

O gráfico seguinte fala sobre a distância. Aí as cores sobre o deslocamento para internações hospitalares de média e alta complexidade são mostradas. Temos, além da dificuldade de locomoção, a distância para atender essas pessoas no momento em que elas precisam desse tipo de serviço. Esse é o penúltimo “slide”. Como estamos falando da multiplicidade de fatores de causas condicionantes de risco à saúde das pessoas, o olhar e a compreensão também têm de ser multiprofissionais e intersetoriais, e com a participação de vários profissionais. Contudo, como estamos fazendo um “link”, uma relação da articulação entre política pública de saúde e qualidade de vida e extrema pobreza, trouxe-lhes informações para que observem a proporção da renda familiar gasta com medicamento, principalmente para quem ganha até R\$400,00, para a família cuja renda familiar é de até R\$400,00. Quanto menos riqueza monetária tem a família, mais é a proporção da renda gasta com medicamentos.

É claro que temos de buscar a “desmedicamentização” da população, com outras alternativas de saúde. Mas, a partir de instalado o agravo à enfermidade, a pessoa tem o direito de ter assistência integral pública e de não utilizar recursos, para a assistência médica, que poderiam privá-la ou que a estão privando de outras necessidades, como o lazer, a moradia, o vestuário, a aquisição de bens duráveis. A assistência médica não é barata, a assistência medicamentosa não é barata.

Por último, queria dizer-lhes que foi certamente muito rico aquele momento do qual participaram. As propostas da Câmara Técnica Institucional nº 3, CTI nº 3, os seminários regionais e as propostas da consulta pública que, nesse tema específico, tem 40 propostas que podem ser consolidadas, demonstram claramente uma vasta riqueza de conteúdo e mostram a necessidade de o Estado, em parceria com o Município e com o governo federal, investir em infraestrutura, em pessoal, em pesquisas, em serviços e ações do setor de saúde, visando ao atendimento universal à população, integrando as estratégias de superação de extrema pobreza e das desigualdades sociais e regionais no Estado de Minas Gerais.

No dia em que foi lançado este seminário, elogiamos a iniciativa. Na oportunidade, disse aos componentes da Mesa e aos representantes da Assembleia que a sociedade academia, que a sociedade civil, que a sociedade organizada, que os trabalhadores da saúde, todos compareceriam quando chamados a opinar sobre o que fazer, em que momento fazer e onde gastar. Gostaria de ver, no dia 26, essa sociedade não ser decepcionada. Deverão sair daqui, muito claramente, os objetivos, as metas, o orçamento com o qual vamos trabalhar e a definição das secretarias que assumirão as diversas responsabilidades para, daqui a quatro anos, podermos dizer que o perfil de saúde em Minas Gerais mudou, assim como o perfil de pobreza em função dessa grande interação. Quando é feita política de saúde de qualidade, contribuímos para a superação da pobreza e da miséria e para a redução da desigualdade no Estado. Estou apostando que, até depois de amanhã, graças ao trabalho incessante de todos vocês, a Assembleia e o governo se sensibilizarão, porque política pública se faz com metas, objetivos e orçamento. Do contrário, estarão apenas usando o espaço público, usando nosso tempo para nos ludibriar. Finalizando, quero dizer que acredito nesse processo. Estou acreditando nele e não quero ser decepcionado. Acho que não serei decepcionado - assim espero. Obrigado a todos vocês.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Prof. Élido, pela brilhante explanação.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Passaremos agora aos debates. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que, ao usarem o microfone, se identifiquem para fins de notas taquigráficas e que sejam sucintos, dispensadas as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para sua intervenção.

Antes, porém, com muito prazer, devo manifestar que participei da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 25, do Deputado André Quintão, que teve como relator o Deputado Adelmo Carneiro Leão, aqui presente. Essa proposta de emenda à Constituição de Minas Gerais procura, no art. 2º, inciso XII, incluir, no rol de objetivos prioritários do Estado, a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais. Não teríamos um momento mais feliz para a proposta de emenda à Constituição ser aprovada em 2º turno pela Comissão Especial, devendo agora ser votada em Plenário. Quero mais uma vez parabenizar o Deputado André Quintão, que coincidentemente hoje teve a sua proposta aprovada na Comissão Especial em 2º turno, que brevemente será aprovada pelo Plenário da Assembleia Legislativa. Parabéns a V. Exa., Deputado André Quintão, por trazer à Constituição esse tema tão importante para todos nós.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar dos debates. Para isso, basta acessar o seminário legislativo no portal da Assembleia – www.almg.gov.br -, clicar em “Participe Agora” e preencher o formulário para envio das perguntas ou encaminhar a sua pergunta pelo telefone 08007092564.

Informamos, ainda, que será oferecido um curso sobre o sistema de planejamento orçamentário do Estado, atualização do PMDI para o período 2011-2030; PPAG 2012-2015 e LOA 2012, no dia 27 de outubro, de 8h30min às 12h30min, na Escola do Legislativo, como um dos eventos preparatórios para a participação nas audiências públicas do PPAG, que ocorrerão nos dias 7, 8 e 9 de novembro próximo, na Assembleia Legislativa. Informamos que serão aceitas inscrições para o debate até o término da última exposição.

Debates

O Sr. Presidente - Teremos agora inscrições para contribuição oral. Pela ordem, Kátia Ferraz, CVI - Belo Horizonte.

A Sra. Kátia Ferraz - Boa tarde, Deputado e demais membros da Mesa. Queria fazer uma pergunta à Profª. Cristina Filgueiras sobre um assunto incômodo, que é a questão da educação inclusiva. É incômodo, as pessoas não gostam de falar sobre o assunto, e penso que a questão da exclusão na escola está mais ligada ainda ao fato de os professores levarem uma concepção equivocada, errônea e pessoal para dentro da escola. A senhora não acha que, no exercício do magistério, o professor deveria revestir-se de novas visões, novas políticas, porque, pelo que temos visto, dentro de um movimento de pessoas com deficiência, do qual sou apenas uma das representantes, existe um grande número de pessoas com deficiência fora da escola. Fala-se apenas em educação especial no que diz respeito à educação intelectual, no entanto está havendo um contingente crescente de pessoas com deficiência em função de violência e de acidentes automobilísticos. São pessoas que, após o incidente, retomam as suas vidas. Falamos que é uma desculpa do magistério ao dizer que os professores não estão preparados para receber essas pessoas. Mas qual o pai está preparado para criar filho? Não existe receita para receber a diversidade na escola, a não ser a disposição de se revestir de novas concepções. Queria uma opinião sua a esse respeito, porque infelizmente as pessoas estão cada vez mais excluídas e alijadas do processo de cidadania na sociedade mineira e brasileira. Obrigada.

A Sra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras - Kátia, agradeço pela sua pergunta. Na verdade concordo com tudo que você mencionou. Agradeço-lhe sobretudo porque trouxe um tema que não pude abordar nos meus 20 minutos de fala. Uma questão que tem que ser considerada em toda política pública e, evidentemente, na política de educação - em nosso caso, o combate à pobreza - é que as pessoas são diferentes. Não existe somente a heterogeneidade, que é natural, mas condições diferentes das pessoas para a sua

trajetória escolar, por exemplo. No caso dos deficientes, você mencionou essa situação. O que você aponta é a minha resposta. A política inclusiva tem que vir com parcerias, com apoios. O professor é fundamental. Se ele não tem uma cultura de acolhimento, de trabalhar com essa diferença e, se as condições não lhe são dadas, essa transformação será difícil. Chamo a atenção para isso. A educação inclusiva nos leva a dizer que não podemos ter uma política que considere que a população é homogênea.

O Sr. Presidente - Agradeço a participação de V. Exa. Com a palavra, a Sra. Maria Zilma Teixeira de Oliveira

A Sra. Maria Zilma Teixeira de Oliveira - Meu nome é Maria Zilma, de João Pinheiro. Sou professora e trabalho em uma escola muito grande. Temos, no mínimo, 45 alunos, numa sala em que normalmente cabem 40 alunos. A nossa dificuldade em atender esses alunos que exigem mais atenção do professor é enorme. O professor realmente não foi preparado para isso, mas deveria ter essa capacitação. A sala tem que ser adequada para atender esses alunos. Caso contrário, receberemos esses meninos na escola e faremos de conta que estamos ensinando. Precisamos de espaço adequado, pessoas devidamente preparadas e um número de alunos bem reduzido para prestarmos uma educação de qualidade, como todos merecem. Recebo, com muito carinho, todos os que chegam, mas sei que não estamos fazendo o trabalho que eles merecem.

O Sr. Presidente - Agradecemos-lhe a intervenção. Com a palavra, a Sra. Vera Lúcia Lemos Campos Botelho, do Município de Paracatu.

A Sra. Vera Lúcia Lemos Campos Botelho - Quero fazer uma consideração em relação à educação. Acho que não há espaço mais propício para quebrarmos o ciclo vicioso da pobreza a não ser por intermédio da educação de qualidade. Vejo que a educação de qualidade não deve ser feita sem a integração de todas as políticas sociais e econômicas, ou seja, a educação tem que dialogar com a assistência social, com o esporte, com o lazer, com a cultura e com a saúde, para, de fato, promovermos o desenvolvimento humano e prepararmos as pessoas para o mundo globalizado. A educação em tempo integral é uma das alternativas, mas a jornada não pode ser simplesmente ampliada; é preciso que, realmente, as atividades sejam atrativas. Não sou da área de educação, mas penso que talvez fosse necessário mudar a metodologia do ensino. É importante que exista um espaço físico adequado para que todas essas ações sejam desenvolvidas e essas pessoas possam competir em condições de igualdade.

O Sr. Presidente - Vera, para quem sua pergunta foi feita?

A Sra. Vera Lúcia Lemos Campos Botelho - Minha pergunta foi para a Profa. Cristina Almeida.

O Sr. Presidente - Perfeitamente. Deixaremos as respostas para o final para ganharmos tempo. Com a palavra, o professor quilombola Fábio José, da Associação Quilombola de Poções, em Francisco Sá, Minas Gerais. Pergunto a quem será dirigida sua pergunta.

O Sr. Flávio José - Vou dirigir a minha pergunta a toda a Mesa. Sou Flávio José, de Montes Claros. Sou quilombola, mas meu povo é de Rio Pardo de Minas. Tenho dois temas e várias questões. Pobreza e desigualdade social, eixos deste seminário. Pergunto à Mesa: o que se espera de um governo mineiro que sucateia o ensino público e não dá um piso salarial digno aos professores, quer os do ensino fundamental ou médio, quer os do ensino superior? Como buscaremos essa igualdade se não temos uma educação de qualidade? Penso que as pessoas não querem caridade, mas justiça social. O que podemos esperar de um governo que exclui o Norte de Minas? São duas Minas, uma lá de cima e outra aqui de baixo; e há ainda o Jequitinhonha, que não é pobre nem miserável. Esse governo não respeita e invisibiliza os quilombolas em razão da questão das terras. Ele não reconhece as etnias indígenas. Ouvi algumas pessoas do governo dizerem que Minas Gerais não tem índios. Encaremos os problemas sociais neste espaço. Esta Casa é onde nós, cidadãos, podemos falar; e fico triste por não termos aqui dentro as nossas representações políticas, os políticos das nossas regiões. Ouvir na televisão é muito fácil; ouvir no computador é muito fácil, mas é bom ouvirmos as pessoas cara a cara. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Ao final, sua pergunta será respondida. Com a palavra, a Sra. Janete Soares de Oliveira, que deverá dizer a quem encaminhará a sua pergunta, a ser respondida ao final.

A Sra. Janete Soares de Oliveira - Sou Janete Soares, de Montes Claros. Sou do Sind-UTE e educadora da rede estadual. A minha pergunta vai para a Mesa. A Dra. Laura disse que temos uma questão fundamental: um confronto entre desenvolvimento humano e economia de mercado. Hoje pela manhã foi perguntado pelo economista Márcio: quando se trata de investimento, qual interesse é levado em conta? O interesse do Estado ou o da sociedade? Assim, pergunto aos expositores: de que forma gestor e sociedade podem tratar economicamente a questão humanitária da educação, cultura, saúde e proteção e promoção social? Como a sociedade dá conta disso, nesse confronto humano, econômico, público e de gestão? Era só isso.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Fabiano dos Santos. Está presente? Na sua ausência, chamamos Agmar Pereira Lima, da comunidade quilombola de Palmeirinha.

O Sr. Fabiano dos Santos - Por favor, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Estou presente. Sou cadeirante e estou sentado aqui.

O Sr. Presidente - Perdão. Com a palavra, o Sr. Fabiano dos Santos.

O Sr. Fabiano dos Santos - Tudo bem. Em respeito ao Deputado Dalmo Ribeiro Silva, cumprimento toda a Mesa. Quero fazer uma pergunta ao Prof. Élio.

O senhor falou muito em divulgação, e a mídia também divulga muito sobre a saúde, mas pouco se faz. Em relação à hepatite B, que atinge mais os jovens, até hoje não vimos nenhuma divulgação, nem nos Municípios nem no Estado. O que se pode fazer? A maior necessidade é a divulgação, porque ela atinge o jovem. O Zé Gotinha não faz mais a cabeça da criançada. É preciso criar uma outra campanha para essa vacinação.

A minha última pergunta diz respeito à saúde de qualidade. Eu trabalho na área da saúde e vejo que a nossa saúde precisa de muita ajuda e apoio não só dos três Poderes, mas também de toda a população. Tendo em vista que a saúde está em declínio, como afirmar que teremos uma saúde de qualidade? Será que isso é possível? Gostaria que o senhor me respondesse, por favor.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Fabiano dos Santos. Com a palavra, o Sr. Agmar Pereira Lima, da comunidade quilombola de Palmeirinha.

O Sr. Agmar Pereira Lima - Boa tarde a todos. Sou Agmar, da cidade de Pedras de Maria da Cruz, no Norte de Minas Gerais, e da comunidade quilombola de Palmeirinha. Prof. Éldio, como resolver o problema da saúde da população das comunidades tradicionais, especialmente dos quilombolas, que sofrem de doenças específicas? O SUS não as conhece ou finge não conhecê-las. Por exemplo, a anemia falciforme é uma doença que vem matando muitas pessoas dentro da comunidade. Na semana passada, uma criança de 8 anos, da comunidade quilombola Júlia Mulata, no Município de Luislândia, veio a falecer com essa anemia.

A anemia falciforme não ocorre por falta de comida. É uma doença hereditária. Gostaria que o senhor falasse sobre isso para as comunidades tradicionais.

O Sr. Presidente - Passaremos a palavra ao Sr. Jaime Luiz Rodrigues Júnior, da Secretaria Municipal de Assistência Social. Diga o nome do Município, por favor.

O Secretário Jaime Luiz Rodrigues Júnior - Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de parabenizar a Assembleia Legislativa pela realização deste seminário e cumprimentar o nobre Deputado André Quintão pelo seu esforço continuado em prol da assistência social. A minha pergunta é para a Profa. Cristina Filgueiras.

Meu nome é Jaime e sou Secretário de Assistência Social de Governador Valadares. Profa. Cristina, como trazer a escola, no Brasil, especialmente em Minas Gerais, para o âmbito da nossa realidade, para a realidade das crianças e dos adolescentes, tendo em vista nossos limites e potencialidades? Como pode a nossa escola ser tão deslocada e desfocada da nossa realidade? A escola não pode ficar desvinculada da riqueza da nossa realidade.

Também no viés da dignidade humana, como disse o Ministro Patrus Ananias, e no tocante à cultura, o Estado de Minas Gerais possui uma história forte e impregnada de Brasil. E ainda, como podemos priorizar a educação sem um orçamento prioritário e ao mesmo tempo sem um financiamento específico para que o Estado possa cumprir a sua obrigação? No que diz respeito ao público-alvo - crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos -, como não priorizar, professora - esta pergunta também é para o Deputado André Quintão -, os professores, as suas respectivas carreiras e salários dignos? Tudo isso num contexto em que a educação é peça fundamental no combate à pobreza. Muito obrigado e boa tarde.

O Sr. Presidente - Obrigado, Jaime, pela sua participação. Com a palavra, a Sra. Cida, do governo municipal.

A Sra. Cida Moreira - Sou da Prefeitura Municipal de Divinópolis. Na verdade, faço uma pergunta que mexe conosco, pois estamos discutindo pobreza e desigualdade. Quero saber dos gastos com este evento; quero saber se existe controle de presença, pois não vimos nenhuma lista. Algumas pessoas receberam dinheiro para estar aqui. Como foi feita a prestação de contas? A nossa responsabilidade é muito grande. Estão gastando dinheiro público, estamos pagando por isso, e pessoas estão precisando desses recursos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cida. Com a palavra, a Sra. Maria Catarina Domingues Vale, do Sind-UTE de Divinópolis.

A Sra. Maria Catarina Domingues Vale - Na verdade, não posso deixar de falar dos 112 dias de greve, ocasião em que os professores sofreram as maiores torturas por parte do governo de Minas. Nosso Estado tem o pior piso salarial da Nação: R\$369,00. A greve foi suspensa há quase um mês, e o governo ainda não acertou conosco questões funcionais e o piso. Isso é desigualdade! Lembro-me dos companheiros que ficaram acorrentados e dos que participaram da greve de fome. A polícia nos tratou com cassetete, gás e pimenta. Temos de deixar isso registrado aqui. O que nos incomodou muito foi a total despreocupação nas propostas originais em relação às políticas de igualdade racial e de combate à discriminação. Quero saber qual a dedução conjuntural da Mesa no que se refere às regiões mineiras. Se não fossem os nossos irmãos do Norte, não seríamos beneficiados com uma política antirracista neste Estado. Isso muito me preocupou.

Ficou claro nas propostas que Minas inteira precisa se transformar num quilombo de resistência. Devemos nos organizar em todas as regiões para promover um equilíbrio de forças, o que não é fácil no âmbito do Judiciário, do Executivo e do Legislativo. É o recado que quero passar para todas as regiões: vamos nos fortalecer. A greve dos professores provou que, com os movimentos sociais, conseguimos caminhar; por isso, temos de nos associar a eles. Infelizmente, não fiquei satisfeita com a abrangência, porque sabemos que Minas Gerais não tem política de educação. O que existe aqui são falácias, haja vista as escolas de referência. Em 2009, o Sind-UTE editou a revista "Radiografia de Minas", que publicou que em Porteirinhas havia um único banheiro, praticamente no alto do pasto, sem condições de uso. Precisamos nos posicionar melhor diante da conjuntura da educação em Minas Gerais.

Em relação à saúde, já fui atendida e acho muito importante o que um colega disse. Gostaria de saber a quantas anda o Ipsemg, que completará 100 anos em 2012. O Instituto está cada vez mais dilapidado. Na semana passada, sofreu um corte de 50% em todas as unidades credenciadas. Nem exame de sangue já não podemos fazer neste Estado. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado pela participação, Maria Catarina. Com a palavra, o Sr. Fabiano dos Santos.

O Sr. Fabiano dos Santos - Sr. Deputado, gostaria apenas de fazer uma menção ao que disse uma companheira sobre algo que a Mesa ainda não sabe. Muitas pessoas não receberam diária, tiveram de vir com recursos próprios. As qualificações de ensino também estavam claras. Tive de andar quase três quarteirões carregando mala para pegar o circular e depois ficar 45 minutos dentro do ônibus para chegar a uma pousada.

Não houve esclarecimento. A Mesa poderia nos informar melhor sobre o que ocorrerá daqui para frente, para não ficarmos "morgando". A plenária precisa de um esclarecimento claro e justo.

O Sr. Presidente - Sr. Fabiano, obrigado pelo questionamento. O Deputado André Quintão responderá à sua pergunta.

O Deputado André Quintão - É bom esclarecê-la de uma vez, porque, senão, as questões não ficam bem-postas. A comissão organizadora, composta por 85 entidades, resolveu, na regionalização, que seriam escolhidos 20 representantes por região para que o seminário, nas suas deliberações, expressasse uma visão geral do Estado, e não simplesmente da Região Metropolitana tendo por base a avaliação de outros eventos realizados na Assembleia. Se promovêssemos simplesmente a etapa estadual e abrissemos a consulta ou a inscrição na internet, a tendência é que viesse quem é da Região Metropolitana; assim, quem participou do debate no interior não teria mantida a sua posição na hora da votação final. No intuito de garantir a participação igualitária, a Assembleia Legislativa acolheu a solicitação da comissão organizadora, composta por 85 entidades, de que os representantes eleitos nas etapas regionais tivessem suas



despesas de permanência, deslocamento e alimentação custeadas pelo Poder Legislativo, sendo 60% de escolha regional da sociedade civil e 40% do governo. Na plenária regional, para alterar para essa margem, plenária era soberana. Esse foi o critério. Estão custeados pela Assembleia os representantes eleitos, atendendo a uma solicitação da comissão organizadora dessa atividade institucional, composta por 85 entidades.

Depois consultarei o pessoal da Assembleia sobre a questão específica das pessoas que eventualmente foram eleitas, e não estiveram presentes. Essa é uma questão de procedimento interno. Digo isso para ficar claro, pois, da maneira como as coisas são ditas, fica parecendo que as pessoas foram pagas para estarem aqui presentes. Não é assim. A Assembleia atendeu a uma solicitação para que os pobres, inclusive os quilombolas e os representantes das comunidades indígenas e das ONGs - aliás, às vezes, a Prefeitura tem recursos, mas não faz questão de eles virem para participar -, não ficassem excluídos deste evento.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado André Quintão, pelo esclarecimento. Com a palavra, a Sra. Rosângela Pinheiro

A Sra. Rosângela Pinheiro - Boa tarde! Estou aqui representando a Secretaria Municipal de Assistência Social de Betim. Parabenizo, mais uma vez, o Deputado André Quintão pela realização deste evento e pela qualidade dos debates.

Quero apresentar duas questões à Dra. Laura. A primeira é que um debate sobre proteção social nos causa certa inquietação, se ele não se vincular a um projeto de sociedade. Sinto que, a cada evento, ficamos não só esclarecidos e instrumentalizados, mas também muito mais ansiosos porque as coisas são muito demoradas. A história se constrói em muitos e muitos anos. No entanto precisamos realizar este debate vinculado à nossa realidade. Qual é o projeto societário que existe hoje? Qual é o modelo de sociedade que existe hoje? Sobre qual projeto estamos falando quando nos referimos à redução de desigualdade e de pobreza? Gostaria que a senhora comentasse isso.

A segunda é sobre o Cadastro Único, que é um recurso de gestão que ainda é pouco utilizado para instrumentalizar a proteção social. Em termos de diagnóstico, de conhecimento da realidade, é uma função que existe no Município, mas que não atende apenas à política de assistência social. Ele é transversal a todas as políticas sociais, e acredito que seja ainda pouco utilizado. Gostaria que a senhora comentasse também sobre o CadÚnico. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Sra. Rosângela Pinheiro, da Prefeitura Municipal de Betim. Com a palavra, o Sr. Antônio Coquito, do Conselho Regional de Nutricionistas.

O Sr. Antônio Coquito - A minha pergunta foi dirigida à Profa. Laura da Veiga. Trago um tema para debate, creio que transversal, um tema que pode ser discutido por todos da Mesa, porém está direcionado à Profa. Laura Veiga. Trata-se da temática da corrupção. Creio que, enquanto discutirmos mecanismos geradores da desigualdade e da exclusão social e não houver respostas efetivas, nos cenários municipal, estadual e nacional, de combate à corrupção, qualquer mecanismo, qualquer iniciativa de proteção social se torna esvaziada. Enquanto lutamos em conselhos de políticas públicas, em ações e lutas de instituições sociais e os mecanismos de corrupção se arquitetam cada vez mais, toda luta fica esvaziada. Como conseguir estancar essa chaga brasileira que vem manchando, que vem eliminando qualquer possibilidade de avanço social no Brasil, quando se veem alastrar recursos e mais recursos que poderiam resolver os inúmeros problemas sociais, como estampado escancaradamente na capa da revista "Veja" desta semana, em que o primeiro problema a ser eliminado com o dinheiro público que vai para a corrupção seria a erradicação da pobreza no Brasil? A minha pergunta é nesse sentido. Como resolvermos de imediato? Porque esse seminário apresenta propostas, mas, se não conseguirmos estancar essa chaga brasileira, a nossa luta fica meio esvaziada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Sr. Antônio Coquito. Com a palavra, a Sra. Maria das Graças Antunes, representante da Pastoral da Criança.

A Sra. Maria das Graças Antunes - Represento a comunidade rural de Itamuri, Muriaé. Parabenizo o Prof. Éldio, por ter dito e demonstrado de forma clara que, do mísero salário, da mísera renda das pessoas carentes, das pessoas pobres, uma porcentagem muito grande é gasta com medicamentos. Como fazer para reverter isso, diminuir ainda mais a miséria dessas pessoas com medicamentos, sendo que as pessoas com maior renda não tem esse custo tão alto? Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado pela participação, Sra. Maria das Graças. Com a palavra, a Sra. Terezinha Rocha, de Belo Horizonte.

A Sra. Terezinha Rocha - Boa tarde a todos. A minha pergunta é para os educadores. Ocorreu uma situação muito chata com meu neto neste mês, e deduzo que tenha ocorrido com outros: uma criança de 8 anos de idade foi expulsa da sala em razão de briguinhas com colegas na fila. Na Semana da Criança, a professora e a Diretora acharam por bem colocá-lo de castigo expulsando-o.

No meu ponto de vista, ela deveria ter colocado os dois alunos dentro de uma sala com ela, durante o recreio, para que eles lessem ou realizassem algum trabalho, em vez de mandá-los para casa. Creio que uma criança de 8 anos não tem condições de entender o que significa a expulsão. Tenho essa preocupação. Já se falou sobre a falta de interesse do governo com os educadores, que há falta de incentivo e de interesse com o trabalho. Isso porque, quando a pessoa é bem-remunerada, é valorizada, ela trabalha com mais carinho, com mais amor.

Não sei se esse problema acontece com outros educadores. Nos últimos dias, aliás, no mês em que estávamos realizando o seminário da violência nas escolas, víamos situações tristes de professores sendo atingidos por alunos; de aluno se matando por causa de professor. Portanto, ficamos com muito medo. Acredito que, na educação, precisa haver muito carinho na base. Em que se transformará uma criança de 8 anos quando estiver maior? A minha preocupação é saber como fazer para ajudar esses educadores. Não os estou culpando, pois sabemos que hoje os estudantes não são fáceis. Trabalho em uma faculdade e vejo a dificuldade dos educadores para receber os adultos, imaginem essas crianças? Pergunto: o que podemos fazer como mães, avós e integrantes de movimentos sociais para ajudar esses professores a amanhã não estarem estressados, como ocorre com profissionais da saúde?

Relativamente à saúde, quero que me respondam por que os Municípios insistem tanto em colocar Oscips na saúde? Essa é a minha preocupação. Gostaria que nos respondessem agora. Se não for possível, depois nos respondam nos grupos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigada, Terezinha. Com a palavra, a Sra. Cláudia de Souza Oliveira.

A Sra. Cláudia de Souza Oliveira - Boa tarde a todos. Caro Deputado André Quintão, na pessoa de quem cumprimento os componentes da Mesa. Sou de Ribeirão das Neves. Quero falar sobre a questão do interesse comum. Estamos discutimos esse assunto



nos seminários de que participamos, no PDDI e em outros espaços mais. Muitas vezes, o interesse comum é um interesse local que não vai além da questão metropolitana. Quando falo de Ribeirão das Neves, falo do ponto de vista metropolitano. A relação com a educação é muito fragmentada. Trabalhamos há 20 anos com a educação infantil, que é a base de tudo. Então, as respostas estão na educação infantil. Qual o interesse do Estado para com a educação infantil, para que sejam efetivados infraestrutura, capacitação dos professores e incentivo? Repito: trabalho com educação há 20 anos, e deparamo-nos com momentos difíceis. Há desvalorização por parte da família, do governo e da sociedade. A desvalorização do professor no nosso país é muito grande e dói. Muitas vezes isso não ocorre por falta de dinheiro, mas por falta de interesse. A questão é de missão. Esse profissional é mais que um profissional da educação, pois seu trabalho é uma missão. Pedimos um mínimo de respeito, consideração e valorização por parte do governo e da sociedade. Precisamos da interação entre a escola e a família. Precisamos sair da demagogia – vemos essa questão como demagogia. Discute-se muito o problema, mas a prática precisa ser mais efetiva. Obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Euzanone Pêgo Jardim, assistente social do Presídio de Araçuaí.

A Sra. Euzanone Pêgo Jardim - Boa tarde a todos e a todas. Sou assistente social, represento as cidades de Coronel Murta e Araçuaí. A minha experiência profissional é no sistema prisional. Uma questão que me angustia muito, Profa. Laura Veiga, é a situação de risco social dos nossos adolescentes. Acredito que uma das formas de prevenção e promoção social é a efetivação das medidas socioeducativas em meio aberto.

Essa é uma forma de prevenção para que futuramente esses adolescentes não sejam inseridos, de uma maneira ou de outra, no sistema prisional. Nesse contexto, vale citar os enormes avanços dos movimentos sociais, do CMDCA e do Cedca na luta pela promoção dos direitos da criança e do adolescente. Mas vemos, especialmente na minha região, que há uma dificuldade muito grande: a medida socioeducativa em meio aberto - a liberdade assistida e a prestação de serviços à comunidade - não existe efetivamente, como deveria ser.

E como fica a nossa atuação - das assistentes sociais – frente a essa drástica conjuntura? O que vai acontecer se não houver políticas públicas efetivas nessa área de risco social dos adolescentes é que, mais cedo ou mais tarde, eles vão se tornar meus assistidos no presídio. É isso o que queremos combater. Queremos a promoção e a proteção social e sabemos que um dos caminhos, querendo ou não, é a medida socioeducativa em meio aberto. Gostaria que a senhora falasse um pouquinho desse desafio. Muito obrigada a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado pela participação. Com a palavra, o Sr. Lucas Coelho Guedes.

O Sr. Lucas Coelho Guedes - Boa tarde a todos. Sou de Coroaci – para quem não sabe, logo após Jaguarapu. O problema de que quero tratar é a sustentabilidade ambiental. Ressalto a grandiosidade deste seminário, mas ele se tornará ainda mais fortalecido se tiver esse aliado que se chama sustentabilidade ambiental. Estamos na Casa dos mineiros, mas vamos pensar além: vamos pensar na casa de toda a humanidade, que é o planeta Terra, que está em plena anarquia, pois, concebido para abrigar cerca de 2.500.000.000 de habitantes, já está com 7 bilhões.

Portanto, para que este trabalho tenha sucesso, precisamos de algumas ações aliadas, como o planejamento familiar, para a contenção da explosão demográfica ou, dizendo melhor, da proliferação demográfica, pois a ONU já comprovou que seriam necessários 2,5 planetas Terra para dar conta da destruição que já está ocorrendo – já não se consegue mais a regeneração do planeta Terra. Então, sem dúvida, a grandiosidade deste trabalho será fortalecida com o aliado que se chama sustentabilidade ambiental. Talvez, após as ações do trabalho que está sendo realizado, em pouco tempo o seminário “Pobreza e desigualdade” passe a se chamar “Riqueza e igualdade”. Mas é preciso que tenha esse forte aliado, que tem de estar presente em tudo; caminham juntos. Nas diversas abordagens feitas por todos neste trabalho, falou-se muito em problema social, mas, como são grandes aliados, podemos mudar um pouquinho e falar em problema socioambiental. Assim, o trabalho fica mais completo e mais fortalecido. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Lucas, pela intervenção oportuna sobre a questão ambiental. Com a palavra, a Sra. Zuzu.

A Sra. Zuzu Loredó Rocha - Boa tarde. Represento aqui o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião do Médio Jequitinhonha - Sismed - e quero fazer uma pergunta ao Éldio, que falou em qualidade de vida e saúde, e talvez também ao Deputado André. Você tem conhecimento de que se pretende terceirizar a vacina neste Estado? O que estão achando disso? Não estou ouvindo ninguém discutir o assunto, mas sei que vai acontecer porque meu irmão trabalha com vacina neste Estado.

Não sei se é o momento, mas, aproveitando que estamos nesta Casa e que temos aqui um representante da Comissão de Saúde, gostaria de dizer que, na Conferência Estadual de Saúde, discutimos bastante a composição do Conselho Estadual de Saúde em Minas Gerais: primeiro, não é regulamentado; segundo, há pessoas que já são efetivas lá, com 10, 12, 15 anos como Conselheiros estaduais de saúde. Portanto, de que forma poderemos trazer propostas novas, se não conseguimos nem sequer fazer controle social do que existe? Acredito que seja o momento de repensarmos a composição desse Conselho.

Adelmo Carneiro Leão, espero que V. Exa., representante da Comissão de Saúde, possa nos orientar sobre como dar andamento a isso dentro desta Casa. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Zuzu. Passaremos agora a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão para deixar suas contribuições. Deputado, muito obrigado pela honrosa presença.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Boa tarde. Farei algumas reflexões, mas espero não cansá-los nem gastar muito tempo. Tratarei mais especificamente da questão da saúde.

Vimos aqui muitas e diversificadas manifestações. Isso significa que estamos desafiados a dialogar mais para entendermos o tamanho do desafio - onde estamos, para onde vamos, onde queremos ir - e sabermos o caminho para chegar onde queremos. Há pessoas que imaginam que, querendo chegar a um determinado lugar, basta seguir uma linha reta. No entanto, nem sempre é assim. Temos de contornar vales e montanhas para chegarmos aonde queremos chegar e, às vezes, passar por caminhos difíceis e estreitos.

Gostaria, então, de falar aqui primeiramente usando aquela imagem bonita do seminário legislativo que trata da pobreza e desigualdade. Acho que poderíamos perguntar a nós mesmos onde estamos naquela figura. Afinal, estamos dizendo que é preciso encarar o problema da pobreza e desigualdade de frente. Será que não estamos confortavelmente naquele lugar, onde estamos vendo a pobreza pelo retrovisor? Como enfrentaremos isso? Estou convencido de que, para enfrentar as desigualdades sociais, as



desigualdades regionais e a pobreza que ainda grassa em nosso país, temos de juntar as nossas forças e caminhar juntos para irmos mais longe e um pouquinho mais depressa.

Estou cheio de orgulho pelas conquistas que tivemos nos últimos anos no Brasil. Porém, muito mais inquieto por aquilo que não conseguimos conquistar e que poderíamos ter conquistado neste país, se estivéssemos mais bem estruturados para enfrentar os desafios que são colocados aí, mais do que para elaborar a nossa Constituição. Se tratarmos das nossas Constituições - a Federal, a Estadual e as leis orgânicas dos Municípios -, diria que não precisaríamos de acrescentar muita coisa para avançarmos, embora colocar coisas novas na Constituição fosse louvável.

Também estou honrado por ter sido o relator da emenda constitucional proposta pelo André Quintão e mais de um terço dos Deputados desta Casa. No entanto, o que está escrito na Constituição nos permite e nos obriga a irmos além do que fizemos hoje. Infelizmente, não vale o que está escrito em nossa Constituição para muitos e diferentes governos. Não tenho de tratar aqui se é conservador ou não, se é progressista ou conservador de esquerda ou de direita.

Hoje vimos muita gente falar, como o Patrus e o Elido - que falou agora mesmo -, e notamos que muito tem sido feito, mas poderíamos ter feito mais, por exemplo, na reforma agrária. Não se trata de uma questão do passado, mas, sim, do presente.

O presente está devagar do ponto de vista do trato das terras brasileiras. Ele está devagar em relação à saúde pública no Brasil. E não venham aqui com o argumento de que é preciso haver um novo imposto, uma nova forma de contribuição para garantirmos a saúde como um direito de cidadania e o Estado como devedor da atenção a esse direito.

Se é preciso determinar um imposto novo, por que não para melhorar o Mineirão, os grandes centros esportivos, que são importantes? Mas para a saúde? Ela é urgente, assim como a educação. E a segurança pública é para agora. Precisamos tomar medidas dentro do que está constituído no orçamento, na lei e no planejamento.

Ouvi o Elido falar em planejamento. Considero muito importante mesmo planejarmos, mas há questões que não precisam de planejamento para que sejam atendidas de imediato. Aí, talvez, tratar da nossa cultura, da nossa ideologia, do nosso projeto político, de onde queremos chegar. Onde queremos chegar? Essa é uma pergunta que nos desafia de maneira concreta e sincera, do ponto de vista dos nossos atos, muito mais do que escrevemos.

E então coloco uma questão para a nossa reflexão: a vida inteira - e a Zuzu sabe disso -, tenho lutado pela saúde. E sabemos que é preciso melhorar e muito a gestão da saúde, mas também não é admissível o argumento de que a gestão não está boa ou que há corrupção na saúde em qualquer lugar, por isso não precisamos colocar mais dinheiro. É preciso melhorar a gestão e disponibilizar mais recursos, urgentemente, agora. Isso é necessário.

O Ministro da Saúde, nosso companheiro, disse recentemente, no Congresso Nacional, que, para atender ao SUS, são necessários mais R\$45.000.000.000,00. Posso - e qualquer um que lida com a saúde também pode - afirmar que, disponibilizando mais R\$45.000.000.000,00 ou R\$70.000.000.000,00, atenderemos ao SUS, mas não atenderemos a todos durante todo o tempo, toda a vida, dentro do princípio de que esta possa ser protegida totalmente por uma política de saúde até o limite da mercantilização da morte.

É preciso também, mesmo havendo mais recursos, mas muito mais recursos, estabelecermos escolhas. Hoje mesmo vocês poderão ver, na televisão, nos jornais, na mídia, que, se alguém deixar de ser atendido na situação de risco iminente e do maior risco possível e de uma possibilidade de resgate da vida muito limitado, se isso acontecer, alguém deixar de ser atendido e morrer por falta de um transplante, isso sai na mídia brasileira. Vão dizer que morreu alguém porque não houve o transplante, porque a pessoa não foi atendida na fila de transplante. Então, pergunto quantos são os que morrem anonimamente todos os dias neste país por condições muito mais simples, muito mais necessárias, muito mais eficazes e muito mais baratas.

E aí temos o enfrentamento da pobreza, e ninguém diz ou faz nada. Temos de tratar de defender que política queremos. Que política de educação queremos? Que política de saúde queremos? Elido, precisamos definir isso para que os resultados sejam efetivos. E então, quanto às doenças negligenciadas, às doenças da pobreza, da falta de saneamento, isso não pode exigir que tenhamos um planejamento para que elas sejam praticadas.

Então, deixo aqui registrada essa minha inquietude com as questões que são urgentes, necessárias e cujo resultado será extraordinário, por isso mesmo está sendo proposto aqui. O que está sendo feito aqui é muito importante.

Mas o André já disse hoje de manhã, e quero saudá-lo pelo trabalho que tem feito e por essa consciência clara que ele tem colocado. Ou seja, para obtermos os resultados desejados, propostos aqui nesta conferência, esta não pode terminar na quarta-feira ou no final de semana, mas precisa ser uma política permanente para todos nós. Se quisermos, poderemos fazer de Minas um Estado bom para se viver, e bom para todos.

O Sr. Presidente - Obrigado por sua contribuição valiosa. Agora, a Mesa vai responder aos questionamentos orais e por escrito. Com a palavra, a Sra. Laura da Veiga. Devido ao tempo, solicitamos que seja sucinta.

A Sra. Laura da Veiga - Será uma missão impossível, mas vou tentar. Agrupei as perguntas em grandes questões como os Cras, os Cras rurais, o CadÚnico, problemas de gestão, etc. Quanto aos Cras, ainda é um equipamento fundamentalmente urbano, dada a sua localização. Há poucas experiências para atendimento nas áreas quilombolas, em cidades itinerantes, mas ainda muito incipientes. Tanto que, no plano Brasil sem Miséria, a mobilização nas áreas rurais não está pensada em relação aos Cras, mas à agricultura familiar, pois ainda não há capilaridade. Mas esse problema deverá ser enfrentado, da mesma forma que foram feitas algumas colocações a respeito de escolas e do atendimento nas áreas rurais. São problemas diferentes, e ainda se enfrentam dificuldades relacionadas à baixa densidade. São questões que fazem parte do território. É preciso olhar o território onde os problemas existem e pensar nas soluções para aquela localidade. Não se tem uma resposta geral. É disso que se trata quando falamos em flexibilização da oferta. É muito importante que os moradores daquelas localidades se expressem e tragam as questões no âmbito do governo municipal. Essa questão deverá ser colocada. Mas há avanços, e não se pode comparar a construção da rede de saúde com a escolar. A experiência da construção de Cras é muito recente, a expansão desse sistema começou, de fato, por volta de 2005, e ainda está muito aquém do necessário.

Quanto ao CadÚnico, é um instrumento muito importante para fazer a ação de vigilância, criação de observatórios e diagnóstico. É um instrumento importante, mas muitas vezes ainda é difícil de ser utilizado, principalmente em Municípios menores, devido à falta de capacidade técnica. Mexer em base de dados, fazer análise, etc., exige um certo perfil de profissional, que deve ser buscado. Pode ser sugerido, na administração estadual, buscar uma forma de colocar as informações mais trabalhadas pelo CadÚnico para os Municípios que não têm essa capacidade de manipulação dos dados, começando-se a fazer a interlocução e dando apoio. Faz parte do papel do ente estadual apoiar as suas unidades federadas, principalmente aquelas que não detêm a capacitação. E o Estado, com essa dispersão de Municípios pequenos, pode não ter, dentro desses Municípios, pessoas com a capacidade técnica para fazer o que é necessário. É responsabilidade do governo estadual dar esse apoio técnico aos seus Municípios. Outro caminho pode ser os consórcios municipais, como foi mencionado. É um instrumento importante a ser utilizado para o mapeamento das demandas, das necessidades, dos perfis das famílias. Isso é fundamental para se fazer um planejamento mais orientado.

Foram expostas questões relacionadas a problemas de corrupção, fiscalização e controle social sobre as políticas de assistência. Tanto na política de assistência como em outras políticas sociais, existem mecanismos, existem pelo menos instâncias previstas, como conselhos de fiscalização e até processos eleitorais, para se tirar Vereador que não faz as coisas certas, o que é um outro mecanismo de controle. Por outro lado, existem estudos que demonstram que muitas dessas instâncias não têm funcionado adequadamente, seja pelo fato de, muitas vezes, haver uma multiplicação delas, seja porque em muitos Municípios as mesmas pessoas ocupam reiteradamente os vários conselhos que têm, como de direito, de fiscalização etc. Isso também está na linha de trabalho. É uma linha que precisa trabalhar com a demanda organizada da sociedade ou dos setores específicos. Isso acontece na educação, nos conselhos do Fundeb. Os conselhos de assistência também tem esse tipo de questão, têm também os conselhos de saúde. Tem-se uma representação nesses conselhos. Muitas vezes a representação não funciona de forma autônoma em relação ao Executivo, à representação governamental. Muitas vezes isso acontece porque ela não tem força política organizacional atrás dela, porque ela não está lá representando a ONG dela ou o que seja. Ela está representando um setor e uma determinada questão. Se a pessoa que está ali não tem uma base social atrás dela, de fato, ela passa a representar não a questão que deveria, um interesse privado em um conselho.

Esses instrumentos existem. Eles funcionam bem em todo lugar? Não. Tem de haver busca, tem de haver o diagnóstico de por que isso não funciona, o que está errado, o que está acarretando problema. Mas isso é uma luta de natureza política, que vai acontecer em diferentes lugares. Também não existe uma receita para isso. Há níveis de organização diferentes na sociedade, nas comunidades. Mesmo aqui em Belo Horizonte uma comunidade é mais organizada do que outra, uma tem mais capacidade de se mobilizar, de buscar recursos no orçamento participativo do que outra. Essa questão faz parte da luta política, da organização da sociedade civil.

Quando falamos de sociedade civil, estamos também falando disso. Em relação a isso é a mesma coisa, o Executivo não vai organizar essa questão porque é tutela. Isso é possibilidade de encontro de movimentos sociais que já foram mais ativos neste país no período da redemocratização, hoje estão menos ativos. É uma busca de alternativas, caminhos mais institucionais.

A questão da corrupção se aplica tanto à fiscalização quanto ao controle social. No meio dessa história temos a corrupção, que é uma questão nacional, está em todas as áreas. Também não vejo muita solução para isso a não ser o fortalecimento rigoroso das instituições públicas de fiscalização. É papel do Estado fiscalizar, punir, possuir sistemas ágeis, uma Justiça ágil, que não prenda somente os pobres, que os colarinhos brancos paguem também a sua parte da penalidade. Há experiência disso em vários países, como a famosa experiência das mãos limpas na Itália. Está começando a haver alguns movimentos sociais nessa direção. Vamos ver para onde isso caminha. Mas cada um de nós, como cidadão e como receptores de políticas públicas, temos de estar atentos a esses tipos de sinais, porque eles existem também.

Mas também não vejo isso como uma ação milagrosa. Infelizmente, nos movimentos sociais, na vida, na mudança social, enfim, nem mesmo golpe de Estado atualmente é milagroso, não anda tão depressa. Até os golpes de Estado estão tendo certa dificuldade de serem rápidos. Essa questão já foi colocada. Meu tempo já terminou. Só disporei de mais um minuto para finalizar. Não dará tempo de discutir o modelo de sociedade.

Há também a questão do risco social, das medidas socioeducativas, das medidas em meio aberto. Acho que essa é uma questão que realmente tem de se buscar, para que os Municípios sejam capazes de organizar isso. Acho que esse é um tipo de trabalho que envolverá mais de um Municípios pequeno. Você poderá ter duas ou três aqui, duas ou três em outro Município e organizar esse serviço. Há toda uma discussão sobre população indígena. Isso foi trazido aqui, há várias questões relacionadas a isso e muitas delas já foram faladas: quilombolas, falta de atenção do governo mineiro e invisibilidade desses grupos para a política pública, etc. Como sou representante, achei que essa fosse uma questão para ser tratada em outro âmbito, de uma disputa política, de trazer essas questões e até mesmo de fazer a marcação de ponto que está sendo feita aqui. Acho que isso é importante, até mesmo para que a questão seja enfrentada.

Quanto à reforma agrária e ao meio ambiente, essas questões apareceram aqui, mas são objetos de outra Mesa. No tocante ao modelo de sociedade, associações comunitárias, modelo de proteção social que temos, infelizmente não dará para responder porque não há mais tempo. Porém agradeço novamente a oportunidade à Assembleia Legislativa, ao Presidente da Assembleia, ao Deputado que está coordenando os trabalhos hoje e que junto ao André fez a solicitação para eu falar a todos vocês. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigada, Professora Laura, por suas explicações e respostas aos questionamentos feitos. Passaremos a palavra à Profa. Cristina Almeida para responder aos questionamentos feitos.

A Sra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras - Agradeço-lhes todas as perguntas, que, aliás, são muitas e não darei conta de responder a todas. Portanto quero pedir desculpas àqueles a quem eu não conseguir responder. Penso que terei de pedir desculpas a todos os que fizeram perguntas, porque as respostas serão curtas. Na verdade, vou me concentrar nos temas que mais apareceram. Há um conjunto de perguntas sobre o tema dos professores e dos recursos humanos. Na minha breve exposição, acentuei que um dos temas centrais da política de educação e de qualquer política social se refere aos recursos humanos: profissionais e equipes de apoio. Não se faz política social sem importantes investimentos nos profissionais. Falei aqui especificamente sobre educação. Posso mencionar - já que não dá para ampliarmos o debate aqui - a última greve, a atuação do governo mineiro. Acho extremamente importante essa discussão, mas eu

queria, na verdade, pontuar e reforçar que não existe país que efetivamente tenha feito das políticas educacionais um apoio importante para o seu desenvolvimento, sem que tivesse um processo importante de valorização dos profissionais da educação e estrutura de incentivos, tudo isso associado com compromisso. Os professores têm autonomia, estão na ponta, face a face com os educandos. Na realidade eles estão desenvolvendo um papel social. Temos de ver isso de forma mais ampla. O tema é abordado como sendo central para a política educacional.

Há outro tema que quero mencionar. Existem algumas perguntas sobre a educação infantil e sobre educação em tempo integral. As duas são extremamente importantes. A educação infantil é elemento central de combate à pobreza, elemento central de oportunidade educacional, mesmo para os setores que não estão em situação de risco, de pobreza e de vulnerabilidade. O tempo integral, a educação com tempo mais ampliado, o que alguns chamam de educação em jornada integral, também é importante. Por que trato essas perguntas de forma conjunta? Por que as respondo juntas? Porque isso implica escolhas muito importantes, até mesmo orçamentárias. Associemos essa ideia àquela, que tem circulado muito por aqui, entre que projeto temos como sociedade e como isso se traduz em termos de recursos. Apostar efetivamente em massificação de educação infantil e de educação integral significa que temos de assumir seu custo. A sociedade está disposta a abrir mão de outras coisas? A quantidade de recursos não é suficiente. Mesmo no âmbito da educação, será que há ambiente para isso? Por exemplo, será que a educação superior não consome excessivos recursos, que poderiam estar sendo melhor destinados a outros âmbitos educacionais? Acho problemático atuarmos puxando o cobertor para tapar os pés e descobrindo o pescoço. Temos de tirar do orçamento da educação recursos para cobrir a educação infantil. Isso tem de ser tirado de algum lugar. Será que não seria o caso de a educação ter um orçamento mais amplo para atender o setor social? Esses temas, que são muito pontuais sobre a educação infantil e sobre a educação em tempo integral, na verdade, nos remetem a esse projeto de sociedade, a essas decisões políticas.

Para finalizar, o último conjunto de perguntas que responderei se refere à educação de jovens. São perguntas sobre a educação de jovens e adultos - EJA - e sobre o tema da qualificação e da formação para o trabalho. Respondendo a essas perguntas, conecto-me com a próxima Mesa. A educação não se justifica por si mesma. Claro que está formando o cidadão, que está formando pessoas, mas uma parte importante desse processo tem a ver com a inserção social e profissional no mundo do trabalho. A pergunta que fazemos, pensando nos jovens em situação de vulnerabilidade e pobreza que estão no sistema educacional, seja na EJA, seja em curso de capacitação, é se efetivamente essas oportunidades permitem aos jovens terem aspirações de que eles vão além do que já são, além das limitações de suas próprias famílias. Isso já nos abre um ambiente que é mais que educacional, é um ambiente de oportunidades no mundo do trabalho.

Muitos países têm enfrentado situações seríssimas, como nós também enfrentamos, de dar corda, de estimular os jovens, de dizer a eles que precisam estudar, que o estudo é importante e os ajudará. Temos avanço na escolaridade, mas, quando o jovem chega ao mundo do trabalho, ele fica parado. Cada vez mais a população se depara com o trabalho informal, com pouca proteção, mesmo tendo muitos diplomas. Como ficamos nessa disjuntiva? Estamos permitindo aos jovens ter aspirações, mostrando que o esforço vale a pena? Ou mostramos-lhes de uma forma dentro do ambiente da educação e, no ambiente da sociedade, estamos mostrando que na verdade seu esforço não levou a muita coisa? Termino aqui e de novo peço desculpas por não conseguir responder a todas as questões. A temática da educação inflama, há muitos temas, e espero que haja muitas oportunidades para eles serem trabalhados. Obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Prof^a. Cristina Almeida, pela sua valiosa participação. Passamos a palavra ao Élio Bonomo, para responder aos questionamentos que lhe foram feitos.

O Sr. Élio Bonomo - Primeiro queria desculpar-me com vocês pela minha indelicadeza, pois o último "slide" tinha meu contato e não o passei, terminei no "slide" anterior para cumprir o tempo.

Segundo, o Deputado Adelmo Carneiro Leão deu uma passada por uma série de questões que transigem um pouco com o que eu estava pensando dos questionamentos, tanto escritos como verbais, relacionados à saúde. Então me permito dizer algumas coisas no específico e outras no genérico.

Citei anteriormente - e não estou vendo o Fabiano aqui, acho que saiu - sobre como falamos de divulgar, sendo que praticamente não temos divulgação, que a mídia e o rádio não divulgam os programas educativos. É verdade. Ao longo do tempo, nós, deste campo de debate, temos perdido enormemente para a mídia em relação ao que acreditamos ser o adequado como projeto de sociedade democrática, com uma saúde pública de qualidade. Acho que o poder público tem de investir mais. Existem documentos do Ministério da Saúde que são pouco utilizados nas unidades básicas, mas penso que temos de investir mais tanto em material quanto em disputa por espaço público, para divulgação desses temas que estamos discutindo. Várias são as perguntas e os questionamentos - nem são perguntas, são afirmações. Como falamos de um SUS forte e de qualidade, e as pessoas questionam que quanto mais pobre, menos acesso, que os ricos são mais assistidos? Uma série de exposições e denúncias de desigualdade no atendimento, tanto na atenção básica quanto na média e alta complexidades.

Há algumas perguntas e falas aqui que dão impressão de que sou membro do governo. Até acharia bom que houvesse alguém do governo aqui. Sou nutricionista que estudou epidemiologia e que lida com movimentos sociais, mais dedicado à segurança alimentar. Trabalho há algum tempo no semiárido brasileiro e tenho esse diálogo com a comunidade e com a área acadêmica. É uma visão minha que avançamos em alguns aspectos do controle de determinadas doenças e epidemias, que não estamos dando conta em outras, que a alta tecnologia melhorou muito no Brasil, como em outras partes do mundo, mas ainda há problemas de desigualdade de acesso - há aí algumas reclamações quanto ao muito tempo de espera. Várias foram as falas. Apesar de parte do controle social e das políticas públicas estar aparelhada por determinado segmento ou "prefeiturizada" por determinadas Prefeituras, não quero jogar isso fora, fruto de imensa luta e conquista da sociedade civil. Acho que temos de diferenciar representação de representatividade. Ter um assento não lhe garante representatividade se não tiver interlocução com quem você está representando e não levar as discussões para lá. Existem profissionais de conselhos, como existem outros conselheiros, que são de fato representantes das comunidades das quais foram escolhidos. Acho que temos de exigir que nossos representantes ou que os representantes da sociedade nesses espaços de políticas



públicas de fato representem o anseio de onde vieram. É um problema sério de políticas públicas, de controle social e de participação popular diferenciar participação popular de controle social, e as duas interações.

Muitos aqui disseram que o atendimento demora muito, que o hospital está abandonado e que não há recursos. Temos de participar de forma rica e produtiva dos espaços de controle social, tanto o conselho quanto a conferência, para conseguirmos mudar a situação. Um dos itens contidos na pauta determina que as deliberações das conferências estaduais devem ser amplamente acatadas e divulgadas em relatórios técnicos pelo governo do Estado. Temos de cobrar isso porque as leis existem. Ainda acredito nesse mecanismo, ainda acho que é o melhor, o mais democrático e o mais participativo, em que pese aos desvios nele contidos.

Várias dessas questões, como a falta de profissionais, a falta de medicamentos e as ambulâncias são prezadas por muitos políticos, que dizem: “Eu mandei fulano para o hospital, eu internei fulano”. Nós temos de modificar isso. “Eu é que internei e assim terei mais votos”, não se trata disso. Estamos discutindo do ponto de vista socioepidemiológico e socioambiental. Da mesma forma, temos de tomar outro rumo em relação à produção agrícola brasileira. Falei repetidas vezes sobre a alimentação saudável. Não podemos dizer que um alimento é saudável apenas porque ele tem nutrientes necessários para a nossa sobrevivência. É necessário que o alimento não tenha sido exposto a água contaminada, é necessário que o alimento não venha com veneno. Estamos ingerindo 5,2kg de veneno por ano/pessoa. Estou dizendo que é preciso termos políticas públicas e ações individuais que mudem o comportamento individual e pressionem pela mudança de comportamento dos políticos que não trabalham em busca do bem comum, que se utilizam do dinheiro público em favor do benefício privado.

Há 16 anos percorro cidades pequenas do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, trabalhando com extensão, com assessoria e com pesquisa. Tenho sujado a botina nos locais em que se localizam as comunidades. Entendo que há Municípios que estão em situação pior do que outros. Temos de denunciar e mostrar isso nas conferências, que são os espaços de políticas públicas, e fazer cumprir a lei - só entendo desta forma - com a pressão da sociedade. O governante mais bacana, o mais amigo, o mais próximo de nós só não se desvia do caminho por causa da espora da sociedade, do controle da sociedade sobre ele; do contrário, surgem os desvios, seja o político que for, seja ele o mais próximo ideologicamente de nossas crenças. Em determinado momento, surge a tentação do “espertinho”, das propinas e das facilidades. A pessoa mais correta passa a empregar os parentes e amigos, achando que isso é certo. A sociedade, pressionando, é que mantém o rumo adequado no trato da coisa pública. Mas temos avançado. Há Municípios que avançam muito, há outros que ficam parados. Há Estados que avançam mais, e outros, menos. Tenho a imensa certeza de que, até amanhã, parte importante dos anseios aqui apresentados, como o combate às desigualdades raciais, a solução da questão das carências específicas, das carências alimentares, do problema da educação alimentar e nutricional nos ambientes escolares, dos problemas relacionados com o abandono e o excesso de medicamentos, será encaminhada para aplicação, pois esses problemas já foram discutidos. Não temos que inventar mais coisas. As deliberações já foram exaustivamente apresentadas. O que precisamos agora é fazer cumprir o que já há na legislação e o que a sociedade tem exigido e conseguido. Os Conselhos de Educação, os Conselhos de Saúde, o Conselho de Igualdade Social e o Conselho de Segurança Alimentar têm farto material e proposições fundamentadas para termos uma outra prospecção e um outro rumo em relação à saúde da população brasileira e da população mineira.

Finalizando, quero dizer que acredito muito que podemos, a cada momento e por etapas, avançar um pouco para alcançar os nossos objetivos, as nossas metas. Quero dizer a vocês que devemos acompanhar com vigilância o resultado disso. Não são poucos os espaços que ficam nos relatórios técnicos. Então, cada representante da sociedade, cada representante de governo que tenha um projeto de gestão séria, democrática e com a participação na sociedade, fincado no planejamento... Penso que as necessidades imediatas devem ser tratadas com políticas públicas. Gestão de serviço de saúde deve ser feita com planejamento, a partir de diagnóstico que estabeleça a magnitude do problema, com a participação das populações que estejam mais vulneráveis e sujeitas a risco. É para isso que a sociedade participa. Acredito nesse espaço que estamos construindo. Obrigado e me desculpem por não tratar individualmente cada pessoa e por não ter deixado o meu telefone nem o meu “e-mail” no último “slide”.

O Sr. Presidente - Obrigado, Élido, pela sua participação. As perguntas e os outros questionamentos serão oportunamente respondidos no “site” da Assembleia. Ao encerrar este primeiro momento, quero, em nome do Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, mais uma vez agradecer aos expositores, e demonstrar a enorme satisfação de recepcioná-los nesta tarde, no Plenário da Assembleia. Muito obrigado a todos os que abrilhantaram este primeiro momento de tão importante seminário.

2º Painel

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa para o 2º Painel o Exmo. Sr. Eduardo Rios-Neto, professor titular do Departamento de Demografia da UFMG e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG - Cedeplar UFMG -; a Exma. Sra. Jupira Gomes de Mendonça, Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora associada da Escola de Arquitetura da UFMG; e o Exmo. Sr. Deputado André Quintão.

Antes de passar a palavra ao expositor, esclareço que o Prof. João Antônio de Paula, que iria falar sobre o tema “Produção e trabalho”, não pôde comparecer a este encontro, em decorrência de impedimento de última hora. Ele será substituído pelo Prof. Eduardo Rios-Neto. Também registramos que o Prof. Altivo Roberto Andrade de Almeida, que iria falar sobre o tema “Ciência, tecnologia e inovação” não pôde comparecer, em razão de compromisso profissional no exterior.

Com a palavra, o ilustre Prof. Eduardo Rios-Neto para suas considerações iniciais.

Palavras do Sr. Eduardo Rios-Neto

Boa tarde. Para mim é uma responsabilidade muito grande substituir o Prof. João Antônio, que me passou essa atribuição. Fui aluno, discípulo do Prof. João Antônio por muito tempo, antes de me tornar seu colega. Tendo sido criado no Cedeplar, não poderia me furtar a esse chamado para representar a UFMG. Por outro lado, em algumas oportunidades pude manifestar ao Deputado André Quintão a minha satisfação por essa iniciativa da Assembleia. Muitas vezes, até voluntariamente, eu me furtei a participar de eventos

dessa natureza. Eu fiz isso, mas não sem uma “autochibatada”, por absoluta falta de tempo. Assisti a vários dos programas e fiquei tentado a participar. Parece que um dos eventos ocorreu em Neves. Quase peguei o carro para ir. O professor sempre acaba fazendo mais do que deveria na universidade, ou seja, nós nos envolvemos com coisas de mais. Na minha escala de prioridades vem em primeiro lugar o compromisso profissional, por isso o trabalho voluntário acaba ficando de lado. Mas agora assumi o compromisso do meu dileto colega. Talvez seja um ajuste de contas...

Tenho atuado mais na área da educação e da política social, ou seja, estou mais a par da matéria que foi discutida anteriormente. Diante deste desafio, fui obrigado a fazer algumas opções, porque é muita responsabilidade substituir o brilhantismo do Prof. João Antônio, e nem sei se vou conseguir. Sou demógrafo e analista empírico da área de economia do trabalho - a minha dissertação de mestrado foi sobre essa área -, mas não tenho militado tanto na área, por isso terei de fazer mágica. A cada dia, fico mais desconfortável de fazer mágica sem números, pois o discurso fica muito vazio. Não tenho praticado, por isso terei dificuldade de falar sobre números nessa área.

Para minha sorte, não sei por que cargas d'água, por meio de interação com o governo mineiro, tive a oportunidade de estimular a realização da Pesquisa por Amostra de Domicílios - PAD -, que foi cara, financiada por recursos do Banco Mundial. Ela está disponível no “site” da Fundação João Pinheiro. Curiosamente, não há muitos relatórios gerados pela pesquisa. Uma de suas características é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Trata-se de uma tentativa de planejamento, de trazer informações sobre a dinâmica econômica das regiões de Minas, antes do censo demográfico, que está na boca do forno. Os resultados estarão disponíveis até fevereiro de 2012. Então, teremos um raio X municipal.

Teoricamente, a PAD é significativa no âmbito das regiões de planejamento e é razoavelmente fresca. O período de referência é maio de 2009. Isso já é alguma coisa. Dou mão à palmatória, arrisquei-me, porque pode haver algo errado. Gastei um final de semana gerando esses dados. Não foram retirados de relatório algum, gerei os dados, que saíram do forno. Muitas vezes, o pão pode ficar embatumado. Portanto, peço desculpas, caso isso aconteça. A única coisa que tenho em minha defesa é que há limitações na documentação disponível no “site” da Fundação. Acho extremamente louvável que ela tenha disponibilizado esses dados. É uma ação democrática, pois ainda não foram divulgados relatórios sobre o assunto. Isso permite a qualquer pessoa apropriar-se dos dados e tirar sua conclusão. Por isso estou conseguindo fazer esta palestra. Deixo claro que há documentos incompletos, e não tenho certeza absoluta de que os números apresentados estão corretos, pois são condicionantes na documentação que nos foi disponibilizada pelo “site”. Como todos aqui devem ser mineiros, peço o que todos os mineiros já têm: cautela e caldo de galinha. Depois, veremos o que deu certo ou não.

É interessante falar sobre as 10 macrorregiões de planejamento. Na realidade, trabalharei com 11 informações. Na região central, a RMBH é separada, é uma unidade a mais. Então, é como se fossem 11 regiões de planejamento. Não sou economista regional. Minha área de origem é economia do trabalho, mas, hoje, sou mais demógrafo e analista de políticas sociais, incluindo educacionais.

Quanto à economia do trabalho, o salário e a sua desigualdade refletem na estrutura produtiva. A minha intenção, ao citar a PAD, foi questionar a estrutura salarial em Minas nas várias áreas em 2009. Há uma característica do salário que deve ser destacada. O salário médio inflaciona e superestima o bem-estar do empregado, porque a curva de salário tende a ser assimétrica para a direita. Esse é um palavrão que estou dizendo aqui, mas essa curva tende a conter uma desigualdade muito grande. Então a média é um pé na geladeira e outro no fogão. Normalmente a média é muito maior que a mediana, que é quanto ganham 50% dos ocupados - aliás, 50% ganham abaixo daquele valor e 50% acima.

Nesse quadro percebemos que, em Minas Gerais, para o rendimento monetário... E aí, como a documentação era muito precária, optei por pegar o rendimento monetário. É claro que há pessoas que vendem produtos que são de subsistência e estão incorporados em outras coisas. Analisei o aspecto monetário como se estivesse focando mais na ocupação, mais com um viés assalariado, embora pegasse conta própria e tudo como... Em 2009, o salário médio para o Estado de Minas Gerais era de R\$854,00 aproximadamente. Se não me engano, o salário mínimo nessa época estava em aproximadamente quatrocentos e poucos reais. Havia até notado esse valor, mas agora a memória falhou. Esse era o salário médio. Se pegarmos o mediano dos indivíduos, veremos que está muito mais próximo do salário mínimo, pois era R\$500,00. Quer dizer, 50% dos ocupados em Minas Gerais recebiam menos ou até R\$500,00 e os outros 50% recebiam mais que R\$500,00. A razão entre esses dois rendimentos era de 1,7.

Só para ilustrar, mostrei rapidamente alguns detalhes. Em algumas regiões, quanto maior for a razão mediana mais desigualdade salarial existe. Há algumas regiões que são mais desiguais que o Estado de Minas Gerais. Chamo a atenção primordialmente para a região do Jequitinhonha e Mucuri, onde a desigualdade é muito grande e a disparidade maior que em qualquer lugar; depois, como era de se esperar, a Região Metropolitana de Belo Horizonte, por ser uma região mais complexa no que tange a sua rede. É curioso que há dois extremos de desigualdade: um de pobreza e outro de desenvolvimento. Todos os dois com desigualdade. Quando estivermos falando sobre pobreza, veremos que esta é uma coisa e desigualdade é outra. Ambas são fenômenos a serem acatados com uma política de equidade. Quanto à desigualdade, há essa combinação de extremos que merecem ser mencionados. Nesse sentido merece também menção a região do Rio Doce, que é pobre e possui também grande desigualdade, talvez porque nela haja bolsões de indústria, etc., que permitem que ocorra.

Peço desculpas porque essa aqui é um palavrão. Não tinha como pelo menos não dizer que a coloquei. Imagino que depois ficará disponível. Não quero cansar ninguém com isso. Gerei pela PAD e não havia agregado. Se tivesse agregado, teria feito uma tabela enxuta. Perdi o meu final de semana - aliás, ganhei, porque gostei de ter feito - gerando esses dados, mas não consegui agregar agricultura, comércio e serviço. Então ficou detalhada demais. O que há aqui é uma radiografia da ocupação no que tange à sua remuneração e ao total de ocupados em Minas Gerais em 2009. Poderia ter feito isso pelas metas de planejamento, mas, como já estava dantesco o suficiente mesmo para Minas Gerais, optei por não fazê-las. Chamo a atenção - aliás, citarei aqui poucas coisas - para o emprego agrícola, silvícola e pecuário, obviamente em Minas Gerais, que corresponde a 12% do total de ocupação.

Quer dizer, não gosto de falar lugar comum, mas Minas é uma síntese do Brasil. Por isso mesmo é muito heterogêneo e nele é difícil discriminar pobreza de desigualdade. Gerar um diagnóstico homogêneo é uma verdade que essa tabela mostra.

Existe ainda um setor primário, que é o mais relevante individualmente, conforme esses dados apresentados, com uma razão média e mediana mais baixa do que a média em Minas Gerais, o que é óbvio porque, na agricultura, o salário é mais homogêneo, mas ainda muito ocupado. Um fato digno de destaque, que vou apenas citar, sem fazer análise muito detalhada: como gerador de ocupação, temos o setor de vestuário, de calçados, de artefatos, de tecidos, de alimentação - dois setores industriais importantes -; temos a indústria da construção, que emprega 4,6% do total de ocupados.

A indústria da construção é curiosa, já é um mito. O salário médio e mediano na indústria da construção hoje é um dos mais altos. As pessoas ainda pensam na indústria da construção como se fosse a indústria da construção do milagre econômico brasileiro, a famosa revolta dos peões no campo do Galo, na Olegário Maciel, aquele emprego não qualificado na indústria da construção.

Esses dados mostram, primeiro, que a indústria da construção emprega hoje muito menos do que empregava antes, quando empregava aproximadamente 10%; e hoje ela emprega um segmento que é qualificado. A própria heterogeneidade dos salários médio e mediano indicam isso. Diferentemente do senso comum de quem não acompanha, a indústria da construção civil hoje não é o mesmo balcão de entrada de mão de obra que era há 20 anos. Tanto que, no segmento não qualificado - ponto que apresento para debate, ou para elaboração -, hoje o emprego da mulher está crescendo mais do que o emprego masculino. Porque não ocorreu, na dinâmica recente, um verdadeiro substituto para o emprego masculino não qualificado, que foi a construção civil no passado. A construção civil é empregadora, mas volto a dizer que muitas vezes é "lobby" de dono de construtora dizer que está gerando emprego. Isso porque sabemos que hoje, mesmo que haja impacto com o Minha Casa, Minha Vida, a indústria da construção não tem aquele efeito multiplicador que tinha, por exemplo, no período do milagre. Se tivesse, o número de empregos estaria maior. O complexo da demanda do setor da construção civil hoje é diferente.

Não vou falar sobre os outros setores que se apresentam nesta página, até para benefício da discussão e da apresentação de outros dados.

Outro dado interessante é o da estrutura, da segmentação do trabalho em Minas Gerais. Essa segmentação é dada pela posição na ocupação do ocupado. Quanto a essa posição na ocupação, há uma coisa óbvia, que tem em todo o Brasil, mas aqui ela apresenta algumas características interessantes. Primeiro, é a porcentagem de trabalhadores no chamado setor formal, cuja excelência é o trabalhador assalariado, com carteira, no setor privado. Esses trabalhadores representavam, em 2009, 44% dos ocupados, de ambos os sexos, em Minas Gerais. Há, porém, uma porcentagem muito grande, que merece destaque, também do trabalhador autônomo, que representa 23,3% do total de ocupados. Quer dizer, somando os dois, chega-se a quase dois terços do total dos ocupados, divididos em Minas Gerais entre o trabalhador privado com carteira e o trabalhador por conta própria.

Há uma série de empregados, do setor público, etc., que estão registrados aqui, mas não vão entrar agora. Há uma categoria que tem-me intrigado com a falta de documentação, que se chama "outro trabalhador remunerado". Se é remunerado, não é trabalhador familiar nem é cooperativado. Eles separaram o cooperativado. Então, não ficou muito claro para mim, pois em algumas regiões há muita gente nessa categoria. São dados que pretendo questionar na João Pinheiro, mas, como eles são muito virgens, não sei como os classificaram, se como o IBGE ou não.

Ainda no quadro geral de Minas Gerais, quem trabalhou, ou seja, a proporção de ocupados em geral, no Estado, é de praticamente 7 milhões de pessoas, de um total de 13 milhões de pessoas entre 15 e 59 anos. Excluí as crianças e as pessoas de 60 anos ou mais, embora saibamos que muitos trabalham com mais de 60 anos. Mas era só para ter uma medida do núcleo puro dos ocupados. Portanto, desse total de 13 milhões de pessoas entre 15 e 59 anos, 7.700.000, o que corresponde a 58%, trabalham. Nesse grupo, a taxa de ocupação ou de participação na força de trabalho masculina é de 72%, e a feminina é de 46%. É uma taxa alta, dada a heterogeneidade em algumas regiões.

Não mostrarei os dados, pois não os coloquei, por causa do limite de tempo. Mas, em regiões como a Região Metropolitana de Belo Horizonte, a mulher é claramente mais produtiva do que o homem. Ela não só é mais escolarizada como também ganha mais. São fenômenos recentes e interessantes. Não vou explorá-los aqui porque a questão de gênero não é foco. Prestigiei a questão das regiões de planejamento por causa do tema do seminário.

Já estou caminhando para a conclusão, mas quero destacar alguns pontos. Ainda nessa taxa de ocupação, quando olhamos as regiões, percebemos claramente que algumas são dinâmicas - não são necessariamente as que remuneram mais, mas as que têm algum dinamismo próprio - não tive tempo para debruçar-me nos dados, mas para mim são um pouco óbvios -, como o Sul, o Triângulo, o Alto Paranaíba e o Centro-Oeste, cuja taxa de ocupação é maior do que a de outras regiões mais atrasadas. As taxas de ocupação do Norte e do Vale do Jequitinhonha são as mais baixas. Já estudei o Vale do Jequitinhonha e vi claramente que sua taxa é afetada pela sazonalidade, dado o nível tecnológico da agricultura lá, fora da época da chuva. A entrevista foi em maio, e nesse período já há pessoas saindo para a safra em outras regiões. Portanto, a taxa de ocupação é mais baixa.

Chamou-me a atenção - depois veremos os dados da pobreza que irão corroborar isto - a região Centro-Oeste. Na região Centro-Oeste estão Nova Serrana, Divinópolis e algumas outras cidades. Essa região apresenta um certo dinamismo tanto em termos de baixa pobreza quanto de geração de emprego, o que me surpreendeu. Acredito ser uma questão interessante para discutirmos mais à frente.

Peguei um dado que é da área da Laura, mas não resisti à curiosidade. Trata-se de um dado da Apad. A pergunta é se o Município recebeu bolsa-família. Em um total de 5.000.753 domicílios, que era o total de domicílios em Minas Gerais, com amostra expandida, 880 mil domicílios receberam bolsa-família em 2009, de acordo com a Apad.

Em termos de taxas, 15,3% dos domicílios mineiros receberam a bolsa-família, mas há uma variação interessante, que faz um contraponto: a educação e a saúde são importantes como política de desenvolvimento, assim como o desenvolvimento e a assistência social. Seria populista de minha parte ou de qualquer Governador ou outro político dizer que vai tirar as regiões Norte e do Jequitinhonha e do Mucuri do subdesenvolvimento em um intervalo menor do que uma geração - entendendo por uma geração de 20 a 25 anos. Esse é um trabalho de melhoria da qualidade institucional de longo prazo. O que adianta fazer bravata, se ela não se respalda em fatos? Não se vai conseguir reduzir a desigualdade regional no Estado entre os ricos extremos e os pobres extremos em um exercício de governo. Isso é populismo, e, ao menos sob o ponto de vista científico, o populismo não tem guarida.

Se isso é verdade, é preciso combinar a assistência social e a estratégia do desenvolvimento, da melhoria institucional, do empreendedorismo - que fique claro que, em termos de oferta, não estou falando só de educação -, da melhoria da qualidade das gestões municipais e das regras. E acho que o Bolsa-Família é importante para isso. Não era para ser assim, mas, neste período legislativo, Minas Gerais infelizmente está atrás em relação a isso, e, sobre programas como o Bolsa-Família, ainda há um ranço partidário maior do que em outros Estados, mesmo em outras gestões de oposição ao governo federal. Quinze por cento dos domicílios... Na região Norte, praticamente um terço dos domicílios precisam de política social. É uma questão de Estado; isso não pode mais ser visto como uma questão partidária, mas como uma questão de estratégia e desenvolvimento econômico. A assistência social faz parte, sim, do desenvolvimento econômico. Não vejo outra saída.

Nesse quadro - e peço desculpas por algum erro, mas tive de fazer mágica, porque não tinha manual para somar as rendas -, calculei a linha de extrema pobreza - que é o grande desafio do Brasil, colocado por todos e assinado por todos os Governadores - usando um parâmetro extremamente conservador, de R\$70,00 - se fosse de um quarto do salário mínimo, em 2009 a linha de pobreza seria maior. Mas, por esse parâmetro, Minas Gerais tem aproximadamente 650 mil domicílios abaixo da linha de pobreza extrema, dos quais uma grande percentagem - um sexto, quase 20% - está na região Norte e outra grande percentagem, na região do Mucuri e do Jequitinhonha. É claro; todos já esperariam isso. Mas, em números absolutos, também na Região Metropolitana de Belo Horizonte havia, em 2009, 186 mil domicílios abaixo da linha de pobreza extrema, ou seja, a questão metropolitana, de que a Profa. Jupira provavelmente vai falar, não fica atrás. Sob o ponto de vista de taxas, isso corresponde a 10%, quase 11% dos domicílios mineiros, mas a 23% dos da região Norte e a 19% dos do Jequitinhonha e do Mucuri.

Aí, chama-nos a atenção a situação do Centro-Oeste. Não sou o maior adepto da liberdade de mercado nem nada disso; sempre tive curiosidade de estudar Nova Serrana e me interessei pelo que estaria acontecendo na região Centro-Oeste.

Que diabo é isso? É ignorância mesmo não saber o que está acontecendo na região do Centro-Oeste. Em Nova Serrana, Divinópolis e Formiga, há a menor taxa de pobreza, a menor porcentagem de domicílios com pobreza extrema em Minas Gerais. Pode ser erro meu, da Fundação João Pinheiro ou de nós dois, quando critiquei esses atos.

Para terminar, gostaria de dizer que fiz um quadrinho e estimei umas equações de capital humano. No entanto, pouparei vocês dessa tortura e não colocarei a equação de capital humano aqui. A ideia é que a educação é importante para o desenvolvimento, e isso ocorre em uma equação de capital humano. Fiz uma tabelinha. Qual é o retorno que a educação tem? Ela é mais alta que a média de Minas Gerais? Qual é a renda do não qualificado? O que é isso? Quanto você ganharia se a educação fosse zero? Defini essa curva para homens em todas as macrorregiões de Minas Gerais. Na verdade, o final teórico era este aqui, e o resultado... Primeiramente, tem uma casela vazia, quer dizer, um quadrado vazio. A renda é maior que a média de Minas Gerais, e o retorno, maior que a média de Minas Gerais, ou seja, uma macrorregião de planejamento em que não só a renda é pujante por não se ser qualificado, como também pagar exageradamente um prêmio para a educação, não, inexistente. Há uma razão lógica para isso, pois, curiosamente, o pagamento do retorno para a educação é maior nas regiões atrasadas, e não nas adiantadas, que são regiões em que a falta de escolaridade faz com que a educação seja supervalorizada. Curiosamente, o pagamento muito alto do não qualificado vem das regiões dinâmicas, porque se tem uma demanda de mão de obra muito grande, e mesmo assim a pessoa menos qualificada ganha muito.

Portanto, o retorno da educação é menor que a média. Já a renda não qualificada maior que a média engloba as regiões da Zona da Mata, Central, Sul, Triângulo, Alto Paranaíba, Centro-Oeste e a RMBH. Essa é uma forma singela que usei para classificar as regiões onde o mercado de trabalho é aquecido em Minas Gerais no ano de 2009. Já a região Nordeste está meio desgraçada, pois tem um retorno mais baixo. Então tem um excesso de qualificação, mas não está tendo dinamismo. Somente uma região se enquadrou nessa categoria, mas que é muito importante, porque gosto de capital humano.

Gostaria de dizer que o capital humano não é panaceia pura. Sem o aquecimento do mercado, cai na desgraça desse quadrante, onde está o Nordeste de Minas. Há mais gente qualificada lá do que é demandado, mas não tem o dinamismo suficiente para gerar uma renda crescente. Há desgraças relativas, que é o Norte, Rio Doce, Jequitinhonha e Mucuri. O retorno é muito alto. Para quem é filho da elite, se quiser ficar lá, estará muito bem. No entanto todos que são do povão estarão muito mal remunerados por não haver dinamismo econômico naquela região. Não é à toa que essas três regiões são as que têm uma das maiores coberturas do Bolsa-Família. Justiça seja feita.

Para concluir, gostaria de dizer que o Triângulo Mineiro paga mico nessa coisa não sei por quê. A taxa de pobreza do Triângulo Mineiro é muito maior que a do Centro-Oeste de pobreza extrema, e o Bolsa-Família inexistente no Triângulo Mineiro. Não sei se é um efeito Chico Xavier, se é resistência ao Patrus, mas o Bolsa-Família no Triângulo Mineiro tem uma porcentagem menor que o esperado. Volto a dizer que, se for por ideologia, considero isso burrice, pois hoje o Bolsa-Família já não é mais de partido algum. É praticamente uma questão de direito, uma questão de Estado. Concluo com essas palavras. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Queremos agradecer ao Prof. Eduardo Rios-Neto e às suas brilhantes ponderações. Muito obrigado. Com a palavra, a Sra. Jupira Gomes de Mendonça, que fará uma exposição sobre o tema "Infraestrutura, redes de serviços e circulação".

Palavras da Sra. Jupira Gomes de Mendonça

Boa tarde. Em primeiro lugar, agradeço muito ao convite da Assembleia e obviamente parabeno-a pelo seminário, que é da maior importância, principalmente quando estamos discutindo distribuição de recursos, plano plurianual de governo, legislação orçamentária etc.

Esse é um tema da maior importância, se pensarmos em desenvolvimento. Até agora temos crescido economicamente e as nossas populações continuam pobres. Os nossos Estados apresentam uma desigualdade gigantesca. A palestra do Eduardo mostrou em números que realidade vimos enfrentando em Minas Gerais.

Ao pensar em como abordar essa temática da infraestrutura, rede de serviço e circulação em um contexto de pensar diretrizes para o Plano Mineiro de Desenvolvimento e o plano plurianual do governo, optei por fazer aqui uma defesa do planejamento como uma

atividade merecedora de um lugar importante nessas peças orçamentárias. Considerei não uma atividade de planejamento, como pensávamos algumas décadas atrás, mas um novo contexto de um planejamento que efetivamente resulta de uma interação com as comunidades e de um projeto que acaba sendo coletivo.

A ideia de defender a atividade de planejamento está relacionada com a ideia de, em primeiro lugar, continuar tendo, de fato, uma estrutura de geração de informações e de análises, como, por exemplo, o tipo de trabalho mostrado pelo Eduardo, que vem sendo desenvolvido pela Fundação João Pinheiro, mas também a ideia de haver uma estrutura que divulgue essas informações, propiciando às comunidades esse acesso de tal maneira que ela possa de fato participar de decisões e fundamentalmente de critérios. Na verdade estamos falando de uma atividade que definirá como distribuir os recursos, com quais critérios, onde e para quê. Se não temos essa atividade estruturada, corremos o risco de ter uma distribuição de recursos e resultados de políticas públicas passando por outros critérios, como troca de favores - clientelismo -, enfim toda a sorte de formas de distribuir e implementar políticas públicas que muitas vezes passam ao largo dessa análise da forma como o Estado, de fato, está organizado.

Então, para se ter uma ideia do que estou falando - e os dados apresentados pelo Eduardo são muito importantes para nos ajudar a pensar -, o censo da década de 2000 mostrou que a população do Estado de Minas Gerais está crescendo de forma desigual.

Por exemplo, os Municípios com até 10 mil habitantes decresceram. Há menos gente morando em Municípios desse tamanho em 2010 que em 2000. Houve um grande crescimento populacional nos Municípios que tinham entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. Em 2000, havia 20 Municípios que tinham entre 100 mil e 500 mil habitantes, e em 2010 esse número subiu para 25 Municípios. Está incluída a população urbana e rural. Esses 25 Municípios ganharam 650 mil novos habitantes, em 10 anos, e isso acontecerá também com os Municípios que têm entre 500 mil e 1 milhão de habitantes. Nesse mapa, tirando a Região Metropolitana de Belo Horizonte, que tem mais de 1 milhão de habitantes, e todas as outras áreas escuras, estão representados Municípios com mais de 100 mil habitantes. Belo Horizonte tem mais de 1 milhão, com um crescimento pequeno. Quem concentrou o crescimento populacional são esses Municípios de médio e grande porte, que nos anos 70 foram objeto de políticas específicas, que distribuíram infraestrutura viária e de saneamento em alguns casos, mas principalmente infraestrutura de suporte ao crescimento econômico. São Municípios que continuam crescendo e que polarizam as regiões do entorno. De forma condizente com os dados apresentados pelo Eduardo, a maior parte desses Municípios está nas regiões Sul, Triângulo Mineiro, Central e RMBH, cujos vários Municípios, principalmente os periféricos, cresceram muito.

Uma segunda informação é do IBGE, em um trabalho feito em 2007 a respeito das regiões de influência, que define uma hierarquia de cidades. A RMBH, com vários Municípios de grande porte, concentra 37% da população ocupada do Estado de Minas Gerais, riqueza, serviços, infraestrutura, mas internamente é altamente desigual. Em Ribeirão das Neves e Esmeraldas, por exemplo, há um crescimento populacional muito alto; estão entre os Municípios de médio porte que mais cresceram, com recursos municipais baixíssimos para fazer frente à demanda resultante desse crescimento populacional. Trouxe um “slide” para mostrar como tratar essas questões.

A RMBH é a maior concentração de população no Estado, mas com alto índice de desigualdade interna. Veremos isso daqui a pouco.

Esse “slide” mostra essa alta concentração em Belo Horizonte, cidade-polo prestadora de serviços, concentradora de recursos, e algumas outras cidades, que estão demonstradas com esses raiozinhos, linhas de interação do Município com as regiões vizinhas, que vão coincidir com as cidades de médio e grande porte, que polarizam a região do entorno. Ao trabalharmos a distribuição de recurso para infraestrutura, para serviços urbanos, que, na maior parte são muito concentrados nessas cidades, e para a mobilidade necessária entre essas cidades-polos e as cidades polarizadas por elas, é fundamental conhecermos cada um desses lugares e sua relação com os demais. Ao trabalhar a RMBH, uma proposta importante do Plano Metropolitano é pensar em uma rede de serviços descentralizada, que só poderá ser fortalecida se houver uma rede viária e de transporte público que permita uma conexão entre essas redes de serviço. Se transportarmos isso para o nível estadual, haverá necessidade de trabalharmos essas regiões de planejamento, as quais foram objeto da sistematização de dados que o Eduardo trouxe da Fundação João Pinheiro. Isso pode ser um passo.

As regiões de planejamento existem desde a década de 70, mas não necessariamente vêm funcionando como lugares para se pensar nessa distribuição de recursos públicos de maneira articulada em relação ao conjunto do Estado. A ideia da defesa do planejamento tem a ver com a possibilidade de haver recursos para definir critérios e diretrizes para a distribuição de recursos públicos. A minha preocupação está muito relacionada com o fato de que, quando pensamos em contingenciamento e em redução de recursos públicos, o lugar onde eles são reduzidos primeiro é nas atividades onde precisamos de pessoal, recursos de informação, recursos físicos e condições para que essas equipes possam, de fato, fazer valer a sua atividade.

Recentemente, em um curso de extensão na universidade, trabalhamos com qualificação de pessoal de prefeitura e com algumas lideranças comunitárias. Percebemos muito claramente como uma estrutura recentemente criada, a estrutura de gestão metropolitana ainda está enfraquecida para realmente fazer parte dela as demandas dos Municípios. Temos uma região metropolitana que concentra população, riquezas, recursos e serviços e polariza pelo menos parte do Estado. O fato de Belo Horizonte polarizar uma parte do Estado, a parte menos dinâmica - temos uma outra parte do Estado vinculada a São Paulo, Brasília, etc, pelo Triângulo e Sul - é uma outra discussão.

No trabalho com o pessoal da Prefeitura e com as lideranças comunitárias, evidenciou-se, em primeiro lugar, algo que até já conhecíamos quando fazíamos o trabalho na Região Metropolitana, uma precariedade na infraestrutura da Prefeitura, para fazer face a esse tipo de atividade, para a qual é preciso pensar regulação do solo e das atividades, fiscalização, etc. Além disso, uma demanda para uma estrutura de gestão que acaba de ser criada e tem pouquíssimos recursos para isso. Temos até mesmo uma estrutura de gestão muitas vezes organizada com base em um tipo de funcionário que não permanecerá com a mudança de governo. Então, primeiramente a estrutura de uma equipe de funcionários que possa, permanentemente, desenvolver esse trabalho de sistematização de informações, divulgação de informações e interação com as comunidades na definição de diretrizes e critérios de distribuição de recursos. É necessário termos uma equipe permanente. Isso é algo que precisamos discutir hoje, ao pensarmos na formação de uma



estrutura de gestão calcada, muitas vezes, em cargos comissionados, pessoas que, em uma virada de governo, podem não mais permanecer no cargo, etc.

Se quisermos uma estrutura forte, com uma cultura interna, temos de saber que uma política pública não gerará resultado satisfatório se ficar estancada em uma estrutura de governo. Temos de pensar na política pública como uma política de Estado cuja permanência e desenvolvimento vai requerer uma estrutura de gestão administrativa permanente. Apenas para dar um exemplo nos minutos que me restam, gostaria de citar as propostas que saíram do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, que irá requerer - aqui também há muitas letrinhas - que pensou a estrutura metropolitana. Irei direto aos mapas. Esse plano pensou uma hierarquização de centros prestadores de serviços, como lugares estratégicos para implantação de equipamentos públicos, lugares estratégicos na definição dos zoneamentos municipais e na revisão dos Planos Diretores Municipais que estão sendo feitos. Enfim, uma hierarquização que está relacionada com a ideia de desconcentrar atividades e permitir uma rede integrada e complementar de atividades e serviços que poderão ser oferecidos em cada um desses centros.

Se voltarmos à rede urbana estadual e à forma como temos crescido, pensaremos em algo semelhante, que está relacionado ao ato de pensar a distribuição de serviços de forma complementar nessa rede. Mais que isso, deveremos pensar nas microrregiões como lugares onde a polarização dos serviços não está necessariamente vinculada apenas àquela região, havendo uma complementaridade entre os polos, entre as diversas cidades prestadoras de serviços.

Esse processo de descentralização é fundamental se quisermos pensar processos de crescimento e desenvolvimento mais regionais. Se analisarmos a distribuição da população em face da geração de riqueza, se pegarmos o PIB como indicador, perceberemos que há regiões em que a participação da população do Estado é maior que a participação no PIB municipal. Refiro-me a regiões que a política pública deve olhar com mais cuidado.

Como exemplo, temos a ideia desse processo de descentralização. Podemos pensar a polaridade e a distribuição de serviços mentalizando uma distribuição que seja concentrada em alguns polos irradiadores de serviços e de oportunidades. Assim, teremos de pensar numa rede que também propicie a mobilidade entre esses diversos polos.

Meu tempo já acabou. Acredito que não será possível falar dos programas. A ideia é que diretrizes de territorialização das políticas vão significar também pensarmos especificamente em políticas de organização desse território, que, no caso da região metropolitana, vai passar pelos planos diretores etc., etc., etc. Todavia, ao se pensar na política regional do Estado, será preciso pensar que ela tem de ter uma territorialidade específica dada pelo conhecimento desses diversos lugares. Acho que não será possível detalhar, mas a ideia é essa.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradecemos a valiosa contribuição da Profa. Jupira Gomes de Mendonça.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Passaremos agora aos debates. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante inscrição prévia. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que, ao usarem o microfone, se identifiquem para fins de notas taquigráficas e que sejam sucintos, dispensadas as formalidades das saudações pessoais. Cada participante disporá de até 2 minutos para sua intervenção. Gostaríamos de ressaltar, mais uma vez, a importância da participação de todos amanhã, sendo obrigatória a assinatura na lista que será distribuída nos locais determinados previamente pela nossa coordenação, tendo em vista os vários locais, onde produziremos. Amanhã reunir-se-ão o Grupo 1 - Promoção e Proteção Social, no Espaço Democrático José Aparecido, no Hall das Bandeiras, entre este prédio e a praça; Grupo 2 - Educação e cultura, no auditório da Escola do Legislativo, na Av. Olegário Maciel, nº 2.161; Grupo 3 - Saúde e Qualidade de Vida, na sala 2 da Escola do Legislativo, na Av. Olegário Maciel nº 2.161; Grupo 4 - Produção e Trabalho, no Teatro da Assembleia Legislativa, andar térreo, neste prédio; Grupo 5 - Infraestrutura, Rede de Serviços e Circulação, na sala 4 da Escola do Legislativo, na Av. Olegário Maciel, nº 2.161; e Grupo 6 - Ciência, Tecnologia e Inovação, na sala 1 da Escola do Legislativo, Avenida Olegário Maciel, nº 2.161.

Debates

O Sr. Presidente - Passaremos agora às inscrições para a contribuição oral. A Presidência vai fixar o prazo de 3 minutos para receber as novas inscrições. Teremos mais 3 minutos, a partir de agora, visto que já temos 8 inscrições, que serão apresentadas. Com a palavra, inicialmente, o Sr. Eugênio Pacelli Lara, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Carmo do Cajuru.

O Sr. Eugênio Pacelli Lara - Boa tarde a todos. Primeiramente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, quero agradecer a esta Casa por nos dar a oportunidade de estarmos próximos de V. Exas., da Assembleia Legislativa. Não está aqui a pobreza nem a desigualdade, mas quem atua nos movimentos mais próximos a elas. A corrupção é abominável. Quando alguém me questiona a respeito do ato de corrupção, pergunto a mim mesmo: a pessoa não concorda com essa prática ou ela não tem oportunidade de praticá-la? Por que tudo passa pela educação e pela cultura? Isso é interessantíssimo. Venho de uma família de nove irmãos. Na hora do almoço, o arroz, o feijão, o angu e a couve eram à vontade. Quanto à carne, minha mãe só destampava a panela na hora em que todos haviam servido. Sabe por quê? Porque quem chegava na frente pegava duas, três e deixava ou outro sem a carne. Isso está na nossa cultura. Às vezes cobramos dos outros pela prática da corrupção, mas nós mesmos não nos autoeducamos. Meu exemplo se refere a uma corrupção pequena, mas é corrupção.

Outra coisa, Assembleia, Deputados, pensantes, estudiosos, filósofos, pessoas simples, por que para os menos favorecidos vale a lei e para os mais favorecidos valem as normas?

Como o Brasil, os Estados da Federação têm esse procedimento, se estamos aqui, num fórum de pobreza e desigualdade, sem nos aprofundarmos nesse tema. Deu para entender por que para os mais favorecidos valem as normas e para nós, menos favorecidos, o cumprimento da lei. Fica difícil discutir igualdade quando existe essa desigualdade tão discrepante e vergonhosa no nosso meio. É só isso. Desculpe-me e muito obrigado pela oportunidade.

O Sr. Presidente - Obrigado pela contribuição. Passo a palavra à Sra. Maria Catarina, do Sind-UTE de Divinópolis.

A Sra. Maria Catarina Labore Domingues Vale - Primeiramente, gostaria muito de saber se o senhor poderia nos informar, por alto, a renda “per capita” por região. Isso nos interessa muito.

A segunda questão está naquelas famosas duas frases trazidas pela mídia: choque de gestão e déficit zero. Quais foram as consequências profundas e amargas do choque de gestão e do déficit zero no problema das desigualdades?

Sobre os serviços de circulação, de que forma, entre as mais perversas possíveis, os serviços de circulação deste Estado têm a capacidade de acentuar, distanciar mais ainda as pessoas do acesso ao serviço e à circulação? É muito importante inserir, nesse contexto, as mudanças de governo que se traduzem em perversos currais eleitorais de grande interesse. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Edmar Xavier.

O Sr. Edmar Luiz Xavier Neto - Boa noite. Sou Vice-Presidente da Juventude do PMDB de Patos de Minas e Gerente de Projetos. Gostaria de parabenizar os Srs. Deputados. Tenho orgulho de ser mineiro por ter políticos como V. Exa. na Assembleia.

Estamos aqui para defender a sociedade e promover a erradicação da pobreza. Na minha jovem percepção, dentro do mercado de trabalho, observo uma visão deturpada dos valores intrínsecos dos trabalhos braçais. Digo isso porque faltam tratoristas, pedreiros, padeiros, entre outros profissionais qualificados. Para que haja efetividade na erradicação da pobreza, observo a necessidade de uma iniciativa pública caminhar junto à iniciativa privada, a fim de que toda essa ideologia tenha eficácia.

Observo empresários que trabalham com serviços socioambientais na comunidade onde estão inseridos, como meio de cumprir requisitos para as suas licenças empresariais. Ao realizar uma análise crítica dos lugares por onde passei, penso que, se houvesse uma parceria do governo que proporcionasse incentivo fiscal às empresas que realizassem projetos de desenvolvimento social e cultural, bem como educação profissionalizante na comunidade em que estiverem inseridas, essa erradicação da pobreza não só engatinharia, mas também diminuiria bastante rumo à evolução do Estado mineiro, servindo de exemplo para todo o País. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Edmar a contribuição. Passo a palavra ao Sr. Geraldo Pedro, para seu questionamento.

O Sr. Geraldo Pedro de Moura - Meu nome é Geraldo Pedro de Moura, represento a voz do cidadão. Gostaria de saber por que o Judiciário trata o rico diferentemente do pobre; sempre dá a sentença em favor do rico ou então arquiva o processo. Isso também é desigualdade. E ainda por que o Poder Legislativo não toma providências quanto a isso. Obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Geraldo. Passaremos agora ao Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Ipiranga, Noelson Martins Pereira.

O Sr. Noelson Martins Pereira - Meu nome é Noelson Martins Pereira, da Associação dos Moradores dos Bairros Ipiranga e Santo Antônio, de Divinópolis. O amigo falou de Divinópolis e de Nova Serrana. Lá, a política antecessora do Prefeito foi desigual. O Sr. Galileu Teixeira Machado, que teve dois mandatos, deu casas populares e evitou os aglomerados. Não existem favelas na cidade. Isso é verdade, porque o Prefeito Galileu conseguiu fazer as casas populares, apesar de o lugar ser longe. Agora, com o projeto do Lula, a infraestrutura chegou. Falta mão de obra, pedreiros e serventes. Com a duplicação da BR, várias pessoas do Vale do Jequitinhonha vieram para cá. O Galileu estava doando casas, a comida era abundante. Como as pessoas passavam fome lá, vinham para cá. Essa é a política do Centro-Oeste. Uma faxineira ganha R\$60,00, R\$70,00 por dia e não precisa de estudo algum. Se ela der três faxinas por semana, ganhará R\$210,00. Se fizer mais, ganhará mais de um salário mínimo e meio.

A associação, com sua política social, ajuda as pessoas. A rede ABC é importante. Durante uma conversa, disseram-me que são necessárias 400 assinaturas para fazer doação a um projeto cultural. Então, é melhor pagar um patrocínio separado que ter de preencher tantos currículos para doar R\$400,00. Os funcionários gastam dois dias para fazer esse serviço. Por que tanta burocracia? Esse é o meu questionamento.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Noelson. Com a palavra, o Sr. Vinícius Valeriano, representando o Idene, de Teófilo Otôni.

O Sr. Vinícius Valeriano - Boa noite a todos. Antes de parabenizar os membros da Mesa, parabenizo todos nós, que estamos aqui desde as 8 horas da manhã debatendo os rumos, os novos caminhos para a política de inclusão social no Estado de Minas Gerais. Parabéns a todos que resistem bravemente ao cansaço, mas o compromisso com o combate à pobreza fala mais alto. Não temos dúvida alguma de que o nosso compromisso será traduzido em políticas públicas de inclusão no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri e nas demais regiões carentes de Minas. Parabenizo o Deputado André Quintão, nosso companheiro de luta que conheço há algum tempo.

A minha pergunta contribui com a pergunta do companheiro do Presidente do PMDB Jovem. Enfatizo que o combate à pobreza se faz principalmente a partir da geração de emprego e renda. Estamos ouvindo debates na mídia sobre a redução de impostos nas regiões mais carentes de Minas Gerais, como os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha. Gostaria de saber se, de fato, isso procede e se existe a possibilidade de incentivar a ida de empresas para a região.

Tivemos uma iniciativa na região de Montes Claros, onde a indústria de sandálias Havaianas se instalou e gerará uma quantidade de empregos considerável. Gostaríamos que essa mesma ação fosse feita na nossa tão querida Teófilo Otôni, pois ela não só beneficiará essa cidade, mas também toda a região do Vale do Mucuri, que se referencia a aproximadamente mais de 1 milhão de habitantes. Combate à pobreza se faz fundamentalmente com geração de emprego e renda. Estamos lutando pela geração de emprego e renda e esperamos retirar como deliberação questões referentes a emprego e renda, como, por exemplo, a continuação de um projeto produtivo, que é o Programa de Combate à Pobreza Rural do Estado de Minas Gerais. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Vinícius Valeriano, pela participação. Com a palavra, o Sr. Márcio Gabriel Alves, do Conselho Central de Bom Despacho, da Sociedade São Vicente de Paulo.

O Sr. Márcio Gabriel Alves - Boa noite a todos. Como disse o Prof. Eduardo, Nova Serrana está crescendo, mas há várias cidades ao redor, no Centro-Oeste de Minas, que estão diminuindo, como, por exemplo, Dolores do Indaia e Luz. Portanto precisamos também observar essas cidades.

Gostaria de saber dos aposentados. Há asilos, como o Lar do Idoso, em Pompéu, Martinho Campos e Bom Despacho, onde vivem aposentados. Nós, voluntários, trabalhamos com aposentadorias. A renda desses asilos vem das aposentadorias. Trabalhamos pelegando para aposentá-los, a fim de ajudá-los a obter renda. Quando o aposentado vai receber a aposentadoria, os bancários... Foi



boa a intenção do governo de fazer empréstimo para os aposentados. Só que, depois, sofremos com esse problema, pois já não temos aquele salário mínimo para custear o idoso num lar de idosos. Enfrentamos essa dificuldade. Depois, toma-se outro empréstimo, que se vai refinanciando. Com isso, ficamos enrolados.

Assim sendo, pedimos que se faça algo pelas nossas entidades, pois sofremos muito com a falta de recursos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente – Sr. Márcio, obrigado pela contribuição. Daremos alguns avisos antes de passar a palavra aos expositores, para darem suas respostas.

Informamos que a ata deste seminário legislativo, contendo a transcrição completa das exposições e dos debates, será publicada no jornal “Minas Gerais”, na seção “Diário do Legislativo”, na edição de 12/11/2011. Aos interessados em gravar em vídeo as reuniões deste seminário, esclarecemos que será exibida a reprise pela TV Assembleia nos seguintes dias e horários: 12/11/2011, às 9 horas, reprise da reunião desta manhã; 13/11/2011, às 9 horas, reprise da reunião desta tarde; 14/11/2011, às 9 horas, reprise da reunião da manhã de 26/10/2011; 15/11/2011, às 9 horas, reprise da reunião da tarde de 26/10/2011.

Passaremos agora a palavra à Profa. Jupira Gomes e ao Sr. Eduardo Rios-Neto, a fim de responderem aos questionamentos, se os considerarem pertinentes.

A Sra. Jupira Gomes de Mendonça – Creio que não foi feita exatamente uma pergunta, mas destacadas questões muito importantes, relacionadas com a maior ou a menor presença do Estado. Não estou falando do governo do Estado, mas sim da instituição Estado. Trata-se da criação de estruturas e oportunidades nos mais diversos lugares, organizadas em vista do papel de cada um desses lugares - aproveito para responder à pergunta da Sra. Alzira Ventura, sobre o que fazer com as pequenas cidades do interior, que estão perdendo população, etc. Se se considerarmos um processo de planejamento regional, a própria estrutura e a própria política de distribuição de recursos nesses lugares passarão por decisões diferenciadas de apoio à produção e à geração de empregos e de renda. Eu, particularmente, penso que os Municípios pequenos podem ser pontos centrais de apoio a uma política de desenvolvimento agrícola no Estado, servindo, por exemplo, como recebedores de recursos para apoio à produção, seja na forma de comercialização, seja na forma de sede de cooperativa, seja na qualificação técnica profissional.

Na verdade, a ideia do acesso a uma rede de serviços e à infraestrutura por dois modelos. É óbvio que temos de promover a universalização da infraestrutura de apoio à vida cotidiana das pessoas. Saneamento, habitação, saúde e educação formam uma infraestrutura que tem de chegar aos mais diversos, distantes e longínquos lugares. Considerando a geração de oportunidades e de infraestrutura que propicie uma rede de serviços, um processo de distribuição de recursos pode se assentar na hierarquização de regiões. Temos de desenvolver um processo regionalizado, que fixe alguns centros como polos de determinadas regiões. Eles devem oferecer serviços que alcancem a vizinhança, mas que façam parte da organização da rede de serviços, integrados com outros polos, complementando-se mutuamente. Na verdade, imaginamos uma estrutura hierarquizada e regionalizada, com critérios que promovam uma distribuição proporcional às próprias carências, às próprias demandas regionais, e o controle social é fundamental nesse processo. Defendo uma atividade que possa gerar e divulgar informações, assim como produzir critérios e diretrizes de distribuição de recursos entre as diversas políticas públicas; mas isso só será, de fato, eficaz se houver um controle efetivamente social sobre o processo.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Prof. Eduardo.

O Sr. Eduardo Rios-Neto – Recebi por escrito algumas perguntas. Uma é do Prof. Flávio José Gonçalves, da Associação Quilombola de Poções, de Francisco Sá, e outra, do Marcus Vinícius Costa, do Fundo Cristão para Crianças.

Vou começar com a pergunta do Marcus: “Professor, explique, por gentileza, a origem da expressão “desgraça relativa” dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri”. Existe o termo absoluto e o termo relativo. Há uma discussão clássica que vem do marco “pobreza absoluta” e “pobreza relativa”. Talvez eu tenha dito “relativo” com relação às demais regiões. Não cheguei a esse nível de sofisticação.

No caso do Vale do Jequitinhonha, mais que do Vale do Mucuri, tive a oportunidade de fazer um estudo no Médio Jequitinhonha, na década de 80, sobre os cortadores de cana que iam para Guariba e Pitangueiras, em São Paulo. Fiz uma pesquisa de campo em Turmalina, Minas Novas, Berilo e Felisberto Caldeira, perto de Diamantina. Felisberto Caldeira era totalmente diferente das outras cidades. Acompanhei bem o trabalho. Talvez eu tenha aplicado a essa “desgraça relativa” um tom emotivo, dado o envolvimento que tive com a região no passado. Nunca mais voltei lá. Por incrível que pareça, talvez essa região, particularmente a do Médio Jequitinhonha, seja o melhor exemplo do embate e das limitações do desenvolvimento da força produtiva, no sentido mais pujante, apresentando a maior resistência campesina e cultural que conheço no Estado de Minas Gerais. Lá, a pequena propriedade grasse, e as pessoas resistem – pelo menos um segmento – à migração permanente, por intermédio da migração temporária, com bravura e garra impressionantes. Não acredito que essa situação tenha mudado. Minhas pesquisas são da década de 80. Cheguei a ir a algumas roças e era capaz de jurar que a pessoa que morava em certa casa de sapé não tinha nunca ido à sede do Município. Mas essa pessoa tirava de um plástico sua carteira profissional, e eu verificava que ela havia trabalhado na construção do metrô de São Paulo, na década de 70. Então, esse processo já vem de longa data. O que houve? Era até um dos temas que estava para ser discutido na Assembleia. “Particularmente - acho que o Brasil tem avançado pouco nesta área –, gosto mais de um tipo de economia social diferente da do estilo Paul Singer, que considero meio utópica. A utopia tem a sua virtude, mas, às vezes, não é prática. Prefiro a economia social ligada quase a um retorno à noção de frente de trabalho que existia no passado - só que o governo Figueiredo era uma ditadura, e acabou se perdendo a ideia de frente de trabalho para o setor social. Temos muito poucas políticas de Estado. A África do Sul, por exemplo, tem experiências sobre primeira infância, que foram discutidas aqui, de treinamento para o trabalho de desenvolvimento social de pessoas, que depois se tornarão agentes comunitários de saúde, agentes do Cras ou agentes de primeira infância. Prefiro essa economia social à do “meio bicho grilo”, desculpando-me pela expressão, do ponto de vista do retorno para o Estado em uma região como o Vale do Jequitinhonha, porque “se matam dois coelhos com uma cajadada”: por um lado, gera-se renda; por outro, ajuda-se na solução do problema da oferta de serviços, que é concreto nos Municípios pequenos, como vimos aqui. Essa é uma discussão a ser travada e, caso isso seja implementado algum dia, não tenho dúvidas de que o Vale do Jequitinhonha será um dos mais dinâmicos em termos de resultado, dada a mobilização que existe na sua comunidade. Essa é a solução de curto prazo, até que o ambiente mude e a



escolaridade aumente, que acho mais viável, ao lado do Bolsa-Família e de outras políticas de assistência social, que volto a reputar de extrema relevância, sem nada de assistencialismo. Há no Brasil certa estigmatização de políticas sociais, porque algumas foram revestidas dessa pecha no passado. Gostávamos de falar, por exemplo, da cesta básica do Newton, mas há um elenco de políticas sociais que independe de terem elas sido mal implementadas por determinado agente. Não se pode jogar fora o neném com a água do banho. Se a água está podre, joga-se fora, mas preserva-se o neném. Então, a frente de trabalho é um bom exemplo. Não estou dizendo sequer que a frente de trabalho deveria substituir o Bolsa-Família. Não; acho que são complementares e há espaço para isso.

A pergunta do Prof. Flávio Gonçalves também era sobre como se falar em enfrentar desigualdades sociais com clientelismo e politicagem. Acho que a experiência federal é muito boa. Eu, pelo menos, mudei muito minha opinião. Quando voltei do doutorado - talvez fosse tecnocrata e arrogante demais -, achei que a Constituinte de 1988 tinha sido utópica demais e não era prática. Falou-se aqui sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC -, por exemplo, e achei que isso iria quebrar a Previdência. Mas a história mostrou que o País avançou muito e não apenas por causa de virtudes de governos específicos, como o governo Lula - não se pode negar. Muito já havia começado antes e, se formos pensar em quem é o grande estruturador inicial das mudanças sociais no Brasil - sem esquecer que, é claro elas poderiam ter abortado -, é o marco legal da Constituição de 1988. Não tenho dúvidas disso. Nesse sentido, acho que o Estado padece de falta de legislação na área social e aproveito para incitar este fórum a pensar nisso. Por mais utópica que seja a legislação, depois de votada e aprovada, terá de ser cumprida, até por ação do Ministério Público - sei que o Ministério Público enche a paciência de todo mundo, mas, se está na lei, a pessoa terá de cumprir aquilo em determinada hora. Então, a forma da lei é estruturante. Muito dessa coisa do clientelismo abstrai-se disso, da forma da lei. Por isso, acho importante a presença de vocês aqui e de isto estar sendo realizado aqui. Repito que não há nada mais poderoso que a forma da lei; qualquer governante terá de segui-la. Sou cético e acho que, com uma boa lei, em uma perspectiva redistributiva, se ela tiver sido aprovada, qualquer governante terá de cumpri-la. Pode ser que haja desmandos no início e vá gente para cadeia passados 20 anos, mas em determinado momento ela será cumprida, e, quando ela é cumprida, deixa de ser piloto. Não podemos fazer política social piloto; temos de fazer política social universal, na forma da lei.

Muitas perguntas feitas aqui caminham nessa linha. Congratulo-me, mais uma vez, com esta Casa, porque vejo que, tanto no caso do planejamento metropolitano ou intermunicipal quanto no da política social - o caso da primeira infância, para mim, é claro -, se o Estado não apoiar logisticamente as Prefeituras, com treinamento - claro que a função precípua é do Município -, nunca vamos atacar os problemas da primeira infância e, sem ela, sabemos que a educação não será completa, não realizará o seu potencial.

Não vejo essas instâncias que envolvem mais de uma esfera governamental falidas, mais robustas, verdadeiras e menos pirotécnicas que a forma da lei. Penso que a forma da lei é poderosa em relação a isso. Depois que ela entrou em vigor, houve muita luta. Então não é preciso entrar no detalhe tecnocrático, que compete ao Estado, mas é preciso ver o que se quer, que redistribuição deve ser feita. Isso tem de ser restabelecido pela lei.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Prof. Eduardo, pela sua valiosa contribuição.

Em relação à questão posta pelo Vinícius Valeriano, que perguntou o que há de ação efetiva do governo em termos de benefício para a Sudene, gostaria de dar uma contribuição. O Projeto de Lei nº 2.243, do Governador do Estado, está pronto para ser votado em Plenário. Trata-se do Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais e do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento. É interessante manifestar-me sobre um pedacinho dele. O projeto visa incluir no rol de requisitos a serem cumpridos, pelo entendimento dos que querem beneficiar-se do Fundo de Equalização do Estado de Minas Gerais, os Municípios compreendidos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. O projeto também estende às empresas localizadas nos Municípios do Estado compreendidos na área de atuação da Sudene o fator de reajuste do saldo devedor dos programas mantidos com recursos do Fins, no máximo 80% do menor índice ou taxa adotada em outras regiões do Estado. Seria interessante que também conhecêssemos esse projeto. Esse projeto de iniciativa do Governador é de interesse de todos, particularmente da região da Sudene. Já lhe foi dado parecer favorável à sua constitucionalidade e também parecer da Comissão de Fiscalização Orçamentária. Portanto está pronto para ser votado pelo Plenário e beneficiará a região da Sudene, de acordo com o seu posicionamento.

Queremos, mais uma vez, em nome do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, agradecer a presença dos expositores e de todos os que aqui estão desde a parte da manhã, que estão conosco há praticamente quase 12 horas participando deste importante debate.

Cumprimento o ilustre Deputado André Quintão, que deu origem a este importante seminário para o qual convido todos os senhores. Tragam para esta Assembleia sugestões para a construção de propostas importantes, que defendam seus pontos de vista.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 43ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/10/2011

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Suspensão e reabertura da reunião - Composição da Mesa - Apresentação dos relatórios dos grupos de trabalho - Leitura do documento final e destaque de propostas - Votação de propostas - Discussão, votação e aprovação de destaques - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:



Paulo Guedes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Bosco - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Doutor Wilson Batista - João Leite - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Neider Moreira - Paulo Lamac - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do seminário legislativo "Pobreza e desigualdade", em sua plenária final.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Quero pedir a atenção de vocês porque se aproxima o momento mais importante do seminário. O Deputado Rogério Correia participou de várias etapas regionais e nos deu uma grande contribuição, principalmente nas áreas da agricultura familiar e da educação. Muito obrigado, Deputado Rogério Correia, pela sua excelente atuação. Mas hoje é o dia mais importante do seminário, porque vamos aprovar o documento final. Serei bem didático para que vocês tenham a compreensão do processo. Nós temos um documento final, amplo, que será posto à disposição na internet e será encaminhado aos órgãos públicos e aos Deputados. Nesse documento vão constar as propostas aprovadas nas regiões, todas as propostas aprovadas nos grupos de trabalho, inclusive as que não foram priorizadas. Hoje, vamos fazer a validação das propostas que foram priorizadas, ou seja, as que foram consideradas, nos grupos de trabalho, mais importantes. Além disso, haverá a possibilidade de se aprovar, em Plenário, proposta nova, desde que obtenha 30% de apoio dos membros desta plenária. Daqui a 5 minutos será feita a contagem dos que estão aqui, para saber qual será o quórum para a apresentação das propostas. Como será a nossa dinâmica? A Assembleia preparou o documento de propostas que, ontem, foram priorizadas pelos grupos. Cada grupo priorizou 12 propostas. Para que possamos concluir este seminário de forma adequada, fiz questão, ontem, de conversar com os representantes de quase todos os grupos, ao final dos trabalhos. As comissões técnicas, compostas por 85 entidades, elaboraram um conjunto inicial de 15 propostas, durante dois meses. Foi um trabalho feito por organizações da sociedade civil. Na etapa regional, discutimos essas propostas nos grupos. Houve mais uma oportunidade de discutilas. Todas as sugestões apresentadas foram objeto de estudo técnico, de um esforço imenso da Assembleia de compatibilizar e sintetizar as propostas. Foi elaborado um documento, que cada grupo analisou ontem.

Deixo claro que, por causa do regulamento, hoje não estamos aqui para começar do zero, ou seja, não vamos discutir as propostas novamente. Vou deixar isso claro. Ontem, várias pessoas diziam: "Deputado, o grupo aprovou, acabou". Expliquei que, conforme o regulamento, é necessária a validação das propostas em Plenário, em virtude do espírito democrático que norteia o seminário. Isso não significa que vamos discutir quaisquer propostas novas; para isso, é necessário que haja 30% de apoio. Às vezes, alguém, como não conseguiu priorizar sua sugestão no grupo, resolve dar um "jeitinho" aqui: pede destaque, e, aí, começa tudo novamente. Desse jeito, não é possível encerrar hoje este seminário. O mais importante é aprovarmos um documento com apoio político. Depois, vamos batalhar no Orçamento e no PPAG. Hoje não vamos discutir "vírgula" aqui. Vou ser duro na condução dos trabalhos. Podem até me chamar de chato, mas vamos terminar bem este seminário.

A dinâmica será a seguinte: daqui a pouco, vamos conceder um prazo de 10 minutos, para que todos façam a leitura do documento. Como o documento chegou agora, todos devem lê-lo. Vamos chamar os relatores dos grupos. Cada relator terá a oportunidade de dizer, por exemplo, se os trabalhos do grupo foram bem conduzidos, se fizeram ou não a sua parte, quais os pontos mais polêmicos. Será uma espécie de informe, não se vai discutir conteúdo. É importante a presença dos relatores, para que esclareçam dúvidas que porventura possam surgir. Vamos, então, convidar os relatores.

Depois, faremos a leitura de proposta por proposta. Haverá a possibilidade de destaque da proposta. A possibilidade de destaque da proposta é assim: a pessoa vai dizer, por exemplo, que não concorda com determinada proposta, faz o destaque e fica quietinha. Destacou, não concorda, é contra a proposta. Outra possibilidade é a de uma pessoa não compreender determinada proposta e solicitar esclarecimentos. É democrático, então, vai solicitar destaque. Não poderá ser feito destaque para discutir novamente a proposta, isso seria desrespeito a um dia de trabalho dos grupos, a 3 meses de preparação do seminário e a 12 encontros regionais. Não haverá "jeitinho brasileiro" aqui. Será: "concorda", "discorda" ou "não entendeu".

Depois de tudo ser lido e de serem feitos todos os destaques, vamos votar o documento não destacado. Depois de aprovado, vamos analisar destaque por destaque. Todas as pessoas serão ouvidas. Se uma pessoa for contra, haverá aquele clássico "uma intervenção a favor, uma intervenção contra". E votamos. Se o Plenário não se sentir suficientemente à vontade para votar, haverá mais uma intervenção contra e outra a favor. Tudo será feito na maior tranquilidade. Lembro que não discutiremos cada uma das 72 propostas, pois assim será humanamente impossível encerrar os trabalhos de hoje. O processo será esse.

Peço a todos que se dirijam à assessoria da Assembleia, principalmente a ARP, para resolver local para guardar malas e outras questões, porque me concentrarei na coordenação do evento. Agradeço aos Deputados Paulo Guedes, Almir Paraca e Luiz Henrique, que estiverem presentes nas etapas regionais.

Depois de votarmos os destaques, votaremos as propostas novas. Depois, elegeremos a comissão de representação deste seminário, para acompanhar o trabalho pós-documento, que é muito importante.

Tenho uma boa notícia para quem não leu os jornais hoje. Ontem, à tarde, foi aprovada no 2º turno, a proposta de emenda à Constituição que estabelece a erradicação da pobreza como prioridade do Estado de Minas Gerais. Cinquenta e três Deputados votaram a favor dessa proposta de emenda à Constituição, que será promulgada pelo Poder Legislativo, não está sujeito à aprovação pelo Governador do Estado. Hoje haverá a promulgação dessa proposta de emenda à Constituição.

Iniciaremos os trabalhos. Se houver alguma dúvida, peço que se dirijam à assessoria da Casa. Ao final, depois da votação, o documento será entregue formalmente ao Presidente da Assembleia. Peço que seja feita a contagem das pessoas, cujo total servirá de base para os 30% necessários para apresentação de proposta nova. Peço que todos levantem o cartão.

- Procede-se à contagem das pessoas.

O Sr. Presidente - Quem participou de grupo de trabalho e ainda não tem o cartão laranja deve também se dirigir à organização do seminário. Para se ter direito ao cartão laranja, há a exigência de ter participado de grupo de trabalho. Até agora, há 186 participantes. Obviamente, chegarão mais pessoas, mas, para efeito de coleta de assinatura de proposta nova, os 30% ficarão limitados em 56. E estabeleceremos um horário: até às 11h30min, para a apresentação de propostas. Depois, não as receberemos.

Muitas pessoas nos perguntaram qual será o horário de encerramento. Ele dependerá da dinâmica. O Plenário da Assembleia está reservado também na parte da tarde. Por uma questão regimental, às 14h15min, teremos aqui a abertura dos trabalhos ordinários da Casa. A reunião será suspensa, faremos a promulgação da emenda à Constituição e, se não tivermos terminado, continuaremos até a hora em que concluirmos os trabalhos.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos, para que todos possam fazer a leitura do documento com a síntese das propostas aprovadas nos grupos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Há entendimento de que, quanto mais houver participação, melhor. Em relação à comissão de representação do seminário, vamos apresentar uma proposta preliminar. Desde junho, participaram da organização do seminário 85 entidades. Qual é a nossa proposta? As entidades que participaram da organização do seminário e desejarem integrar a comissão de representação serão acolhidas. Não é justo uma entidade que participou desde junho querer participar, e, pelo voto, não integrar a comissão de representação. Todas as entidades que desejarem participar deverão preencher o formulário. Para isso, peço o apoio do pessoal da GPI. Não precisa ser agora, pois a inscrição poderá ser feita até às 11h30min. Antes que alguém diga que não pertence a nenhuma entidade, mas quer participar, vou esclarecer que é permitido. Qual é o papel da comissão de representação? Acompanhar os desdobramentos do seminário. Se houver uma reunião importante aqui, ela será convidada. As pessoas que não se sentirem contempladas pelas entidades, que não tiverem articulação com nenhuma delas e tiverem disponibilidade para participar das reuniões, podem preencher a ficha de inscrição até às 11h30min. Vamos avaliar, em função do número, se haverá necessidade de algum critério seletivo ou não. Assim faremos uma comissão aberta, para evitar colocar entidade contra entidade, pessoas contra pessoas, o que não faria o menor sentido.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Sandra Lopes, de Nova União, relatora do Grupo 1 - Promoção e Proteção Social; os Exmos. Srs. Noelson Martins Pereira, de Divinópolis, relator do Grupo 2 - Educação e Cultura; e Fabiano Santos, de Pouso Alegre, relator do Grupo 3 - Saúde e Qualidade de vida; a Exma. Sra. Vera Lemos Campos Botero, de Paracatu, relatora do Grupo 4 - Produção e Trabalho; o Exmo. Sr. Eduardo Nascimento, de Belo Horizonte, relator do Grupo 5 - Infraestrutura, Rede de Serviços e Circulação; e as Exmas. Sras. Kátia Ferraz, de Belo Horizonte, relatora do Grupo 6 - Ciência, Tecnologia e Inovação; e a Deputada Luzia Ferreira, coautora do requerimento que deu origem a este seminário.

Apresentação dos Relatórios dos Grupos de Trabalho

O Sr. Presidente - Conforme o combinado, passaremos a um informe sobre o trabalho de grupo, pois não entraremos nas questões de conteúdo, que serão lidas. Passarei a palavra à relatora do Grupo 1, Sandra Lopes, solicitando muito silêncio e concentração para conduzirmos, da maneira mais adequada possível, os trabalhos. Com a palavra, Sandra Lopes.

A Sra. Sandra Lopes - Bom dia a todos. Cumprimento os componentes da Mesa na pessoa do Deputado André Quintão, dizendo que é um imenso prazer trabalhar com todos vocês. É quando vemos que a democracia prevalece. É uma articulação de trabalhos da sociedade civil e do governo. Em todas as propostas votadas no nosso grupo, procuramos abranger ao máximo as outras que não seriam contempladas como prioridade. Conseguimos, de modo geral, contemplar as propostas prioritárias. Nosso trabalho iniciou-se às 9h15min, sob a coordenação do Douglas e do Hugo. A princípio, apresentamos a seguinte diretriz: ler todas as propostas, discuti-las e votá-las. Com o desenrolar do trabalho - havia, a princípio, com 57 propostas -, notamos que o tempo era muito escasso e mudamos a diretriz. Trabalhamos por meio de votação, portanto democraticamente. A partir da Proposta nº 33, modificamos a dinâmica do trabalho em razão da escassez de tempo. Passamos a ler as propostas e votá-las, escolhendo as 12 principais para, depois, discuti-las.

No total, trabalhamos com 63 propostas, embora fossem 57 no início, e 3 moções. Foram escolhidas 12, que trabalharemos aqui hoje, sendo elas prioritárias. Trabalhando nas várias áreas de atuação, chegamos a essas 12 propostas de prioridade. Foi muito importante o trabalho desses três dias, assim como o anterior, feito nos polos. Deixamos de lutar por um bem próprio para lutar por um bem comum. Este trabalho é o resultado da democracia, é o resultado de muito esforço, de um esforço surreal de todos nós. Portanto, estamos de parabéns, assim como a Assembleia Legislativa por abrir este espaço para todos nós da sociedade civil juntamente com os representantes de governo. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sandra. Quero agradecer a presença do Deputado Luiz Henrique, que atuou como Presidente em várias etapas regionais. Passo a palavra ao Sr. Noelson Martins Pereira, de Divinópolis, relator do Grupo 2 - Educação e Cultura.

O Sr. Noelson Martins Pereira - Meu nome é Noelson Martins Pereira e estou aqui representando a Região Centro-Oeste, Divinópolis. Quando começamos o trabalho, houve até uma discussão, porque havia várias propostas, e cada um puxava a sardinha para a sua região, porque havia pessoas de todas as regiões. Quando houve o consenso, começamos a leitura das propostas, avaliando as propostas de aglutinação. Algumas foram aceitas integralmente, outras foram aceitas depois de modificadas e outras foram excluídas. Foram apresentadas 30 novas propostas. Com as 30 novas propostas e mais as 34 que já havia, ficaram 64 propostas. Depois vimos que umas substituíam outras, então tivemos, no total, 53 propostas. Com a votação, foram priorizadas 13 propostas,

com duas propostas empatadas. Houve nova votação para retirarmos a décima segunda. As propostas estão nesse documento que foi passado a todos, junto a quatro moções que também elaboramos. O trabalho foi válido, a democracia imperou na mistura de região, cultura e problemas locais. Em toda região há problemas, mas há também solução. Esse é o trabalho democrático de uma sociedade que está lutando por direitos e deveres. Já existem algumas leis para deficientes, como a Lei nº 10.049, que é federal. Mas, infelizmente, ela fica no papel, e poucas regiões acatam essas leis. O trabalho foi de grande valia e de grande riqueza para todos nós.

O Sr. Presidente - Obrigado, Noelson, pela participação. Com a palavra, Fabiano Santos, de Pouso Alegre, relator do Grupo 3 - Saúde e Qualidade de Vida.

O Sr. Fabiano Santos - Bom dia a todos. Em nome de todos os delegados presentes, conhecedores reais da situação de pobreza e desigualdade, cumprimento o Deputado André Quintão e a Deputada Luzia pela oportunidade de discutirmos um assunto tão relevante como esse em nosso país. O nosso trabalho terminou tarde, porque sempre que tratamos da saúde há algo a mais para ser discutido. Todas as propostas analisadas foram muito bem discutidas e ponderadas. Houve alguns conflitos, mas nada que a democracia não resolvesse. Essas 12 propostas que vocês leram e estão em suas mãos foram muito bem esmiuçadas para beneficiar diretamente a população. As nossas discussões cooperaram para a complementação e a melhoria das nossas propostas, enfatizando gastos e investimentos que devem ser direcionados devidamente a todos os setores. Houve algumas aglutinações. A maior parte da discussão envolveu a parte de alimentação e nutrição. Essa questão é deficitária. Queremos que essas propostas sejam aceitas pela plenária para que seja cumprido o que está faltando para as pessoas carentes. Esperamos que todas as propostas votadas sejam coerentes. Quero lembrar que, antes de tudo, estamos representando as pessoas mais carentes, que estão lá na base e precisam da nossa ajuda. Depois da análise, que essa proposta seja efetivada, com a finalidade de diminuir a pobreza e a desigualdade do Estado de Minas Gerais. Em nome do meu grupo e dos Delegados, agradeço a participação.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Fabiano, pelo trabalho, pela participação. Com a palavra, a Sra. Vera Lemos Campos Botero, relatora do Grupo 4 - Profissão e Trabalho -, da cidade de Paracatu. Aproveito para agradecer a presença do Deputado Almir Paraca, de Paracatu, que coordenou a plenária naquela cidade.

A Sra. Vera Lemos Campos Botero - Na pessoa do Deputado André Quintão, cumprimento todos os relatores presentes nesta Mesa e, na pessoa do Deputado Almir Paraca, cumprimento todos os participantes deste seminário. No nosso grupo, Produção e Trabalho, foram debatidas as 33 propostas do documento, que foram amplamente debatidas e tiveram a participação efetiva do grupo. Isso merece destaque. Houve um debate democrático, de fato. Para selecionar 12 propostas entre essas 33, tivemos que nos desdobrar, porque, realmente, são todas muito interessante. Mas as de maior destaque foram as políticas relacionadas à agricultura familiar; à economia solidária; à reforma agrária; à inclusão produtiva dos quilombolas, dos indígenas e demais comunidades tradicionais; e à assistência técnica. Esses foram os temas mais presentes e recorrentes durante o debate. Na agricultura familiar, foi dada maior ênfase à participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar para que a agricultura familiar tivesse maiores condições, maiores acessos diante de uma desburocratização. Na economia solidária, foi dada muita ênfase ao estabelecimento de pontos fixos para a comercialização, bem como um programa estadual de feiras livres.

Para a assistência técnica, Ater, foi proposta a melhoria do sistema de assistência técnica de extensão rural, com financiamento exclusivo do Estado, desonerando os Municípios do cofinanciamento. Isso foi amplamente debatido. Chegou-se ao consenso de que esse financiamento deverá ser exclusivo do Estado.

Em relação à reforma agrária, foi proposta a criação de um programa estadual de reforma agrária, assegurando recursos orçamentários para a arrecadação de terras, desde a aquisição, destinação, desapropriação, para a implantação de novos assentamentos bem como a implementação daqueles já existentes, não é Sr. Geraldo?

Em relação à inclusão produtiva dos quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais, o apoio a essas comunidades mereceu destaque. Na realidade, o objetivo é que se reparem todos os danos e humilhações sofridas por essas comunidades ao longo do tempo pelo agronegócio, pelas mineradoras. Venho de uma cidade onde vivemos a questão da mineração. Na realidade, todos são vítimas dessa situação, seja no que diz respeito à economia, seja no tocante à cultura ou à história dessas comunidades. Para não atrapalhar a dinâmica do processo, não detalharei as 12 propostas. Essas foram as mais presentes e recorrentes. Agradeço a atenção de todos.

O Sr. Presidente - Obrigado pelo trabalho no Grupo 4, Vera. Com a palavra, o Sr. Eduardo Nascimento, relator do Grupo 5 - Infraestrutura, Rede de Serviços e Circulação, para o informe do grupo.

O Sr. Eduardo Nascimento - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Eduardo Nascimento e sou Assessor de Meio Ambiente da Fetaemg. O Grupo 5 tratou do tema "Infraestrutura, rede de serviços e circulação. Basicamente, as 12 propostas priorizadas pelo grupo, que serão lidas e debatidas aqui, podem ser sistematizadas em dois blocos. O primeiro bloco, de infraestrutura, contempla habitação social, estradas, água e telefonia. É claro que falar dessas quatro questões é sentir-se no século passado. Estamos falando de pessoas sem casa, de pessoas que moram em comunidades e em cidades que não têm estradas adequadas, de pessoas que não têm acesso à água para beber, para consumo doméstico, de pessoas que não têm acesso à telefonia. As propostas reconhecem o foco no combate à situação de extrema miséria. No entanto, nosso grupo mantém, ao mesmo tempo, a necessidade e o foco da universalização dessas políticas. Portanto, essas propostas lutam para que as referidas políticas públicas cheguem às pessoas que sofrem com sua ausência.

O outro bloco de propostas apresentadas pelo grupo diz respeito ao meio ambiente, à sustentabilidade socioambiental. Nosso grupo teve o privilégio de contar com a participação de trabalhadores e trabalhadoras organizados através das associações de catadores de material reciclado e de agricultores familiares. Essas duas categorias de trabalhadores se colocam como protagonistas da questão ambiental. Nesse sentido, as propostas incluem o fortalecimento da bolsa-reciclagem, que não é uma política compensatória, mas é o reconhecimento de que os trabalhadores desse setor prestam serviços ambientais. Sobre os agricultores familiares, as propostas vão desde o fortalecimento do Programa Bolsa Verde, que já existe e é uma política de Estado. Trata-se de um projeto de lei aprovado nesta Casa e sancionado pelo Governador. Cabe aqui registrar, em forma de denúncia, que, no primeiro ano de execução do programa,



foram aprovados 1.031 projetos, o que significa um total de 31.000ha de vegetação nativa preservados. Os agricultores que tiveram seus projetos aprovados têm direito a receber aproximadamente R\$7.000.000,00. O governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, efetuou o pagamento, até agora, de apenas 54 projetos e contingenciou os recursos devidos aos agricultores que preservam o meio ambiente. Por isso, já nos manifestamos nesta Casa para que o governo cumpra sua obrigação com os agricultores que protegem o meio ambiente.

Nessa mesma linha, apresentamos duas outras propostas. Uma delas refere-se à regularização fundiária das unidades de conservação, e aí estamos falando em parques. Eles foram criados, mas há 13 mil famílias de agricultores que habitam essas áreas. Como o governo não faz a regularização fundiária, os agricultores estão sofrendo sérias restrições para plantar e estão recebendo multas. Não cabe ao governo apenas criar as unidades de conservação no papel. A outra proposta é sobre a garantia de reassentamento de agricultores e agricultoras atingidos pela construção de hidrelétricas. Muitos deles recebem apenas uma indenização miserável, perdem seu direito à terra e a identidade de agricultor.

Por último, registro que, das 12 propostas priorizadas pelo grupo, 10 propostas, se não me falha a memória, foram apresentadas inicialmente no grupo institucional que realizou as formulações iniciais. Essas propostas também foram aprovadas na maioria das plenárias regionais. Portanto, quero apenas ressaltar, sem prejudicar o debate, que essas propostas vêm com a legitimidade do processo estabelecido pela Assembleia Legislativa e com a dinâmica desse seminário, que não se inicia aqui, como dito ontem. O processo iniciou-se nas regionais, com amplo debate. Nosso grupo teve a felicidade de discutir as propostas que vieram formuladas das plenárias regionais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado pelo trabalho, Eduardo, relator do Grupo 5. Com a palavra, a Sra. Kátia Ferraz, relatora do Grupo 6 - Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Sra. Kátia Ferraz – Bom dia. Estive junto ao grupo inclusive na formulação das propostas no encontro anterior aos regionais. O nosso grupo é um grupo pequeno, mas selecionado no tocante às questões pertinentes a ciência e tecnologia, que poderiam ser propostas e colocadas para discussão na plenária final. No nosso grupo, fizemos um total de 24 propostas. Quem dera pudéssemos fazer com que todas fossem aprovadas. Foi muito difícil priorizar as 12 propostas e captar vários recursos do sistema de ciência e tecnologia vigente no Estado. Falamos muito de investimentos na produção e no condicionamento de alimentos, assim como na questão das políticas na área de agrotóxicos, a fim de orientarmos todos os agricultores que porventura vierem a manipular defensivos agrícolas. Isso porque identificamos grande incidência de doenças oriundas da manipulação inadequada. Também abordamos o direcionamento das políticas baseadas na economia popular solidária e os investimentos da Fapemig na tecnologia assistiva para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em função dos recursos disponíveis de órtese e prótese. Isso para que esses pacientes possam esperar um tempo muito grande, que supera dois anos, até a disponibilização desses equipamentos. Essa prática visa baratear os equipamentos e disponibilizá-los com maior rapidez. Falamos muito da questão ambiental nas pesquisas. Também sugeri a coleta seletiva propondo uma alteração em relação ao ICMS Solidário, que já está implantado e disponível. O que queremos é contemplar essa questão da coleta seletiva, que é uma questão de saúde pública.

No mais, era isso, Deputado. Procuramos erradicar a pobreza abordando os fitoterápicos em prol da promoção da saúde. Qualificamos as comunidades locais com investimento e reconhecimento dos órgãos oficiais do governo, com o objetivo de apoiar esse tipo de pesquisa. Muito foi feito em cima de pesquisa e de investimento dos órgãos de financiamento ambiental para trazer qualidade de vida ao cidadão. Obviamente, queremos erradicar a pobreza sob esse aspecto, ou melhor, com esse tipo de investimento que hoje é muito importante para o nosso Estado. É primordial que esse investimento seja resgatado. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Kátia.

Leitura do Documento Final e Destaque de Propostas

O Sr. Presidente – Agora passaremos ao documento de proposta. Todas as propostas apresentadas e aprovadas nas regiões e todas as propostas independentes de priorização que foram aprovadas nos grupos, bem como as propostas de hoje, constarão no documento final do seminário. Esse é o ponto 1.

Segundo ponto: essas propostas priorizadas nos grupos serão validadas ou não, politicamente, pelo conjunto dos participantes. O Eduardo mencionou que as propostas foram construídas pela comissão organizadora, nas comissões técnicas – 85 entidades. Foram discutidas em 12 encontros regionais e debatidas durante todo o dia de ontem, nos grupos. Têm, portanto, legitimidade. Mas a plenária é soberana.

Vamos explicar como será o procedimento. Primeiramente, vamos ler as propostas, uma por uma. Se você é contra a proposta lida ou não a entendeu, pedirá o destaque; registraremos o seu nome. Se há concordância com a proposta, não é necessário destacar. Não vamos fazer defesa de proposta neste momento. Se todos concordaram, não há destaque. Depois, quando procedermos à votação do documento, excluindo os destaques, ela será aprovada. Duas pessoas já me perguntaram, por escrito, se é preciso destacar para defender. Não é necessário. Se houver concordância com a proposta, é só não destacar.

Faço esse apelo novamente porque já houve outros seminários aqui, e algumas vezes a intenção da pessoa era mudar um pequeno termo na proposta, mas isso gerava todo um debate, e perdíamos o foco. Não vamos discutir proposta de novo. Lida a proposta, se você é contra, destaque-a, que vamos registrar. Quando terminar a leitura total, votaremos uma por uma. Será feito um encaminhamento a favor e um, contra, no caso de proposta que for destacada. Desse modo, vamos considerar aprovada a proposta que não for destacada e depois votaremos o documento em bloco. Está entendido?

Vou pedir ao Marcus que faça a leitura do documento, pausadamente. Espero que todos tenham muita atenção. Se alguém for contra, faremos o debate depois do recolhimento dos destaques, ao final da leitura completa do documento. Pode fazer a leitura, Marcus. Só deverá pedir destaque quem for contra a proposta ou precisar de algum esclarecimento.

O Sr. Marcus Vinícius Costa – Bom dia a todos e a todas. Sinto-me muito feliz por estar participando deste processo no Estado de Minas Gerais. Trabalhamos pesado estes dias. Queria mandar um abraço especial para o grupo 1, que ficou até as 20h30min de ontem,

num trabalho árduo. Queria pedir uma salva de palmas para todos que estão participando deste processo de mudança da realidade social em Minas Gerais.

- Procede-se à leitura do documento final e ao destaque de propostas.

Votação de Propostas

O Sr. Presidente – Passaremos agora à votação das propostas. Estabelecemos aqui uma dinâmica: uma defesa a favor e uma, contra. Se o plenário não se sentir suficientemente esclarecido, abriremos espaço para mais uma, a favor e outra, contra. Você quer defender a permanência ou a alteração?

- Procede-se à votação das propostas.

Discussão, Votação e Aprovação de Destaques

O Sr. Presidente – Passaremos agora à discussão, votação e aprovação de destaques.

- Procede-se à discussão, votação e aprovação de destaques.

O Sr. Presidente - Gostaria de agradecer a presença do Superintendente do Incra em Minas Gerais, Delegado Carlos Calazans. Agradeço a presença do Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação e um dos coordenadores de um belíssimo fórum de acompanhamento social da violência e segurança, realizado pela Deputada Maria Tereza e pelos Deputados João Leite, Carlin Moura e Adelmo Carneiro Leão, integrante do Consea-MG e da Frente da Renegociação da Dívida.

Só para os senhores terem ideia da importância do período da tarde, existem 12 propostas novas a serem discutidas, além dos destaques dos grupos 4, 5 e 6 e das moções. Peço que todos voltem às 14h15min. Para quem chegou depois, é importante dizer que aprovamos na Assembleia, em 2º turno, a proposta de emenda à Constituição de erradicação da pobreza e agora faremos a sua promulgação pública, às 14h15min, sem necessidade de que ela vá para o Governador. A legislação permite isso. Às 14h15min, impreterivelmente, retomaremos os trabalhos. Bom almoço para todos.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental, e para a extraordinária de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/10/2011

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e André Quintão

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Palavras do Deputado André Quintão - Promulgação da Emenda à Constituição nº 86 - Palavras de Dom Mauro Morelli - Palavras do Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, votação e aprovação de destaques - Leitura, votação e aprovação de novas propostas - Leitura, votação e aprovação de moções - Aclamação da comissão de representação - Entrega do documento final - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Destina-se esta parte da reunião à realização do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a compor a Mesa o Exmo. e Revmo. Sr. Dom Mauro Morelli, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea -; o Exmo. Sr. Deputado André Quintão, coautor do requerimento que deu origem a este seminário; as Exmas. Sras. Deputada Luzia Ferreira, coautora do requerimento que deu origem a este seminário; e Sandra Lopes, de Nova União, relatora do Grupo 1 - Promoção e Proteção Social; os Exmos. Srs. Noelson Martins Pereira, de Divinópolis, relator do Grupo 2 - Educação e Cultura; e Fabiano Santos, de Pouso Alegre, relator do Grupo 3 - Saúde e Qualidade de vida; a Exma. Sra. Vera Lemos Campos Botero, de Paracatu, relatora do Grupo 4 - Produção e Trabalho; o Exmo. Sr. Eduardo Nascimento, de Belo Horizonte, relator do Grupo 5 - Infraestrutura, Rede de Serviços e Circulação; e a Exma. Sra. Kátia Ferraz, de Belo Horizonte, relatora do Grupo 6 - Ciência, Tecnologia e Inovação.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Com a palavra, para seu pronunciamento, o Deputado André Quintão, primeiro signatário da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011.

Palavras do Deputado André Quintão

Serei breve. Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, em cuja pessoa cumprimento toda a Mesa desta Casa, aqui presente. Hoje estamos inovando nesta promulgação a que, além do Presidente Deputado Dinis Pinheiro e dos membros da Mesa da Assembleia, estão também presentes os representantes da sociedade civil. Portanto, quero mencionar a inovação democrática dessa promulgação e agradecer aos membros da Mesa, que gentilmente estão postados ao fundo. Na pessoa do D. Mauro Morelli, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar do Estado de Minas Gerais - Consea -, que também inovou no País ao presidir o conselho nacional, na época do então Presidente Itamar Franco, quero cumprimentar os representantes da sociedade civil. Muito obrigado, D. Mauro, é uma honra tê-lo nesta promulgação. Quero ainda agradecer a cada uma e a cada um dos Deputados presentes. Todos os Deputados, de todos os partidos, votaram ontem por unanimidade, com um quórum altíssimo porque compreenderam não apenas a importância da proposta de emenda à Constituição como também a simbologia e a força de promulgarmos essa emenda neste seminário legislativo, em respeito ao trabalho que realizamos durante esses quatro, cinco meses de 2011. Portanto, publicamente, gostaria de agradecer a todos os Deputados e Deputadas que aprovaram e foram coautores dessa emenda.



Por fim, queria ressaltar a importância deste dia, Deputado Dinis Pinheiro. Está aqui presente o relator da Constituição Mineira de 1989, Deputado Bonifácio Mourão. Sabemos das inovações que tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Constituição Estadual trouxeram, até mesmo no campo das políticas públicas sociais. As legislações seguem o ritmo e os avanços organizativos da própria sociedade, por isso ocorrem as alterações. Nesse caso, incluímos no rol dos objetivos prioritários da Constituição mineira a erradicação da pobreza e a superação das desigualdades sociais e regionais. Isso tem uma dimensão política muito importante, porque a Constituição é a lei e a referência jurídica maior. Ela é a grande referência de objetivos do poder público e da sociedade. Hoje, pela lavra do Deputado Dinis Pinheiro e da Mesa da Assembleia, a Constituição mineira vai prever, de maneira clara e precisa, que a superação da pobreza e da desigualdade é um dos maiores objetivos do poder público neste Estado. Isso é muito importante para a democracia, considerando-se o ponto de vista ético e humanitário.

Permitam-me, como membro da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, falar sobre um segundo ponto. Quando analisamos os projetos, a primeira referência parte do maior para o menor, ou seja, da Constituição Federal para a Constituição Estadual. Agora os projetos de lei e as propostas terão também uma guarida e uma retaguarda constitucional para que possamos avançar do ponto de vista legal com essa conquista não só da sociedade aqui presente, mas também de tantos outros setores que contribuíram nas etapas regionais.

Por fim, Deputado Dinis Pinheiro, este momento é muito importante, porque é comum, às vezes, as pessoas fazerem cobranças à Assembleia e a outros órgãos. Participamos, mas as coisas, muitas vezes, não acontecem. Os Deputados e as Deputadas sabem como é difícil mudar ou incluir algo na Constituição, visto que, para tanto, é exigido um quórum qualificado. Para mudar a Constituição é preciso haver uma grande e ampla maioria no Parlamento, porque a Constituição é a lei maior. Conseguimos, em tempo recorde, durante a realização deste seminário e de sua preparação, aprovar e, hoje, promulgar, na Constituição mineira, o objetivo maior que nos inspira aqui hoje, que é superar a pobreza, a desigualdade social e regional. Tenho certeza de que hoje estamos dando esse passo importante, mas outros passos serão dados, com outros projetos que estão em tramitação na Assembleia, como o Plano Plurianual e o Orçamento. Hoje estamos dando uma demonstração clara de respeito às deliberações e à mobilização deste seminário. Agradeço, de coração, a vocês e a todos os Deputados e Deputadas desta Casa. Muito obrigado.

Promulgação da Emenda à Constituição nº 86

O locutor - Neste momento, passamos à promulgação da Emenda à Constituição nº 86, originada da Proposta de Emenda à Constituição nº 25/2011. Convidamos os membros da Mesa da Assembleia para assinar a emenda.

- Procede-se à promulgação da Emenda à Constituição nº 86.

O locutor - Com a palavra, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Prefiro, neste instante, ouvir a sábia palavra desse paladino dos mais pobres, dos menos favorecidos do nosso Estado e do nosso país. D. Mauro, por gentileza. Ele utilizará a tribuna.

Palavras de Dom Mauro Morelli

Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, é uma honra viver este momento histórico, em que uma emenda constitucional é aprovada, o que me faz pensar em duas figuras. Sou Bispo católico, mas começarei citando Martim Lutero, que deu origem ao protestantismo, quando fez uma reflexão bíblica sobre o texto do Cântico de Maria, e o fez para um príncipe, por ter feito uma promessa. Ele dizia assim: “Aprende, ó príncipe, dessa mulher grande na fé a perceber onde é que Deus pousa o seu olhar”. Maria canta que Deus pôs o olhar sobre o pequeno, sobre o humilhado, sobre o faminto. Ele diz: “Aprende, ó príncipe, a também pousar o olhar sobre aqueles em que Deus pousa e a governar a favor deles”. Essa emenda está seguindo um bom conselho de Lutero, que também não deixa de ser um grande seguidor de Jesus Cristo, do Evangelho.

Lembro-me também de um grande brasileiro que marcou presença em todo o mundo nas décadas de 40, 50 e 60: o nordestino Josué de Castro, um homem respeitado na comunidade internacional. Ele disse que foi entender muito bem o que eram a miséria e a fome não na Sorbona, por onde andou, mas em Recife, nos mangues. Ele disse ter descoberto algo terrível: gente virando caranguejo. Indignado com isso, ele disse que a miséria é um círculo vicioso, que impede a pessoa de viver com vigor, criatividade, inteligência e até bom humor. Ele diz: “Ela atinge, ela atua sobre o espírito, a estrutura mental da pessoa - uma criança desnutrida fica lesada e não consegue crescer na sua inteligência - e as relações sociais”. Ele diz que não há nenhuma calamidade que desfigure tanto o ser humano quanto alguém passar fome. Ele diz que nada é mais pernicioso. Isso é palavra de Josué de Castro.

Penso que essas duas colocações nos ajudam a perceber o alcance de voltarmos o olhar não para quem está bem. O desafio é colocar as pessoas em pé. Tenho uma longa história de viver nos lugares mais sofridos. E até vou dizer algo impróprio neste lugar: derrubar governo é fácil, mas colocar o povo de pé é difícil. Conseguimos derrubar a ditadura no Brasil, não foi fácil, mas um povo faminto e na indigência não tem condições de ficar de pé.

Então, essa emenda é a proclamação de um grande compromisso de promoção da cidadania. Educação e alimentação é um binômio indissolúvel. Parabenizo esta Casa e parabenizo o povo de Minas Gerais por mais essa conquista. Este é o primeiro Estado que fez uma lei que foi promulgada, declarando que comer e beber para viver é um direito humano básico em Minas Gerais. Temos um grande caminho pela frente, e que Deus nos abençoe. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

É gratificante ter ao lado um Deputado da expressão de André Quintão, com essa sua face social, com essa sua ternura, com essa sua preocupação ilimitada em servir os mais pobres. Falo a vocês, amigos e amigas: esta Casa é de vocês, é uma honra tê-los aqui neste momento.

Quero aqui, diante da presença cristã inspiradora e divina de D. Mauro, ter uma conversa breve e rápida, mas certamente com a voz e o sentimento do coração, inspirado na sua vida, D. Mauro, nos seus atributos, no seu caráter, na sua formação, nessa sabedoria, nesses atributos inquestionáveis nos quais o Parlamento procura se mirar e espelhar a fim de exercitar o seu dever constitucional.

Neste instante, queridos representantes da sociedade civil, quero reverenciá-los por essa aptidão, por essa vontade de servir ao próximo, de fazer o bem. A presença de aproximadamente 10 mil pessoas neste seminário é o atestado dessa vivacidade, dessa vontade férrea de servir, de ajudar e cumprir a missão terrena. Então, quero abraçar cada um de vocês com muito carinho, com muita intensidade e com muito fervor. Parabéns. Minas se orgulha dos senhores, Minas se orgulha das senhoras. É dessa forma que vamos edificar um Estado melhor. Quero aproveitar a oportunidade e saudar todos os Deputados da Mesa, bem como os Deputados que se fazem presentes.

De forma magistral, quero recepcionar os donos desta Casa, que são os senhores e senhoras. Cumprimento-os de forma distinta e elevada. Quando se fala em Carta Magna, em Lei Maior, quando se fala no solo sagrado de Minas, na figura inestimável e altamente valiosa do paladino da Constituição, grande amigo e Líder, Deputado Bonifácio Mourão, que nos inspira constantemente, nos dá alento para continuar exercitando a vida pública, ficamos emocionados. Falo, querido André, que os mais belos sonhos nascem no terreno da simplicidade e crescem no solo do inconformismo. Sou de origem simples, nascido e criado na cidade de Ibirité. Como já disse, meu saudoso pai foi Vereador e Prefeito e minha mãe é professora. Esta se entregou e se entrega até hoje ao setor educacional. Tenho uma crença muito forte e insuperável na capacidade de as pessoas simples realizarem as coisas mais elevadas e extraordinárias que podemos imaginar. É por isso que o parlamento de Minas - estou tendo o privilégio de presidi-lo por confiança das Deputadas e dos Deputados - percorre o caminho da simplicidade. Procuro percorrer esse caminho. Por isso, querido Deputado André Quintão, optamos, ao seu lado, ao lado da Deputada Luzia Ferreira e de tantos outros colegas, por fazer este seminário e, nesse peregrinar da simplicidade, escutar cada um de vocês, conversar com vocês, conhecer mais Minas Gerais, aprofundar mais esta discussão, identificar, de forma clara e inequívoca, as prioridades elencadas e apontadas por todos, até porque a Assembleia nada faz sozinha, não caminha sozinha. A Assembleia só é forte por força de cada um de vocês. Por esta participação valiosa e construtiva de cada um de vocês é que acredito na força deste parlamento. Aqui cheguei em 1994. Tenho a convicção muito clara e muito apurada de que o parlamento é o instrumento fabuloso e maravilhoso de transformação da vida das pessoas. A inserção dessa PEC na Carta Magna do Estado é o atestado maior de que podemos acreditar na força do altruísmo, na coragem, na devoção e no espírito cristão do parlamento de Minas. Parabenizo a Assembleia de Minas por este momento solene, de grande abrangência social. Podem estar certos de que isso serve de alento, de estímulo para que possamos continuar servindo vocês e conceder a esses 900 mil mineiros uma vida melhor, porque, até hoje, lamentavelmente, fomos frágeis e ineficientes para lhes conceder o mesmo agasalho que já recebemos, o agasalho da luz, da esperança, da vida digna, do acesso ao emprego, do acesso à alimentação saudável, do acesso à saúde e ao saneamento básico. Esse é um mutirão que compete a cada um de nós, seja do PT, do PMDB, do PSDB, do PTB, de qualquer benfeitor que quer, de fato, construir uma vida melhor para o nosso Estado e do nosso país.

Falo, D. Mauro, que tivemos a oportunidade de sentir o início dessa mobilidade social que o Brasil está vivenciando nos últimos anos. Trago a figura sempre saudosa do nosso ex-Presidente Itamar Franco, homem público de sensibilidade aguçada, honesto, correto, dedicado, que deu um passo extraordinário para o advento da estabilidade econômica, para o controle da inflação, para um cenário de tranquilidade. Reconheço também, queridos Deputados, que o Presidente Lula concedeu um olhar muito afetuoso para essa camada. Temos responsabilidade, como empregados da população, de trabalhar para as pessoas mais pobres, para as pessoas mais carentes, até porque, se o exercício da vida pública não tem esse fim colimado, esse objetivo, ele se torna pífio, nulo, pequeno e insignificante.

Por isso procuro integrar-me incansavelmente para que possamos transformar a vida das pessoas. Por mais que alguns setores da imprensa não compreendam a magnitude do Parlamento de Minas, quero aqui reafirmar, em alto e bom som, que o Parlamento de Minas é transparente, claro, honrado, honesto e certamente haverá, com o apoio e a sabedoria de cada um de vocês, de continuar honrando as belas, raras e caríssimas tradições de Minas Gerais, dos mineiros e das mineiras, logicamente dando a sua contribuição, sempre sábia, para que possamos verdadeiramente pavimentar o futuro das gerações vindouras.

Estive com D. Mauro há pouco, na sala da Presidência, numa conversa rápida, um diálogo rápido. Mas sempre, quando se conversa com D. Mauro, o aprendizado é imensurável, algo profícuo e virtuoso que engrandece o coração da gente, o nosso espírito, a nossa alma. Ele falava, queridos Deputados - e aqui quero reafirmar publicamente -, que as mazelas das regiões mais pobres, mais carentes, são ligadas à relação muito próxima com o colapso cultural que as atinge. Conforme sábias palavras do D. Mauro, esse problema não será solucionado somente com dinheiro, mas será, sim, solucionado e superado com isso que cada um de nós está fazendo, com a nossa crença, com a nossa fé, com a nossa vontade, com o nosso esforço, com a entrega de cada um de nós, com os nossos valores espirituais. É dessa forma que construiremos uma vida melhor para essas pessoas que até hoje tiveram seus direitos lamentavelmente negados.

Portanto, neste momento, quero aqui reverenciar cada um de vocês. É muito bom estar aqui na condição de Deputado. Tenho orgulho de ser mineiro. É muito bom e altamente gratificante ter a companhia patriótica e sempre alentadora de cada um de vocês. Dessa forma o Parlamento de Minas se eleva e se qualifica ainda mais para que possamos apresentar ao nosso povo e à nossa gente uma legislação cada dia de maior qualidade, de maior consistência, que possa conceder, querido D. Mauro, ao nosso povo e à nossa gente uma resposta mais eficiente e muito mais eficaz. Quero sim, gente, continuar aprendendo por esta Minas, esta Minas que lamentavelmente é ainda muito desigual.

Aliás, Guimarães Rosa já dizia que Minas são muitas, e verdadeiramente são muitas. Mas sonho, do fundo do coração, que todas as Minas possam conceder a todos os mineiros uma bela vida, uma vida de saúde, uma vida de educação, uma vida de dignidade. Quero, sim, que todo mineiro possa expressar, em seu olhar, em seu sorriso, em seu semblante, esse rosto, o rosto da felicidade, do contentamento, da satisfação, acima de tudo o rosto da dignidade. Contem sempre com o Parlamento de Minas. Muito obrigado. Que Deus lhes dê paz, dê luz, dê muita sabedoria, que tantas outras vitórias todos nós possamos atingir e conquistar. Vamos juntos, mãos à obra, por uma Minas mais solidária, por uma Minas mais fraterna, por uma Minas muito mais cristã. Logicamente com a inspiração sempre permanente e próspera do nosso querido benfeitor, benfeitor mineiro, benfeitor brasileiro, que se chama D. Mauro. Parabéns, mineiros e mineiras; parabéns, Deputados e Deputadas; parabéns, querido e fraterno amigo, Deputado André Quintão.



Prosseguimento da Discussão, Votação e Aprovação de Destaques

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Após a promulgação, vamos então retomar os trabalhos. Dirigindo-me principalmente aos companheiros e companheiras dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, quero fazer um registro, embora não seja um registro feliz. Perdemos nesta semana D. Enzo, Bispo de Araçuaí, que fez um bellissimo trabalho durante quase 50 anos em prol dos mais pobres. Ele desenvolveu um grande trabalho na área de educação. Muitos jovens tiveram chance de estudar pelas mãos e iniciativas de D. Enzo. Ele foi sepultado na cidade de Araçuaí. Transmitimos a todos os familiares, à Igreja e a todos os que acompanharam D. Enzo os nossos sentimentos.

- Procede-se ao prosseguimento da discussão, votação e aprovação de destaques

Leitura, Votação e Aprovação de Novas Propostas

O Sr. Presidente - Agora teremos as propostas novas e as moções. Registro que já temos um encaminhamento para a comissão de representação. Agradeço ao Marquinhos a leitura do documento. São 12 propostas novas, portanto sugiro a vocês o seguinte encaminhamento: lerei a proposta e, se tiver alguém contra ela, basta levantar a mão. Teremos uma defesa a favor e uma contra. No entanto, se não tiver alguém contra, já colocarei para votar.

- Procede-se à leitura, votação e aprovação de novas propostas.

Leitura, Votação e Aprovação de Moções

O Sr. Presidente - Passaremos agora à leitura, votação e aprovação das moções.

- Procede-se à leitura, votação e aprovação de moções.

Aclamação da Comissão de Representação

O Sr. Presidente - Falarei sobre a sugestão à comissão de representação para quem não estava aqui no início. Qual o papel da comissão de representação? Ela acompanha os desdobramentos do seminário, exatamente para fazer o monitoramento das propostas. Então, no início da manhã, sugerimos o seguinte: fixar a comissão organizadora - obviamente aquelas entidades que assim o desejarem - e abrir as inscrições até às 11h30min. Até este horário, tivemos 18 inscrições do setor governamental e 26 da sociedade civil. Qual a nossa proposta? Quando falo “nossa”, refiro-me à organização técnica do seminário. Como para nós não há a necessidade da limitação, faremos uma proposta em bloco para vocês. A comissão de representação fica com as entidades organizadoras que quiserem permanecer nela e as pessoas e as entidades que se interessaram e se inscreveram. Todas elas ficam validadas por esta plenária. Aliás, já estamos marcando uma reunião para o dia 7 de novembro, segunda-feira, na parte da manhã, às 10 horas, quando começará aqui a análise do PPAG. No âmbito dessa comissão, aqueles que puderem estar presentes elegerão um grupo executivo, pois obviamente uma comissão com 80 mais 40 pessoas não teria agilidade, seria muito grande. Então, ficam incorporadas na comissão de representação as entidades e as pessoas que se inscreveram. Enviaremos “e-mail” para as pessoas a fim de agendarmos essa reunião, na Assembleia, quando elegermos uma comissão executiva para encaminhar os trabalhos. Podemos votar essa proposta? Quem concorda levante o cartão. (- Pausa.) Aprovada a proposta. Todas as entidades e pessoas estão incorporadas na comissão de representação.

- Compõem a Comissão de Representação:

- 1 - Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte
- 2 - Assessoria de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria do Estado de Minas Gerais
- 3 - Associação Arte Luz - Itaobim
- 4 - Associação Comunitária Chonin de Cima
- 5 - Associação de Professores Públicos de Minas Gerais
- 6 - Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais
- 7 - Associação dos Deficientes Visuais de Uberlândia
- 8 - Associação dos Dependentes Químicos e Familiares - Governador Valadares
- 9 - Associação dos Moradores e Amigos do Chonin de Baixo - Governador Valadares
- 10 - Associação dos Usuários dos Serviços Substitutivos de Saúde Mental de Minas Gerais
- 11 - Associação Habitacional e de Conscientização Organizada de Materiais Aproveitáveis e Recicláveis - Pouso Alegre
- 12 - Associação Mineira das Escolas Família-Agrícola - Araçuaí
- 13 - Associação Mineira de Defesa do Ambiente
- 14 - Associação para o Melhor de Minas Gerais
- 15 - Associação Pró-desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
- 16 - Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte
- 17 - Associação Querubins
- 18 - Associação Rural de Sobradinho II - Montes Claros
- 19 - Beneficência Evangélica de Araguari
- 20 - Câmara Municipal de Governador Valadares
- 21 - Câmara Municipal de Joáima
- 22 - Câmara Municipal de Uberlândia
- 23 - Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais
- 24 - Central dos Movimentos Populares - Regional Triângulo
- 25 - Central Única dos Trabalhadores
- 26 - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar da Universidade Federal de Ouro Preto
- 27 - Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário do Ministério Público do Estado de Minas Gerais



- 28 - Centro de Referência de Assistência Social de Divinópolis
- 29 - Centro de Referência de Cultura Afro-Indígena - Araçuaí
- 30 - Centro de Referência dos Cultos Afrobrasileiros do Norte de Minas - Montes Claros
- 31 - Centro de Vida Independente - Santa Luzia
- 32 - Centro de Vida Independente de Belo Horizonte
- 33 - Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor
- 34 - Centro Juvenil Dom Bosco - Bairro Cabana
- 35 - Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis
- 36 - Centro pela Mobilização Nacional
- 37 - Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais
- 38 - Coletivo de Entidades Negras de Minas Gerais
- 39 - Comissão Gestora Permanente da Campanha do Desarmamento do Estado de Minas Gerais
- 40 - Comitê Temático de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Belo Horizonte
- 41 - Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
- 42 - Companhia Energética de Minas Gerais
- 43 - Comunidade Quilombola de Palmeirinha
- 44 - Conselho Comunitário de Segurança Pública da Área de Coordenação Integrada Quatro
- 45 - Conselho de Amigos das Crianças de Jequitinhonha
- 46 - Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais
- 47 - Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais
- 48 - Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais
- 49 - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Minas Gerais
- 50 - Conselho Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais
- 51 - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais
- 52 - Conselho Estadual de Economia Popular Solidária de Minas Gerais
- 53 - Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas de Minas Gerais
- 54 - Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais
- 55 - Conselho Estadual do Idoso de Minas Gerais
- 56 - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais
- 57 - Conselho Municipal de Assistência Social de Pequi-MG
- 58 - Conselho Municipal de Assistência Social de Sabará-MG
- 59 - Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - Carmópolis de Minas
- 60 - Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil - Regional Minas Gerais
- 61 - Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região - Minas Gerais
- 62 - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais
- 63 - Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais
- 64 - Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região - Minas Gerais
- 65 - Conselho Regional de Psicologia da 4ª Região - Minas Gerais
- 66 - Conselho Regional de Serviço Social da 6ª Região - Minas Gerais
- 67 - Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
- 68 - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
- 69 - Escola Estadual Miguel Couto - Divinópolis
- 70 - Espasso Conseg - Estado, Profissionais da Área de Segurança e Sociedade Organizados por um Brasil Melhor
- 71 - Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais - N'Golo
- 72 - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais
- 73 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
- 74 - Federação Interestadual dos Servidores Públicos Municipais e Estaduais
- 75 - Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente
- 76 - Fórum Estadual Lixo e Cidadania - Belo Horizonte
- 77 - Fórum Metropolitano do Programa Bolsa Família da RMBH
- 78 - Fórum Mineiro das Religiões de Matriz Africana
- 79 - Fórum Municipal das Relações Étnico-Raciais - Divinópolis
- 80 - Fundação João Pinheiro
- 81 - Fundação Nacional de Saúde - Paracatu
- 82 - Instituto Batista - ABAS - Betim
- 83 - Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
- 84 - Instituto de Permacultura Ecovida São Miguel-Belo Horizonte
- 85 - Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais
- 86 - Instituto Federal de Educação do Norte de Minas
- 87 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de Minas Gerais
- 88 - Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável - Belo Horizonte



- 89 - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- 90 - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
- 91 - Oficina de Imagens - Comunicação e Educação - Belo Horizonte
- 92 - ONG Clarosofia Núcleo Mundial
- 93 - Pastoral do Menor
- 94 - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte-MG
- 95 - Prefeitura Municipal de Boa Esperança
- 96 - Prefeitura Municipal de Capelinha
- 97 - Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas
- 98 - Prefeitura Municipal de Nova Lima
- 99 - Prefeitura Municipal de Pequi
- 100 - Prefeitura Municipal de Pequi-MG
- 101 - Prefeitura Municipal de São José da Lapa - Bolsa-Família
- 102 - PROPEQ - Sete Lagoas
- 103 - Rede de Educação Cidadã - Minas Gerais
- 104 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento dos Vales Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas
- 105 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana de Minas Gerais
- 106 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
- 107 - Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude de Minas Gerais
- 108 - Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego de Minas Gerais
- 109 - Secretaria de Estado Extraordinária de Regularização Fundiária
- 110 - Secretaria Municipal de Assistência Social de Pequi
- 111 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Diamantina
- 112 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Governador Valadares
- 113 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Araguari
- 114 - Secretaria Municipal de Promoção Social e Habitação de Boa Esperança
- 115 - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- 116 - Serviço de Obras Sociais - Escola de Informática e Cidadania - Itabira
- 117 - Serviço Social do Comércio de Minas Gerais
- 118 - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araguari
- 119 - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
- 120 - Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais
- 121 - Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
- 122 - Sociedade São Vicente de Paulo de Bom Despacho
- 123 - Sociedade São Vicente de Paulo de Sete Lagoas
- 124 - Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais
- 125 - Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
- 126 - Subsecretaria de Projetos Especiais de Promoção Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
- 127 - Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A - SEE - Belo Horizonte
- 128 - Superintendência Regional de Saúde de Governador Valadares
- 129 - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais
- 130 - Zailde Figueiredo Santos
- 131 - Vera Lúcia Gonçalves Dias Moreira, de Brasília de Minas
- 132 - Gilcilene Andrade Leopoldino, de Luz
- 133 - Kaires Antônio Leite Lima, de Mata Verde
- 134 - Fabiano dos Santos, de Pouso Alegre

Entrega do Documento Final

O Sr. Presidente - Além das pessoas que estão aqui, vou convidar, para a entrega do documento, a Ana; a Liderjane, da comunidade indígena caxixó; a Sandra, da associação de quilombolas; o Gilmar, representante das escolas-famílias agrícolas; a Terezinha, que representa os cadeirantes; o Marcos, da Juventude de Itaobim; o Rômulo, da Fetaemg; o Eduardo, da Defensoria Pública; o Ivandro e a Terezinha, representando as pessoas com deficiência; e o Sebastião Cunha, que trabalha com idosos. Vamos agora fazer a entrega oficial desse documento aos Deputados presentes e, principalmente, ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa. Solicito aos Deputados que se posicionem aqui embaixo.

Neste momento, solicito que as entidades e as pessoas presentes façam a entrega oficial ao Presidente da Assembleia do documento aprovado pelo seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”.

- Procede-se à entrega do documento final, cujo teor é o seguinte:

Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade

Documento final

Tema 1: Promoção e Proteção Social

1 - Efetivação da legislação que regulamenta a Defensoria Pública no Estado, garantindo acesso à Justiça aos que não têm condições de pagar a advogado ou que estão em condição de hipossuficiência jurídica, por meio da estruturação da Defensoria



Pública, assegurando sua autonomia e presença em todas as Comarcas, com capacidade de atendimento a todos os Municípios; garantindo o aumento do número de Defensores Públicos, mediante concursos públicos periódicos, e de equipes técnica (assistente social e psicólogo, investidos no cargo mediante aprovação em concurso público) e administrativa, com investimentos em infraestrutura; inclusão de indicadores referentes ao acesso à Justiça (presença de Defensoria Pública na localidade) na formatação de índices de desenvolvimento social, fortalecendo a vigilância socioassistencial e a defesa dos direitos humanos; e implantação de núcleos itinerantes da Defensoria Pública que tenham como atribuição atender a comunidades rurais e tradicionais, em especial os assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, e de núcleos especializados no atendimento de grupos vulneráveis (mulheres vítimas de violência doméstica, idosos, pessoas com deficiência, minorias étnicas, entre outros).

2 - Maior aporte de recursos para a política de assistência social, com a universalização do Piso Mineiro de Assistência Social até 2012, e ampliação do seu valor a partir de 2013, tendo como parâmetros os valores dos repasses dos pisos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

3 - Oferta, pelo Estado, de apoio técnico, financeiro e de infraestrutura aos Municípios, para o desenvolvimento da busca ativa, aprimorando os mecanismos de identificação e localização das famílias situadas abaixo da linha da pobreza, com base no trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência de Assistência Social - Cras - e na articulação com as políticas municipais de educação, saúde, habitação e segurança alimentar, entre outras, e com a rede socioassistencial local. Por apoio técnico entende-se o suporte para o desenvolvimento de metodologias e sistema de informação que possibilitem o trabalho integrado da Rede Municipal de Assistência Social, Saúde e Educação, envolvendo também as instituições públicas de ensino superior. Apoio financeiro refere-se à garantia de cofinanciamento que possibilite a ampliação dos recursos humanos, observando o disposto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH-Suas - e o custeio das atividades relativas à busca ativa. Infraestrutura refere-se ao repasse de recursos para aquisição de equipamentos e veículos para os Cras, necessários para a realização da busca ativa.

4 - Garantia de recursos para implantação (infraestrutura, incluindo-se os recursos para aquisição de bens permanentes), implementação, apoio técnico e custeio de mais Centros de Referência de Assistência Social - Cras - e Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas - e Creas-POP em todos os Municípios, para atender à demanda por proteção social especial em todas as regiões do Estado, sobretudo nos Municípios com alta incidência de violação de direitos, com prioridade das populações que estão desassistidas hoje, principalmente a população rural, os povos e as comunidades tradicionais e a população em situação de rua, com base no Índice de Desproteção Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no Índice Mineiro de Responsabilidade Social, da Fundação João Pinheiro, e na Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de alcançar os patamares de qualidade indicados no Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.

5 - Ampliação do valor dos benefícios do Programa Bolsa-Família - PBF -, por meio da criação de programa de transferência de renda do governo do Estado, com o objetivo de complementar o valor do piso básico do PBF de R\$70,00 para R\$100,00, unificando os benefícios em um único cartão e acompanhando os reajustes federais, com garantia de equipe técnica dos Centros de Referência de Assistência Social - Cras - para visita às famílias, para verificação das reais necessidades.

6 - Aprovação e implementação da Política Estadual para a População em Situação de Rua, baseada na Política Nacional instituída pelo Decreto Presidencial nº 7.053, de 23/12/2009, com garantia de recursos no orçamento do Estado para cofinanciamento dos Municípios, para a execução de programas de moradia, de serviços de acolhimento institucional, de formação e qualificação profissional, com incentivos fiscais para empresas que oferecerem oportunidades de emprego a pessoas em situação de rua, reforçando o acesso aos direitos sociais nas áreas da saúde, da educação, do trabalho, da habitação e da assistência social, com a instalação de comitês estadual, regionais e municipais de monitoramento dessa política no Estado.

7 - Fortalecimento da rede de proteção à mulher vítima de violência e em situação de risco social, por meio de equipamentos públicos e especializados, como abrigos e delegacias da mulher, nos Municípios ou nas microrregiões, com equipamentos e mobiliário adequados e equipe técnica multidisciplinar capacitada para o atendimento, com garantia de recursos nas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

8 - Capacitação continuada de todos os profissionais das políticas de assistência social, saúde, educação, transporte, segurança pública e dos Conselhos Municipais, sobre a temática do envelhecimento, em todos os seus aspectos, da criança e do adolescente, da mulher vítima de violência, da pessoa com deficiência, além das relações de etnias, de gênero e orientação sexual, orientando essas pessoas para notificação dos casos de violência à rede de proteção, às autoridades policiais, aos núcleos especializados da Defensoria Pública e aos demais órgãos competentes, e para o recebimento das demandas, com melhoria da infraestrutura das repartições policiais (aquisição de viaturas e de câmeras fotográficas digitais e manutenção de instalações acolhedoras), promoção da acessibilidade e da contratação de profissionais interdisciplinares.

9 - Garantia, junto ao governo estadual, de fortalecimento das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - CRSANS -, que são componentes do Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan -, por meio de infraestrutura, recursos humanos e financeiros para seu funcionamento, suporte e assessoria aos Municípios, visando ao fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional - Comseas - já existentes e à criação de outros; e capacitação dos Conselheiros de forma permanente para exercer o controle social das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional sustentável, contribuindo para a consolidação do Sisan.

10 - Ampliação do número de instituições para acolhimento transitório de mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, vítimas de violência, em situação de risco e vulnerabilidade, em qualquer dia e horário, de acordo com a demanda, por período necessário à sua reestruturação, resguardando o sigilo de seu acolhimento.

11 - Aplicação da Lei Federal nº 10.741 - Estatuto do Idoso -, de 2003 no tocante à estruturação, à implantação e ao financiamento sistemático de políticas públicas de atenção à pessoa idosa, para o desenvolvimento de ações embasadas em pesquisas desenvolvidas pelo Estado e pelas universidades públicas ou privadas, e de projetos voltados à promoção e à defesa dos direitos da pessoa idosa, com integração das políticas públicas, articuladas pela Política Estadual de Assistência Social, e com a criação de núcleos



especializados da Defensoria Pública e coordenadorias do idoso e instituição de Fundos Estadual e Municipais do Idoso, mediante aprovação dos conselhos gestores e com ampla divulgação, para se dar ciência aos usuários dos seus direitos; e implantação de programas intersetoriais de acolhimento e atendimento domiciliar a idosos.

12 - Realização de concurso público e efetivação do plano de cargos e salários para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - Suas -, conforme a NOBRH e a Lei nº 12.435, de 2011, também pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, como forma de fortalecer as equipes regionais de suporte aos Municípios.

13 - Aprovação da criação do Fundo Estadual de Erradicação da Miséria, garantindo, entre outros, recursos oriundos de tributação adicional sobre produtos supérfluos, conforme previsto na Constituição Federal.

14 - Garantia de estabelecimento, no PPAG, de percentual mínimo de 5% do Orçamento do Estado e dos Municípios para o financiamento da assistência social.

15 - Criação, ainda em 2012, da Secretaria Estadual de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial e Combate à Discriminação, como resposta às questões étnico-raciais, quilombolas e à grande dívida de reparação histórica perante o povo negro e os afrodescendentes.

16 - Criação de mecanismo que possibilite a taxação de grandes fortunas, tanto de pessoas físicas quanto de grandes empresas e instituições financeiras, para financiar ações de promoção e proteção social e de transferência de renda para os extremamente pobres.

Tema 2: Educação e Cultura

17 - Garantia da implementação e da fiscalização de políticas de ações afirmativas que favoreçam o acesso, a permanência e o controle social no ensino e o atendimento de programas e políticas culturais que reconheçam e valorizem a capacidade criativa, a diversidade dos grupos sociais e a determinação da Lei nº 10.639, de 2003, e da Lei nº 11.645, de 2008, visando à identificação e à correção das desigualdades e das injustiças históricas enfrentadas por mulheres, afrodescendentes, pessoas com deficiência e pessoas que vivem em extrema pobreza, entre outros grupos sociais excluídos.

18 - Criação e execução da lei de responsabilidade social no Estado, com previsão de fundo e conselho de controle próprios, estabelecendo compromissos de investimento e visando ao controle social das políticas públicas.

19 - Suplementação, pelo Estado, do valor “per capita” da alimentação escolar pago pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE -, com valores equivalentes aos repassados por esse Fundo, prioritariamente para alunos de escolas públicas localizadas em regiões de vulnerabilidade e risco, fornecendo alimentação no momento em que os alunos chegarem à escola; aplicação dos dispositivos da Lei Federal nº 11.947, de 2009, com acompanhamento pelo Conselho de Alimentação Escolar - CAE - e pelo Conselho de Segurança Alimentar - Consea -; e cumprimento da legislação de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN -, que estabelece a compra de produtos da agricultura familiar e urbana e o preparo de alimentos saudáveis e compatíveis com a cultura local, com a participação das comunidades locais.

20 - Melhoria da infraestrutura física e funcional das escolas públicas estaduais, inclusive as escolas localizadas em áreas de povos e comunidades tradicionais, com avaliação e monitoramento transparentes para a sociedade, com garantia de recursos no PPAG, respeitando necessidades e especificidades das escolas, priorizando regiões com alta vulnerabilidade social, garantindo acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, serviços de saneamento, laboratórios (com ênfase para os de ciências e de informática), biblioteca, quadra poliesportiva coberta e equipamentos multimídia, com previsão de espaços e equipamentos específicos para atividades culturais.

21 - Implementação, por meio de diretrizes, legislação e mecanismos de apoio material e financeiro aos Municípios, das Diretrizes Nacionais para as Escolas do Campo (Resolução CNE-CEB nº1, de 2002, e nº 2, de 2008), superando distorções pedagógicas e desigualdades regionais e garantindo o acesso e a permanência dos alunos nessas escolas, por meio da criação de escolas na área rural e nas comunidades tradicionais, da melhoria das estradas vicinais e da disponibilidade de transporte escolar.

22 - Ampliação da rede de Escolas-Famílias Agrícolas, com a criação de unidades e garantia de apoio e assistência dos órgãos públicos de pesquisa e extensão rural (Emater e Embrapa), de recursos materiais e financeiros acessíveis e suficientes para atender às demandas dessas escolas por infraestrutura, educação profissional e profissionais qualificados, respeitada sua autonomia administrativa e pedagógica, em consonância com a Lei nº 14.614, de 2003, que institui um programa de apoio às EFAs.

23 - Criação do Sistema Estadual de Cultura, em alinhamento ao que estabelecem a Lei Federal nº 12.343, de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura, e a Lei Federal nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet), com vistas a articular as ações dos diferentes entes federados para a construção do Sistema Nacional de Cultura, contribuindo para a criação e execução das políticas públicas da área.

24 - Erradicação, em colaboração com os Municípios, do analfabetismo e exclusão digital até 2015, por meio do fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos - EJA -, de incentivos financeiros para assegurar a permanência dos alunos na escola e da valorização dos educadores populares, por meio do programa Tempo Integral, específico para alunos das escolas do campo e das unidades dos sistemas socioeducativo e prisional.

25 - Valorização de todos os profissionais de educação do Estado e dos Municípios, por meio do cumprimento imediato da Lei Federal nº 11.738, de 2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional, respeitando os planos de carreira da categoria.

26 - Inserção de equipes exclusivas multidisciplinares nas escolas e nas superintendências regionais de ensino, de acordo com a Lei nº 16.683, de 2007, com a presença de psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, assistentes sociais, nutricionistas, professores de educação física e fisioterapeutas, por meio da realização de concursos públicos estaduais e municipais obrigatórios, visando ao planejamento e à execução de ações de formação para a cidadania e de inclusão social, com o envolvimento das famílias e da comunidade, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social - Cras.

27 - Expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM -, com inclusão no PPAG 2012-2015 e implantação de câmpus em cidades do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha.



28 - Garantir que os recursos da cultura sejam destinados a atividades e grupos com identidade regional, tradicional e popular, evitando que esses recursos financiem eventos de massa que descaracterizam a identidade cultural das comunidades.

29 - Expansão da oferta de ensino em tempo integral e definição de diretrizes político- pedagógicas para esse programa, garantindo a infraestrutura adequada.

30 - Implantação e expansão da rede pública de educação infantil nos Municípios por meio de apoio técnico e financeiro do Estado.

Tema 3 - Saúde e Qualidade de Vida

31 - Criação e implementação da Política Estadual de Alimentação e Nutrição - Pean -, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Alimentação e Nutrição - Pnan -, contemplando, entre outros, os seguintes aspectos:

a) estruturação, na Secretaria de Estado de Saúde, de um setor que implemente e coordene as ações da Pean, com recursos e equipe técnica suficientes para atuar, de forma integrada e intersetorial, na promoção da alimentação saudável;

b) ampliação e implementação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - Sisvan -, para garantir o monitoramento da situação de insegurança alimentar e nutricional da população, com a finalidade de aprimorar as políticas públicas de direito humano à alimentação adequada;

c) destinação de recursos financeiros para desenvolvimento de pesquisas e estudos estaduais periódicos, com a participação de instituições públicas de ensino superior, sobre as condições de saúde e insegurança alimentar e nutricional, com especial atenção para os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais;

d) ampliação, por meio de concurso público, de equipes técnicas capacitadas de vigilância sanitária, com o objetivo de promover educação e capacitação para os agricultores familiares, no atendimento das normas vigentes, e para os consumidores;

e) criação e implementação de programas para diagnóstico, atendimento e acompanhamento de pessoas com necessidades alimentares especiais;

f) criação de protocolos de prescrição de fórmulas, suplementos alimentares e dietas especializadas para pessoas com necessidades nutricionais específicas, de todas as faixas etárias, garantindo sua liberação e concessão à população em situação de vulnerabilidade social, pela Secretaria de Estado de Saúde, otimizando o prazo de atendimento às demandas e desburocratizando os processos.

32 - Ampliação e descentralização das redes de atenção em média e alta complexidade, em todo o Estado, com:

a) aumento do número de leitos hospitalares, principalmente em UTIs;

b) criação de centros de atendimento à saúde da mulher, acessíveis às mulheres com deficiência e mobilidade reduzida;

c) criação de bancos de leite humano;

d) implantação de hemocentros;

e) investimento em recursos humanos qualificados.

33 - Ampliação do quadro de nutricionistas, por meio de concurso público, em número suficiente para atuar nas superintendências regionais de ensino do Estado, com atribuições nas escolas estaduais e municipais, visando o planejamento e a execução de ações de promoção da alimentação saudável no ambiente escolar previstas nos princípios e nas diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae.

34 - Melhoria da assistência farmacêutica, com ampliação dos itens que compõem a cesta básica de medicamentos gratuitos distribuídos pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, garantindo seu fornecimento à população, de forma universal, em todos os níveis de assistência, de forma a permitir a continuidade dos tratamentos sob monitoramento do controle social, e inclusão, nessa cesta, dos medicamentos disponíveis nos Programas Farmácia Popular e Aqui Tem Farmácia Popular; e criação de um sistema virtual de consulta sobre os medicamentos disponibilizados pelo SUS, a partir do princípio ativo do medicamento, e os procedimentos para sua obtenção.

35 - Implantação no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde de programa de atividade física de abrangência universal com instalação e manutenção de equipamentos públicos e aparelhos ergonômicos para prática de atividade física em parceria com a Secretaria de Estado de Esporte e Juventude com acompanhamento e orientações de profissionais concursados de educação física e fisioterapia e terapia ocupacional.

36 - Implantação de política de atenção aos usuários de “crack”, álcool e outras drogas, inclusive crianças e adolescentes, e aos seus familiares, com recursos orçamentários do Estado, favorecendo e garantindo a integração das políticas sociais, de educação, de saúde, de segurança pública, de previdência, de assistência social, de cultura, de trabalho, de esporte e lazer, com:

a) criação de centros de convivência e outras unidades públicas destinadas ao tratamento gratuito e promoção da saúde desses dependentes - inclusive daqueles encaminhados pela Defensoria Pública -, em polos microrregionais que atendam aos Municípios menores e possibilitem maior adesão ao tratamento dos dependentes, priorizando localidades com maior vulnerabilidade social;

b) ampliação da oferta de Centros de Atenção Psicossocial para Usuários de Álcool e Outras Drogas - Caps AD - em todos os Municípios (com possibilidade de utilização de imóveis ociosos nos três níveis de governo para viabilizar essa ampliação);

c) inclusão dessas pessoas em programas de capacitação profissional e de reinserção social após o tratamento;

d) observância às deliberações das conferências de políticas sobre drogas;

e) capacitação dos Conselheiros dos conselhos municipais antidrogas - Comads - e do Conselho Estadual de Educação e dos servidores das superintendências regionais de ensino e inclusão de temas relativos às drogas nos currículos escolares;

f) implementação de consultórios de rua, em Municípios com mais de 50 mil habitantes, para usuários de álcool e outras drogas, com disponibilização mensal de recursos financeiros por parte da Secretaria de Estado de Saúde, ampliando a rede de atendimento à população de rua em situação de dependência química, e para os que necessitam de atendimento na área de saúde mental;

g) garantia de condições de locomoção do dependente químico durante o tratamento (vale-transporte e vale-alimentação para o usuário e o familiar responsável);

h) fomento de programas voltados para campanhas e ações socioeducativas intersetoriais direcionadas à prevenção, ao combate e à redução de danos relacionados ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas;

i) criação de centros de apoio e atendimento psicológico a famílias de usuários de substâncias psicoativas, prioritariamente, idosos e pessoas com deficiência;

j) garantia de recursos orçamentários para o tratamento de dependentes químicos em clínicas especializadas dotadas de profissionais qualificados e que realizem junto aos dependentes ações de integração à comunidade e atividades de formação profissional, sem a intermediação do terceiro setor, com controle e gerenciamento direto do Estado;

l) destinação de recursos financeiros para capacitação dos profissionais do SUS e da educação, em seus programas estruturadores, principalmente com relação a álcool e outras drogas, na perspectiva da redução de danos;

m) criação de centros de atenção com suporte hospitalar, quando necessário, conforme legislação federal, considerando o fato de que a atenção hospitalar deve apoiar os casos graves de dependência de álcool e drogas, no que diz respeito a situações de urgência, emergência e internação pelo período adequado ao tratamento, conforme o grau de complexidade do caso;

n) criação, implantação e implementação de uma rede intersetorial de políticas públicas específicas de prevenção e combate às drogas, ao uso de álcool e ao tabagismo voltadas para crianças e adolescentes, além da ampliação e melhoria dos serviços de saúde específicos para tratamento de jovens, garantindo-lhes atendimento prioritário no SUS nos casos de dependência química.

37 - Garantia da internação compulsória dos dependentes químicos, com a observância da Lei Federal nº 10.216, de 2001, pelos Municípios, pelo Estado e pela União.

38 - Investimento na ampliação das políticas públicas de saúde mental, considerando sua relação com situações de extrema pobreza, risco e vulnerabilidade social, por meio do fortalecimento e maior cobertura dos Caps e de ações e programas integrados de saúde, educação e assistência social, garantindo a efetividade da lei de saúde mental com implementação de:

a) pesquisas e estudos municipais periódicos sobre a condição de saúde mental da população, visando à implementação do Plano Municipal de Saúde Mental;

b) garantia de espaço para convivência e tratamento dos pacientes em seus Municípios;

c) políticas de apoio aos familiares;

d) programas de capacitação dos profissionais da rede pública para implementação e melhoria da saúde mental, oferecendo aos profissionais que não estejam diretamente ligados a ela o devido conhecimento da atuação do psicólogo e das possibilidades de cooperação em outras políticas, como Cras, Creas, etc.;

e) programas escolares para encaminhamento e divulgação de informações sobre os órgãos públicos de assistência e os direitos dos alunos portadores de doenças como transtorno de déficit de atenção e hiperatividade - TDAH -, dislexia e transtorno bipolar, que precisam de medicação, bem como agilização na entrega de medicamentos de uso controlado.

39 - Implantação, no Estado, no Sistema Único de Saúde - SUS -, de terapias complementares como homeopatia, acupuntura e fitoterapia, entre outras, disponibilizando-se medicamentos fitoterápicos e homeopáticos, reconhecidos ou aprovados pela Anvisa, nas farmácias públicas.

40 - Criação de uma rede de Casas de Apoio para acompanhantes de crianças, idosos e pessoas com deficiência que necessitam de tratamento prolongado fora do domicílio e não possuem recursos para hospedagem e alimentação.

41 - Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29 pelo governo de Minas, de acordo com a Resolução nº 322/2003, do Conselho Nacional de Saúde, e retirada das despesas com Ipsemg, Copasa e Polícia Militar da composição do percentual de gastos em saúde do Estado.

42 - Contratação de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais em número suficiente para atuação na assistência fisioterapêutica individual e coletiva, nas áreas de saúde da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e da pessoa com deficiência, e em atividades de educação para a saúde junto à comunidade, além da atuação em ambiente escolar, por meio da elaboração e condução de programas de inclusão social, bem como de projetos para educação em saúde.

43 - Realização de levantamento epidemiológico nas comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas do Estado de Minas Gerais para efetivar projeto de combate a doenças existentes nessas comunidades.

Tema 4: Produção e Trabalho

44 - Inclusão do estímulo às cadeias produtivas rurais - priorizando a agricultura familiar, inclusive a de povos e comunidades tradicionais - e às redes urbanas de empreendimentos de economia solidária por meio da aprovação do Projeto de Lei nº 2.446/2011, contemplando as seguintes características:

a) gestão participativa e controle social;

b) atuação nos diferentes ramos de atividade;

c) apoio ao planejamento da produção, à comercialização e à logística solidária;

d) apoio privilegiado ao modo agroecológico de produção;

e) incentivo ao consumo ético e solidário;

f) fomento a políticas de infraestrutura, em especial a da malha viária rural;

g) incentivo à produção por mulheres, jovens e aprendizes, incluindo ideias inovadoras para multiplicação do conhecimento.

45 - Priorização da agricultura familiar no acesso à água nos meios urbano, periurbano e rural, em especial nas regiões atingidas por déficit hídrico acentuado, privilegiando o uso de tecnologias alternativas e envolvendo os Municípios, as concessionárias de abastecimento público e demais organizações da sociedade civil, desde que satisfeitas as necessidades de abastecimento público e dessedentação de animais, além de ações de preservação e produção de água.

46 - Criação e implementação de programa de reforma agrária estadual, atribuindo-se a ele "status" de Programa Estruturador do Estado, com destinação de recursos orçamentários para sua execução, a saber:



- a) para arrecadação (aquisição, destinação e desapropriação) de terras;
- b) para o processo de implementação de novos assentamentos e fortalecimento dos já existentes.

47 - Criação do Programa Estadual de Agroecologia, contemplando:

- a) criação de linha de crédito específica;
- b) apoio à pesquisa e desenvolvimento voltados para a produção;
- c) capacitação profissional na interação com os saberes produzidos pelas populações tradicionais;
- d) assistência técnica especializada e sistema de garantia social;
- e) criação de bancos de sementes crioulas;
- f) apoio na comercialização por meio de feiras locais e regionais;
- g) estímulo ao consumo ético e solidário;
- h) apoio ao turismo ecológico e artesanato, com linhas de crédito específicas;
- i) desoneração tributária.

48 - Efetivação da aquisição mínima de 30% (trinta por cento) dos gêneros alimentícios de agricultores familiares, determinada pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, em todos os Municípios mineiros, por meio de:

- a) desburocratização do acesso do agricultor familiar ao programa (requisitos jurídicos), inclusive na obtenção da DAP;
- b) adequação das normas sanitárias ao modo e escala de produção da agricultura familiar;
- c) aumento do teto de fornecimento de cada produtor (atualmente de R\$9.000,00 anuais);
- d) atuação dos órgãos de assistência técnica e extensão rural oficiais e do terceiro setor na organização, produção e venda dos produtos;
- e) adoção de mecanismos de estímulo aos Municípios com base na implementação, de forma a atingir 50% (cinquenta por cento) de aquisição direta da agricultura familiar;
- f) valorização dos produtos agroecológicos, inclusive aqueles produzidos por povos e comunidades tradicionais.

49 - Estímulo à economia popular solidária por meio dos pontos fixos de comercialização e do fortalecimento do Programa Estadual de Feiras, à agregação de valor pelo processamento de baixa escala, pela microcrédito, pela assistência técnica e pela capacitação; e apoio às atividades de agriculturas familiares, urbana e periurbana e de economia popular solidária e garantia de participação do Governo do Estado, por meio de previsão orçamentária no PPAG 2012-2015, para o cofinanciamento de projetos federais, em parceria com os Municípios.

50 - Garantia, por parte do poder público, de apoio às comunidade tradicionais, quilombolas e indígenas na conquista de suas terras, visando a garantir a manutenção de seus direitos ancestrais, costumes, crenças e tradições, possibilitando-lhes segurança alimentar e sustentabilidade, em reparação aos danos sofridos ao longo dos tempos em contraposição à cobiça de grandes empreendimentos do agronegócio e da mineração sobre os seus territórios tradicionais; e, ainda da criação de política de apoio às comunidades que incluam:

- a) garantia de acesso diferenciado ao crédito agrícola, mesmo a fundo perdido;
- b) incentivo à proteção do meio ambiente, por meio de programas como o Bolsa Verde;
- c) provisão e manutenção da infraestrutura necessária ao pleno desenvolvimento cultural, religioso, educacional, produtivo e habitacional;
- d) criação e desenvolvimento de projetos alternativos de produção agrícola, respeitando seus costumes e tradições;
- e) garantia de aplicação da tarifa social de energia para pessoas de baixa renda;
- f) disponibilização gratuita a todos os povos e comunidades tradicionais e quilombolas de máquinas agrícolas, mudas, sementes e insumos necessários à produção;
- g) implementação de pequenas unidades de beneficiamento de alimentos, com fins de agregação de valor à produção e à capacitação dos envolvidos para obtenção de alvará sanitário;
- h) implementação do Programa Federal Terreiros do Brasil em todo o Estado.

51 - Transformação da Subsecretaria de Agricultura Familiar, vinculada à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Secretaria de Estado.

52 - Ampliação da prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater - pública, com financiamento exclusivo do Estado, desonerando os Municípios do cofinanciamento, por meio do crescimento do quadro de pessoal concursado ou, em nome deste, por organizações da sociedade civil, priorizando o atendimento à agricultura familiar, e de assistência técnica diferenciada para povos e comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas, com foco na agroecologia, no associativismo, no cooperativismo, na qualificação e no planejamento da produção, da cadeia produtiva e da prestação de serviços.

53 - Garantia de recursos orçamentários para implementação, expansão, monitoramento e avaliação de cursos profissionalizantes, em parceria com escolas, universidades públicas e privadas, ou pela criação de instituições de ensino médio e superior, em todas as regiões do Estado, em todas as áreas de formação, priorizando a pedagogia da alternância e garantindo vagas e meios de transporte para os alunos, priorizando os que vivem em situação de pobreza.

54 - Implementação e vinculação do planejamento de políticas de emprego, trabalho e formação profissional às políticas regionais de desenvolvimento local, com foco em:

- a) geração de emprego e renda;
- b) cursos de capacitação profissional direcionados à economia local;
- c) inclusão produtiva e desenvolvimento de empreendimentos coletivos e individuais autogestionários;
- d) priorização de investimento em Municípios com alto índice de pobreza e destinação de recursos para ONGs que já desenvolvam projetos sociais de capacitação para o mercado de trabalho;
- e) criação de frentes de trabalho urbanas e rurais, ressaltados os cuidados ambientais e os direitos trabalhistas;
- f) incentivo a empreendimentos que aproveitem mão de obra local;



g) concessão ao microempreendedor de carência das obrigações contratuais, pelo prazo de 24 meses.

55 - Continuação e expansão do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR - no âmbito da região da Sedvan-Idene, garantindo recursos no PPAG 2012-2015.

56 - Consolidação da DAP como instrumento para acesso ao Pronaf para todas as comunidades tradicionais, independentemente de etnia, raça, cultura, e para acampador da reforma agrária.

Tema 5: Infraestrutura, redes de serviços e circulação

57 - Destinação de recursos do Estado para pavimentação, conservação, manutenção e sinalização das estradas rurais, de acordo com a necessidade de cada local, seja ligando as sedes municipais, seja ligando distritos, de modo a facilitar a logística comercial dos produtos provenientes da agricultura familiar e o transporte escolar.

58 - Criação de mecanismo de cofinanciamento que incentive a implantação da coleta seletiva, com contratação de associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis por parte dos Municípios, e destinação de recursos do Estado para o apoio técnico na formalização de catadores por meio de associações e cooperativas, para a estruturação de galpões de triagem com aquisição de equipamentos.

59 - Garantia de implantação do serviço de telefonia fixa e móvel e de transmissão de dados na zona rural, nos distritos e nos povoados do Estado, com recursos definidos no PPAG 2012-2015.

60 - Aprovação e destinação de recursos para assegurar o Bolsa-Reciclagem como instrumento para pagamento das associações e das cooperativas de catadores de material reciclável por serviços ambientais.

61 - Fortalecimento e ampliação dos programas e das ações de convivência com o semiárido, no atendimento à demanda por água para consumo humano, dessedentação animal e produção alimentar desse bioma mineiro, por meio das seguintes medidas:

a) ampliação das estratégias de implantação de tecnologias sociais de captação e armazenamento de água de chuva, água por gravidade, prioritariamente barraginhas e açudes, além de poços artesianos, para acesso à água para consumo e produção de alimentos, a exemplo do P1MC, do P1+2 e do Guarda Chuva, inserindo como base as tecnologias limpas e renováveis como matriz energética;

b) estabelecimento de parcerias e manutenção das parcerias já existentes com entidades e organizações da sociedade civil que atuam na execução de ações de convivência;

c) estabelecimento, pelo poder público estadual, de parcerias com os poderes públicos municipais, sobretudo para disponibilização de máquinas para escavações, contenções e construção de barraginhas necessárias;

d) universalização do programa Água para Todos;

e) criação e implantação de aquedutos em rios que cortam Minas, para abastecimento tanto de cidades quanto de zonas rurais, complementando os recursos de abastecimento de água já existentes no semiárido e em outros locais;

f) contratação, pelo Estado, de gestores de recursos hídricos, com enfoque em bacias hidrográficas, a fim de garantir água em quantidade e qualidade, em todas as regiões do Estado.

62 - Consolidação do Programa Bolsa Verde para pagamento aos agricultores familiares e aos produtores rurais por serviços ambientais prestados, com implantação efetiva em todas as regiões do Estado, implementação do controle social, ampliação do período de inscrições e inclusão no referido Programa, até 2014, de 300.000ha preservados.

63 - Criação da região administrativa do Vale do Aço, desvinculando-a da região do Vale do Rio Doce e possibilitando que esta seja incluída na área de abrangência da Sudene e do Idene.

64 - Implementação de Programa de Habitação de Interesse Social, para famílias de baixa renda inscritas no CadÚnico, prioritariamente aquelas com renda inferior a um salário mínimo, aquelas em situação de rua e de ocupação e as comunidades tradicionais, a exemplo das comunidades indígenas e quilombolas, o qual tenha como sustentação financeira recursos não onerosos de fontes federais, estaduais e municipais, com o parcelamento dos emolumentos cartoriais juntamente com as parcelas do valor do imóvel, a desburocratização dos procedimentos para a aquisição do imóvel e fiscalização adequada.

65 - Elaboração de leis estaduais e municipais que assegurem dotações orçamentárias para programas de provisão e melhoria habitacionais que incluam acompanhamento de obras, fiscalização, padrão de qualidade e gestão de custos, garantindo assistência técnica gratuita às famílias vítimas de fenômenos naturais, residentes em áreas de risco e que forem beneficiadas com doação de terrenos regularizados e urbanizados e criação de condições mais seguras e confortáveis às pessoas nas operações urbanas que envolvem remoções e realocações, atendendo à demanda de famílias sem casa, em situação de rua e de ocupação.

66 - Elaboração e implantação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável no território metropolitano, e incentivo nos Municípios, por meio de consórcios públicos ou parcerias público-privadas, ao tratamento, ao transbordo e à destinação final de resíduos sólidos, incluindo a implementação de coleta seletiva, com inclusão socioprodutiva dos catadores, bem como o desenvolvimento de políticas de aproveitamento energético no setor.

67 - Estabelecimento de cronograma de 2012 até 2015 para que o governo do Estado e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente corrijam o passivo de Regularização Fundiária nas Unidades de Conservação, com recuperação ambiental e apoio social às famílias, incluindo geração de trabalho e renda.

68 - Diferenciação das tarifas de energia elétrica, reassentamento em áreas agricultáveis, indenização pelas benfeitorias e pelas lavouras e garantia de apoio à nova produção, como forma de compensação aos atingidos pela construção das barragens destinadas à produção de energia e às atividades das mineradoras.

69 - Fortalecimento da política de atração de investimentos e empreendimentos para as regiões mais pobres do Estado, como os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, por meio de incentivos à agregação de valor aos produtos básicos regionais.

70 - Permissão de livre trânsito (liberação nas cabines) dos veículos de transporte de carga dos pequenos produtores rurais nos pedágios instalados nas rodovias estaduais de Minas Gerais, visando a facilitar o escoamento da produção e reduzir o custo para o consumidor final.

71 - Inclusão no PPAG 2012-2015 de ligação por via asfáltica das regiões do Alto Jequitinhonha, do Leste mineiro, do Mucuri e da Zona da Mata, ligando Santa Maria do Suaçuí a Governador Valadares, com o objetivo de potencializar e promover o desenvolvimento territorial integrado e sustentável dessas regiões.

72 - Imediata suspensão de todos os grandes projetos que vêm sendo executados em Minas Gerais, como construção de barragens e mineradoras, que não levam em consideração os direitos humanos e o meio ambiente, até que sejam realizadas vistorias e consulta popular, a fim de reconhecer todos os direitos das populações atingidas, tais como os direitos a reassentamento, escola, estradas, alimentação, saúde, cultura, trabalho, água, entre outros.

Tema 6: Ciência, Tecnologia e Inovação

73 - Fomento à produção de estudos e equipamentos em tecnologia assistiva por meio da criação de linhas de financiamento e pesquisa em editais da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - Fapemig.

74 - Criação de incubadoras para empreendimentos econômicos solidários e individuais, de pequeno porte e de microporte, em conjunto com instituições de ensino superior, com base na Política Estadual de Economia Popular Solidária, orientando as comunidades no desenvolvimento do seu negócio, com foco na vocação local da região e no desenvolvimento de empreendimentos familiares.

75 - Incentivo à criação de programas para o mapeamento, o desenvolvimento e a pesquisa de fitoterápicos em instituições de pesquisa, ensino superior e entidades do terceiro setor, considerando as culturas construídas em comunidades tradicionais do Estado, como os quilombolas, indígenas e geraizeiros, garantindo o direito de propriedade intelectual a essas comunidades.

76 - Criação de periódico, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - Fapemig -, que apoie e divulgue as linhas de pesquisa e o mapeamento de tecnologias sociais e de empreendimentos solidários, conferindo-lhe ampla divulgação, incluindo a divulgação pela internet.

77 - Criação e consolidação, por meio de incentivos, inclusive os financeiros, de consórcios e arranjos produtivos locais entre instituições sociais e ambientais, potencializando o surgimento de estruturas de produção descentralizadas que utilizem tecnologias sociais bioeficientes, priorizando tais estruturas na solução das grandes demandas regionais do Estado.

78 - Implementação de políticas públicas de mapeamento e intervenção em áreas com alto índice de utilização de agrotóxicos, incluindo programas de conscientização, monitoramento da saúde dos trabalhadores rurais, fiscalização, capacitação no uso adequado dos defensivos agrícolas e capacitação de profissionais na área tecnológica para desenvolverem defensivos naturais e opções ecológicas que não provoquem efeitos colaterais.

79 - Implementação de programas de treinamento, financiamento e escoamento da produção de alimentos orgânicos e agroecológicos e de incentivo ao conhecimento sobre agricultura tradicional, sementes crioulas e mudas nativas, por meio da criação de bancos de sementes locais.

80 - Criação de programas de qualidade ambiental a partir do desenvolvimento de tecnologias sociais, limpas e de manejo sustentável, priorizando a agricultura familiar, as áreas de assentamento, os arranjos produtivos locais - APLs - e as populações tradicionais.

81 - Fomento a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, reconhecendo e respeitando o saber popular e visando fortalecer processos produtivos sustentáveis e aplicação de tecnologias sociais, limpas e renováveis, garantindo a preservação do meio ambiente e a saúde do trabalhador e da população em geral.

82 - Apoio para implantação da coleta seletiva nos Municípios, inclusive por meio de alteração do critério "meio-ambiente" do ICMS Solidário, com prioridade e suporte para as entidades associativas de catadores.

83 - Inclusão, como missão das instituições de ensino superior e institutos de pesquisa vinculados ao Governo do Estado, do desenvolvimento e atendimento a projetos baseados em tecnologias sociais e no uso de insumos e habilidades locais para as regiões de menor desenvolvimento humano do Estado, com foco nas necessidades regionais.

84 - Facilitação do acesso das populações carentes ao sistema de patentes, por meio de divulgação e de subvenção econômica por parte do Estado para as pessoas de baixa renda que desejarem registrar suas invenções e seu patrimônio biológico, durante as etapas de: pedido de pesquisa, protocolo de pedido de patente, pedido de patente e manutenção do pedido de patente.

O Sr. Presidente - Quero agradecer a presença do Deputado Neilando Pimenta, do Mucuri, que participou da atividade. Vamos convidar o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro para fazer o encerramento oficial. Então uma salva de palmas para os representantes do seminário. Antes de passar a palavra ao Deputado Dinis Pinheiro, quero dizer que acabamos o evento dentro do previsto, com propostas aprovadas, aperfeiçoadas, moções, com a metodologia da comissão de representação acertada. Dentro do prazo, todos foram ouvidos. Portanto quero agradecer muito a todos e dizer que o trabalho vai continuar. Agradeço também ao Presidente Dinis Pinheiro, aos Deputados e ao corpo técnico da Assembleia, aos funcionários, que são muito competentes e disponíveis. Eles rodaram 10.000km para as etapas regionais. Assim, quero, de público, fazer este agradecimento, pois o pessoal da Assembleia trabalhou pra burro neste seminário.

Quero passar a palavra ao Deputado Dinis Pinheiro, a quem agradecemos muito a realização deste seminário. Agradeço também a todos que estão representando regionais, a todos que ajudaram na dinâmica nos encontros regionais. Passo a palavra ao nosso Presidente. Mais uma vez, Presidente, muito obrigado, em nome de todos, pelo apoio que a Assembleia prestou à realização deste evento.

Funcionários e corpo da Assembleia, venham aqui à frente. Pessoal da Assembleia, vamos agilizar por causa do horário. Estão com timidez? Então, mais uma salva de palmas ao pessoal da Assembleia.



O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Alguém quer dar uma palavrinha? Levante a mão quem quiser falar. Isso tudo? Assim ficaremos aqui até meia-noite. Vamos combinar, três pessoas irão falar, “o.k.”? Está legal assim? Está valendo o tempo.

O Sr. Josadac Marques - Em 27 de setembro, aconteceu em Belo Horizonte o seminário estadual relacionado aos objetivos do milênio, com lançamento de um prêmio da Presidência da República. Entre os convidados estiveram presentes um representante da ONU e o Ministro Gilberto Carvalho. Este foi o único Estado em que o Ministro esteve pessoalmente. Esta Casa, a Assembleia Legislativa, foi representada no evento pelo Deputado André Quintão, que representou o Presidente e falou sobre esse seminário. Presidente, como membro da comissão organizadora daquele evento e do Núcleo Estadual dos Objetivos do Milênio, queremos agradecer a participação e o apoio da Assembleia e a presença do Deputado nos preparativos da comissão organizadora do evento. Gostaria também de manifestar a todos os presentes que, no portal Objetivos do Milênio, há uma síntese da pobreza de cada Estado e de cada Município, feita por uma equipe de fora do Estado. Faço então um convite para que cada Município compare com a realidade da sua cidade. Quero agradecer e registrar, em nome da comissão organizadora, o agradecimento pela presença da Assembleia Legislativa.

O Sr. Presidente - Parabéns. Vamos ouvir rapidamente a D. Catarina.

A Sra. Maria Catarina Labore Domingues Vale - Gostaria que todos os negros, afrodescendentes e padres ficassem de pé agora, porque esta plenária aprovou, entre as 27 unidades da Federação, a Secretaria de Políticas de Promoção à Igualdade e de Combate à Discriminação. Esse foi um grande passo para as questões etnorracias de afrodescendentes. Obrigada a todos.

O Sr. Presidente - D. Terezinha, quer dar uma palavrinha?

A Sra. Terezinha Oliveira da Rocha - Como o tempo está esgotado, queria uma salva de palmas para o Vinícius, que fez aniversário ontem. E uma salva de palmas para todo mundo da Assembleia, sem exceção, pelo carinho de todos. Graças a essas crianças maravilhosas aqui, por eles estou hoje presente, com muito orgulho de ter subido mais esse degrau dessa faculdade. Estou muito feliz e honrada pelo carinho de todos. Não citarei nomes, pois posso pecar. Agradeço a todo mundo da Assembleia, comissão organizadora, Deputados que colaboraram. É um carinho muito grande, gente, não tem como agradecer. Sabemos que é um direito nosso estar aqui presente, mas se essa porta não fosse aberta, com tanto carinho, por esses funcionários, tenho certeza de que não estaríamos aqui.

Que Deus abençoe todos nós e que esta Comissão seja permanente de verdade, como é a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Peço uma salva de palmas para o Presidente, que criou essa comissão e se lembrou das pessoas com deficiência, e para os demais Deputados que aqui estão e participam da comissão. Nunca tinha visto alguém se preocupar tanto com os deficientes como esta Casa. Quero agradecer, em nome de todos nós. O CVI está muito feliz por fazer parte desta Casa. Para nós é um orgulho. Obrigada.

O Sr. Edmar Xavier - Boa tarde, escrevi um texto que gostaria de ler. “Com satisfação, comunico que a visita à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nesta semana, rendeu ótimas notícias para a população mineira e um gigantesco passo para a sociedade brasileira e seu desenvolvimento econômico, levando exemplo para as demais unidades federativas do Brasil. Brasil, país emergente que hoje dá passos de gigante rumo à nomenclatura de Primeiro Mundo. Na presente data, 26/10/2011, o Estado de Minas Gerais aprovou emenda na Constituição Estadual e votou a favor de propostas discutidas pela sociedade civil para efetivamente erradicar a pobreza, fortalecer a cultura e a educação, combater o desemprego e dar maior funcionalidade ao sistema de defensoria pública e saúde, propostas previstas na Constituição Federal de 1988.

O sorriso no rosto dos mineiros é contagiante, e o sorriso no rosto dos brasileiros, ainda mais. Afinal, a nossa Constituição parou de engatinhar e deu seus primeiros passos rumo à eficácia total. Há tempos não se ouvem notícias boas vindas da política, que atualmente suja a casa dos brasileiros com notícias de corrupção. Graças a políticos como o Deputado André Quintão, que se esforçou para a realização deste evento, ainda podemos ter orgulho de bater no peito e dizer: sou mineiro, sou brasileiro.

O coração palpita, as pernas bambeiam pedindo uma cadeira, enquanto os olhos refletem a alegria nas gotas que escorrem pela face. Não há como dizer tais palavras sem parecer poesia. A simplicidade de ser mineiro faz com que as palavras surjam e fluam por este papel.

Agradecemos a Deus agora neste momento, pedindo que abençoe nossos Deputados, em especial o Deputado André Quintão, para que os mesmos continuem realizando ações como essas, promovendo não só palavras de revolução no papel, mas também a execução, a manutenção e o controle das emoções e vibrações de nós, mineiros”. Obrigado.

O Sr. Presidente - Vamos ouvir agora o amigo Fabiano.

O Sr. Fabiano Santos - Só quero falar poucas palavras, mas que vão abranger tudo que foi dito aqui: este seminário, com a bênção de Deus, veio no momento certo, na hora certa. O povo está aqui para mostrar que precisamos abrir os olhos cada vez mais, porque o povo lá fora necessita de ajuda.

O Sr. Presidente - Muito bom. Encerrado? Agora estou feliz, André. Vocês votaram - e eu quero agradecer-lhes - o meu projeto Bolsa Reciclagem. Estava com receio de vocês não votarem esse projeto. Mas ele foi votado. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Valeu. O momento foi bonito - não foi? -, festivo e alegre. Isso é a Assembleia. Ela é uma Casa simples, a Casa de vocês. E ela se torna cada dia mais rica e virtuosa com a participação de cada um de vocês. Quero aplaudir essa presença. Poucas pessoas têm essa visão, têm esse atributo, têm esse ideal no coração. Vocês estão trabalhando aqui para o semelhante de vocês, para o seu filho, para o seu neto, para as próximas gerações. Vocês não têm noção, mesmo porque palavra alguma será suficiente para dimensionar o significado da presença, da garra, da bravura, dessa valentia, desse apoio de vocês. Conforme disse, a Assembleia não caminha sozinha. Ela é forte, sim; ela é empreendedora, sim; ela é protetora de Minas, sim. Por quê? Por obra de cada um de vocês. E vamos continuar trilhando esse caminho, com uma Assembleia cada dia mais cidadã, mais participativa, mais amiga, mais próxima de cada um de vocês. Trabalhando para quem? Para os mais pobres, para os mais carentes. Esse é nosso dever, essa é nossa obrigação.

Um beijo no coração de cada um de vocês. Estou muito feliz e honrado em receber vocês, em participar deste seminário, em estar ao lado desses queridos Deputados e Deputadas que abraçaram com muito afinho e amor este seminário.

Aliás, os senhores abraçaram a vida pública como verdadeiro sacerdote. Um beijão no coração de cada um de vocês. Vamos tirar uma foto juntos.

O Sr. Marcus Vinícius Costa - Sr. Presidente, gostaria de informar que a juventude mineira se reunirá em Araxá nos dias 28, 29 e 30 de outubro, para discutir sobre as políticas públicas e a juventude no Estado de Minas Gerais. Parabenizamos esta Casa. Minas é um dos primeiros Estados a se empenhar nas políticas para a juventude, que também se preocupa com o tema deste seminário. Muito obrigado.

ATA DA 46ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/11/2011

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, André Quintão e Bosco

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Secretária Renata Vilhena - Palavras do Deputado João Vítor Xavier - Palavras do Deputado Zé Maia - Palavras da Sra. Adriane Ricieri - Palavras do Sr. André Abreu Reis - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Paulo Guedes - Adalcleber Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlin Moura - Carlos Henrique - Dalmo Ribeiro Silva - Doutor Viana - Gustavo Corrêa - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Almir Paraca, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à apresentação da atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - 2011-2030 e do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015, com o objetivo de discutir o PPAG 2012-2015, sugerir alterações e apresentar novas propostas para o aprimoramento dos projetos estruturadores.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a compor a Mesa a Exma. Sra. Renata Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; os Exmos. Srs. Geraldo de Moraes Júnior, Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil, representando o Chefe da Polícia Civil, Jairo Lellis; Deputados Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira; André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular; e João Vítor Xavier, relator do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -; a Exma. Sra. Adriane Ricieri, Subsecretária de Gestão da Estratégia Governamental da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag -; e o Exmo. Sr. André Abreu Reis, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Seplag.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Exma. Sra. Renata Vilhena, Secretária de Planejamento e Gestão de Minas Gerais; Exmos. Srs. Geraldo de Moraes, Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil, aqui representando o Chefe da Polícia Civil, Jairo Lellis; Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira da Assembleia de Minas Gerais e querido amigo; Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Assembleia e dileto amigo; e Deputado João Vítor Xavier, grande revelação em nosso querido Parlamento e relator do PMDI; Exma. Sra. Adriane Ricieri, Subsecretária de Gestão da Estratégia Governamental da Seplag; Exmo. Sr. André Abreu Reis, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Seplag; Srs. Deputados; Sras. Deputadas; e querida Roberta, em cuja pessoa saúdo os senhores e as senhoras que aqui se encontram.

A vida parlamentar e a grande demanda de ações voltadas para o desenvolvimento do Estado e para o bem-estar da população nos ensinam que é preciso muito critério na distribuição e aplicação dos recursos públicos, principalmente em momentos como o que estamos vivendo, de limitações orçamentárias e de incertezas no cenário econômico mundial. Aprendemos também, querido Deputado Bonifácio Mourão, diante das experiências da administração pública nos níveis federal, estadual e municipal, que o sucesso dos empreendimentos colocados em prática depende, em grande medida, de um bom planejamento. Ações descoordenadas ou desconectadas de uma visão de conjunto e de futuro certamente são acompanhadas de desperdício e ineficácia.

Essas duas preocupações, com a aplicação criteriosa dos recursos públicos e com o planejamento, constituem o norte e a essência do instrumento de política pública que discutiremos neste encontro: o PPAG para o período 2012-2015, enviado a esta Casa pelo governo do Estado e que deverá ser aprovado até o final do ano legislativo. Como sabemos, o PPAG estabelece, de forma regionalizada e para um período de quatro anos, os objetivos, as metas e os investimentos da administração pública estadual, por meio de programas e ações. Procura concretizar, em médio prazo, os objetivos estratégicos definidos no PMDI, elaborado para um período de 20 anos.

É oportuno lembrar, senhoras e senhores, que a cada ano a Assembleia Legislativa realiza audiências públicas para revisão e monitoramento do PPAG em parceria com o Poder Executivo e com entidades representativas da sociedade com o objetivo de avaliar a implementação das ações propostas e de apontar as correções de rumo que se julgarem necessárias. Esse processo de revisão ganhou, neste ano, um importante mecanismo de aprimoramento: a realização das audiências públicas diretamente pelas comissões temáticas da Casa, o que permite uma análise mais apurada de cada ação ou programa. Em 11 audiências, foram discutidos os conteúdos das 11 Áreas de Resultados definidas no PPAG.

A participação efetiva dos parlamentares nesse processo, analisando as propostas do governo e ouvindo as demandas da população, tem possibilitado avanços significativos na elaboração e acompanhamento das políticas públicas, contribuindo para que as ações de planejamento se revertam em melhorias concretas na qualidade de vida das pessoas.

Cabe ressaltar neste momento que o avanço mais qualitativo que a Assembleia Legislativa espera dos programas de desenvolvimento do Estado e, particularmente das proposições contidas no PPAG, é a redução dos níveis de pobreza e desigualdade que ainda persistem entre nós. A convicção de que essa é uma meta fundamental para os mineiros nos motivou a realizar, durante vários meses percorrendo todas as regiões do Estado, um grande seminário legislativo sobre o tema. A busca de um desenvolvimento mais justo e equilibrado, com oportunidade para todos, é, a propósito, a diretriz prioritária da Casa para o biênio 2011-2012.

Nesse sentido, foi com muita satisfação que, na sessão plenária final do seminário, a Mesa da Assembleia promulgou a Emenda à Constituição nº 86, que estabelece que a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais constituem, a partir de agora, objetivos prioritários do Estado de Minas Gerais.

Esperamos que, juntamente com essa emenda constitucional, as 84 propostas aprovadas no encerramento do seminário, sintetizando os anseios e as demandas apresentadas pelos mineiros em 12 encontros regionais e na etapa final, realizada neste Parlamento, inspirem os trabalhos que estamos iniciando e se reflitam no novo Plano Plurianual de Ação Governamental. Dessas 84 propostas, Deputado André Quintão, torço para que pelo menos 80 sejam aprovadas, e me darei por satisfeito.

Esta audiência pública ganha ainda maior relevância porque nela estaremos também discutindo o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - para o período 2011-2030, igualmente enviado a esta Casa pelo governo do Estado por meio de projeto de lei. Analisaremos ainda a Lei Orçamentária Anual - LOA -, que contém a estimativa de receitas e a previsão de despesas para 2012. Estaremos, assim, debatendo todo o sistema de planejamento do Estado em curto, médio e longo prazos. Agradecemos, portanto, às autoridades presentes, aos ilustres expositores e a todas as pessoas que aqui compareceram, com a convicção de que estamos fortalecendo a necessária parceria entre os poderes públicos e a sociedade, e contribuindo para que Minas Gerais tenha um desenvolvimento mais justo, equilibrado, mais solidário, e, acima de tudo, muito mais cristão. Muito obrigado. Mãos à obra, senhoras e senhores.

Palavras da Secretária Renata Vilhena

Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, em cuja pessoa cumprimento as demais autoridades da Mesa, demais Deputados presentes, as senhoras e os senhores. É uma grande honra estar participando mais um ano deste evento, quando teremos a oportunidade de debater o nosso planejamento estratégico de longo e médio prazos. Farei um pequeno resumo do que contém os nossos PMDI e PPAG.

O processo de planejamento estadual iniciou-se em fevereiro do corrente ano, momento a partir do qual todo o processo de revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e a elaboração do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2012-2015 se desdobraram em diversas ações e discussões acerca da estratégia de longo prazo do governo do Estado de Minas Gerais, bem como de sua Carteira de Programas Estruturadores. Como os senhores bem sabem, o PPAG 2012-2015 é o instrumento normatizador do planejamento da administração pública de médio prazo. É a referência para a formulação dos programas governamentais do quadriênio, orientando, acima de tudo, as proposições de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias anuais. O PPAG define qual será o escopo de atuação do Estado para um período de quatro anos, ou seja, define os programas e ações de governo, com suas respectivas metas físicas e orçamentárias, que serão executados durante esse período.

Os programas que compõem o PPAG 2012-2015 foram estruturados de acordo com as diretrizes estratégicas de governo e a disponibilidade de recursos, permitindo transparência na alocação de recursos e avaliação na aferição de resultados. Em Minas Gerais, o PPAG é elaborado de forma a assegurar os objetivos de longo prazo propostos pelo PMDI.

O PMDI, que será detalhado no momento seguinte, é o instrumento de planejamento de longo prazo responsável por balizar a elaboração dos outros instrumentos de planejamento, bem como o PPAG e a LOA. Dessa forma, sua principal função está na definição da visão de futuro e das diretrizes ou objetivos estratégicos do governo, estabelecendo, portanto, a estrutura superior do plano plurianual, à qual devem se vincular todos os programas e ações de governo. O PMDI, desde 2003, apresenta como visão tornar Minas o melhor Estado para se viver. Essa visão é o ponto de partida para a construção da agenda de iniciativas e estratégias. A estratégia de desenvolvimento para os próximos 20 anos mantém o compromisso de Minas Gerais com o desenvolvimento ancorado no binômio ajuste fiscal e melhorias inovadoras na gestão pública, ambos visando a produção de mais e melhores resultados para a população.

A concretização da estratégia proposta no PMDI tem como eixo a gestão para a cidadania e se traduz mediante definição de 11 redes de desenvolvimento integrado, as quais explicitam os grandes desafios a serem superados pelo governo. Já o PPAG observa essas redes e instrumentaliza os objetivos estratégicos e os indicadores finalísticos pretendidos no PMDI, na forma de programas e ações do governo, indica as metas físicas e os valores orçados nessas intervenções e no horizonte de quatro anos. Para esse plano, foram eleitos 31 programas estruturadores, que, em virtude das solicitações estratégicas do governo, terão um monitoramento especial a partir de uma nova metodologia de acompanhamento, na forma de projetos e processos estratégicos, organizadas sob a lógica de temas e resultados comuns.

No entanto, para contextualizar o momento no qual nos encontramos, vale a pena retrocedermos um pouco no tempo, quando em 2003 foi implantado o choque de gestão. No ano em referência, Minas se encontrava numa situação delicada, de âmbito fiscal e de sua capacidade de investimento, que era muito baixa. Nessa época, o grande desafio foi a recuperação do equilíbrio das contas públicas e a retomada da capacidade de investimento. Assim sendo, duas agendas foram postas em prática: uma centrada no ajuste fiscal, outra na construção de uma agenda de desenvolvimento.

A evolução do choque de gestão deu lugar, em 2007, ao Estado para Resultados, que visava a consolidar e a aprimorar o processo de transformação em curso e a garantir a sua irreversibilidade. Buscou-se melhorar ainda mais a aplicação dos recursos por meio da priorização de metas e da consolidação de uma carteira de projetos estruturadores orientados para resultados. Nesse momento, prioridades e metas foram revistas em sintonia com as estratégias e orientações traçadas no PMDI. Os resultados obtidos, revelados pela evolução positiva dos indicadores econômicos e sociais, demonstraram como o modelo de gestão implantado propiciou a recuperação do papel do governo, além de produzir avanços importantes no atendimento às demandas da sociedade.

Nos últimos anos Minas tem-se colocado diante de novos desafios. A posição central que a economia mineira ocupa no Brasil, bem como a diversidade de suas regiões e sua grande extensão territorial, continuam a requerer inovações na forma de governar. Se de um lado foram alcançados muitos progressos na oferta dos serviços públicos em geral, de outro ainda persistem os problemas relacionados à redução da pobreza, à desigualdade social, à diversificação da economia, aos serviços públicos de saúde, educação e segurança, entre outros.

Neste momento, o desafio de tornar permanentes e contínuas todas as conquistas atingidas divide espaço com o compromisso do governo de intensificar a evolução da trajetória de modernização da gestão pública. E, para alcançar a visão de futuro, de tornar Minas o melhor Estado para se viver, é preciso fazer muito mais, e é com esse espírito de entusiasmo que essa nova versão do PMDI e do PPAG foi elaborada.

O compartilhamento de responsabilidades e a corresponsabilidade legalmente regulada encontram-se no centro dos novos desafios dos Estados contemporâneos e constitui-se num dos elementos centrais da revisão da estratégia de desenvolvimento do nosso Estado. Dessa forma, o governo adota o conceito de Estado aberto e em rede, que atua com outras esferas da sociedade sem perder a sua força de regular a organização social e as atividades econômicas, um Estado que opera em parceria e incorpora como pilar a gestão para a cidadania sem negligenciar o equilíbrio fiscal e a busca por maior produtividade e qualidade no gasto público, ambos visando à produção de mais e melhores resultados para a população.

A gestão para a cidadania incorpora, como principal desafio para o governo, a participação da sociedade civil organizada na priorização e acompanhamento da implementação da estratégia governamental. E, se o governo de Minas já conseguiu demonstrar à sociedade mineira e ao Brasil que a gestão pública é muito importante, agora é hora de demonstrar que a participação da sociedade nas questões de governo e de interesse público é igualmente relevante.

Ressalto que a implantação da gestão para a cidadania está ancorada em quatro princípios: transparência, prioridades claras, engajamento da sociedade civil e participação com qualidade.

E é nessa direção que se organiza a estratégia de desenvolvimento para os próximos 20 anos, explicitada no PMDI, que estabelece 11 redes de desenvolvimento integrado, criadas com o objetivo de proporcionar um comportamento cooperativo e integrado entre agentes e instituições, em torno de grandes escolhas para o futuro de Minas Gerais, de acordo com a capacidade de integração das ações de governo e de agregação de valor para a sociedade. Tais redes focalizam metas-síntese e se desdobram em objetivos, estratégias e indicadores com metas de desempenho para produzir e medir as transformações desejadas em cada uma delas. E é por esses resultados que o atual governo deverá ser cobrado.

Em relação ao PMDI, as principais mudanças e inovações propostas a esta Casa são: a incorporação de quatro novos atributos para a visão de futuro, ou seja, a visão de futuro tornar Minas o melhor Estado para se viver continua sendo o ponto de partida para a construção de uma agenda de iniciativas estratégicas do governo, a partir de 2011. Porém, a ela incorporamos agora quatro atributos fundamentais: a prosperidade, que representa a aspiração a um ambiente socioeconômico desenvolvido, com forte empreendedorismo, elevada produtividade da economia, mais e melhores oportunidades de trabalho, educação e alto padrão de bem-estar da população; a qualidade de vida, que exprime o compromisso com a melhora das condições vividas pela população, conjugando oportunidades de trabalho com acesso a serviços públicos de qualidade; a sustentabilidade, que promove o caráter duradouro e harmônico do desenvolvimento ao longo do tempo, com novos modelos de financiamento e uso racional dos recursos, vislumbrando as gerações futuras; e a cidadania, que consiste na garantia dos direitos fundamentais a toda a população mineira, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza o indivíduo como protagonista no processo de desenvolvimento.

O plano apresenta, em cada uma das 11 redes de desenvolvimento integrado, sua meta-síntese e se desdobra em objetivos, indicadores e metas para 2015, 2022 e 2030. Investimos mais fortemente na identificação de indicadores mais amplos e robustos, que consigam medir com maior clareza os objetivos que se pretendem alcançar em cada dessas redes.

Além do exposto, o PMDI trouxe ainda mais uma inovação: a preocupação com a integração regional e com o desenvolvimento equalizador perpassa todas as redes e é afirmada através da regionalização da estratégia. O novo plano apresenta uma caracterização econômica e social das redes de planejamento e o delineamento do modelo de governança para viabilização da gestão regionalizada e participativa e propõe indicadores e metas de curto prazo a serem monitoradas em cada uma das regiões do Estado.

A estratégia de regionalização proposta consiste em focalizar ações nos territórios, de modo a potencializar suas vantagens comparativas e a compensar as carências territoriais, minimizando as desigualdades regionais.

Já no PPAG, que também será mais bem detalhado aos senhores no momento seguinte, destaco os programas estruturadores que têm como objetivo transformar em realidade a visão de futuro por meio de ações concretas e objetivos e resultados efetivos, visíveis e quantificáveis, imprimindo a marca das realizações do governo. Tais programas devem ter a capacidade de alavancar, de maneira sinérgica, outras iniciativas públicas e privadas capazes de multiplicar esses efeitos. No contexto da elaboração do PPAG, a carteira de programas foi mais uma vez renovada, tendo em vista alinhá-la aos objetivos estratégicos e resultados finalísticos estabelecidos em

cada uma das redes de desenvolvimento. Dessa forma, os programas foram agrupados nas redes em função de sua capacidade transformadora e de sua sinergia potencial.

A lógica da geração de resultado, porém, foi estabelecida da seguinte maneira: os produtos, bens e serviços gerados pelos projetos e processos estratégicos de um mesmo programa promovem em conjunto uma transformação na realidade social que contribui para o alcance dos objetivos estratégicos, das metas e dos indicadores finalísticos, mensurados pelas redes de desenvolvimento integrado. Percebe-se, então, que o programa estruturador teve seu escopo ampliado, uma vez que agora sua grande preocupação está na transformação da realidade de determinada área da sociedade.

Consoante os valores detalhados no PPAG 2012-2015 para os programas estruturadores, a saber, 57 bilhões de reais, verifica-se um crescimento de aproximadamente 85% em relação ao PPAG 2008-2011, já descontada a inflação do período. Esse crescimento expressivo na alocação de recursos reafirma a importância dada pelo governo às políticas consideradas estratégicas para o enfrentamento dos entraves ao desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais. Do sucesso dos Programas Estruturadores dependem a viabilização de diversos outros projetos, a concretização da visão de futuro do governo e a capacidade de mobilização de recursos públicos e privados alocados em atividades estruturantes, geradoras de desenvolvimento socioeconômico. Materializa-se, assim, o ambiente de planejamento, orçamento e gestão que assegurará o desempenho do governo no próximo quadriênio.

Como breve ilustração, as Redes de Desenvolvimento Integrado com maior participação no PPAG 2012-2015 são Educação e Desenvolvimento Humano, com R\$26,59 bilhões de reais, 31,72%; Atenção à Saúde, R\$18,95 bilhões, 22,60%, e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, R\$17,76 bilhões, 21,19%.

No que se refere à distribuição “per capita” projetada para os programas estruturadores e associados vinculados às Redes de Desenvolvimento Integrado, destaca-se a intensificação de esforços no Grande Norte do Estado, sobretudo com relação aos programas Educação para Crescer, Redes Integradas de Serviços de Saúde, Minas Logística e Infraestrutura de Defesa Social. Com mais de 47 bilhões de reais destinados à atuação na área de previdência social, essa função configura-se como a segunda com maior montante de recursos esperados para o PPAG 2012-2015. Tais gastos são principalmente voltados ao pagamento de inativos da Polícia Militar de Minas Gerais e da Secretaria de Educação, que juntos somam R\$18,5 bilhões de reais do total destinado à função. Cabe considerar que as funções encargos especiais e previdência social, educação, saúde e segurança pública representam juntas 78,66%, R\$230,5 bilhões de reais do total de recursos previstos para o PPAG 2012-2015.

Outra forma de consolidação dos programas e ações do PPAG refere-se ao agrupamento por área temática, compreendendo os programas padronizados, sociais, de infraestrutura, de desenvolvimento sustentável, temáticos institucionais e os de gestão e serviços ao Estado. Excetuando os programas padronizados, os quais concentram os dispêndios obrigatórios e os gastos com manutenção administrativa, o PPAG apresenta a seguinte composição relativa: 67,81% para programas sociais; 14% para programas de infraestrutura; 8,24% para programas de desenvolvimento sustentável; 6,44% para programas temáticos institucionais e 3,51% para programas de gestão de serviços ao Estado. Logo, do valor total do PPAG 2012-2015, a saber, R\$293,09 bilhões de reais, apenas 35,77%, R\$104,83 bilhões de reais, representam uma margem com algum grau de discricionariedade na aplicação dos recursos.

Os 13 programas arrolados acima representam 83,54% dos recursos alocados nas políticas sociais em todo o horizonte temporal do plano. No âmbito dos programas sociais, destacam-se as funções educação, com R\$27,16 bilhões de reais; saúde, R\$23,18 bilhões de reais; previdência social, R\$9,5 bilhões de reais; segurança pública, R\$7,46 bilhões de reais; e assistência social, R\$1,01 bilhão de reais.

Quanto aos recursos destinados às políticas de infraestrutura no PPAG 2012-2015, os seis programas representam 89,67% dos recursos, destacando R\$11,82 bilhões de reais para energia e R\$2,59 bilhões de reais para transporte.

Quanto aos recursos destinados às políticas de desenvolvimento sustentável, temos 10 programas que representam 88,71% dos recursos alocados em todo o horizonte temporal do plano. Na área de políticas de gestão e serviços, 37,60% dos recursos alocados nas políticas de gestão e serviços ao Estado em todo o horizonte temporal do plano. No âmbito dos programas de gestão e serviços ao Estado, destacam-se as funções administração, R\$3,44 bilhões de reais, na área de administração, e R\$83,8 milhões de reais na indústria.

Para finalizar, quero dizer que diante desses desafios iniciou-se a terceira fase do choque de gestão, a gestão para a cidadania, que tem como princípio a gestão regionalizada e participativa, em que o governo propõe um modelo que envolve a participação da sociedade civil organizada e a regionalização das estratégias e das políticas públicas identificadas. São, assim, diferentes necessidades e prioridades.

Iniciamos um projeto-piloto nas regiões do Norte de Minas e do Rio Doce para priorização dessas estratégias junto à sociedade civil, que demonstrou resultado muito efetivo. Dele temos como produto um caderno de prioridades, que passa a ser acompanhado por toda a sociedade civil eleita na região. A partir do ano que vem, nossa proposta é ampliá-lo para as demais regiões de planejamento do Estado, de forma que a sociedade participe da priorização de nossas estratégias e acompanhe a execução e as transformações que acontecem de forma regionalizada. Esse era um grande desafio para o nosso PMDI e o nosso PPAG em cada uma das regiões do Estado.

Peço desculpas se me alonguei, mas são pontos muito importantes em que foram possíveis os avanços, dado nosso histórico, desde 2003, de uma prática de planejamento já consolidada na administração pública. A Adriane e o André poderão detalhar todos os números que expus, de forma que cada um dos senhores e cada uma das senhoras os entendam e deem sugestões. Bom trabalho a todos e boa tarde.

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Boa tarde a todos os presentes. Na sequência, passarei a palavra ao Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e parceiro importante na condução dos trabalhos, uma vez que, desde, 2003, as audiências de formulação e revisão do PPAG têm sido realizadas em parceria também com essa Comissão. Portanto, saliento a importância da presença e da palavra, neste momento, do Deputado Zé Maia.



O Deputado Zé Maia - Boa tarde a todas e a todos. Deputado André Quintão, antes ouviremos o Deputado João Vítor Xavier, relator do PMDI. Falaremos na sequência, e o Deputado André Quintão coordenará os debates com nossos convidados. Deputado João Vítor Xavier.

Palavras do Deputado João Vítor Xavier

Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento o Deputado Zé Maia, em cuja pessoa cumprimento toda a Mesa; e a Deputada Luzia Ferreira, em cuja pessoa cumprimento todos os parlamentares. Cumprimento também o Deputado Bosco, que está aqui, e as senhoras e os senhores.

Tive a responsabilidade e a honra de ser indicado pelo Deputado Zé Maia, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Casa, para relatar o PMDI, nosso planejamento a longo prazo que agora vai até 2030. Se, por um lado, não carrego a experiência do Deputado Bonifácio Mourão, que estava presente até agora, tenho uma responsabilidade diferente. Por ser um dos Deputados mais jovens da Casa, tenho a responsabilidade de saber que aqui estamos construindo o planejamento, do qual, muito provavelmente, participarei ativamente, senão como parlamentar, como cidadão de Minas Gerais. É uma responsabilidade que se torna ainda maior, levando-se em conta que serei pai daqui a quatro meses. Isso que está em minhas mãos é o planejamento do futuro de todos nós e também do futuro de meu filho que chegará em quatro meses.

Espero que ele esteja saudável daqui a 20 anos e usufruindo principalmente da meta-síntese, que é transformar Minas Gerais no melhor Estado para se viver. Só conseguiremos isso por meio de uma gestão eficiente e eficaz, por meio do combate ativo da corrupção no serviço público e, principalmente, com o bom uso e o bom gasto do dinheiro público em todas as partes do nosso Estado e do Brasil. Temos a consciência de que Minas tem avançado muito nos últimos anos, por meio de políticas públicas que primam pelo bom uso do dinheiro público, pelo respeito às contas do Estado de Minas Gerais, pela boa capacidade de investimento e principalmente pelo respeito aos mineiros e às mineiras. Temos certeza absoluta de que construiremos também, por meio de medidas fiscais de curto, médio e longo prazo - como no caso do PMDI -, um Estado melhor para vivermos em 2020, 2025 e 2030. Esperamos que Minas Gerais, na sua plenitude, seja o melhor Estado para se viver.

Deputado Paulo Guedes, que adentra o recinto neste momento, com essa construção teremos o Estado de Minas Gerais, que tem o tamanho de um país, o tamanho de uma nação, respeitando suas desigualdades culturais e, principalmente, fazendo com que essas diferenças tenham equilíbrio no tocante a investimento público e oportunidades para as pessoas. Dessa forma, haverá chances para cada mineira e cada mineiro que se encontram do extremo Sul de Minas, na divisa com São Paulo, ao extremo Norte de Minas, na divisa com a Bahia, a fim de que tenham um futuro melhor para si e para seus filhos. Temos a certeza de que o caminho apresentado pelo governo do Estado é construir um Estado melhor para cada um de nós, por meio do combate profundo, sistemático e firme à pobreza e à desigualdade. Esse é o caminho para construirmos uma Minas Gerais melhor. O combate à pobreza só se dá, de maneira efetiva, com gasto equilibrado, responsável e com a decisão de governo de investir para se ter um Estado melhor e uma população mais igualitária, numa situação em que todos tenham condições de viver melhor, com acesso à educação, à saúde e ao emprego. O Estado de Minas Gerais, em 2030, sem pobreza e sem desigualdades, é um desafio que todos nós temos pela frente, mas teremos de dar, a partir de agora, este primeiro passo, com o PMDI.

Que Deus abençoe a todos nós, que aqui estamos para trabalhar! Que Deus abençoe esta Casa e o governo de Minas, para que possamos, não apenas no papel mas também na prática, construir uma Minas Gerais com menos desigualdade e com mais oportunidades. Que possamos, principalmente, realizar a meta-síntese deste projeto que está nas minhas mãos: tornar Minas Gerais o melhor Estado para se viver em 2030. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Zé Maia

Queria agradecer a presença e a contribuição de cada um de vocês aqui, neste evento. Cumprimento o Deputado André Quintão, pois desde que assumiu a Comissão de Participação Popular tem dado à discussão das peças que compõem o Orçamento do Estado de Minas Gerais uma contribuição inestimável, sobretudo no contato com a sociedade civil organizada. A Assembleia tem feito esse trabalho a várias mãos, e o Deputado André Quintão tem exercido um papel importante neste processo de discussão.

Da mesma forma, quero cumprimentar os parlamentares presentes, especialmente o Deputado João Vítor Xavier, pela forma inovadora como tem conduzido a relatoria do PMDI. V. Exa. acaba de chegar aqui, mas vem com uma bagagem da Câmara Municipal de Belo Horizonte e, sem dúvida alguma, tem trabalhado muito nesse projeto do PMDI. Esse é um enorme desafio, porque ele traz a estratégia do governo de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa, enfim, de todos nós. É uma estratégia para os próximos 20 anos. Minas Gerais tem essa peculiaridade: PMDI tem um planejamento para 20 anos; PPAG, um planejamento de médio prazo para 4 anos; e a própria Lei Orçamentária para ser executada no ano seguinte. É um sistema sofisticado de peças orçamentárias e, sobretudo, de inovação. E está sendo feito o debate com a sociedade civil organizada.

A presença de cada um de vocês aqui e sua contribuição, sem dúvida alguma, trazem a todos nós, parlamentares, subsídios importantes. Certamente a contribuição de cada um de vocês norteará os nossos trabalhos aqui, tudo isso visando a que os objetivos contidos nessas peças orçamentárias cheguem à população de Minas Gerais. Se os investimentos e as ações previstas no PMDI, no PPAG, na LDO e na lei orçamentária se destinam à sociedade, é fundamental que nós, obrigatoriamente, ouçamos os destinatários dessas ações, para fazermos a maior justiça social possível. Essa é a razão desta convocação. Trazer aqui vocês, para que possam ouvir, falar e apresentar sugestões. Acho que o ponto alto do processo de discussão do orçamento em Minas Gerais é a presença de cada um de vocês aqui, com a contribuição inestimável que certamente cada um tem dado. Isso tem ocorrido em anos anteriores, com altíssimo nível e enorme contribuição de cada um de vocês ao Parlamento mineiro. Estão aqui também o meu caro Deputado André Quintão; o Subsecretário André Abreu Reis; o Dr. Geraldo de Moraes Júnior, representando o Dr. Jairo Léllis, Chefe da Polícia Civil; e a Dra. Adriane Ricieri, Subsecretária da Seplog.

É importante destacar a parceria do governo do Estado. Sempre houve uma enorme facilidade dos órgãos do governo de virem ao Parlamento discutir com a Assembleia e com a sociedade, com disposição, boa vontade e enorme conhecimento. A parceria do

governo do Estado em vir aqui, abrir, conversar, dialogar. Às vezes o Poder Executivo fica um pouco distante da sociedade, mas há que se fazer justiça que o governo de Minas tem procurado essa parceria com o Parlamento mineiro, sobretudo com a sociedade civil neste debate. Agradecemos muito a disposição, a disponibilidade, a boa vontade e o comprometimento dos técnicos, dos políticos, enfim, dos que compõem o governo de Minas Gerais, a enorme contribuição nesse processo de discussão, que, em princípio e no passado, era apenas uma discussão no Parlamento. Hoje essa discussão está sendo feita com o governo do Estado e com sociedade civil, ampliando muito o debate. Quando se amplia o debate, sem dúvida alguma quem ganha é a população de Minas Gerais. São essas as nossas palavras. Passamos a palavra ao Deputado André Quintão, para coordenar os debates e continuar os trabalhos, e agradecemos a presença de cada um de vocês. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Iniciamos a nova etapa de trabalho dizendo que, neste primeiro dia, hoje, o objetivo é haver um nivelamento sobre informações da atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI - e da estratégia do PPAG 2012-2015. Teremos duas exposições, da Sra. Adriane e do Sr. André Reis, e abriremos para perguntas gerais e esclarecimentos sobre as exposições, lembrando que amanhã, terça-feira, e quarta-feira, as redes, que serão aqui apresentadas, onde estão os programas estruturadores... Este ano há uma boa novidade: as comissões temáticas da Assembleia estão plenamente incorporadas no processo e coordenarão o trabalho que, quem já participa, conhece. A exposição dos programas estruturadores, com um espaço de discussão e de apresentação de sugestões, que são processadas e formatadas tecnicamente pelo corpo de Consultores da Casa. Agradecemos o Superintendente de Planejamento, Gestão e Finanças da Polícia Civil, Dr. Geraldo de Moraes Júnior, e a todos os integrantes desta Mesa, particularmente os Deputados Zé Maia e João Vítor Xavier, além dos demais Deputados presentes aqui no Plenário. Com a palavra, a Sra. Adriane Ricieri, Subsecretária de Gestão da Estratégia Governamental da Seplag, que disporá de até 30 minutos para fazer a apresentação da atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – 2011-2030.

Palavras da Sra. Adriane Ricieri

Boa tarde a todos. Cumprimento o Sr. Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, e em sua pessoa, os demais integrantes da Mesa. Senhoras e Senhores. Em primeiro lugar, agradeço o convite para estar aqui nesta Casa e a oportunidade de apresentar a todas as senhoras e a todos os senhores o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, com horizontes para 2030, revisado neste ano de 2011.

Para contextualizar, antes de entrar no PMDI propriamente dito, perpassaremos pelas três gerações do choque de gestão, que culminou com a terceira geração, e a necessidade, de revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. Tivemos a primeira geração, que foi o choque de gestão, propriamente dito, em que se buscou o ajuste fiscal e, por consequência, o equilíbrio fiscal; a segunda geração, com a melhoria do desempenho gerencial, visando a resultados, com a consolidação da prática de acompanhamento dos projetos nos órgãos centrais, bem como ferramentas para aumento, com foco em resultados, culminando no Estado para Resultados. Enfim, a terceira geração, que é o Estado em Rede, com uma estratégia maior de gestão para a cidadania. Foi a partir dessa terceira geração que sentimos a necessidade de promover uma nova revisão no plano, elaborado, a princípio, na sua primeira versão, em 2003, revisado em 2007, e agora na sua terceira revisão. Antes de entrar no detalhamento do plano, trouxe aqui um vídeo para ilustrar uma pequena síntese do que consiste todo esse processo de revisão.

- Procede-se à exibição do vídeo.

A Sra. Adriane Ricieri - Dando continuidade à apresentação, o que passamos no vídeo foi uma pequena síntese que tentarei detalhar ao longo da minha exposição. Alinhamento dos instrumentos de planejamento e gestão. O PMDI é a nossa visão de longo prazo, que prevê o horizonte de 2030, e onde estão estabelecidas as diretrizes estratégicas. Compõem o PMDI a visão de futuro, os objetivos estratégicos e as redes de desenvolvimento, no total de 11. O nosso planejamento de médio prazo, que se configura no PPAG, é a materialização dessa estratégia em políticas públicas, a vigorar no período de 2012 a 2015. Compõem o PPAG os programas estruturadores, os programas associados, os programas especiais e os valores plurianuais. A Lei Orçamentária Anual – LOA –, que se compõe de detalhamento da receita e detalhamento da despesa plurianuais, fixa receitas e autoriza despesas para o período de 2012.

A revisão do PMDI foi dividida em algumas etapas. Julguei importante falar sobre isso para que vocês conheçam o processo de construção dessa revisão e desse novo documento submetido à Assembleia Legislativa em forma de projeto de lei. A primeira etapa diz respeito à coleta de insumos para a estratégia. A partir do planejamento do projeto foi feita uma entrevista com o Governador Antonio Anastasia, bem como com os principais executivos e dirigentes do governo, além de uma análise documental e uma atualização do inventário de projetos e processos estratégicos que estavam em vigor e os novos que estavam em elaboração – foi feito um inventário bastante extenso. A revisão dos cenários até então expostos no PMDI em vigor e uma série de estudos situacionais foram subsídios importantes na primeira etapa de coleta de insumos.

A segunda fase consistiu no alinhamento e validação da estratégia. Foi feita uma oficina com os principais dirigentes do Poder Executivo, além de especialistas. Os principais insumos, além do programa de governo, foram a agenda de melhorias e o PMDI atual. A partir desses três instrumentos foi elaborado um caderno de trabalho, enviado à oficina para que a estratégia fosse discutida. O terceiro momento se refere à consolidação do PMDI e o alinhamento setorial. A partir da oficina consolidamos a primeira versão desse documento e extraímos as diretrizes para que todos os órgãos fizessem o seu alinhamento setorial. A primeira versão foi submetida ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que é quem aprova o PMDI e o submete à Assembleia Legislativa em forma de projeto de lei. Esse conselho é composto por todos os Secretários de Estado, além de representantes de entidades de classe indicadas pelo governo, a partir de formadores de opinião. A partir daí, o PMDI foi encaminhado a esta Casa. A quarta fase foi a estruturação do novo portfólio de programas estruturadores com projetos e processos estratégicos, que compuseram o novo PPAG 2012-2015. A quinta fase é a consolidação desse novo portfólio, bem como a definição do modelo de monitoramento e gestão expandida. A partir desta instauração do Estado em rede, dos seus novos arranjos institucionais que permitem essa gestão de rede, o Estado também está definindo uma nova forma de prover todo monitoramento das políticas e dos programas estruturadores.

A organização do Plano de Desenvolvimento Integrado é formado por alguns elementos. Então temos as tendências e incertezas críticas tanto para mundo, Brasil e Minas Gerais. Então foi feita uma revisão dos cenários que consta do novo documento onde também indicamos as fragilidades e potencialidades do nosso Estado. Os macrodesafios para 2030 estão configurados a partir da visão de futuro. Foram adicionados atributos a essa visão, além de grandes desafios estratégicos.

Os objetivos estratégicos estão organizados a partir das redes de governo onde cada uma delas tem os objetivos estratégicos de médio e longo prazos, estratégias prioritárias e alguns indicadores e metas de médio e longo prazos. Alguns desses indicadores, os que foram possíveis e que são passíveis de regionalização, foram regionalizados. Quanto aos instrumentos de desdobramento dessas estratégias, permanecem os programas estruturadores, só que agora divididos em projetos e processos estratégicos, cada um com uma forma de monitoramento específica, além dos instrumentos já vigentes, como a Agenda Setorial, as Estratégias Regionalizadas e o Acordo de Resultados que permanecem como um instrumento de contratualização no governo de Minas Gerais.

Visão de futuro e seus atributos. A visão de futuro para Minas Gerais permanece a mesma do PMDI, que é tornar Minas o melhor Estado para se viver. Essa é a visão que temos perseguido até aqui e continuaremos perseguindo nos próximos anos. Só que a essa visão foram incorporados alguns atributos de valor, como prosperidade, qualidade de vida, sustentabilidade e cidadania. Em que consiste cada um desses atributos? A prosperidade representa a aspiração de um ambiente socioeconômico desenvolvido, com forte empreendedorismo, elevada produtividade econômica, mais e melhores oportunidades de trabalho, educação e bem-estar da população. Uma economia dinâmica, competitiva, com forte dose tecnológica, inclusiva e diversificada, pressupondo uma infraestrutura adequada que incorpora novas formas de organização da produção, adota a inovação permanente, além de fortalecer a identidade, inserindo Minas, cada vez mais, nos mercados globais e na economia do conhecimento.

A qualidade de vida exprime o compromisso com a melhoria das condições vividas pela população, conjugando oportunidades de trabalho, além de acesso a serviços públicos de qualidade, em especial os referentes à educação, à saúde e à segurança. Além disso, busca a ampliação permanente das capacidades individuais e coletivas da autonomia e da emancipação social. Quanto à sustentabilidade, o principal objetivo é promover o caráter duradouro e harmônico do desenvolvimento com novos modelos de financiamento, a partir do uso racional de recursos, harmonizando as dimensões ambiental, política, econômica e social. Além disso, pressupõe a transparência e a austeridade, bem como um ambiente seguro e confiável, propício à atração e à retenção de investimentos.

O atributo “cidadania” consiste na garantia dos direitos fundamentais à população mineira, ao mesmo tempo que se reconhece e valoriza o indivíduo como protagonista no processo de desenvolvimento; buscando igual acesso às oportunidades e a participação do cidadão na formulação e no monitoramento das políticas públicas e nas questões de interesse público.

Enquanto a primeira e a segunda geração do choque de gestão levaram o Estado até o cidadão, a terceira geração, a partir dessa visão de futuro, e com esses atributos incorporados, aproxima o cidadão do governo, a fim de que ele seja não só coautor dessas políticas, mas também exerça um papel importante no monitoramento delas.

Salientamos 10 desafios que conduzem toda a nossa atuação ao longo dos próximos anos, os quais devem ser enfrentados pelas estratégias, pelos indicadores e pelas metas que serão expostos, com maior detalhe, posteriormente. São eles: reduzir a pobreza e as desigualdades; aumentar o número de empregos e as possibilidades de realização profissional; garantir o direito de morar dignamente e viver bem; desenvolver e diversificar a economia mineira e estimular a inovação; viver mais e com saúde; transformar a sociedade pela educação e pela cultura; aumentar a segurança e também a sensação de segurança; promover e garantir a utilização sustentável dos recursos ambientais; ampliar e modernizar a infraestrutura e os serviços públicos; assegurar os direitos fundamentais e fomentar a participação do cidadão. Esses são objetivos a serem perseguidos nos próximos anos, com estratégias materializadas a partir dos nossos programas estruturadores.

O nosso mapa estratégico, a partir dessa revisão, configura-se da seguinte maneira: o Qualidade e Produtividade do Gasto, assim como o Estado para Resultados, passam a ser pressupostos nessa nova geração, que tem como estratégia maior a Gestão para a Cidadania. Esses três componentes estão inseridos na rede de governo integrado, eficiente e eficaz, que tem como meta-síntese a gestão pública efetiva e próxima da sociedade. Essa é a base de nosso mapa estratégico.

Na sequência, temos mais três redes de desenvolvimento integrado: a Rede de Tecnologia e Inovação, que atribuímos à meta-síntese “Ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento e cidadania”; a Rede de Infraestrutura, com a meta-síntese “Infraestrutura adequada proporcionando mais competitividade e qualidade de vida”; e a Rede de Cidades, com “Cidades com mais qualidade de vida e ordenamento territorial”.

Em seguida, mais três redes: a Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável, que pressupõe uma economia dinâmica, mais diversificada, competitiva, com crescimento sustentável e inclusivo; a Rede de Desenvolvimento Rural, com maior produção e qualidade na agricultura familiar e no agronegócio de Minas Gerais; e a Rede de Identidade Mineira, com o Estado mais singular, diverso e criativo na cultura, no esporte e no turismo. Também há a Rede de Defesa e Segurança, promovendo elevada sensação de segurança, menos violência e criminalidade.

Mencionem-se ainda a Rede de Educação e Desenvolvimento Humano, dando amplo acesso à educação de qualidade e facilitando o acesso ao mercado de trabalho, a Rede de Atenção em Saúde, promovendo maior qualidade e expectativa de vida; a Rede de Desenvolvimento Social e Proteção, que está na ponta desse mapa estratégico, combatendo a pobreza e a desigualdade social. Essas redes estão sendo elaboradas a partir dos programas estruturadores distribuídos entre elas para que se consiga atingir os atributos de valor, prosperidade, qualidade de vida, sustentabilidade e cidadania e se materialize a nossa “visão de futuro”, que é a de “tornar Minas o melhor Estado para se viver”.

Darei mais detalhes de cada uma das redes, com as principais estratégias que definimos, e de alguns indicadores e algumas metas estabelecidas para esses indicadores, além dos objetivos estratégicos estabelecidos para cada uma delas. Quanto à Rede de Educação e Desenvolvimento Humano, trouxe alguns dados para podermos nos situar e até mesmo fazer uma conexão com os indicadores e as

metas que foram estabelecidas para essa rede. Vou destacar alguns dados: o mercado de trabalho de Minas Gerais em 2010, em milhares: vagas sem colocação, 121; profissionais sem colocação, 485; pessoas inscritas, 596; vagas, 222; e pessoas colocadas, 101.

A escolaridade média da população de 25 anos ou mais: países do OCDE, de 12 a 14; o Brasil com 7; a Região Sudeste, com 7,7; e Minas Gerais, com 6,9. É importante dizer que a escolaridade média da população do Brasil joga o nosso IDH para baixo.

Alguns outros dados: o percentual de alunos por padrão de desempenho no 5º ano do ensino fundamental no período de 2006 a 2010. Podemos observar que o padrão baixo tem diminuído ao longo do tempo; o padrão recomendado, em Português já chega a 43,3%, em 2010, e em Matemática, a 59,4%. Em outros indicadores, veremos que as metas pactuadas são bastante ousadas em relação aos dados apresentados.

Quais as transformações que esperamos a partir desse novo plano para essa rede de desenvolvimento? Os objetivos estratégicos: acelerar o aumento da escolaridade média da população; consolidar a rede pública como um sistema inclusivo de alto desempenho; aumentar o emprego e a renda; romper o ciclo da pobreza e reduzir a desigualdade social. Esses são alguns dos objetivos para os quais foram estabelecidos indicadores e metas a serem atingidos.

Alguns indicadores para essa rede: escolaridade média da população adulta (25 anos ou mais): a situação atual é de 6,9; nossa proposta é que suba para 8 em 2015; para 9, em 2022; e para 12, em 2030.

Quero destacar outros indicadores: o Ideb do ensino médio, rede estadual: a situação atual é de 3,6; as nossas metas para 2015, 2022 e 2030 passam, respectivamente, por 4,4; 5,3; chegando a 7.

Todas as metas foram elaboradas a partir de parâmetros técnicos, de alguns históricos e de “benchmarking”, estudados ao longo do processo de revisão do PMDI.

Quanto ao percentual de alunos do 5º ano do ensino fundamental no nível recomendável de proficiência em Matemática, a situação atual é de 48,7%; nossa proposta é que cheguemos a 56,9% em 2015, a 70% em 2022 e a 88,9% em 2030. Vale destacar que estamos falando em rede pública, não apenas em rede estadual. Pressupomos a visão em rede que este governo está propondo, e que revela ousadia.

Outro indicador a destacar é o Pisa, o percentual de alunos no nível recomendável em leitura. Ressaltando que tomamos como referência de fonte países do OCDE, a situação atual é de 30,7%; estamos propondo 37% para 2015, 44% para 2022 e 57% para 2030.

Vemos aqui outros indicadores em que também tomamos por base os países do OCDE.

Aqui, algumas estratégias prioritárias para essa rede. A primeira é desenvolver os professores desde a sua formação até o seu desempenho em sala de aula, dando ênfase à formação superior, à avaliação e à premiação por resultados, à formação continuada, ao apoio metodológico e à valorização profissional. Outra estratégia é universalizar o acesso e ampliar a atratividade do ensino médio, uma das prioridades deste governo. Outras estratégias são: desenvolver a capacidade gerencial dos Diretores de escolas públicas; elevar a qualidade da educação de forma sustentável; implantar ampla parceria entre entidades governamentais e privadas, para um grande esforço de qualificação, capacitação e formação profissional técnica de qualidade; implantar a Rede Mineira de Trabalho, visando à melhoria da qualidade na preparação da mão de obra e à ampliação das oportunidades profissionais, um dos grandes problemas atuais; e identificar as cidades com baixo dinamismo econômico, renda e nível de emprego, para a criação de oportunidades profissionais.

Vemos aqui, na Rede de Defesa e Segurança, alguns dados situacionais. Ressaltando que o último ano registrado foi 2010, podemos observar que a evolução da taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Minas Gerais vem caindo gradativamente desde 2003.

Entre as principais transformações a partir dos objetivos estratégicos estabelecidos para essa rede, podemos destacar: reduzir a incidência de violência, de criminalidade e de desastres nas áreas urbanas e rurais; ampliar a segurança e a sensação de segurança; combater o consumo e o tráfico de drogas e reduzir a violência no trânsito. Vemos aqui alguns indicadores que vale a pena destacar. A situação atual, registrada em 2010, da taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes é de 296,1; a meta é reduzi-la para 244 em 2015, 197 em 2022 e 161 em 2030. Quanto à taxa de mortalidade por uso de drogas, a situação atual, também registrada em 2010, é de 6,2; a meta é reduzi-la para 5,5 em 2015, 3,5 em 2022 e 2,8 em 2030.

Entre as estratégias prioritárias estabelecidas para essa rede, temos: consolidar a integração das ações das Polícias Civil e Militar, da Defensoria Pública, do sistema prisional e socioeducativo e do Corpo de Bombeiros Militar, compartilhando não só a formação e a qualificação continuada e os bancos de dados, mas também métodos de gestão, informações e conhecimentos; modernizar as técnicas de gestão e aumentar a integração dos sistemas socioeducativos e prisional; prevenir a violência e os sinistros no meio urbano; aumentar a efetividade das políticas contra as drogas e prevenir acidentes no trânsito.

Aqui, vemos alguns dados situacionais que vale a pena destacar na Rede de Atenção em Saúde. O primeiro é esperança de vida, ao nascer, em anos, nas grandes regiões do Brasil, nos anos de 2000, 2008 e 2009: Minas Gerais chega a 75,1 anos em 2009.

A taxa de anos potenciais de vida perdidos por doenças cardiovasculares e diabetes, por mil habitantes em Minas Gerais, entre 2002 a 2009, em valores percentuais chega a 14,1%. Algumas transformações, distribuídas a partir dos objetivos estratégicos para essa rede: universalizar o acesso à atenção primária; reduzir as disparidades regionais no atendimento à saúde; melhorar os indicadores de morbimortalidade relativos à população juvenil; estimular maior cuidado do cidadão com a própria saúde. Para que possamos atingir esses objetivos, vários programas – que se poderão conferir no novo PPAG – foram estruturados para isso. Eis alguns indicadores e metas estabelecidas: a esperança de vida ao nascer em anos: a nossa situação atual, com dados apurados até 2009, é de 75,1%. A nossa meta, em 2015, é de 76,3%; em 2022, 77,7%; em 2030, 79,3%. Um outro dado que vale a pena destacar é a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos. A situação atual, com dados já de 2010, é de 13,1%. Em 2015, a meta é reduzir para 9,9%; em 2022, para 7,5%; em 2030, para 5,5%. Algumas estratégias prioritárias: expandir e aprimorar as redes de atenção à saúde; desenvolver, implantar e manter ações de estímulo ao autocuidado; universalizar e aprimorar a qualidade da atenção primária com foco na população usuária do SUS; ampliar a cobertura e o número de equipes do Programa Saúde da Família – PSF –; integrar órgãos públicos e instâncias não governamentais.



Rede de Desenvolvimento Social e Proteção. Alguns dados situacionais. Esse quadro corresponde ao percentual da população considerada extremamente pobre, de 1991 a 2010; no entanto, percebemos que, em 2010, em Minas Gerais o índice já caiu para 4,64% contra 8,53% no Brasil. Alguns objetivos estratégicos: erradicar a miséria em Minas Gerais; reduzir a desigualdade social. A área social tem sido uma prioridade muito grande neste governo, e isso pode ser percebido em várias de suas políticas. Alguns indicadores e metas que valem a pena destacar: no que se refere à proporção de pobres, a nossa taxa atual é de 15%. A meta, em 2015, é reduzir para 8,4%; em 2022, para 5,7%; até chegarmos a 3,7% em 2030. Algumas estratégias prioritárias: consolidar o Sistema Único de Assistência Social – Suas -; aumentar o acesso à moradia segura; promover a segurança alimentar e nutricional.

Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável. Juntamos duas grandes áreas muito importantes: o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Alguns objetivos estratégicos importantes: alcançar maior crescimento econômico do trabalho e da renda; incrementar a promoção, a atração e a retenção de investimentos; diversificar a base econômica e promover sinergia entre os setores produtivos; ampliar a inserção de Minas na economia nacional e na economia global. Alguns indicadores: razão entre o PIB e a renda “per capita” de Minas Gerais e do Brasil. A nossa situação atual é de 0,89%. Em 2015, a meta é 0,94%, até chegarmos a 1,06% em 2030. Algumas estratégias prioritárias: garantir um ambiente de negócios atrativo e competitivo; reconfigurar o arranjo institucional de promoção do desenvolvimento econômico e sua governança; tratar adequadamente resíduos sólidos; elaborar um plano estratégico para um novo ambiente econômico; implementar os planos de proteção à biodiversidade e os planos de mudanças climáticas.

Rede de Tecnologia e Inovação. Destacarei duas das principais transformações esperadas: ampliar a inserção de Minas Gerais na economia do conhecimento e promover a inovação ambiental. Indicadores e metas. Podemos destacar a participação de Minas nos pedidos de patentes, por exemplo: a situação atual é de 8,8%, e a meta é de 16,5% para 2030. Algumas estratégias prioritárias são impulsionar o desenvolvimento de setores importantes no futuro, como eletroeletrônica, TI, ciências da vida, biotecnologia; criar instrumentos de incentivo e transformação do produto do conhecimento em negócio; reestruturar o Sistema Mineiro de Inovação - Simi.

Na Rede de Desenvolvimento Rural, vale a pena destacar os objetivos de aumentar a produtividade e a competitividade na área rural e valorizar os produtos da agricultura familiar, que é o grande mote dessa rede. Alguns indicadores que destacamos são: o índice da distorção de idade-série no ensino fundamental da rede pública, no meio rural, que hoje é de 24,8% - a meta para 2030 é reduzir esse índice para 6,2% - e a participação de Minas Gerais no PIB do agronegócio nacional, que hoje chega a 12,4% - a meta para 2030 é 17,2%. Algumas estratégias prioritárias são agregar valor à produção agropecuária, promover a inclusão produtiva e fomentar e regularizar os empreendimentos agroindustriais de pequeno porte.

Na Rede de Identidade Mineira, da qual fazem parte as áreas de esporte, cultura e turismo, vale destacar: preservar e proteger o nosso patrimônio cultural; tornar Belo Horizonte mais competitiva e atrativa de grandes negócios; fortalecer a identidade cultural mineira. Destaco um indicador que é o total de empregos em artes, cultura, esporte e recreação, que hoje tem índice de 11,7% e meta de 14% para 2030. Há algumas estratégias prioritárias: potencializar o legado da Copa do Mundo, tão em voga neste momento, bem como a realização de outros grandes eventos internacionais e nacionais, e trabalhar em rede para gerar empregos de qualidade nas áreas da cultura, do esporte e do turismo.

Na Rede de Cidades, há alguns objetivos estratégicos a destacar. O primeiro deles seria melhorar a qualidade de vida nas cidades, além de garantir o ordenamento territorial com governança ambiental. O indicador que destaco aqui é o percentual de domicílios em aglomerações subnormais. A situação atual é de 2,3%, e a meta para 2022 é que ele seja menor que 0,5%. Destaco como estratégia prioritária para essa rede melhorar a mobilidade e a acessibilidade nas principais cidades mineiras.

Na Rede de Infraestrutura, alguns objetivos estratégicos são ampliar e diversificar a infraestrutura, além de modernizá-la. Alguns indicadores importantes são: o percentual de domicílios com acesso à rede de esgoto ou fossa séptica, por exemplo, hoje chega à taxa de 79,6%, e a meta é de 100% para 2030; o percentual da malha rodoviária de Minas Gerais em ótimas ou boas condições de conservação hoje é de 31,6% e a meta é de 63,2% para 2022. Algumas estratégias prioritárias são melhorar a qualidade da malha viária - mais uma vez explorar o evento da Copa do Mundo - e implantar o “hub” logístico no entorno do Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Por último, destaco como objetivos estratégicos da Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz ampliar e melhorar a produtividade e a qualidade dos serviços e do gasto público, além de ampliar a efetividade das políticas públicas. Alguns indicadores que podemos destacar aqui são o índice de sustentabilidade fiscal, que hoje chega a 82,58%; a meta é chegar a 86,05% em 2030. O índice de eficiência fiscal operacional também é muito importante; hoje é de 3,95%, e a meta para 2030 é 3,30%. Vale destacar algumas estratégias: aumentar a qualidade e a produtividade dos gastos públicos, além de permitir que os avanços na gestão governamental cheguem aos usuários finais; ampliar os espaços públicos institucionalizados voltados à construção participativa de políticas públicas estaduais.

Agradeço a atenção de todos e coloco-me à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas. Obrigada.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente (Deputado Bosco) - Com a palavra, o Sr. André Abreu Reis, Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Qualidade do Gasto da Seplag.

Palavras do Sr. André Abreu Reis

Boa tarde. Na pessoa do Deputado André Quintão, cumprimento os demais membros da Mesa e a todos os senhores.

Darei sequência ao que a Dra. Adriane disse, passando para uma discussão que será assunto dos debates de amanhã e depois para os projetos e programas de governo para o próximo PPAG. Passarei rapidamente pelos grandes números do PPAG. tomei uma rede especificamente de desenvolvimento social e proteção para mostrar um pouco da articulação entre o plano de longo prazo e o plano de médio prazo e chegar ao Orçamento. Quero mostrar como temos concatenado esses instrumentos, de forma a ficar bem claro e objetivo para todos. Como será objeto de trabalho de todos, o entendimento ficará mais claro nos trabalhos dos próximos dias. Quanto

aos grandes números plurianuais do Orçamento, falarei dos investimentos, o que haverá pela frente, um pouco do enrijecimento do Orçamento, as opções, as limitações orçamentárias e as alterações de médio e longo prazos.

A Dra. Adriane já mostrou essa figura, e quero lembrar como esses planos se articulam. Se a pessoa, no plano de longo prazo, passou na área de governo eficiente, são determinadas algumas diretrizes estratégicas para essa área. O papel do PPAG é a materialização dessa estratégia de políticas públicas. O que o plano faz é dar substância àquelas estratégias, trazendo para o plano material das políticas públicas a substância que será desenvolvida pelo governo nos próximos quatro anos. Gosto de mostrar a importância que o governo do Estado vem dando ao PPAG, sendo os debates feitos desde 2004 muito importantes. Participamos de fóruns com os demais Secretários de Estado e vemos que a importância relativa do PPAG muda bastante. Ele é importante porque é o “locus” de discussão e decisão a respeito do que o Estado vai fazer.

É importante destacar até o rebaixamento de importância da Lei Orçamentária Anual nessa perspectiva. Quando há planos de longo e médio prazos bem-estruturados, a Lei Orçamentária Anual é um simples objeto de detalhamento de valores do que foi decidido no PPAG. Nessa perspectiva, a Lei Orçamentária assume o seguinte: no que foi definido nas políticas públicas para ser feito no plano de médio prazo, quais serão os recursos que financiarão e quais as despesas em detalhamento a ser feitas para fornecer os bens de serviço? Então essa é a importância. Se pudesse resumir, diria que, na Lei Orçamentária, não se define nada do que se vai fazer. O que se irá fazer será definido no PPAG, a partir das diretrizes estratégicas de longo prazo. Quando isso está muito bem-arranjado, de fato há a perda relativa de importância da Lei Orçamentária Anual, que irá basicamente estabelecer as fontes de recursos que financiarão e o tipo de despesa a ser realizado no seu âmbito. A questão da priorização e da quantidade de recursos, se isso está bem definido no plano de longo prazo, e esse contorno bem desenhado no plano de médio prazo, no PPAG, eu já consigo definir inclusive quais são as prioridades. É isso que fazemos aqui. Estamos discutindo os projetos estruturadores. Na verdade, o projeto mais estratégico e de maior poder de alavancagem.

A Lei Orçamentária Anual tem essa importância pelo detalhamento de valor. Ela tem um rigor técnico, no seu detalhamento, de mais difícil compreensão. É difícil nos apropriarmos desse conhecimento. O Governador faz uma carta de trabalho, um programa de trabalho e de governo que está no PPAG que foi construído a partir do PMDI. Daí a importância deste debate nestes dois dias. O Deputado também tem essa clareza, visto que já vem militando nessa área, ao longo dos anos, e contribuindo para a informação e o debate acerca das Leis Orçamentárias e do Plano Plurianual.

Nos entes da Federação, em que essa importância não é devidamente dada, o que acontece é que a Lei Orçamentária Anual ganha uma importância para além da que deveria ter, porque, enquanto instrumento tecnicamente posto, ela não contém as informações necessárias para se construir um debate acerca das políticas públicas contidas ali dentro. A Lei Orçamentária, como todos já viram, é um conjunto de linhas, com cerca de 30 códigos, que não iniciados têm muita dificuldade de discutir. Dessa forma, o debate fica bastante restrito para os iniciados.

Desde 2004, tentamos avançar nesse debate e aproximar a população da discussão da Lei Orçamentária, mas quando esse debate não está bem aprofundado no âmbito do plano, a discussão acerca da Lei Orçamentária Anual se torna bastante alongada sobre o que se vai ou não fazer. Por exemplo, quem já está acompanhando esse processo há mais tempo sabe que não existe uma discussão mais ampla a respeito dos produtos e das ações, bem como da própria finalidade e dos objetivos para a formatação de um programa. O que existe ali é basicamente o nome dos programas e das ações. Ele apresenta a finalidade e o objetivo, sem um espaço rico para a discussão dessa articulação da política pública, como acontece no PPAG. Daí a importância dele nesse papel de materialização, porque ali está a nossa carta de trabalho, o nosso programa de trabalho. É por isso que o foco nele é bastante importante. Nas tramitações da Casa, onde discutimos o que fazer, sempre falamos em PPAG. Os debates feitos na Lei Orçamentária são só das quantificações de valores decorrentes do que foi discutido no âmbito do PPAG.

Sobre a sua estrutura, isto é, o fato de como ele era, a Adriane abordou isso muito bem. Existia uma estrutura de áreas de resultados no PMDI, e passou a haver redes de desenvolvimento, mas ambos deságuam na articulação de estrutura de programas e ações. Recentemente, esses programas sofreram alteração de nome - projetos e processos estratégicos -, no âmbito dos estruturadores, que são alterações metodológicas que vieram do nosso aprendizado ao longo dos anos, para classificar melhor e facilitar o entendimento a respeito do escopo desses projetos. Mas a estrutura é basicamente a mesma que os senhores conhecem e já vêm debatendo ao longo dos anos.

Existe uma rede de desenvolvimento, na qual se articula uma série de programas, entre eles os estruturadores, que são os de maior poder de alavancagem, ou os associados que também contribuem para o resultado daqueles indicadores apresentados para a rede de desenvolvimento. Já os programas especiais são os que não têm articulação direta com os resultados das redes, mas de importante desenvolvimento para o governo. Por exemplo, os programas da Advocacia-Geral do Estado e da Imprensa Oficial, alguns programas de apoio à estrutura do próprio governo. Como o PMDI é um documento muito focado em políticas públicas finalísticas, os próprios programas e projetos dos outros Poderes também não pertencem, isto é, não estão presentes àquele mapa estratégico.

Então, eles constituem esses programas especiais. Assim, sobre essa base aqui, estamos falando a mesma língua, aquilo que já vimos conversando nos últimos anos. Nisso não trazemos novidade. Então, todos os senhores já conhecem essa estrutura, principalmente quem já acompanha há mais tempo esse debate. Sobre os grandes números, quero dizer que a quantidade de programas que contém o Plano Plurianual de 2012 a 2015 são 233 programas que serão desenvolvidos, sendo 31 programas estruturadores, como disse a Dra. Adriane; 161 programas associados; e 41 programas especiais. Sobre o conjunto de ações, devemos ter a dimensão de como isso se articula e se forma. Um programa nada mais é do que um conjunto de ações que entregam bens e serviços para o mesmo objetivo. Por exemplo, temos um programa de ensino médio e, dentro do ensino médio, terei uma ação de pagamento de professores, uma ação de manutenção da escola, ações com produtos diferenciados, que podem ser de remuneração de professores a pagamentos de serventes e reforma e infraestrutura. Todos entregam coisas diferentes, mas com o objetivo de desenvolvimento do ensino médio, o que configura um programa governamental, entregar bens e serviços para um mesmo objetivo.

Então, haveria 233 programas com 1.152 ações que o governo desenvolve entregando bens e serviços para esses 233 programas organizados. Então, são muitas as ações governamentais; e, no nosso próprio relatório de monitoramento – e penso que os senhores já o estão acompanhando, pois está disponível no “site” da Seplag –, acompanhamos bimestralmente a execução dessas ações. O nosso esforço e a nossa dificuldade de fazer esse acompanhamento é isso: a cada bimestre, teremos de articular cerca de 40 técnicos do governo que fazem a coordenação da prestação de informação dessas ações. Devemos prestar informações acerca de 1.200 ações, que são, mais ou menos, a quantidade que temos. Hoje estamos com um pouquinho mais, estamos com o plano um pouco mais enxuto, na perspectiva de programas e ações para o próximo ano. Contudo, fazemos bimestralmente o acompanhamento de todas essas ações.

A Dra. Renata já falou sobre o valor total que será investido nesse período. Serão gastos R\$293.000.000.000,00. Essa é a nossa previsão para os próximos anos. Já está estabelecido na proposta de lei orçamentária o ano de 2012. Este já faz parte da Lei Orçamentária. De 2013 a 2015, temos as estimativas com base na nossa previsão de receita. Esse cenário pode mudar, os números podem aumentar ou diminuir, de acordo com o que evoluir a nossa perspectiva fiscal.

Acho importante destacarmos onde está a nossa maior concentração de gastos. Sobre a função governamental, vemos os valores de 2012 a 2015. Essas são basicamente transferências que o Estado faz, principalmente a transferência constitucional ao Município. Passamos uma parcela do ICMS aos Municípios, 25%. Também 50% do IPVA vão para os Municípios. E vemos aí uma parcela importante, algo que foi tema de um debate que ocorreu hoje na Casa: a dívida do Estado. Então, para o ano que vem, são R\$4.000.000.000,00 que serão pagos. Em torno de 90% desse valor é pago à União. Se olharmos para baixo ali, veremos que somente segurança pública fica superior a esse valor. A dívida é maior que todas as outras funções governamentais que exercemos. Então, esse é um ponto importante para o nosso debate. Temos ainda a parte da Previdência Social, tirados esses encargos especiais de, basicamente, transferências e pagamentos de dívidas que fazemos. Na política pública, a previdência está em primeiro, a educação em segundo, a saúde em terceiro e segurança pública em quarto lugar. Essa é a nossa locação de recursos para o próximo 2012.

Pensando na parte mais finalística do plano, daqueles 233, temos 192 com 683 ações. Falo isso pensando naquele mapa estratégico apresentado no PMDI. O restante dessas ações está presente basicamente no pagamento de despesa de pessoal e pertencente ao conjunto dos programas especiais.

Demonstrando esse recurso no mapa, temos esta configuração. Com os 192 programas, a distribuição “per capita” desses recursos é essa, demonstrada no mapa, com uma concentração maior no Grande Norte do Estado, pegando Noroeste, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

Vou mostrar uma rede específica, para passarmos, na concatenação, da estruturação do PMDI para o PPA e do PPA para o Orçamento, a fim de verificarmos como se estrutura, numa perspectiva mais educativa, do aprendizado, para discutirmos um pouco. A Rede de Desenvolvimento Social e Proteção, que a Dra. Adriane já apresentou, traz a meta-síntese de Minas sem pobreza e com baixa desigualdade social. Abaixo, está demonstrado os objetivos estratégicos dessa área e depois os indicadores e as metas que definimos para esse período. Como isso estrutura a política presente nesse plano estratégico? Quando qualquer ente governamental, órgão do governo, como Secretaria, cria um programa, criar uma política, se essa política se articula com o PPAG nessa área de desenvolvimento social e proteção... Imaginem que trabalho na Secretaria de Desenvolvimento Social e crio um programa. Então vou ter de mostrar qual a articulação do meu programa com o meu plano de longo prazo, qual desses objetivos estratégicos o meu programa vai perseguir. Será um, três, quatro ou todos esses objetivos? Desses indicadores, em qual ele busca causar maior impacto? Então eu marco esses itens e avalio em qual desses indicadores o meu programa vai buscar impactar a realidade de Minas Gerais. Assim tenho estruturação de um programa, que, nesse caso, é o Programa nº 011, assistência social e direitos humanos. Ali estão demonstrados os objetivos estratégicos do PMDI, os objetivos estratégicos que esse programa persegue e os resultados finalísticos, que são aqueles indicadores que ele vai buscar impactar com a execução desse programa. Como isso funciona? Todos aqueles bens e serviços, aquelas ações que compõem esse programa...

Como essa articulação está montada? Os senhores verão, em cada um dos programas que vão acompanhar nos debates, o conjunto de ações desse programa. Essas ações vão entregar bens e serviços que fazem impactar aqueles resultados finalísticos demonstrados ali, como proporção de indigentes, índice de Gini – um termo técnico, que mede basicamente a desigualdade social no País. Toda vez que se fala do índice de desigualdade social muito alta é esse o indicador usado para medir essa desigualdade no País ou em outros países que têm baixa desigualdade –, proporção de pobres e taxa de ocupação infantil. Então esse programa está entregando bens e serviços que fazem impactar esses indicadores.

Embaixo, vem só um resumo do que está previsto para esse programa nos próximos quatro anos em termos de despesas correntes e de capital.

Este é o sumário básico, todos o encontrarão no plano plurianual. Abaixo disso estará o conjunto de ações que estão entregando esses bens e a quantidade de bens e serviços a serem entregues em cada uma das regiões do Estado. Essa perspectiva é importante. O Presidente da Casa falou que o plano plurianual tem a obrigação constitucional de apresentar o desenvolvimento regional e o que ele apresenta de entregas para cada uma das regiões. Ele traz, logo abaixo, o conjunto de ações com as metas físicas e financeiras por região do Estado. As metas físicas são os bens e serviços, e as metas financeiras quanto será gasto para entregar cada um desses bens e serviços.

Vou retornar. Daremos uma olhada na parte dos programas sociais. Para 2012 há um acréscimo de 27% de recursos para essas áreas colocadas aí embaixo – segurança, educação, saúde e previdência social. A distribuição delas está no mapa: ele está mais bem distribuído do que o restante da rede de desenvolvimento. Isso porque, ao analisar o mapa dos programas sociais, ele tem uma concentração muito grande da parte de educação, que vem presente em todos os Municípios do Estado – educação e saúde. Isso faz com que haja uma distribuição um pouco mais equânime. Entretanto, podemos observar que ainda há uma coloração mais forte no Grande Norte do Estado. Observamos também que isso está mais presente nos programas de educação. No caso da educação, temos essa coloração mais forte no Noroeste, no Norte e no Jequitinhonha, chegando até a metade do Rio Doce. Nos programas estruturadores também há essa mesma perspectiva. Demonstrando essa nossa preocupação em conseguir melhores retornos dos nossos



recursos financeiros limitados, nós os colocamos nas áreas onde produziremos os maiores efeitos sobre os indicadores do Estado estabelecidos no PMDI. No Grande Norte, como chamamos, dos programas estruturadores há um gasto “per capita” mais acentuado do que no restante das regiões.

Chego à parte do perfil da despesa disposta no plano plurianual para os próximos quatro anos. Para esse plano fizemos um detalhamento mais ou menos como fazemos com a LOA - não fazíamos nesse detalhamento por grupos de despesa, nesse mesmo formato que apresentamos a LOA. Há dados interessantes. Se observarmos, dos 293 bilhões para os próximos anos, em torno de 50 bilhões são investimentos. Olhando na linha de baixo, o orçamento de investimento total das empresas controladas pelo Estado - ali tem Copasa, Cemig, Codemig - é de 30 bilhões. Considerando as inversões e investimentos realizados pelo Orçamento Fiscal do Estado, nossa receita tributária e o que recebemos de transferência da União, excluídas essas empresas, teremos um gasto em torno de 20 bilhões de reais para os próximos quatro anos.

É importante destacar que essa margem de investimento de 20 bilhões para os próximos quatro anos é profundamente afetada pela questão da dívida, que foi debatida na Assembleia hoje. A forma como pagamos a dívida tem uma correção muito forte e também é ligada aos índices de inflação. Quando a inflação é um pouco mais alta, a correção da dívida também é feita pela inflação. Se não colocarmos em debate e não rediscutirmos as formas de pagamento, o que temos de pagar para frente da dívida com a União, pode ser que essa margem de investimento para o ano que vem de 2.900, 4 bilhões - 3.674 em 2014; 3.410 em 2015 - se reduza, dependendo dos contornos que ocorrerão, porque o restante de nossas despesas tem uma rigidez muito grande. Para os senhores terem ideia, nós mesmos ou algumas gerações anteriores já definimos o que seria feito com 91% do recurso do Tesouro estadual.

Na parte de pessoal, de vinculações constitucionais e de vinculações de ciência e tecnologia na parte de serviços da dívida e de sentenças judiciais que o Estado paga em decorrência de ações judiciais dos nossos precatórios, essa parcela de despesa, - e a maior delas é com pessoal -, consome 91% dos recursos do Tesouro do Estado. Essa proporção tem se repetido, e isso não é uma coisa de Minas Gerais. Historicamente, a União tem 90% de seu orçamento comprometido com despesas obrigatórias, e os demais Estados, assim como Minas Gerais, também. Não somos diferentes. No caso dos Estados, a despesa com pessoal é muito alta, porque boa parcela dos serviços prestados pelo poder público são intensivos, ingentes, e utiliza muito pessoal. É o caso da educação, da saúde e da segurança pública. Tanto o Estado quanto o Município acabam tendo um gasto muito alto com essas áreas, que consomem boa parte dos nossos recursos. É importante dizermos isso, pois, quando falo em 91%, estou dizendo que a saúde, a educação, a ciência e tecnologia e o pessoal das demais áreas do governo estão presentes nesse número. Para custeio e investimento nas demais políticas públicas, disputaremos aqueles 9%. Não quero dizer que esse percentual está sobrando. Há uma parte que não corresponde a essa parte de vinculação que está ali nos 91%, a exemplo da manutenção da Polícia Militar, política de assistência social, agricultura, infraestrutura, cultura, turismo e meio ambiente. Toda essa parte está ali disputando esses 9%.

Quando falamos em novas vinculações constitucionais - sei que no âmbito da cultura ocorre esse debate, todas as áreas sonham em ter uma parcela garantida de recursos -, não estamos falando de mais 1% dos 100%. Estamos falando de 1% que ele vai retirar dos 9%. É como se fossem 10% ou 11% da disponibilidade que tenho para gerir. Aqueles 91% ali já estão decididos. O que posso melhorar são as minhas tecnologias de gestão pública e a produtividade desses 91%. Então, pactuo metas, faço avaliação de desempenho e estabeleço outros mecanismos para que esses 91% me deem mais resultados. No entanto, não tenho como pegar 10% daqueles 91% e falar que vou gastá-los com meio ambiente, nos próximos quatro anos, ou com assistência social, no combate à pobreza. Aquele recurso já está definido, e fomos nós mesmos que o definimos.

O grande problema acerca das questões orçamentárias é que os debates, as discussões se dão de forma muito fragmentada. Nesta sala há representantes de todas as redes, de todas as áreas, como meio ambiente e assistência social. É em um fórum desses que é interessante haver um debate mais qualificado a respeito da destinação desses recursos. Normalmente, quando se define que 25% de recursos vão para a educação ou que 1% vai para a área de ciência e tecnologia, esse debate ocorre em um fórum de ciência e tecnologia. As demais pessoas que estão perdendo o acesso aos recursos não participam desse fórum. Digo, “perdendo”, entre aspas, pois, na verdade, isso vale para todo o mundo. Mas a ocupação de recursos por áreas específicas se dá de forma fragmentada no debate público. No Congresso Nacional, nos fóruns e debates e nos conselhos estaduais, estamos muito focados na política que acompanhamos. Percebemos, no todo, que estamos fazendo um grande engessamento. Para as demais áreas, que não estão tão qualificadas a ocupar esse espaço na agenda pública para obter uma maior fatia do orçamento, como a assistência social, para a erradicação da miséria, enfim, os grupos que defendem isso ainda não estão tão organizados a ponto de chegarem ao Congresso Nacional ou a um debate mais amplo e se apropriarem de parcela desse orçamento. Então, vão ficando espremidos nos 9%. Portanto, é importante termos uma visão do todo, percebermos a dificuldade da gestão orçamentária, pois é esse engessamento que vamos construindo, e ele vai aumentando ano a ano. Sem eu fazer nada, qualquer aumento de salário para a minha categoria de servidor público eleva de 91% para 92% ou para 93%. De alguma forma, tenho de garantir que eu ou a minha categoria possamos produzir os melhores efeitos e os melhores resultados nas políticas públicas, dentro das nossas tecnologias de gestão e das coisas em que temos de evoluir ao longo do tempo.

Agora, irei para a parte final. A Adriane passou um ponto interessante ali, que já foi divulgado. Acho que todos acompanharam a divulgação do IDH, na quarta-feira da semana passada, e estamos em uma colocação bem ruim. Estamos numa colocação bem ruim: 84º lugar. Acho que o indicador nos coloca ainda esse desafio e o comprometimento de tentarmos conseguir melhores resultados com o dinheiro que definimos aqui. Não podemos dá-lo como um dado, não é isso que estou querendo dizer, não é que não discutamos mais a respeito dos 91%. Não discutimos a alocação para outras áreas, mas quanto à educação, saúde e pessoal, temos tentado dar o máximo de nós para produzir os melhores resultados com esse dinheiro, porque as formas de tecnologias de gestão nessas áreas não estão de antemão definidas. Então temos que tentar aprimorar isso mais.

Temos a perspectiva de observação do Brasil em comparação a outros países, e estamos em 8º lugar no PIB. Isso nos traz uma certa esperança e a perspectiva de que estamos crescendo, de que estamos num bom posicionamento. Só que, observando esse PIB em relação à quantidade de pessoas que moram no País, avaliando esse PIB “per capita”, desaparecemos para o 101º lugar. Isso não é



privilegio nosso. Todos os outros países que estão nessa situação, observando o Brics, os países em desenvolvimento que vêm se destacando, como Rússia, China, Índia, todos os quatro estão para trás. A própria China, que está com um crescimento absurdo, logo abaixo dos Estados Unidos - em torno de US\$10.000.000.000,00 por ano -, quando se divide por sua população, fica em 124º lugar na lista. A Índia nem aparece na tabela que eu trouxe, porque aqui estão os 150 primeiros. A posição da Índia é 161º, e o Brasil está em 101º lugar. Isso nos coloca um desafio sobre a perspectiva da apropriação e do nosso esforço tributário, que já é bem grande. Como temos uma base e relativamente a população não é das maiores, vemos que, em absoluto, é grande, mas quando comparada com a população, não temos uma base tributária “per capita” tão grande a ser explorada. Já a exploramos num patamar próximo a países desenvolvidos, mas chegamos a uma situação onde já está difícil para todo mundo, exaurido de carga tributária. Quando comparo o número da renda “per capita” do Brasil, dentro da América do Sul estamos em 5º lugar. Somos tão grandes, achamo-nos tão maiores na América do Sul, temos a perspectiva de que o Brasil é tão grande perto dos demais países, mas, em renda “per capita”, estamos depois do Chile, da Argentina, do Uruguai, da Venezuela, com US\$10.800,00 por ano – esse é o valor da nossa renda “per capita”.

Observando a nossa carga tributária, devido ao título Capacidade de Financiamento das Políticas Públicas, estou falando de retirada de dinheiro da sociedade para financiar nossas políticas públicas, qual é a nossa capacidade de fazer isso e quais são as nossas limitações. Esse é o ponto que estou trazendo aqui para observarmos e discutirmos um pouco. Quanto à carga tributária, o Brasil está naquelas barrinhas vermelhinhas, com 34,4%. A média dos países da OCDE, que são os países desenvolvidos - trouxe 20 desses países -, é 35%. Então podemos falar que, quanto à carga tributária, já estamos encostados, já estamos tirando da sociedade recursos financeiros no mesmo patamar percentual que esses países retiram, e por que não conseguimos produzir os mesmos efeitos, os mesmos resultados e a mesma qualidade de políticas públicas de um país europeu? Não conseguimos produzir por causa desse indicador que acabamos de ver no segundo gráfico, que é justamente a renda “per capita”. Enquanto a nossa renda “per capita” média é de US\$10.800,00, a renda “per capita” média desses países é de US\$35.000,00. Quando tributo e coloco o percentual da carga tributária sobre essa renda “per capita”, é como se eu falasse do esforço que o País faz de retirada desse dinheiro, ou seja, o percentual que retiro da sociedade.

Um dado interessante é este último, que se refere a quanto se retira em dinheiro, com esse percentual sobre a renda de cada um. Posso fazer uma análise de quanto o poder público teria em dinheiro para gastar com cada cidadão, por ano. Comparemos a carga tributária com a renda “per capita”. Então, 34%, que é a carga tributária do Brasil, sobre os US\$10.800,00 anuais me dão US\$3.700,00 “per capita”, que é o que o poder público brasileiro tem para gastar com cada cidadão, somando-se as políticas públicas de todas as esferas de governo. A média desses países é de US\$12.000,00. Então, eles têm quatro vezes mais dinheiro do que nós. É o mesmo que dizer que, poupando, no fim do mês, 20% de sua renda, o cidadão vai comprar um apartamento, enquanto num país industrial, poupando 20%, obtém-se um resultado completamente distinto, com efeitos distintos.

A nossa carga tributária já se encontra nos patamares a que me referi, mas isso não quer dizer que temos de, necessariamente, esperar a arrecadação e os recursos disponíveis na ponta para gerir as políticas públicas. Recurso na ponta é diferente. Isso não nos tira a responsabilidade, ao contrário deixa-nos a de ter de produzir melhores resultados com o que arrecadamos, para sairmos desse patamar.

Há um problema que está indicado no gráfico. Embora o Brasil ocupe o 8º lugar, temos de fazer a reta vermelha subir um pouco para que essa renda “per capita” suba um pouco mais, produzindo melhores efeitos, para que possamos chegar na frente com melhor disponibilidade de recursos para financiamentos de nossas políticas.

Esses dados são de 2009 durante a crise. Os Estados Unidos, mal das pernas, durante a crise, estavam com sete vezes o nosso PIB. Embora estejamos em 8º lugar, a diferença para a China e os Estados Unidos é muito grande. Um país com tal tonalidade liberal tem uma carga tributária em torno de 26,9%, e o que ele arrecada com esse percentual são US\$13.000,00 “per capita”, enquanto nós, com os nossos 35%, arrecadamos, por cidadão, em torno de US\$3.700,00 por ano. Quando se tem uma base muito grande, consequentemente se tem uma capacidade muito maior de produção de recursos a serem devolvidos à sociedade.

Quero deixar claro que temos esse desafio. Falamos muito de choque de gestão, da melhoria dessas gerações, de avanços. A Adriane mostrou a figura das três fases. Elas nunca terminam, perseguem-nos eternamente! Falamos de ajuste fiscal, mas ainda estou falando disso aqui para tentar prover os melhores resultados com os recursos que temos. É uma tônica constante na nossa vida. Na segunda geração, com a produção de resultados, é a mesma coisa, não acaba nunca. É um debate aberto, que vai nos perseguir. Temos de tentar produzir os melhores resultados com o que temos de recursos. Essa é uma preocupação constante do Governador. Procuramos ter as melhores tecnologias para que obtenhamos esses resultados.

Um ponto importante para o próximo PPAG é a discussão que teremos em 2012, que tem a ver com todos vocês, e há uma demanda grande no PPAG e no PMDI para aumentarmos a interlocução com a sociedade civil. Além de tentarmos produzir melhores resultados, precisamos de resultados mais legítimos, mais debatidos com V. Exas. Terminamos um projeto-piloto do Executivo, e pretendemos, com a parceria da Assembleia Legislativa, a partir do ano que vem, construir a referida interlocução. Elaboramos um projeto-piloto no Rio Doce e no Norte de Minas, em que houve discussão da sociedade civil organizada sobre as estratégias a serem desenvolvidas na região. Para o próximo ano, o calendário está muito apertado. Temos de tentar implementá-lo nas outras regiões do Estado. Discutiremos com V. Exas. no ano próximo, para criarmos e desenvolvermos mais canais de interlocução com a sociedade civil, para que possamos ter maior compreensão da realidade. A nós, interessa-nos essa discussão. São números que temos de ter na cabeça, pois fica parecendo que há sobras. Está tudo aplicado no que vocês já conhecem.

Hoje é difícil falar que não há transparência. Se eu acessar o “site”, verei cada centavo que a União gastou até ontem. No “site” Transparência do Estado ocorre o mesmo. Quase todo o Estado, por causa da Lei Complementar nº 131, tem todos os dados de ontem da execução orçamentária, para acompanhamento.

Esse é um aprendizado que todos devem seguir, para fazermos as melhores interlocuções, debates e intervenções produtivas em ocasiões como esta.



Agradeço a presença de todos os senhores e a oportunidade de discutirmos, mais uma vez, o assunto. Desejo muito bom trabalho a todos. Obrigado. Desculpem-me se falei demais; se deixarem, falo até amanhã. Boa tarde.

- No decorrer do pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) – Esta é a nona edição. O tempo passa rápido. Agradecemos ao Subsecretário André Reis e ao Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e membro efetivo da Comissão de Participação Popular.

Quanto ao que disse André Reis, além dessa base que nos faz ter uma arrecadação “per capita” de financiamento da política pública menor em relação à de outros países, há também um problema na própria estrutura tributária brasileira. Infelizmente, o nosso imposto não é progressivo, e sim regressivo. No Brasil, quem pode mais paga menos; quem pode menos paga mais – geralmente o consumidor e a classe média. Propostas como a do imposto sobre grandes fortunas não andam de jeito nenhum no Congresso Nacional, apesar de ser previsto pela Constituição de 1988. Hoje o Brasil inteiro discute a questão dos “royalties” da mineração. No mundo inteiro, paga-se sobre o faturamento bruto, mas, aqui, paga-se sobre o líquido, e assim mesmo com uma carga tributária muito menor. De fato, existem problemas de base relacionados, sobretudo, com quem poderia pagar mais, e não o faz.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase de debates. A Presidência informa ao Plenário que os participantes poderão formular perguntas aos expositores, que deverão ser feitas oralmente. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que, ao fazerem uso do microfone, se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Gostaria de convidar todos para a continuação dos trabalhos amanhã, às 8 horas. Grupo 1 - Redes de Desenvolvimento Integrado Educação e Desenvolvimento Humano, coordenado pelo Deputado Bosco, no auditório do andar SE; teremos os programas Educação para Crescer, Pró-Escola e Melhor Emprego. Grupo 2 – Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável, no Plenarinho I, às 8 horas, discutiremos investimento competitivo e diversificação da economia mineira, qualidade ambiental e energia para o desenvolvimento. Grupo 3 – Rede e Desenvolvimento Integrado Desenvolvimento Rural, com o projeto Sustentabilidade e Infraestrutura no Campo, às 14 horas, no Plenarinho I. Grupo 4 – Defesa e Segurança, projetos Gestão Integrada de Defesa Social, Infraestrutura de Defesa Social, Minas mais Segura e Aliança pela Vida, que é um projeto antidrogas, às 14 horas, no Salão Nobre desta Casa. Grupo 5 – Rede e Desenvolvimento Cidades, com os projetos Cidades Espaço de Integração, Cidades Copa 2014, no Plenarinho IV. Os debates ocorrerão aqui no prédio da Assembleia Legislativa. Estão todos convidados. Lembro que o trabalho continua nos demais grupos e redes na quinta-feira.

Aos interessados em gravar em vídeo esta solenidade, esclarecemos que a reprise da reunião será exibida pela TV Assembleia em 19/11/2011, às 8h30min. As apresentações em programa PowerPoint estarão também disponíveis.

Debates

O Sr. Presidente - Neste momento, damos início à fase dos debates. Farei a leitura das perguntas em bloco, e, depois, será concedida a palavra às pessoas que desejam fazer intervenção oral.

Pergunta de Edelgena Mendonça: “Como realizar análise do exercício de 2011? Deve ser ela feita à luz da relação do PMDI 2011-2030 e do PPAG referente ao ano de 2011 ou se faz necessário o cotejo entre o PPAG 2007-2011 e o PMDI? Ou seja, como a execução deste ano se tornará subsídio para a discussão do PPAG 2012-2015?”.

Pergunta de Maressa Miranda: “Considerando que cidadania é prioridade do governo e que promoção social não é só assistência social, é principalmente promoção de direitos humanos, há previsão de aumento no orçamento da Subsecretaria de Direitos Humanos, que sempre teve um dos menores orçamentos do governo?”. Essa pergunta é dirigida à Adriane, podendo ser comentada pelo André.

Pergunta de Adriane para a Adriane: “Como promover uma gestão cidadã em tempos de descaso político, descrença política, corrupção? É possível a aproximação entre o cidadão e o Estado nesse cenário?”.

Pergunta de Ângelo, da Câmara Municipal de Sete Lagoas: “Transformar a sociedade pela educação e pela cultura: é possível alcançar essa meta sem melhorar o salário dos educadores, sem cumprir a lei do piso? Gostaria de ver Minas Gerais como o melhor Estado para se viver, mas gostaria também que fosse o melhor Estado para se trabalhar como educador”. Essa pergunta pode ser respondida pelo André também.

A próxima pergunta é dirigida à Mesa da Assembleia, e não me furtarei a responder a ela: “A ausência quase total dos Deputados nesta audiência prejudica o alcance das metas propostas para o PPAG e o PMDI?”.

Convido o Sr. Sylberto Sette Silva para formular sua pergunta. Em seguida, deve fazê-lo o Sr. Josadac. Depois passaremos às respostas.

O Sr. Sylberto Sette Silva – Boa tarde. É uma honra estar neste Plenário. Sou Presidente do Movimento em Ação, que é um movimento pessoal e ligado a meu trabalho. Sou galerista, “marchand” e leiloeiro de arte. Na verdade, estou aqui pela saúde. Quero cumprimentar todos os senhores. Não tenho muito tempo para acompanhar o que se passa nesta Casa, mas procuro participar sempre que possível.

O fundamento e o objetivo da minha presença aqui é que, em 2000, 2001 e 2002, vários amigos saíram do Brasil. Não estou querendo fazer média com nada, mas decidi ficar em Belo Horizonte porque acredito em Minas Gerais, nesta Capital e, mais do que nunca, no nosso país. Só para citar culturalmente, ocorreu ontem um recorde de público na Praça da Estação. Não estou querendo fazer propaganda para a Fiat Automóveis, mas conseguimos trazer Andrea Bocelli a Belo Horizonte. Na verdade, foi um recorde mundial, com 81 mil pessoas na Praça da Estação.

Cumprimento a Sra. Adriane por tudo isso que foi apresentado no “data show”. Gostaria que a senhora tivesse pelo menos 20 minutos a mais, em razão do atraso. Cheguei a esta Casa às 13 horas, mas o PPAG começou quase às 15 horas. Peço que, da próxima vez, o pessoal cumpra o horário, pois somos também plateia e chegamos no horário certo. Quero também parabenizá-la por tanta

veemência em suas ponderações, independentemente dos partidos que estão aqui. Lutamos por igualdade e distribuição também de tudo aquilo que foi projetado aí. Independentemente de cada setor em que praticamente são colocadas as porcentagens e os índices. Parabenizo a todos. Na pergunta que formulei à senhora, quero saber se temos garantias de que essa projeção será cumprida e não se escoará pelo ralo como tem acontecido no governo federal. Além disso, se em Belo Horizonte e Minas – aliás, sou mineiro antes de tudo – temos confiança de que isso se concretizará de forma honesta, objetiva e sensata.

O Sr. Presidente – Obrigado, Sr. Sylberto. Por gentileza, com a palavra o Sr. Josadac Marques.

O Sr. Josadac Marques – Boa tarde a todos. Sr. Presidente, gostaria de fazer menção a um evento que ocorreu em Belo Horizonte no mês passado, o lançamento do prêmio Objetivos do Milênio, mais uma vez. Quero formular uma pergunta à Sra. Adriane. Da maneira como a senhora apresentou nos gráficos, há uma projeção de metas, partindo do alcançado do atual para a projeção futura. No mês de março, em Belo Horizonte, o Governador assinou um memorando de entendimento com a ONU relacionado à disseminação do Objetivos do Milênio, que analisa como metas de indicadores de monitoramento uma projeção a partir de uma série histórica que busca a meta a ser alcançada desde que foi implantado o IDH de 1990. Ainda não temos visto a divulgação de um relatório com o Estado de Minas em relação a essa meta proposta pela ONU, compreendida entre 1990 até 2015. Para que eu analise a meta que foi citada, temos de ver qual é a meta-origem em relação a esse processo.

Então pergunto: a partir do momento que o governo assinou esse compromisso com a ONU, está sendo elaborado um relatório específico com a metodologia que a ONU está sendo solicitada? E quando se pretende divulgar esse relatório?

Finalizando, Deputado, informo que ocorreu há pouco, na semana passada, o fórum “Pobreza e desigualdade”. Nesse final de semana, aconteceu, no Brasil, o Dia Nacional de Coleta de Alimentos, de forma específica dentro dos supermercados. Em Belo Horizonte, as redes Epa e Mart Plus cederam espaço. Vinte e cinco supermercados abriram suas portas para os voluntários, e, em 11 horas de coleta, no Brasil, foram arrecadadas 115t de alimentos. Minas Gerais ficou em 2º lugar nessa arrecadação. Repito, isso aconteceu no último sábado e o relatório foi divulgado ontem. Nos próximos dias será detalhado quanto foi alcançado em cada uma das cidades. É o que eu queria dizer após a minha pergunta.

O Sr. Presidente – Com a palavra, a Subsecretária Adriane, para suas considerações.

A Subsecretária Adriane Ricieri – Quanto à primeira pergunta, creio que o Subsecretário André Reis poderá responder, já que essa matéria diz respeito à pasta de sua coordenação.

Em relação à segunda pergunta, da Sra. Maressa, sobre a cidadania, realmente, ela é uma prioridade e tem sido tratada com muito cuidado e com muita objetividade no Plano de Desenvolvimento Mineiro Integrado. No que diz respeito aos recursos que foram alocados para a Subsecretaria de Direitos Humanos, isso será melhor detalhado nas audiências públicas que ocorrerão amanhã e na quarta-feira, onde serão expostos todos os limites e todos os recursos orçamentários direcionados para cada um dos programas, projetos e processos. Creio que, se o André obtiver algum detalhe, poderá contribuir com essa resposta.

Quanto à questão apresentada pela Adriane, de como pensar em uma gestão cidadã, na aproximação do cidadão com o governo nesse momento que vivemos, de tantas denúncias, em que há esse processo complexo de corrupção, cuja publicidade é dada todos os dias, creio que a seriedade com que temos tratado esse tema, trazendo a sociedade para participar da elaboração de nossas políticas, do monitoramento, do acompanhamento, assim, essa aproximação já vem acontecendo há algum tempo. Esta Casa contribui muito para isso e tem feito um trabalho excelente nesse sentido. A seriedade que imprimimos na execução do nosso trabalho, na implementação dessas políticas, creio que não inviabiliza, que esse momento referido não inviabiliza isso. Muito pelo contrário, temos de reforçar, a cada dia mais, essa presença, essa aproximação, para que tenhamos credibilidade nas nossas ações e na implementação das nossas políticas. É delicado? É delicado. A credibilidade é questionada a todo momento, mas a postura e a seriedade com que conduzimos esse processo é que vai ditar quais os rumos dessa aproximação. Pelas experiências que tivemos até agora, com projetos no Rio Doce e no Norte de Minas, a participação foi muito efetiva, colaborativa. Creio que o sucesso desses dois encontros reflete isso, que essa aproximação é possível e tem sido uma constante nessa gestão.

Quanto à pergunta do Sr. Josadac, com relação às metas do milênio, que foram pactuadas. O governo tem trabalhado nesses relatórios. Já iniciamos as entrevistas e todo o processo de construção desse relatório junto às quatro Secretarias envolvidas no processo - Meio Ambiente, Desenvolvimento Social, Educação e Saúde. A partir de amanhã, começarão as entrevistas conduzidas pelo PNUD. A intenção é que, em dezembro, já tenhamos informações relevantes a serem divulgadas a respeito da pactuação feita em março pelo Governador do Estado. Uma consultoria do PNUD trabalha diretamente nesses relatórios, junto a uma equipe exclusiva do governo do Estado para trabalhar essas ações.

Quanto ao questionamento do Sylberto: “Quais as garantias de que essa projeção apresentada aqui será cumprida? A garantia que podemos lhe dar neste momento é a apresentação do PMDI, que é o nosso planejamento de longo prazo, e o Subsecretário André Reis apresentou o PPAG, que é a materialização dessas estratégias em ações e políticas públicas concretas. É essa a nossa garantia. Temos dois instrumentos que se interligam, se desdobram e são monitorados e fiscalizados por esta Casa, que os representa. Uma vez aprovados os dois projetos de lei, eles passarão por um processo de monitoramento intensivo. Essa é a garantia que temos de que essas políticas serão, de fato, executadas, e vamos permanentemente trabalhar no cumprimento das metas e daqueles indicadores que foram ali pactuados.

O Subsecretário André Abreu Reis – Deixe-me continuar de onde ela parou. Sempre quando tratamos de PMDI, falamos de 2030. Em 2030, aquelas metas deverão ser atingidas. Hoje, legalmente, não tenho garantia alguma. A minha garantia é a publicização desses compromissos frente a todos vocês e a esta Casa. Há também a publicização do Plano Plurianual, que nos conecta a esse plano e às cobranças dos senhores. É uma carta estruturada. Consideramos importante ter a definição de longo prazo. Por que isso, se o governo é de quatro anos, e não temos a garantia de aplicação no que está disposto até 2030? Quando estabelecemos um plano de médio prazo, e qualquer chefe do Executivo chega – não precisa ser o Governador, o Prefeito, com seu plano diretor, ou o Presidente da República – considero legítimo e importantíssimo apresentar a ele um planejamento. Por exemplo, pode-se dizer que construímos um planejamento de governo imaginando esta Minas Gerais em 2030, e é ela que persigo. É esta Minas Gerais, estabelecida com aqueles



indicadores e com aquelas metas para 2030, para a qual quero traçar essa trajetória. O próprio detalhamento e enriquecimento desse produto, tanto tecnicamente quanto na sua legitimidade nos debates com a sociedade civil, pressionam os governos futuros a ter uma postura respeitosa. É o que chamamos na gestão de marcos e não retorno. Ou seja, estabelece-se um padrão de qualidade de trabalho, e não se volta atrás nesse padrão, porque estabeleceu-se uma conversa que será dali para frente. Não há ambiente para voltar atrás. Acreditamos que isso são as bases do nosso planejamento para a frente.

Como se analisa 2011? Essa foi a pergunta da Edalgina. O ano de 2011 está atrelado ao planejamento que se encerra este ano. Quem é Edalgina? Tudo bem?

O ano de 2011 pertence ao PPA 2008-2011 e à revisão anterior do PMDI, que fizemos em 2007. Era essa a questão? Como estamos debatendo agora a lei orçamentária para 2012, o PPA 2012-2015 e o Plano de Desenvolvimento Integrado até 2030, o nosso foco é de 2012 para a frente. Assim, curto prazo é 2012; médio prazo, 2015; e longo prazo, 2030. Ou seja, nenhum deles se refere a 2011. Aliás, os relatórios de acompanhamento de 2011 estão sendo divulgados bimestralmente na internet, e vocês devem estar acompanhando. São relatórios relativos à execução do atual PPA 2008-2011. Também foi feita aqui audiência pública de monitoramento, em agosto.

Há aqui duas questões relativas à gestão cidadã, sobre a descrença e o acompanhamento das ações do poder público. Acho que uma coisa é a conexão que estabelecemos quando assistimos a um jornal: é sempre de descrédito, mesmo porque estamos muito distantes. Outra coisa é o laço que criamos aqui, e penso que esse é o papel dos senhores que estão aqui e dos técnicos de governo que virão debater com os senhores. É aí que se estabelece essa relação de cobrança direta, de diálogo e de discussão acerca dos rumos do Estado, entendendo quais são as dificuldades. Aliás, esse é um momento importante até mesmo para o próprio governo, que, por meio de seus técnicos, pode apresentar suas angústias, porque muita gente bate no teto, que pode ser de vários aspectos: teto orçamentário, teto de equipe técnica, teto de angústia por nossa competência mesmo – às vezes a pessoa tem de admitir que não deu conta de produzir até ali. Essas coisas podem aparecer nesse debate, que é franco, como sabe quem vem acompanhando as discussões desde 2004. Nesse período, avançamos muito em algumas questões – quem acompanhou pôde observar –; em outras, não avançamos tanto quanto gostaríamos – ali, trombamos nas nossas dificuldades de governo. Assim, esse é o momento de debater e de falar das nossas dificuldades, explicando quais são elas – financeiras, pessoais, etc. – e a razão de não estarmos conseguido avançar. Isso torna um pouco mais críveis a relação e a participação de todos. No debate, vocês verão que ali estão pessoas como todos vocês, técnicos de governo ou trabalhadores que estão se esforçando para alcançar alguns resultados. Isso nos afasta um pouco da descrença que nos acomete quando vemos uma manchete em televisão, em um jornal qualquer, a respeito de problemas de corrupção ou do que quer que seja.

Esta é uma oportunidade que aproxima mais os senhores da administração e traz esse controle um pouco mais para perto de todos. Há uma série de pessoas que acompanham esse debate há mais tempo e que todos os que aqui estão e que trabalham nisso há algum tempo, como eu, já conhecem pelo nome. Já estabelecemos até algumas relações profissionais nesse aspecto de acompanhamento das políticas. O fato de conhecer e de nos aproximar um pouco da administração reduz um pouco a descrença e aumenta um pouco a esperança ou pelo menos a compreensão sobre as dificuldades que o governo encontra para avançar o quanto gostaríamos.

A próxima pergunta, sobre a Subsecretaria de Direitos Humanos, sinceramente não sei responder de pronto a ela. Será que a Albanita, nossa colega da Sedese, poderia nos ajudar?

Lembro que várias áreas setoriais não apareceram tanto desta vez, porque eu e a Adriane, pela Secretaria de Planejamento, estamos olhando o Estado como um todo. Mas as questões mais específicas podem ser mais bem debatidas nos grupos, em função das nossas limitações – nosso HD não é tão extenso quanto gostaríamos para respondermos a tudo.

A Subsecretária Maria Albanita Roberta de Lima - Lembro, em primeiro lugar, que, na quarta-feira, teremos a oportunidade de ver a apresentação do novo Programa Estruturador Direitos Humanos e Assistência. Pela primeira vez, a área de direitos humanos ganhou um projeto estruturador com recurso estruturado e não só do governo federal. Até então, nos direitos humanos, trabalhava-se mais com aporte de recursos federais. Agora vocês terão a oportunidade de ver a carteira lá, bem desenhada, com todas as possibilidades de intervenção. Claro que não é o ideal. Sabemos da luta da Subsecretaria de Direitos Humanos até para se reestruturar e trabalhar todo esse vínculo de estruturação de seus programas de promoção e proteção à vida. No entanto, acredito que já tenha sido um salto enorme na lei delegada, ao fazer a divisão das coordenadorias, pois isso também facilita a discussão, a alocação de recursos, a formulação e o debate para a sociedade. Agora, foram seis coordenadorias que avançaram.

Nesta gestão, está-se propondo um salto muito grande. Claro que poderia estar aquém, mas, se vocês vierem na quarta-feira, verão que tivemos um avanço superlegal.

O Subsecretário André Abreu Reis - Muito obrigado. Teve uma questão sobre o piso da educação, mas tenho algumas limitações para falar disso. Dentro da Secretaria de Planejamento, há uma Subsecretária de Gestão de Pessoas, que está envolvida com esse debate acerca da educação muito mais do que eu. Perdoem, mas, sob a perspectiva fiscal, discutiremos isso de forma mais ampla.

Não sei se os senhores têm acompanhado os debates nos demais Estados. A verdade é que temos tido dificuldades em relação aos debates do próprio aporte do pessoal em todas as áreas e não só na área de educação no curto prazo. O que quer dizer essa questão estrutural? Há um primeiro ponto. Se compararmos Minas Gerais a alguns outros Estados jovens – pensando em Constituição de 1988 –, os Estados que surgiram a partir dessa época não têm um passivo de inativos como temos nos Estados antigos. Portanto, temos um percentual deste recurso do Tesouro que mostrei ali, dos 91%, tomados em grande parte pelo pagamento de inativos, não só da educação, mas também em todas as carreiras que temos no Estado. Estes nossos inativos disputam conosco recursos o tempo todo com o pessoal da ativa. A partir de 2002, todo o pessoal civil que entrou no Estado passou a se incorporar ao Fundo de Previdência - Funpemp -, em que estão reservados recursos para a aposentadoria. Então, esse não será um problema a mais a ser enfrentado no futuro sob a perspectiva de servidor civil.

O problema é de quem entrou no Estado anteriormente a 2002. Numa questão estrutural de pirâmide etária, passamos décadas acreditando que gerações futuras pagando impostos poderiam financiar a próxima geração no pagamento de recursos inativos. Então, essa questão previdenciária vem nos perseguindo nos últimos anos para resolvermos, mas ainda há questões sérias para enfrentarmos. Porém, demos aqui um passo importante na criação, em 2002, do Funpemp, que hoje é o maior fundo público de regime próprio, o maior patrimônio do Brasil. Conseguimos aprovar essa solução lá em 2002, mas eles disputam recursos conosco o tempo inteiro. Essa é uma questão séria que enfrentamos. Por exemplo, Tocantins não passa por esse mesmo desafio e consegue ter funcionário da ativa

recebendo mais, pois lá quase não existe inativo. Como o Estado é pós-1988, a massa de inativos que surgiu dali é muito menor que a nossa. A mesma coisa acontece no Acre e outros Estados que até um tempo atrás eram territórios, que não tinham essa dificuldade. Sob uma perspectiva federativa, também temos esse desafio na disposição de pessoal na segurança pública, na saúde e na educação, que são os nossos três serviços que consomem mais pessoas.

Tenho que disponibilizar servidores para 853 Municípios. Isso faz com que haja uma dispersão da nossa política pública e faz com que ela fique muito mais cara em quantidade de pessoas. Se imaginarmos que o Rio de Janeiro tem uma população semelhante à de Minas Gerais, mesmo com um território muito menor, o ganho de escala que se pode ter na prestação de serviço público daquele Estado é muito maior. O que é esse ganho de escala? Posso ter um hospital de base bem grande e estruturado para atender a uma população muito maior do que a que conseguimos atender, porque a nossa população é muito dispersa no território. Então, o fato de termos essa estrutura, por exemplo, de replicar a estrutura da Polícia Militar em 853 Municípios e também ter 4 mil prédios de escola faz com que esse problema também se reproduza em nossa força de trabalho. Não sabemos ainda calcular e comparar essas relações entre os entes federados e o Estado, entre os demais Estados e os demais Municípios. Como funciona essa relação pensando na perspectiva geográfica? Não sabemos, mas isso nos aperta bastante.

Na última reunião de Secretários de Estado, o Secretário de Sergipe estava reclamando da quantidade de Municípios que tinha o Estado. Disse-lhe: “Sergipe, não. Por favor, não venha se queixar comigo da questão da quantidade de Municípios de Sergipe, não é mesmo?”. Só no Grande Norte do nosso Estado, devem caber uns quatro ou cinco Estados do Nordeste. Realmente, a questão geográfica é muito complicada.

Sobre a parte de receita, falaremos sobre a nossa capacidade de financiamento. Sobre a questão de pessoal, qual é o teto? Aí falo como um todo, não só em relação à educação. Hoje a receita tributária do Estado é a receita mais constante que temos, como o ICMS, o IPVA, o ITCD, o Imposto de Renda arrecadado de servidores e até mesmo a transferência do Fundo de Participação dos Estados. Esse recurso não paga a minha folha. A relação dele com a minha folha é menor. Na verdade, ele já se financia ou por via de recurso ou por via de transferências vinculadas federais, além de outros recursos que temos para financiamento das políticas públicas. Esse é um ponto fundamental para nós.

O Deputado falou sobre a questão tributária, do fato de os nossos impostos serem regressivos. Há uma discussão mais ampla que deve ser feita. Quem está com a maior força de trabalho não necessariamente está com o maior percentual de recursos. A União tem ficado com boa parte do resultado da ação de tributos, mas as carreiras que pertencem a ela não são necessariamente as maiores. Estas estão com os Municípios e com os Estados. Só para exemplificar, a União tem 30 mil professores, e o Estado tem 300 mil, sendo que a União tem 20 vezes a nossa receita corrente líquida, embora tenha também outras obrigações. Não estou dizendo que ela esteja folgada, mas, pensando em despesa de pessoal, estamos com uma força de trabalho nas mãos do Estado e dos Municípios. Há essas dificuldades para resolver.

O Sr. Presidente - Obrigado, Subsecretário. Temos aqui a rodada final com três perguntas, mas antes há duas outras, sendo uma dirigida diretamente aos Deputados, e outra, dirigida ao André, sobre a metodologia. Então, responderei a primeira, que foi do Ângelo, de Sete Lagoas, em relação à participação dos Deputados.

Como dissemos, este ano há uma inovação: os trabalhos de terça-feira e quarta-feira serão coordenados pelos Deputados das comissões temáticas. Essa é uma tentativa de envolver os Deputados que integram as comissões temáticas, além das duas que coordenam o processo, a Comissão de Participação Popular e a Comissão de Fiscalização Financeira. Então haverá a participação de vários Deputados nestes dias.

Outra questão importante surgida este ano é que estamos tentando ligar os eventos institucionais já realizados pela Assembleia à discussão do PPAG. Por exemplo, o seminário legislativo “Pobreza e desigualdade” tem um relatório final com 84 propostas priorizadas. Hoje realizamos de manhã uma reunião com a comissão de representação desse seminário, que acompanhará a efetivação das deliberações, e apresentamos o trabalho que a Consultoria da Assembleia está realizando. Todas essas propostas assumidas pelo seminário legislativo, que foi coordenado por mais de 80 entidades, serão transformadas em sugestões no PPAG. Houve 12 encontros regionais nas 10 macrorregiões durante cerca de quatro meses de trabalho técnico realizado; portanto já houve um acúmulo. O seminário e as audiências do PPAG são coisas diferentes, mas houve esse esforço. No seminário, quase 40 Deputados estiveram presentes nas mais variadas regiões, o que foi também uma forma de participação. Assim sendo, podemos dizer que já há um processo de amadurecimento.

Já conversamos com o Subsecretário sobre o assunto, e no próximo ano será mais racional combinarmos a atuação do governo na regionalização dos debates com o calendário da Assembleia. Com certeza, incluiremos a revisão anual do PPAG e podemos fazer um trabalho comum.

A outra pergunta é muito pertinente. Ela foi dirigida ao André, mas é sobre uma questão interna: a metodologia sobre proposta de emenda nos eixos das estratégias de cada rede de desenvolvimento no PMDI, uma vez que discutiremos o PPAG na terça-feira e na quarta-feira.

Fizemos o seguinte: houve um calendário de tramitação diferenciado para o PMDI e para o PPAG.

No PPAG, o prazo de apresentação de emendas está aberto na terça-feira e na quarta-feira, com a metodologia que vocês já conhecem: participação dos trabalhos em grupo, apresentação de propostas, a equipe da Assembleia transforma a sugestão em uma proposta mais elaborada, e depois haverá as rodadas de negociação que envolvem o governo - neste ano convidaremos as comissões temáticas - e a Comissão de Participação Popular, que emitirá um parecer, podendo a sugestão ser transformada em emenda, que será analisada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Essa é a dinâmica do PPAG.

No PMDI, o prazo para apresentação de emendas se encerrou, mas hoje houve a participação do relator do PMDI, Deputado João Vítor Xavier. Se nos grupos de trabalho houver propostas relevantes, como o PMDI ainda não foi votado na comissão especial coordenada pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, haverá possibilidade de apresentar as sugestões oriundas das audiências do PPAG ao relator, para que ele possa ou não incorporá-las e transformá-las em emendas. Tivemos esse cuidado, do

contrário, não faria sentido a apresentação do PMDI, além dessa apresentação formar um vínculo com o PPAG. No caso do seminário legislativo “Pobreza e desigualdade”, como Presidente da Comissão de Participação Popular e coordenador do seminário, apresentei uma série de emendas às propostas do seminário que guardavam correspondência com o PMDI. Dessa forma, quem tiver alguma sugestão relevante ao PMDI, apresente-a no grupo, e nós a apresentaremos ao relator do PMDI, para que este possa ou não acolhê-la.

Passarei a palavra ao Deputado Bosco, que, juntamente com a Deputada Maria Tereza Lara e o Deputado João Leite, coordenou um evento muito importante da Assembleia, o fórum técnico “Segurança nas escolas: por uma cultura de paz”. Com a palavra, o Deputado Bosco.

O Deputado Bosco - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela condução desta reunião e pelo trabalho realizado na Comissão de Participação Popular; cumprimento também a Subsecretária Adriane, o Subsecretário André e o Dr. Geraldo, representando o Chefe da Polícia Civil; e principalmente cumprimento essa plateia maravilhosa, razão maior deste evento.

É uma alegria participar desta reunião. Estou no meu primeiro mandato, e é a primeira oportunidade que tenho de participar efetivamente da discussão e da elaboração do PPAG e do Orçamento do Estado. Este momento representa um avanço significativo: o governo vem discutir com a sociedade, representada nesta Assembleia Legislativa, o planejamento para curto, médio e longo prazos. Isso é um fator muito positivo, e sabemos que, em passado não tão distante, tal coisa não havia. O Orçamento era uma peça meramente fictícia, e nem sempre era executado. Hoje há nova realidade em Minas Gerais com o governo de Aécio Neves e agora o governo do Prof. Anastasia.

Cumprimento todos vocês pela participação e coloco-me à disposição. Cumprimento o nosso pessoal, os delegados eleitos no fórum técnico “Segurança nas escolas: por uma cultura de paz”. Nós, da Comissão de Educação e da Comissão de Segurança Pública, cujo Presidente é o Deputado João Leite, realizamos etapas do fórum técnico em praticamente todas as regiões do Estado. Foram seis fóruns regionais, encerrando com o fórum do mês passado. No final desse fórum, houve a apresentação e a aprovação de 30 propostas, que tratam desde a questão da valorização dos profissionais da educação e da implementação de políticas voltadas para a educação até a adoção de medidas em trabalho de rede com segmentos que fazem parte da educação. Foi um fórum extremamente positivo. Tenho a certeza de que os nossos representantes estarão conosco aqui amanhã, no momento da discussão do PPAG pela educação, para a apresentação dessas 30 propostas.

Quero cumprimentá-los e convidá-los a participar conosco amanhã, a partir das 8 horas, para discutir as questões da educação ligadas ao PPAG. Aguardo a presença de todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado Bosco. Nesta rodada final, as perguntas são dirigidas à Subsecretária Adriane e ao Subsecretário André. A primeira pergunta é de Ana Angélica, que integra o curso de Ciências do Estado, da UFMG: “A juventude mineira será incluída no PMDI e no PPAG, visto que é um segmento diretamente relacionado com o desenvolvimento da sociedade? E com quais políticas específicas?”.

Alice, do Movimento Pró-Rio Todos os Santos, do Mucuri: “Preocupa-me uma certa miopia quando se fala de desenvolvimento, que é absolutamente necessário à erradicação da pobreza. Sem água, sem transporte ferroviário?! Em momento algum falou-se aqui, com a ênfase necessária, do problema da água e do fortalecimento do transporte ferroviário”.

Pergunta da Sra. Beatriz Carvalho, do Conselho Regional de Nutricionistas – CRN - 9ª Região: “O documento do PPAG e o seu manual não deixam claro como será a participação popular na definição das estratégias, nem especifica a metodologia no andamento dos projetos. Como identificar projetos e processos?”.

A última pergunta é do Sr. Wagner Maciel, do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. Solicito ao Sr. Wagner Maciel que faça a pergunta. Em seguida, passaremos às considerações finais dos convidados.

O Sr. Wagner Maciel - Boa tarde. De acordo com a apresentação desta tarde, foi dito que estamos na terceira etapa do choque de gestão. Pressupõe-se que as primeiras etapas enfatizaram o controle fiscal e o “déficit zero”. Vimos o Estado buscar maior poder de arrecadação.

Sobre o valor previsto dentro dos programas estruturadores, percebe-se que, para 2012, o valor é menor que o previsto para os anos de 2013, 2014 e 2015. Quero entender um pouco melhor o funcionamento disso. Também foi dito que a previsão orçamentária de 2012 a 2015 é de R\$57.000.000.000,00, um aumento de 85% quando o valor é comparado ao PPAG de 2008 a 2011. Qual a previsão para a Lei Orçamentária em 2012, em comparação com a de 2011? Ocorreu um aumento ou uma diminuição dos valores?

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Subsecretário André Reis, para suas considerações finais.

O Subsecretário André Abreu Reis - A Alice apresentou duas questões sobre o desenvolvimento do Mucuri e perguntou sobre a erradicação da pobreza. Sobre a água, posteriormente a Adriane poderá comentar a criação de um projeto estruturador que trate do tema, isto é, da questão da água. Este ano já atingimos essa parcela de projetos em comunidades carentes no Norte, por meio do Idene, como o Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR -, com abastecimento de água em pequenas comunidades. Era um projeto financiado pelo Banco Mundial, e agora seu financiamento é feito com recursos próprios do Tesouro. É um projeto relativamente antigo no governo, em articulação com comunidades acima de 200 pessoas que são atendidas pela Copanor. Mas as questões relativas ao projeto, especificamente as que se referem ao ano que vem - e não sei se a Dra. Adriane tem informações sobre isso -, poderão ser discutidas no próprio grupo.

Sobre a questão ferroviária, terei de decepcioná-lo, porque não existe nada. O Estado já não trabalha com a malha ferroviária, e não temos previsão sobre isso. A perspectiva que há sobre a questão ferroviária refere-se à própria Região Metropolitana, onde está sendo feito um estudo de aproveitamento da malha ferroviária para ver como podem desafogar a região e evitar que não se cruze tanto na parte rodoviária. No Vale do Mucuri, no Norte, nesse período, o Estado investiu na parte rodoviária. Então, nesse ponto, o Proacesso passou por lá e tivemos um investimento bastante robusto nesse período.

A Subsecretária Adriane Ricieri - Em termos de projeto estruturador para essa região, temos o projeto Água para Todos, que aliás está sendo desdobrado a partir do Brasil sem Miséria, do governo federal. Então, é um projeto que está sendo utilizado como

referência no desdobramento dessa política federal e que está sendo bem trabalhado. Estão sendo alocados recursos substanciais nesse projeto.

Em relação à malha ferroviária, apesar de não haver nada de concreto, desde o ano passado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem trabalhado nesse ponto. Aliás, há um estudo sendo feito com o apoio do Banco Mundial para elaborar um projeto de aprimoramento da malha ferroviária do Norte. Então, esse é um projeto que deve ser concluído agora. Se já não foi, deve estar na fase final de elaboração.

Em relação aos projetos para a juventude, perguntou a Ana Angélica, quero dizer que também temos um programa estruturador no novo PPAG que se chama Jovens Mineiros Protagonistas. Nesse projeto está mantido o Plug Minas, que tem o foco muito direcionado a esse segmento. Ele já faz parte do PPAG em vigor e migra para o novo PPAG com uma nova roupagem. Além desse projeto, há ainda o Poupança Jovem, que também faz parte da nossa carteira atual e vai para o novo PPAG com uma roupagem mais robusta. Então, existem grandes projetos nessa área de atuação.

O Subsecretário André Abreu Reis - Não sei se entendi bem a pergunta do Wagner Maciel, mas tentarei respondê-la. Se houver qualquer questão, você pode interpelar-me novamente. Sobre a parte de valores da carteira, é importante dizer que ela está agora com esse aumento vigoroso de um PPA para o outro muito por conta do motivo que mencionei há pouco: a nossa limitação orçamentária. O que está acontecendo? Sobre as tecnologias desenvolvidas na geração do choque de gestão, como o senhor mencionou, sobre os monitoramentos intensivos de projetos, temos tentado trabalhar com um escopo maior de programas recebendo esse tipo de monitoramento por parte do governo. Então - e depois a Dra. Adriane poderá trazer mais informações -, o que vem acontecendo com os projetos e processos? Estamos tentando colocar mais gestão intensiva em uma maior quantidade de recursos. Até este ano estávamos trabalhando com uma carteira que gerava 12% do orçamento, ou seja, em torno de R\$5.000.000.000,00. Essa ampliação não foi de recursos naquela carteira, mas de programas que passaram a ter foco do Estado para o seu monitoramento intensivo. Os programas passaram a pertencer à carteira de projetos estratégicos do Estado, de forma que aqueles recursos alocados em uma área que não receberia esse tipo de monitoramento possam produzir melhores resultados. Então, até o ano passado aqueles programas associados antigamente e alguns outros em que percebemos um bom poder de alavancagem foram inseridos na carteira. Contudo, o fato de eles terem sido inseridos na carteira gerou toda uma nova metodologia de acompanhamento e de destinação de pessoal, no próprio órgão e na central de planejamento, a Seplag, a fim de monitorar esses recursos e projetos para que produzissem melhores efeitos. Então, o crescimento da carteira veio muito em função da nossa mudança de metodologia de acompanhamento, que passou a abarcar um maior contingente e volume de recursos. Ou seja, passamos a monitorar isso de forma mais intensiva e a monitorar melhor também. O que acontece na carteira atual, como não temos essa diferença entre projetos e processo, é que acabamos monitorando processo como se fosse projeto. Mas são coisas diferentes. O projeto tem a característica de começo, meio e fim, há uma entrega objetiva. O processo é a ação continuada, que também é estratégica, pois promove uma transformação grande na sociedade. Estávamos trabalhando em uma mesma metodologia de monitoramento nessas duas vertentes. A transformação é mais para monitorar de forma adequada o que é projeto e o que é processo. Monitorar de forma mais intensiva o que antes não era levado em consideração.

O Subsecretário André Abreu Reis - Gostaria de agradecer a todos os senhores por mais um ano de debate para enriquecer o PPAG e para o engrandecer. Aprendemos muito com a participação de todos. Agradeço a Assembleia Legislativa pela oportunidade. Sou gerente de um projeto, portanto, estarei aqui, na quarta-feira, à tarde, prestando esclarecimento sobre o projeto estruturador de qualidade e gestão eficiente, um programa de gestão e eficiência, composto por quatro outros projetos, sobre os quais falaremos mais detalhadamente. Muito obrigado.

A Subsecretária Adriane Ricieri - Gostaria de agradecer a participação e a presença de todos vocês. Também estarei aqui em outros momentos. Sou também gerente do projeto Inovação na Administração Pública. Espero que tenhamos, nos próximos dias, debates bastante enriquecedores, que tragam mais subsídios para o nosso modelo de gestão atual. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Subsecretários André Reis e Adriane. Em relação à questão da juventude, Subsecretário André, quero lembrar que foi realizada recentemente, em Araxá, a II Conferência Nacional de Juventude de Minas Gerais. Há uma lei aprovada aqui na Assembleia, Lei nº 18.136, de 2009, de minha autoria, que cria o plano estadual de juventude. Foi uma lei sancionada pelo ex-Governador Aécio Neves, até uma sanção pública, no Palácio da Liberdade. Nessa lei, há diretrizes importantes para as políticas da juventude.

Agradeço a presença do Deputado Sávio Souza Cruz, Presidente da Comissão de Minas e Energia. Agradecemos a presença de todos, particularmente do amigo Deputado Bosco, Presidente da Comissão de Educação, dos convidados e demais presentes.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E DE MEMBROS DAS COMISSÕES PERMANENTES – § 1º DO ART. 204 DO REGIMENTO INTERNO – NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/10/2011

Às 15h31min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Antônio Júlio, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o Deputado Sebastião Costa, membro da Comissão de Membros das Comissões Permanentes – § 1º do Art. 204 do Regimento Interno. Estão presentes, também, os Deputados Bonifácio Mourão, Arlen Santiago e Hélio Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião e



dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.337/2011 (Deputado João Vítor Xavier) e 2.453/2011 (Deputado Zé Maia), em turno único. A Presidência registra a presença dos Desembargadores Nelson Missias de Moraes e Tiago Pinto, e dos Juizes Pedro Aleixo Neto e Bruno Terra Dias, Presidente da Amagis. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no turno único, do Projeto de Lei nº 2.453/2011 (relator: Deputado Zé Maia). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e das autoridades, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2011.

Zé Maia, Presidente - Doutor Viana - Romel Anízio - Ulysses Gomes.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 25/10/2011

Às 10h09min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tenente Lúcio, Dalmo Ribeiro Silva e João Leite (substituindo o Deputado Rômulo Viegas por indicação do Bloco Transparência e Resultado) membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 810/2011 em turno único (Deputado Vanderlei Miranda), e 2.150/2011 em turno único (Deputado Rômulo Viegas). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.714/2011 e 1.753/2011. Neste momento retira-se da reunião o Deputado Dalmo Ribeiro Silva e registra-se a presença do Deputado Rômulo Viegas. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Tenente Lúcio (2) em que pleiteia sejam solicitadas à Prefeitura de Araxá providências para tratar adequadamente o lixo gerado por esse Município, uma vez que esses resíduos estão caindo diretamente nos cursos d'água da região, principalmente no Córrego Grande, poluindo o Rio Capivara; e providências à Copasa com vistas ao completo tratamento dos esgotos no Município de Araxá, os quais são grandes responsáveis pela poluição e a alta taxa de mortalidade de peixes no Córrego Grande e no Rio Capivara; Duarte Bechir em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação dos produtores de cachaça artesanal em relação ao licenciamento exigido pela fiscalização federal. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos desta reunião.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2011.

Luiz Carlos Miranda, Presidente.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/10/2011

Às 9h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tiago Ulisses. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência comunica o recebimento do Projeto de Lei nº 1.314/2011, em 1º turno, do qual designou como relator o Deputado Adelmo Carneiro Leão, informa que a reunião se destina a discutir os casos de meningite tipo C notificados no Município de Ouro Branco e interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Tânia Maria Marcial, Assessora da Subsecretaria de Vigilância à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde – SES –; Marcelo Mascarenhas Corrêa, Diretor de Doenças Transmissíveis da SES; Carlos Alberto Pereira Gomes, Subsecretário de Vigilância e Proteção à Saúde da SES; Alexandre de Oliveira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Branco; Flávio Geraldo Vieira dos Santos, Líder do Governo nessa Câmara; Hideraldo Belini Soares de Mello, Secretário Municipal de Saúde de Ouro Branco; Lysly de Aguiar, Coordenadora da Vigilância Epidemiológica da referida Secretaria; Carlos Eduardo Coelho Seixas, Diretor Técnico da Fundação Ouro Branco, representando o Sr. Carmine Sarao Neto, Presidente dessa entidade; Ana Gabriela Dias Cardoso, Gerente de Relações Institucionais e Responsabilidade Social da Gerdau Açominas; Taciana Rodrigues Rezende, médica do trabalho da Paranaense Engenharia e Comércio S.A.; José Heitor Santana, Diretor de Relações Externas do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico de Ouro Branco e Congonhas, representando o Sr. Raimundo Nonato Roque de Carvalho, Presidente do Sindicato; Rodrigo Diniz Junqueira Rocha, Presidente do Instituto Pedro Arthur, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Tiago Ulisses, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de



proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.960 e 2.100/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Doutor Viana em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 1.635/2011, que dispõe sobre a criação do programa estadual para identificação e tratamento da dislexia na rede oficial de educação; Luiz Carlos Miranda (2) em que solicita seja encaminhado ao Departamento de Vigilância Sanitária do Estado pedido de providências para a fiscalização das instalações sanitárias oferecidas pelos estabelecimentos onde há paradas de ônibus ao longo da BR-381 e da BR-135; e seja realizada reunião para debater, em audiência pública, questões atinentes ao acidente vascular cerebral e as dificuldades no seu tratamento; Célio Moreira em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para debater, em audiência pública, questões relacionadas ao lixo hospitalar, em especial seus efeitos no meio ambiente; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a destinação do lixo hospitalar no Estado, em especial na Região Metropolitana de Belo Horizonte; Luiz Henrique em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os preços pagos pelas operadoras de planos odontológicos aos dentistas conveniados; Carlos Mosconi em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, assuntos relacionados à unidade do Ipsemg no Município de Itajubá; e da Deputada Liza Prado em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, assuntos relacionados ao Ipsemg, especialmente no que se refere à extinção de convênios, como é o caso do Madrecor, em Uberlândia. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Fabiano Tolentino, Tadeu Martins Leite, Marques Abreu e Gustavo Perrella em que solicitam seja realizada visita em conjunto com a Comissão de Esporte, Lazer e Juventude ao Secretário de Estado de Saúde, para tratar do programa de atividade física desenvolvido pela Sociedade Mineira de Medicina do Exercício e do Esporte. Ato contínuo, o Presidente passa a presidência ao Deputado Neider Moreira para apreciação de requerimentos de sua autoria e de autoria do Deputado Hely Tarquínio, Vice-Presidente da Comissão. São aprovados, cada um por sua vez, requerimentos dos Deputados Carlos Mosconi em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública para debater, em audiência pública, a questão do “crack”; Hely Tarquínio e Carlos Mosconi em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública para conhecer projetos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Rosângela Reis.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/10/2011

Às 10h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT). Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.205/2011, no 1º turno, e 2.375/2011 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva); 2.332/2011 (Deputado Bosco); 2.333 e 2.335/2011 (Deputado Carlin Moura); e 2.334/2011 (Deputado Paulo Lamac), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.617/2011 com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e Emenda nº 3. Neste momento, retira-se o Deputado Rogério Correia. Em seguida, após discussão e votação, é aprovado, no 1º turno, o parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 119/2011 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Neste momento, registra-se a presença do Deputado Paulo Lamac. Na sequência, após discussão e votação, é aprovado, em 1º turno, o parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 780/2011 (relator: Deputado Paulo Lamac). O Projeto de Lei nº 490/2011, em 1º turno, é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Trabalho e Emprego a requerimento do relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.706 a 1.708 e 1.793/2011. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.245, 2.033 e 2.204/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura e Paulo Lamac em que solicitam seja realizada visita à Escola Estadual Ordem e Progresso para obter esclarecimentos sobre o Edital para o Processo Seletivo 2012 e a Portaria nº 001/EEOP/ACADEPOL/PCMG/2011; Paulo Lamac em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o fechamento da Escola Estadual do Quilombo, Distrito de Sabinópolis, na região do Vale do Rio Doce; Rogério Correia (3) em que solicita seja encaminhado ao governo do Estado pedido de informações sobre os valores dos contratos firmados entre a Fundação Renato Azeredo e o governo de Minas, entre 2002 e 2011, bem como sobre quais órgãos da administração pública fizeram os repasses; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de informações sobre quais medidas foram tomadas com relação ao ofício enviado por representantes dos Centros de Educação Continuada - Cesec - em que solicitam um quadro de pessoal que assegure atendimento eficiente à comunidade; e seja realizada reunião de audiência pública para debater a educação no campo; Bosco, Dalmo Ribeiro Silva, Carlin Moura e Paulo Lamac (2) em que solicitam sejam encaminhadas a todos os Deputados membros da comissão criada para intermediar a negociação entre professores e Governo do Estado as notas



taquigráficas da reunião desta Comissão, realizada em 6/4/2011 e o documento de propostas encaminhado pela Associação de Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg -; e seja realizada visita à Secretária de Estado de Educação para entregar as notas taquigráficas da reunião desta Comissão ocorrida em 6/4/2011 e apresentar as propostas da Adeomg; Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública na Escola Municipal Valério Ferreira Palhares, que abriga o anexo da Escola Estadual Professora Vera Maria Rezende, para debater a construção de escola estadual no Bairro Petrovale. É recebido pela Presidência o requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o plano de ampliação e expansão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM -, bem como a capacidade de irradiação das ações educacionais e sociais dessa universidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

Bosco, Presidente – Duarte Bechir.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 26/10/2011

Às 16h12min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elismar Prado, Rômulo Veneroso e João Leite (substituindo o Deputado Carlos Mosconi, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.465/2011, em turno único, para o qual designou como relator o Deputado Elismar Prado. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela rejeição, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.536/2011 (relator: Deputado Elismar Prado, em virtude de redistribuição) e 2.006/2011 (relator: Deputado Rômulo Veneroso, em virtude de redistribuição). Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.057/2011, o relator, Deputado Elismar Prado, retira o parecer lido anteriormente e apresenta outro. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.057/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.064, 2.380 e 2.385/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.713 e 1.758 a 1.773/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Elismar Prado em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de debater o repasse de recursos dos governos federal e estadual para a área de cultura de Belo Horizonte, bem como apurar denúncias de deterioramento de espaços e projetos culturais nesse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2011.

Elismar Prado, Presidente.

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/10/2011

Às 11h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Antônio Júlio e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de correspondência do Sr. Luís Ricardo Aguiar, morador do Bairro Vila Ecológica, na região do Barreiro, que, por meio da Mensagem nº 220.612, encaminhada ao “Fale com a Assembleia” reclamação contra os serviços prestados pela Cemig nessa região. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Fica adiada a votação dos Requerimentos nºs 1.711 e 1.757/2011; o primeiro a requerimento do Deputado Tiago Ulisses e o segundo a requerimento do Deputado Duarte Bechir. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir as providências a serem tomadas pelo Estado para o saneamento das irregularidades ocorridas na Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária e no ITER, tornadas públicas pela operação Grilo da Polícia Federal, realizada em setembro de 2011, com a prisão de diretores do referido Instituto, em especial as diligências realizadas para apuração da extensão da fraude e identificação dos imóveis irregularmente legitimados, assim como os resultados, parciais ou finais, dessas diligências e as ações efetivadas para a recuperação da propriedade desses imóveis pelo Estado; Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Viçosa para debater e obter esclarecimentos sobre o processo de outorga para a utilização de recursos hídricos nas atividades minerárias no Estado, em especial para as operações dos minerodutos; e Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de



Lei nº 2.445/2011, do Governador do Estado, que institui a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - TFRM - e o Cadastro Estadual de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários - CERM. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária, a ser realizada no dia 7 de novembro, às 14h30min, no Plenarinho IV, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente – Carlos Henrique – Antônio Carlos Arantes – Tiago Ulisses.

ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2011

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Délio Malheiros e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Vanderlei Miranda, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofício do Srs. Josué Costa Valadão, Secretária Municipal de Governo de Belo Horizonte (24/10/11); e Djalma Bastos de Moraes, Presidente da Cemig (27/10/11). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.912/2011, no 2º turno, e 2.443/2011, no 1º turno (Deputado Délio Malheiros); e 855/2011, no 1º turno (Deputado Antônio Júlio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 235/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relatora: Deputada Liza Prado); 2.443/2011 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta (relator: Deputado Délio Malheiros). O Projeto de Lei nº 12/2011 é retirado de pauta, atendendo-se a requerimento da Deputada Liza Prado aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (2) em que solicita seja encaminhada ao Procon-MG, para providências, cópia da fiscalização educativa promovida pelo Procon Assembleia que averiguou o cumprimento das Portarias nºs 387/2008 e 128/2011, do Departamento Nacional de Produção Mineral; e em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação em que se encontram as autoescolas do Estado em face das exigências do Departamento Nacional de Trânsito; Liza Prado (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, em caráter de urgência, para discutir os problemas enfrentados por moradores de prédios no Bairro Buritis, nesta Capital; e em que solicita seja realizada visita técnica a prédios e casas no Bairro Buritis, nesta Capital, em função de trincas e possibilidade de desabamento, com representantes do Crea-MG e da Copasa-MG; e do Deputado Luiz Carlos Miranda em que solicita seja encaminhado ao Procon-MG e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que fiscalizem os preços exorbitantes dos produtos comercializados pelos estabelecimentos onde há parada de ônibus ao longo da BR-381 e da BR-135; e do Deputado Vanderlei Miranda em que solicita sejam encaminhados ao Procon-MG e à Secretaria Municipal de Saúde pedido de providências para que fiscalize as embalagens improvisadas utilizadas por bares e restaurantes para o armazenamento de azeite e óleo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2011.

Liza Prado, Presidente – Duílio de Castro.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Ana Maria Resende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. O Presidente acusa o recebimento da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011, da qual designou a Deputada Ana Maria Resende como relatora. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para as reuniões extraordinárias de hoje, às 20h30min, e do dia 3/11/11, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de novembro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Ana Maria Resende – Luiz Henrique



ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Anselmo José Domingos, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Carlos Henrique. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 1.275/2011 e 1.685/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Celinho do Sinttrocel); 1.749/2011 (relator: Deputado: Célio Moreira); 1.751/2011 e 1.783/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Anselmo José Domingos); 2.342/2011 (relator: Deputado Célio Moreira), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.702, 1.715, 1.752 e 1.754/2011. Registra-se a presença do Deputado Célio Moreira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Júlio e Ivair Nogueira em que solicitam seja realizada reunião para debater, de forma ampla e em todos os seus aspectos, os serviços de remoção e guarda de veículos apreendidos no Estado por empresas concessionárias e credenciadas pelo Detran-MG; Pompílio Canavez em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas e ao Dnit pedido de providências para a restauração da AMG-1505, rodovia que liga a sede do Município de Monte Belo ao Distrito de Jureia; e Carlin Moura em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Contagem para debater o transporte público intermunicipal na região, em especial a desativação da Linha 1360 da Viação Saritur, aos domingos, e a redução dos horários aos sábados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de novembro de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2011

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, João Vítor Xavier, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Romel Anízio, por indicação da Liderança do BPS), Luiz Carlos Miranda (substituindo o Deputado Gustavo Perrella, por indicação da Liderança do PDT) e Sebastião Costa (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Délio Malheiros. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no “Diário do Legislativo” de 27/10/2011: ofícios do Sr. Humberto Miranda Cardoso, Diretor de Gestão Interna da Secretaria Executiva do Ministério da Cultura (2); da Sra. Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, e do FNDE (566). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 1.378/2011 (Deputado Romel Anízio); 2.111/2011 (Deputado Doutor Viana); 2.291/2011 (Deputado João Vítor Xavier); 2.292/2011 (Deputado Zé Maia) e 2.353/2011 (Deputado Gustavo Perrella), no 2º turno. Registra-se a presença do Deputado Doutor Viana, que assume a Presidência dos trabalhos. O Deputado Luiz Carlos Miranda retira-se da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados da pauta os Projetos de Lei nºs 2.447, 2.450 e 2.451/2011, por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais, e os Projetos de Lei nºs 2.336, 2.452 e 2.442/2011, atendendo a requerimentos dos Deputados Antônio Júlio, relativos aos dois primeiros, e João Vítor Xavier, relativo ao último, aprovados pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 577/2011 e 2.291/2011, este na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado João Vítor Xavier); 1.378/2011 (relator: Deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição); 2.111/2011 (relator: Deputado Doutor Viana) e 2.353/2011 (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição), todos na forma do vencido no 1º turno; 2.390/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Sebastião Costa); 2.444/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Duarte Bechir); 2.448/2011 (relator: Deputado Doutor Viana); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.087/2011 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Zé Maia); 2.220/2011 (relator: Deputado Antônio Júlio, em virtude de redistribuição); 2.356/2011 (relator: Deputado Duarte Bechir, em virtude de redistribuição); e pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.292/2011. Na fase de discussão do parecer que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.449/2011, o relator, Deputado João Vítor Xavier, retira este parecer e apresenta outro, que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1. Após discussão e votação é aprovado o parecer. O Deputado João Vítor Xavier retira-se da reunião. Na fase de discussão do parecer do relator, Deputado Sebastião Costa, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de



Lei nº 2.443/2011 com as Emendas nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, nº 2, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, e nº 3, desta Comissão, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Antônio Júlio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2011.

Zé Maia, Presidente - Doutor Viana - João Vítor Xavier - Gustavo Perrella - Romel Anízio.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2011

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Adelmo Carneiro Leão e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fabiano Tolentino, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.247/2011 (relator: Deputado Fabiano Tolentino, em virtude redistribuição). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 915, 1.796 e 2.237/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.624, 1.930, 2.052, 2.066, 2.127, 2.138 e 2.202/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe para apreciação posterior requerimentos dos Deputados Sávio Souza Cruz em que solicita seja realizada audiência pública para esclarecer matéria veiculada na edição do jornal "Hoje em Dia" de 30/10/2011, que aponta possível aparelhamento do Estado na Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude, onde atuam vários integrantes da denominada "Turma do Chapeu", composta por jovens militantes do PSDB; e Bonifácio Mourão em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para conhecer e discutir as propostas dos jovens participantes da II Conferência Estadual da Juventude. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2011.

Marques Abreu, Presidente - Fabiano Tolentino - Gustavo Perrella.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2011

Às 20h30min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Henrique, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres em fase de redação final. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 2.453/2011, do qual designou como relator o Deputado Luiz Henrique. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.453/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, desconvoca a reunião do dia 3/11/2011, às 14h30min, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Ana Maria Resende - Luiz Henrique.

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/11/2011

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a carga horária de trabalho dos policiais militares do Estado e a fixação de sua jornada de trabalho em 40 horas semanais, além da remuneração do serviço extraordinário em, no mínimo, 50% à do serviço normal, para que seja dado um tratamento humano aos servidores militares, em respeito aos direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, conforme dispõe a Constituição Federal. Registra-se a presença dos Deputados Pompílio Canavez e Rogério Correia. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Major Araújo, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás; Sargento Amauri Soares, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Da Vitória, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo; Cabo Almi, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul; Sargento Aragão, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro; e Sargento Rodrigues, Deputado da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.



Maj. PM Ailton Cirilo da Silva, Vice-Presidente da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais, representando o Maj. PM Márcio Ronaldo de Assis, Presidente dessa entidade; Subten. PM Raimundo Nonato Meneses Araújo, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais; Subten. PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais; Zoé Ferreira Santos, Advogado da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, representando o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, Presidente dessa entidade; Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais; 3º-Sgt. PM João Batista de Oliveira, Presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares do Triângulo Mineiro; Fábio Queiroz, advogado do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre denúncia de que a expedição de mandado de despejo pelo juízo da 20ª Vara Cível e ações ilegais de setores da PMMG estaria comprometendo os direitos de aproximadamente mil famílias residentes na Comunidade Dandara, nesta Capital; Sargento Rodrigues (3) em que solicita sejam encaminhados ao Procurador-Geral de Justiça as notas taquigráficas desta reunião, cópia da decisão sobre mandado de injunção proferida pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e pedidos de providências para que se manifeste formalmente no prazo de 60 dias sobre o tema discutido e sobre os ilícitos que vem ocorrendo contra os policiais; sejam encaminhadas ao Governador do Estado, à Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG e a todos os membros do Tribunal de Justiça as notas taquigráficas desta reunião; seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que encaminhe a esta Casa projeto de lei fixando a jornada máxima de 40 horas semanais para os militares; Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública em Aimorés para debater sobre a violação dos direitos humanos das populações atingidas por barragens, em razão da construção de usina hidrelétrica nesse Município; Durval Ângelo e Rogério Correia (2) em que solicitam sejam encaminhadas ao Comandante-Geral da PMMG, ao Comandante-Geral do CBMMG e ao Secretário de Estado de Defesa Social as notas taquigráficas desta reunião; seja encaminhado ao Presidente desta Casa pedido de providências para que determine a juntada das notas taquigráficas desta reunião aos autos de tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2011.

Durval Ângelo, Presidente – Rosângela Reis – André Quintão.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/11/2011

Às 15h15min, comparecem no Sesi, no Município de Sete Lagoas, a Deputada Liza Prado e o Deputado Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a situação dos mutuários da Cohab no referido Município e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Fradique Gurita da Silva, Diretor de Habitação e Thieres Silvério Cordeiro, Gerente de Financiamentos da Cohab, representando o Sr. Otacílio Machado Júnior, Presidente da Cohab-MG; Gilson de Oliveira Lovalho, representante da Cohab em Sete Lagoas; Alessandro Kelwis de Freitas, representante da Associação dos Mutuários do Conjunto Habitacional do Bairro Nova Cidade; Renato Abreu Nogueira, representante da comunidade do Bairro Nova Cidade, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Duílio de Castro, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de novembro de 2011.

Délio Malheiros, Presidente – Liza Prado – Duílio de Castro.

ATA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/11/2011

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento da

seguinte correspondência: ofício da Deputada Rosângela Reis, em que justifica sua ausência nesta reunião. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores a Deputada e os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.609/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.615/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.610/2011 (Deputado Luiz Henrique); e 2.611 e 2.612/2011 (Deputada Rosângela Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 85/2011 e o Projeto de Lei Complementar nº 2/2011 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Bruno Siqueira, aprovado pela Comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.553/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição), e 2.555/2011, e do Projeto de Lei Complementar nº 13/2011, este com a Emenda nº 1 (relator: Deputado André Quintão, o primeiro em virtude de redistribuição). Registra-se a presença do Deputado Delvito Alves. Na fase de discussão do parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.571/2011, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 a 3, do Deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.571/2011, com o voto em branco do Deputado André Quintão (relator: Deputado Sebastião Costa). Submetidas a votação, são rejeitadas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2. Submetida a votação destacada, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 3. Retira-se da reunião o Deputado André Quintão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 980/2011 (relator: Luiz Henrique); 1.080/2011 (relator: Deputado Delvito Alves); 1.684, 1.835, 2.032, 2.153, 2.160, 2.181, 2.286, 2.526, 2.505/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, os oito primeiros em virtude de redistribuição); e 2.461/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.085 e 1.204/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Delvito Alves e Luiz Henrique. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.487 e 1.607/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Delvito Alves e Sebastião Costa, ambos em virtude de redistribuição. São baixados em diligência à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – e ao autor o Projeto de Lei nº 1.630/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição); à Semad e ao autor o Projeto de Lei nº 1.858/2011; à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e ao Prefeito Municipal de São Francisco do Glória o Projeto de Lei nº 2.549/2011; à Secretaria de Desenvolvimento Social – Sedese – o Projeto de Lei nº 2.440/2011; à Seplag o Projeto de Lei nº 2.562/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, os dois primeiros em virtude de redistribuição); e à Seplag o Projeto de Lei nº 2.551/2011 (relator: Deputado Delvito Alves). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.674, 2.007, 2.550, 2.572/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira, os dois primeiros em virtude de redistribuição); e 2.197/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Luiz Henrique). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 2.264/2011, este com a Emenda nº 1, 2.563, 2.567, 2.577/2011, este com a Emenda nº1, 2.304 e 2.574/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, os quatro primeiros em virtude de redistribuição); 2.557, 2.566 e 2.575/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique); 2.560 e 2.568/2011 (relator: Deputado Delvito Alves). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 2.545, 2.552, 2.559, 2.565, 2.569 e 2.576/2011; à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 2.558/2011; e à Secretaria de Estado de Educação o Projeto de Lei nº 2.543/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, dia 9 de novembro, às 11 horas, com a finalidade de apreciar os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.085, 1.204, 1.487, 1.607 e 2.446/2011, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - André Quintão - Rosângela Reis - Doutor Viana.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/11/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis (substituindo o Deputado Hely Tarquínio, por indicação da Liderança do PV) e o Deputado Carlos Mosconi, membros da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Celinho do Sinttrocel. A Presidência, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita à Deputada e aos Deputados que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a situação do Hospital Siderúrgica-Associação Beneficente de Saúde São Sebastião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. José Anchieta Poggiali, Superintendente Regional de Saúde, representando o Sr. Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Estado de Saúde; Robson Gomes da Silva, Prefeito Municipal de Ipatinga; Rubens de Castro, Secretário Municipal de Saúde de Coronel Fabriciano; Ângela de Oliveira, representando o Sr. Aguiar dos Santos, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Timotéo; Vanide Alves da Silva, Diretor-Administrativo do Hospital Vital Brasil; Roberto Carlos de Oliveira, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico, representando o Sr. Ivair de Andrade, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Coronel Fabriciano; Adriano Martins de Oliveira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra a Deputada Rosângela Reis e ao Deputado Celinho do Sinttrocel, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições.

Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Neider Moreira.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/11/2011

Às 15h30min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Elismar Prado, membro da supracitada Comissão. Está presente também o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos regimentais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater o procedimento a ser adotado a fim de garantir a geração de trabalho e renda para os expositores da Feira de Artesanato do Mineirinho, bem como a possibilidade de sua transferência provisória para outro local durante as obras de reforma. Registra-se a presença dos Deputados Luiz Henrique e João Vítor Xavier (substituindo a Deputada Luzia Ferreira, por indicação da Liderança do BTR). A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ricardo Afonso Raso, Diretor-Geral da Administração de Estádios do Estado de Minas Gerais; Bruno Montarros Neto Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria de Administração Regional Municipal Pampulha, representando o Secretário, Osmando Pereira da Silva; Elaine da Conceição Duarte, Presidente da Associação dos Expositores da Feira de Artesanato da Lagoa; Antônia Lúcia Pereira Lima, Presidente da Associação da Feira de Artesanato do Estádio Jornalista Felipe Henriot Drummond; Virgílio Araújo Filho e Ludmila Gauzzi Carneiro, Diretores da Publimig Publicidade e Promoções Ltda., que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento dos Deputados Rogério Correia, João Vítor Xavier e Elismar Prado, em que solicitam seja realizada visita à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, com a presença das autoridades que menciona, com a finalidade de discutir a permanência da Feira de Artesanato do Mineirinho durante as obras do complexo Mineirão-Mineirinho, as alternativas de espaços no caso de impossibilidade dessa permanência e as perspectivas de realização da feira com o término das obras. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2011.

Elismar Prado, Presidente - Luzia Ferreira - Rômulo Veneroso - Luiz Henrique.

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/11/2011

Às 15h50min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Doutor Viana, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nºs 578 e 2.395/2011 (Deputado João Vítor Xavier); 937/2011 (Deputado Ulysses Gomes); 1.501/2011 (Deputado Gustavo Perrella) e 2.249/2011 (Doutor Viana), no 2º turno. Os Projetos de Lei nºs 2.445, 2.447, 2.450 e 2.451/2011 são retirados de pauta por determinação do Presidente da Comissão por não cumprirem pressupostos regimentais, e 2.336, 2.442 e 2.452/2011, atendendo-se a requerimento do Deputado João Vítor Xavier, aprovado pela Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 578 e 2.395/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado João Vítor Xavier); 937/2011 (relator: Deputado Gustavo Perrella, em virtude de redistribuição); 1.501/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Gustavo Perrella) e 2.249/2011 (relator: Deputado Doutor Viana); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.443/2011 com as Emendas nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, nº 2, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, e nº 3 (relator: Deputado Sebastião Costa). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 2011.

Doutor Viana, Presidente – Romel Anízio – Ulysses Gomes – Tenente Lúcio.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 16/11/2011**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.355/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre aperfeiçoamentos na política remuneratória por subsídio das carreiras Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e dá outras providências (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça;

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/2011, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço - Agência MRVA - e altera a Lei Complementar nº 90, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana do Vale do Aço. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 2 a 5.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 a 4.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.556/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$6.450.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.447/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 664/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a criação de Áreas de Risco Ambiental e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.125/2011, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado relativa ao ano de 2011 e autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.336/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e a Lei nº 13.449, de 10/1/2000, que cria o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Comércio Exterior do Aeroporto Internacional Tancredo Neves – Pró-Confins. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.390/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.



Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.444/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 18.692, de 30/12/2009, que uniformiza os critérios de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios por órgãos e entidades da administração pública estadual compreendidos no âmbito dos programas sociais que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.448/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.364/2011, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a proibição de estabelecimentos comerciais venderem, servirem ou fornecerem bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta e pela rejeição do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão do Trabalho, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.443/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.515, de 7/4/ 2000, que contém o Código de Defesa do Contribuinte do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2, da Comissão de defesa do Consumidor, e com a Emenda nº 3, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.446/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.449/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais, e fixa prazo mínimo para alienação de veículos automotores apreendidos ou removidos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 16/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 627/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.495/2011, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.332, 2.333, 2.334 e 2.335/2011, do Governador do Estado; 2.375/2011, do Deputado Rômulo Veneroso.

Requerimentos nºs 1.795 e 1.866/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.813/2011, da Comissão de Participação Popular; 1.857/2011, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 16/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 583/2011, do Deputado Elismar Prado.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 737/2011, do Deputado André Quintão.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.393/2011, do Deputado Zé Maia.

Requerimento nº 1.710/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 16/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 255/2011, do Deputado Elismar Prado; 450/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.074/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.158/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 2.442/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.340/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 1.575/2011, do Deputado Paulo Lamac; 2.172/2011, da Deputada Rosângela Reis.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 498/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.032/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.533/2011, do Deputado Neider Moreira; 1.553/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 1.978/2011, do Deputado Ulysses Gomes; 2.113/2011, do Deputado Elismar Prado e da Deputada Luzia Ferreira; 2.200/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.228/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.239/2011, do Deputado Rogério Correia; 2.267/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; 2.295/2011, do Deputado Adalclever Lopes; 2.319/2011, do Deputado Carlos Henrique; 2.328/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 2.339/2011, do Deputado Bosco; 2.340/2011, do Deputado Carlin Moura; 2.343/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.346/2011, da Deputada Rosângela Reis; 2.350/2011, do Deputado Ulysses Gomes; 2.363/2011, do Deputado André Quintão; 2.366/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.372/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.374/2011, da Deputada Luzia Ferreira; 2.383/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.394/2011, do Deputado Zé Maia; 2.398/2011, do Deputado Célio Moreira; 2.407/2011, do Deputado Bosco; 2.431/2011, do Deputado Arlen Santiago; 2.459/2011, do Deputado Rogério Correia.

Requerimentos nºs 1.719/2011, da Comissão de Administração Pública; 1.751/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.794/2011, do Deputado Dinis Pinheiro.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 16/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 16/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.465/2011, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 1.986/2011, do Deputado Marques Abreu, e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 79/2011, da Deputada Liza Prado; 804/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, e 1.363/2011, da Deputada Ana Maria Resende; de votar os Requerimentos nºs 1.712/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.792/2011, do Deputado Antonio Lerin; 1.812/2011, da Comissão de Participação Popular; 1.864/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e 1.867/2011, da Cipe Rio Doce; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de novembro de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Bruno Siqueira, André Quintão, Cássio Soares, Delvito Alves e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2011, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 2.365/2011, da Deputada Rosângela Reis, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 4/2011, do Deputado Luiz Henrique; 5/2011, do Deputado Carlin Moura; 6/2011, da Deputada Rosângela Reis; 16/2011, do Deputado Neilando Pimenta; e dos Projetos de Lei nºs 118/2011, do Deputado Elismar Prado, 1.014 e 1.078/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.100/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.109 e 1.114/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.146/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 1.218/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.607/2011, da Deputada Liza Prado; 1.839/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.059/2011, do Governador do Estado; 2.161/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.261/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 2.282/2011, do Deputado Sebastião Costa; 2.338/2011, do Deputado Bonifácio Mourão; 2.477/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.482/2011, do Deputado Paulo Lamac; 2.544/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 49/2011, do Deputado Elismar Prado; 607/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.000/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.020/2011, do Deputado Gustavo Perrella; 2.191/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.299/2011, do Deputado Antonio Lerin; 2.578/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.581/2011, do Deputado Bosco; 2.584/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 2.586/2011, do Deputado Deiró Marra; 2.587/2011, da Deputada Rosângela Reis; 2.588, 2.589 e 2.591/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.598/2011, do Deputado Tiago Ulisses; 2.602/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.605/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.608/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.610/2011, do Deputado André Quintão; e 2.611/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Celinho do Sinttrocel, Anselmo José Domingos, Célio Moreira e Gustavo Valadares, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/11/2011, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento nº 1.821/2011, do Deputado Délio Malheiros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2011, às 10 horas, na Câmara Municipal de Governador Valadares, com a finalidade de debater os altos índices de homicídios e as limitações da Polícia Civil na região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2011.

João Leite, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO - 2011*

RELAÇÃO DE AGRACIADOS - REPUBLICAÇÃO

GRANDE MÉRITO

Antônio Arnaldo Alves de Melo
Dinis Antônio Pinheiro – Promoção
Jerson Domingos
José Antônio Barros Munhoz
Murilo Pinto de Oliveira Ferreira
Olavo Machado Júnior – Promoção
Paulo Sérgio Oliveira Passos
Raymundo Damasceno Assis
Roberto Jefferson Monteiro Francisco - Promoção
Sílvio Antônio de Oliveira Melo – Promoção

MÉRITO ESPECIAL

Ademir Romualdo de Oliveira – Promoção
Antônio Henrique Saporì – Promoção
Assusete Dumont Reis Magalhães
Bruno de Freitas Siqueira – Promoção
Carlos Henrique Alves da Silva – Promoção
Clélio Campolina Diniz
Dom Mauro Morelli
Duílio de Castro Faria
Evamar José dos Santos – Promoção
Fabiano Galletti Tolentino
Gutemberg da Mota e Silva
Heldo José Aguiar Armond – Promoção
Heron Domingues Guimarães – Promoção
Jacques de Oliveira Pena
Jorge Berg de Mendonça
José Célio de Alvarenga – Promoção
José Edivan do Amorim
José Geraldo de Oliveira Prado - Promoção
José Roberto Soares Scolforo
Lelis Lara – Promoção
Leonardo Rodrigues Belo Couto - Promoção
Márcio Barbosa de Rezende – Promoção
Maria do Carmo Lara Perpétuo - Promoção
Matheus Cotta de Carvalho – Promoção
Nelson Missias de Moraes – Promoção
Oswaldo Tadeu Barbosa Guedes - Promoção
Paulo César Dias
Paulo Renato Paim
Paulo Safady Simão
Renato de Aquino Faria Nunes
Renato Martins Jacob
Ricardo Annes Guimarães
Ricardo Loscha – Promoção
Rui Barbosa da Silva – Promoção
Stéfano Barra Gazzola
Vitor Inácio Peixoto Parreiras Henriques
Wilson Roberto Batista



MÉRITO

Adair Martins de Souza Resende
Afonso Maria Rocha
Alcindo Amado Henriques
Alex de Melo
Alipio de Faria Braga
Aluisio Borges de Sousa
Amauri Eustáquio da Paixão
Amilton Flávio Dias de Barcelos
Ana Paula Machado Valadão Bessa
Ana Paula Procópio Junqueira
André de Lima Rufino
Andrea Mismotto Carelli
Antônia Vitória Soares Aranha
Antônio Carlos de Barros Martins
Antônio de Souza Filho
Antônio Pinheiro Teixeira
Argemiro Martins de Lima
Arlindo Alves Filgueira Neto
Arlindo Maximiano Drummond
Averaldo Moreira Martins
Benjamin Alves Rabello Filho
Bernardes e Advogados Associados
Bruno Scalon Cordeiro
Bruno Teixeira Lino
Carlos Eduardo Vieira Gonçalves
Carlos Fernando da Silva
Carlos Fernando Victor Bolivar Moreira
Carlos Manoel Mendonça de Araújo
Carlos Ribeiro Pimenta
Carlos Roberto Rosa
Cesar Romero Giovanini Corrêa
Chang Seon Lim
Cléder Melo e Silva
Cleydson Domingues Drumond
Clores Dias de Andrade Lage
Daniel Pires de Oliveira Costa
Darlan Esper Kallas
Dilson Dalpiaz Dias
Domingos Costa - Post Mortem
Édio Gonçalves Pinto
Edmar Lisboa Bacha
Edson Said Rezende
Eduardo de Oliveira Chiari Campolina
Elcides José Batista Guimarães
Elmo de Souza Macedo
Elson de Barros Gomes Júnior
Enes Antônio Ribeiro
Enio Dias Lima
Eugênio Ferraz
Fausto Pacheco
Fausto Varela Cançado
Fernando Armando Ribeiro
Francisco Antônio Zétula
Francisco Chaves Generoso
Francisco Eduardo de Queiroz Cançado
Francisco Neto Guerra
Francisco Pereira Lemos
Franklin de Paula Silveira
Galba Gilberto Valadares
Gaspar Carlos Filho



Geraldo Alves Coutinho
Geraldo Eugênio Barbosa Mansur
Geraldo Gonçalves do Vale
Geraldo Lúcio de Laia Souza
Gilson Alves Moraes
Helcio Zolini de Oliveira
Heli Geraldo Andrade
Hercílio Araújo Diniz
Hercílio Araújo Diniz Filho
Humberto Donizete Ferreira
Igor Geovane Versiani Ladeira
Ildeu dos Reis Pinto
Irajá Ferreira Nogueira
Ivair de Andrade
Jacob Palis Júnior
Jadir Jose da Silva
Jairo Nogueira Filho
João Alves Cardoso
João Andréa Molinero Junior
Joaquim dos Santos Moreira
Jorge Alfredo Streit
Jorge de Araújo Rodrigues
Jorge Lasmar
José Américo Martins da Costa
José Antônio Bittencourt Soares
José Carlos Felício
José Carlos Miranda
José de Arimateia Neves
José Eduardo Costa
José Francisco Ferreira Neto
José Francisco Gomes da Silva
José Gomes Costa
José Lúcio Campos
José Malaguti
Jose Olinto Pimenta Figueiredo
José Ronaldo Canavez
Klauber Vinícius da Cunha Ribeiro
Lélis Jorge Silva
Leonardo Antunes da Conceição
Leonardo Castro Diniz Portela
Leonardo Durães de Almeida
Leonardo Petrus
Luciana Diniz Nepomuceno
Ludwig Von Klaus Dovik Gischewski
Luis Dênis Alves Temponi
Luis Marcelo Silva Pinto
Luiz Augusto do Amaral Filho
Luiz Carlos de Moraes
Luiz Fernando Felipe Guida
Marcello Guilherme Abi-Saber
Marcelo Candiotto Moreira de Carvalho
Marcelo Piancastelli de Siqueira
Marcelo Soares do Santos
Márcio dos Santos Cassavari
Marcos Alves da Silva
Marcos William Almeida Drummond
Marcus Nagib Gadbem
Margarete Gelmini Machado
Maria Angélica Cruz
Maria Botelho Alves Pena
Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema
Maria Jose Pimenta da Silva



Maria Maciel Soares
Maria Regina Nascimento de Lacerda
Marilda de Abreu Araujo
Mario Neto Borges
Marisa Rosa Cabral
Matarazo José da Silva
Maurício Moraes Santos
Mauro Jorge de Paula Bonfim
Mércia Bamberg Melo
Milton Luiz Saraiva
Moacir Matos Filho
Nilton Ferreira da Silva
Nilton Pedro Friaça
Norberto Cruz de Mello
Olavo Drummond Filho
Otacílio Gonçalves Tomé
Paulino Sales Abranches
Paulo Eugênio de Tarso Meira Borem
Paulo Roberto Coimbra Silva
Raimundo Nonato Barcelos
Ramon Campos Cardoso
Raymunda Lourdes Medeiros
Reinaldo Bertin
Ricardo Acayaba Vieira
Ricardo de Castro Machado
Ricardo Rodrigues Nunes
Rita Fernandes da Silva
Roberto de Assis
Robson Cláudio Mappa
Robson Laureano da Rosa
Rodrigo Coelho Moreira Ferreira
Rodrigo do Carmo Faria
Rodrigo Ímar Martinez Riêra
Rosimar Ione dos Santos Silva
Rossano de Oliveira
Rubens Menin Teixeira de Souza
Sandra Márcia Ferreira
Sebastião José Vieira Filho
Sérgio Arlindo Ceravolo Paoliello
Sergio Rodrigues Leonardo
Sílvio Gomes de Deus
Terezinha Hueb de Menezes
Thaís Velloso Cougo Pimentel
Tulio Olivier Ticom
Valdir Alves Reis
Valentino Rizzioli
Valtorires Josafá Dias dos Santos
Vanilson Gomes Reis
Vitor Augusto Araújo
Wagner Devair Rosa
Walton Albuquerque
Wenceslau Ribeiro de Castro
Wilson Gomes da Silva Júnior
Zailson João Macedo Godinho

* - Republicado em virtude de incorreção verificada na edição de 5/11/2011, na pág. 79, col. 3.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.461/2011

Comissão de Constituição e Justiça Relatório

O projeto de lei em análise, de autoria do Deputado Gilberto Abramo, determina ao Poder Executivo que insira nos projetos arquitetônicos das unidades escolares a instalação de sistema de captação da água de chuva.



Publicada no “Diário do Legislativo” em 22/9/2011, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vem a matéria, preliminarmente, a esta Comissão para receber parecer sobre sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame pretende obrigar o Poder Executivo Estadual a instalar nos prédios públicos das novas escolas estaduais reservatórios ou cisternas para a captação da água da chuva. A água coletada servirá para a limpeza dos pátios das escolas e das salas de aula, sendo também reaproveitada nas descargas dos sanitários.

Além disso, pretende-se também obrigar o Estado, através da sua Secretaria de Educação, a elaborar um cronograma para a adaptação de todos os estabelecimentos de ensino já em funcionamento, de maneira que todas as escolas da rede pública estadual de ensino passem a utilizar desse recurso ecológico.

Tais medidas são justificadas pela economia, sustentabilidade e preservação do meio ambiente bem como pela necessidade de o Poder Executivo sintonizar suas ações com a evolução e os avanços tecnológicos, criando nas pessoas uma consciência ecológica, especialmente no que concerne ao desperdício dos recursos naturais.

Dessa forma, o projeto de lei versa sobre proteção do meio ambiente, matéria que se encontra inserida na competência legislativa concorrente entre a União e os Estados disposta no art. 24, inciso IX, da Constituição Federal de 1988. No âmbito da competência concorrente, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do art. 24, incumbe à União editar as normas gerais e aos Estados suplementá-las.

A proposição acaba também por tratar de matéria administrativa, interferindo na esfera de organização do Poder Executivo, estabelecendo uma obrigação na forma de exercício da administração de alguns dos seus órgãos públicos, quais sejam as escolas estaduais.

A matéria, encontra-se, portanto no âmbito da competência legislativa estadual.

Sob o aspecto da iniciativa, entendemos que a proposição esbarra na competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo para a deflagração do processo legislativo.

De acordo com o art. 90, inciso XIV, da Constituição Estadual:

"Art. 90 - Compete privativamente ao Governador do Estado:

(...)

XIV - dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;"

Portanto, cabe ao Governador do Estado a competência privativa de exercer, com o auxílio dos Secretários, a direção superior da administração estadual e praticar os atos de administração, nos limites de sua competência. A proposição, porém, pretende interferir nos atos de administração do Poder Executivo ao exigir que este instale nos prédios públicos das escolas estaduais reservatórios ou cisternas para a captação de água de chuvas, inclusive detalhando a vinculação da sua utilização para limpeza de pátios, salas de aula e descargas dos sanitários. Trata-se, nitidamente, de matéria administrativa.

A interferência do Poder Legislativo na esfera de competência exclusiva do Chefe do Executivo resulta em transgressão ao princípio da independência e harmonia entre os poderes previsto nos arts. 6º, “caput”, e 173 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Assim, a despeito de seu louvável escopo de proteção ao meio ambiente, incentivando a comunidade a desenvolver uma consciência ecológica, despertando-a para a necessidade de evitar desperdícios, a norma em análise interfere na discricionariedade do administrador estadual, implicando ingerência indevida do Legislativo, contrariando o princípio da independência e da separação dos Poderes.

Por outro lado, importa salientar que a proposição determina medida que, sem dúvida, demandará o aumento de despesas públicas sem a devida previsão orçamentária, contrariando o art. 161, inciso I, da Constituição do Estado, que prevê que é vedado início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.

No tocante à matéria, cumpre ainda elucidar que, com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), que visa, entre outros objetivos, à ação planejada e transparente da administração pública e à prevenção de riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, o momento exige reflexão sobre o papel da peça orçamentária como instrumento de planejamento das ações do governo, não se criando despesas que não poderão ser realizadas pela falta de receita própria.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no capítulo que versa sobre a despesa pública, prevê que a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa deverão ser acompanhados:

- 1 - de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- 2 - de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias (art. 16).

Prevê ainda em seu art. 15 que serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou a assunção de obrigação que não atendam as exigências acima citadas.

Corroborando o entendimento acima apresentado, trazemos jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

“Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade - lei municipal - criação do serviço de coleta seletiva de resíduos de óleo de cozinha - vício de iniciativa - violação ao princípio da harmonia e independência dos poderes - criação de despesa para o erário público - ausência de previsão orçamentária - inconstitucionalidade. - A ingerência da Câmara Municipal na esfera de competência exclusiva do Chefe do Executivo resulta em transgressão ao princípio da independência e harmonia entre os poderes previsto nos artigos 6º, “caput”, e 173 da Constituição do Estado de Minas Gerais. - Nenhum projeto de lei que implique criação ou aumento de despesa será sancionado sem que dele conste a indicação dos recursos disponíveis próprios para atender aos novos encargos, nos termos dos artigos



155 e 161 da Constituição Estadual.” (Processo nº 1.0000.08.472621-5/000(2); Relator Des. Duarte de Paula; Publicação em 30/10/2009)

“Adin - Lei nº 1.873/2009 (arts. 1º e 2º) - Município de Caxambu - vício de iniciativa - criação de despesa - inexistência de fonte de custeio - inconstitucionalidade. A criação de despesa, via projeto de iniciativa do Poder Legislativo, sem correspondente fonte de custeio, alterando o orçamento municipal, ofende aos princípios de independência e harmonia entre os Poderes contidos na CF e repetidos nos artigos 6º e 173 da CEMG, além do §1º do art. 165 da Carta Estadual, segundo o qual o Município deve observar os princípios da Constituição Federal e da Constituição Estadual. Representação acolhida.” (Processo nº 1.0000.09.500807-4/000(2); Relator Des. Edivaldo George dos Santos; publicação em 8/10/2010)

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela antijuridicidade, pela inconstitucionalidade e pela ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.461/2011. Sala das Comissões, 8 de novembro de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira, relator - Luiz Henrique - Delvito Alves.



COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 10/11/2011, a seguinte comunicação:

Do Deputado João Vítor Xavier, notificando sua ausência do País no período de 12 a 20/11/2011. (- Ciente. Oficie-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com o Minas Clube de Governador Valadares pelos 70 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.636/2011, do Deputado Jayro Lessa);

de congratulações com o Sr. Gilvan de Pinho Tavares por sua eleição para o cargo de Presidente do Cruzeiro Esporte Clube para o triênio 2011-2014 (Requerimento nº 1.637/2011, do Deputado Bonifácio Mourão);

de congratulações com a Rádio Cidade, de Arcos, por ter sido agraciada com o prêmio Mérito Empresarial de Arcos 2011, concedido pela Associação Comercial e Empresarial desse Município (Requerimento nº 1.702/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a PUC Minas por ter sido eleita, pela terceira vez, a melhor universidade privada do País na seleção promovida pelo "Guia do Estudante", da Editora Abril (Requerimento nº 1.706/2011, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a UFMG pelo resultado obtido por seus alunos no exame da OAB, edição de 2011, o qual a colocou em 2º lugar no "ranking" nacional (Requerimento nº 1.707/2011, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a Universidade Federal de Juiz de Fora pelo resultado obtido por seus alunos no exame da OAB, edição 2011, cujo índice de aprovação a colocou em 5º lugar no "ranking" nacional (Requerimento nº 1.708/2011, do Deputado Délio Malheiros);

de congratulações com a Sra. Andreia Aparecida Silva Donadon Leal pelo lançamento do livro "Essências: sonhos e frutos e luzes" (Requerimento nº 1.713/2011, do Deputado Jayro Lessa);

de aplauso ao "Jornal Sete Dias" pelos 20 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.715/2011, do Deputado Doutor Viana);

de congratulações com a comunidade de Sete Lagoas pelos 144 anos de emancipação desse Município (Requerimento nº 1.716/2011, do Deputado Doutor Viana);

de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Carlos Resende, Prefeito Municipal de São Joaquim de Bicas, em 15/10/2011 (Requerimento nº 1.717/2011, do Deputado Dinis Pinheiro);

de congratulações com o jornal "Diário do Comércio" pelos 79 anos de sua fundação (Requerimento nº 1.752/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso ao Sr. Orlei Moreira, repórter apresentador do programa "Entrevista Coletiva", da TV Bandeirantes Triângulo, pelo excelente trabalho realizado em prol do jornalismo do Estado, em especial da região do Triângulo Mineiro (Requerimento nº 1.754/2011, do Deputado Tenente Lúcio);

de aplauso ao 3º-Sgt. PM Sílvio Rodrigues de Oliveira, lotado no 32º Batalhão de Polícia Militar, de Uberlândia, pelos relevantes serviços prestados à população uberlandense (Requerimento nº 1.796/2011, do Deputado Tenente Lúcio);

de aplauso ao 2º-Sgt. PM Wallace Lázaro Rodrigues Lopes e ao 3º-Sgt. PM Hebert dos Santos Rosa, lotados no 36º Batalhão de Polícia Militar, de Vespasiano, pela atuação na operação que apreendeu 150kg de pasta-base de cocaína, 1kg de "crack" e 1 balança de precisão, além de cheques, joias e veículos, no Bairro Visão, em Lagoa Santa (Requerimento nº 1.842/2011, da Comissão de Segurança Pública).

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 8/11/2011**

O Deputado Adalclever Lopes - Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, queridos servidores do Estado, dos Tribunais de Justiça e de Contas e da Assembleia Legislativa. Vim a esta tribuna hoje para denunciar a quebra do acordo feito entre o governo do Estado e os servidores da educação. Esse último movimento grevista, Sr. Presidente, foi o mais extenso, na história de Minas, dos servidores da educação do Estado de Minas Gerais.

Aplicaram-se dois critérios, Deputados Rogério Correia e Bruno Siqueira, para a remuneração dos servidores. Era preciso fazer a opção pelo regime de subsídio, que representa renunciar a todos os direitos adquiridos durante a carreira, ou pela permanência no regime anterior, com um vencimento básico de pouco menos que R\$400,00.

Caro Deputado Sávio Souza Cruz, o Estado se negava a aplicar o piso básico da educação. O STF declarou a constitucionalidade do piso nacional básico. O governo enviou à Assembleia Legislativa o projeto que estabelece o piso e não conta com a concordância da categoria dos servidores da educação, Deputado Rogério Correia.

Deputado Pompílio Canavez, para que a greve fosse encerrada, o governo aceitou suspender a tramitação do projeto até que se encerrassem as possibilidades de negociação, conforme o termo de compromisso, que, aliás, está aqui, firmado entre o governo do Estado, o Sind-UTE e uma Comissão desta Casa. Ontem esse termo foi descumprido. O projeto estabelecendo o piso foi enviado para a Assembleia Legislativa, sem a concordância, conforme disse, da categoria.

Para que a greve fosse encerrada, o governo aceitou suspender a tramitação do projeto até que se esgotassem as possibilidades de negociação. Foi formada uma comissão com membros do governo, sindicato e parlamentares da Situação e da Oposição, querido Deputado Sávio Souza Cruz, para negociar os termos do projeto. A comissão tem a presença de membros do Parlamento porque é aqui, nesta Casa, que é votado o projeto, e não na Cidade Administrativa nem no Sind-UTE; é votado aqui, nesta Casa. É aqui que tramita projeto de lei, é dentro da Assembleia Legislativa.

Com a colocação do projeto em pauta ontem, desrespeitando o termo do acordo, desrespeitando totalmente o termo do acordo, não há motivo para que a comissão continue. Caro Deputado Sávio Souza Cruz, a comissão foi extinta ontem. No momento em que o governo pautou o projeto nesta Casa, Deputado Antônio Júlio, ele descumpriu o acordo; nesse momento, ele destituiu a comissão. O governo não cumpre a palavra. O governo não cumpriu o compromisso firmado. O governo está faltando com os servidores da educação, está faltando com a palavra. Portanto, quero encaminhar a todos os Deputados da comissão: a comissão acabou, ela foi extinta ontem. O desrespeito foi estabelecido aqui ontem. A Assembleia faz o seu papel, realiza a discussão do projeto pelos parlamentares. Eu falo: o defunto está aqui dentro da Assembleia Legislativa, porque o governo do Estado não tem coragem de dizer aos servidores que não tem dinheiro para pagar; não tem coragem de assumir que o grande choque de gestão era a maior mentira, de dizer que nunca houve déficit zero. O governo novamente mente. E agora tenta fazer a discussão da dívida querendo jogar a conta para o governo federal. É uma mentira. O governo estava maquiando dados, como está maquiando também na segurança pública, e, como sempre, com o seu Secretário de Estado, o enrolador-mor Danilo de Castro.

Sr. Presidente, qual a urgência que há numa comissão em funcionamento, reunindo-se periodicamente para encontrar o melhor caminho, a melhor forma de encerrar o movimento grevista? A não ser que a intenção do governo tenha sido formar uma comissão de enrolação, da Assembleia homologativa do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Deputado, eu, com V. Exa., faço parte da comissão de parlamentares que tentamos mediar avanços na negociação do governo com o Sind-UTE, assim como o Deputado Rogério Correia e demais parlamentares desta Casa. Somos oito Deputados que insistimos, com a maior boa vontade, como é o papel desta Casa, sendo que o projeto será aqui, nesta Casa, votado, como bem apresentado. É aqui que será aprovado ou não o projeto que trata da carreira dos professores. E nós, todos os parlamentares, com muita boa vontade, estamos realizando diversas reuniões. Realmente, as reuniões têm servido apenas para marcar a próxima reunião; termina uma reunião e marca-se a próxima, geralmente para oito dias depois; mas desta vez será para mais de 10 dias.

Sinceramente, sou sindicalista, fui Presidente do Sindicato dos Bancários, negociei com os banqueiros em nome dos trabalhadores, negociei com os governos federal e estadual, fizemos greve no extinto Bemge, no Credireal, quando ainda eram do povo mineiro, e nunca vi uma negociação assim, sem perspectiva; saímos das negociações frustrados, mais perdidos do que antes de começar as negociações.

Realmente, colocar o projeto da educação para tramitar em regime de urgência deixa-nos num grande dilema. Concordo com V. Exa.: fica difícil para nós, parlamentares, continuarmos nessa comissão, porque a conta pode vir parar nesta Casa. Nós poderemos ser cobrados pelos trabalhadores da educação por termos participado desse verdadeiro processo de enrolação.

Tenho experiência em negociação. Ontem, o Deputado Rogério Correia e os demais fizemos um apelo ao Secretário Danilo de Castro para que retirasse o pedido de regime de urgência. Ele nos disse que não, só na próxima semana. Posteriormente, nas nossas avaliações, chegamos à conclusão de que, da forma como está, não há solução. O governo tem de dar a demonstração de que quer realmente negociar sério, colocando os números na mesa. Sempre que dizem que não podem pagar, os argumentos e os números não são apresentados. Pedimos, por diversas vezes, que apresentassem os números e os argumentos, mas isso não foi feito.

Parabenizo V. Exa., também eu concordo com a proposta. Se o governo não der a demonstração de que quer negociar sério nem retirar o pedido de urgência - aliás, a retirada permitirá a votação de projetos que interessam aos outros servidores -, deveremos nos afastar também da negociação. Está claro que trataremos com o Sind-UTE e lhe explicaremos essa nova situação. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes - Antes de conceder aparte ao Deputado Sávio Souza Cruz, quero dizer que a negociação acabou, a partir do momento em que o projeto foi posto na pauta. Há só a nossa intenção e a do Sind-UTE de negociar; do governo, não há nenhuma. Isso se demonstra a partir do momento em que faz colocar, de forma ditatorial, antidemocrática, sem negociação, o projeto em pauta. Isso é sinal de que ele destituiu a comissão.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Adalclever Lopes, meu colega de Vice-Liderança do PMDB, cumprimento-o pelo pronunciamento. Lembro que, quando foi formada essa comissão, fui convidado para, junto com V. Exa., os Deputados Antônio Júlio, Pompílio Canavez e Rogério Correia e os Deputados da base do governo, dela fazer parte, mas achei melhor não participar. E achei melhor, porque vislumbrava esse final. Temos longa experiência no convívio com o projeto que está em curso em Minas Gerais e sabemos que eles, do governo, não são afeitos ao cumprimento de palavras e acordos. O descumprimento de mais um acordo, desta vez com a Assembleia Legislativa, com os servidores da educação e com o povo de Minas, não é novidade para este Deputado.

Acho que essa comissão de que V. Exa. participa - e sei da sua dedicação em buscar o bom termo para o processo - foi extinta ontem pelo próprio governo, quando fez colocar em pauta um projeto que deveria estar sendo discutido nas comissões. Ele não discute, não avança e, sorrateiramente, de forma desleal, solicita regime de urgência nesse projeto.

Quero dizer aos servidores da Justiça que este é o jogo do governo: sempre fingir que faz as coisas. O projeto deles está na pauta, mas na frente ele colocou um “rolha”, apresentou um requerimento de solicitação de urgência para outro projeto, o que tranca a pauta. Assim o projeto dos servidores da Justiça está na pauta, mas também não está. É sempre um jogo de faz de conta. Não está em curso, em Minas Gerais, não é nenhum projeto administrativo; o que há é uma campanha desesperada, obcecada, custeada com dinheiro público, com a máquina do “marketing” comandada pela irmã do ex-Governador, Andréa Neves, conhecida como a “Goebbels das Alterosas”, a que impõe a censura em Minas, influi em toda a opinião publicada para construir a figura mítica e infalível de um homem que eles querem desesperadamente fazer Presidente do Brasil. Por isso construíram o “marketing” do “déficit zero”, que é mentira. Uma dívida de R\$24.000.000.000,00 transformou-se em R\$70.000.000.000,00. Falam que a dívida de 13% do governo federal é grande, mas pagam 18% de juros pelos R\$5.000.000.000,00 emprestados na Cemig, além da dívida com o governo federal e com o Bird. Jogam-se R\$1.300.000.000,00 em publicidade para construir o mito. Eles não estão preocupados com a saúde, com a segurança, com a educação, nem muito menos com a Justiça. Eles estão preocupados com a campanha, com o “marketing”, com a construção de uma figura mítica. Eles querem divulgar para o resto do Brasil que aqui existe um “ser iluminado”, que fez um Estado diferente. Minas real os servidores conhecem bem: Minas quebrado; Minas esfoliado; Minas sem futuro; Minas refém de um projeto de “marketing”: nem se pode anunciar que o Estado está quebrado porque fere o “marketing” da campanha do Senador.

É preciso que nos libertemos desse mito e resolvamos privilegiar a administração pública de Minas, passando-a à frente da campanha desesperada do Senador. V. Exa. aborda o assunto com muita propriedade. Obrigado.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Adalclever Lopes, quero parabenizá-lo pela lucidez com que trata o assunto e dizer-lhe que concordo com V. Exa. O governo realmente tem de retirar o pedido de regime de urgência para o exame do projeto e possibilitar o debate com os professores, de maneira livre e franca, o que, aliás, está no acordo que o governo assinou, com a presença de V. Exa.. Portanto, ainda há tempo: basta que o governo retire o pedido de regime de urgência e dê início a um processo real de negociação com os professores. Ainda espero, Deputado, que isso ocorra; por isso, vamos aguardar mais um pouco antes de sair da Comissão. Vamos esperar um pouco, dar mais um pouco de crédito e conversar com o Sindicato, para ver se isso é possível. Mas concordo com V. Exa. que o governo precisa ter uma posição clara e retirar o pedido de regime de urgência para esse projeto, para que a negociação se estabeleça. Por outro lado, o governo apresentou agora, depois de todo esse procedimento, uma proposta muito ruim para os professores. Ele reduz de 22% para 5% o nível de promoção na carreira. Imaginem: quem tem curso de licenciatura curta e for para a licenciatura plena, em vez de ter aumento de 22%, tem redução para 5% na carreira. Com o tempo de serviço - vocês, que são funcionários públicos, podem entender -, o que ele propõe aos professores é que, em vez da letra subir 3%, diminui para 1% a cada dois anos. Essa é a carreira que ele propôs aos professores. Por isso houve uma rejeição dessa proposta pelos professores. O governo não fez uma proposta séria. Pior: a implantação dessa carreira, com piso de R\$712,00, está prevista para 2015. Isso não é proposta que se faça para quem, durante 112 dias, fez greve, fez greve de fome e ocupou este Plenário. Realmente, o governo está brincando de negociar. Quero crer que isso ainda possa ser modificado; que o Governador Anastasia ainda possa se libertar do choque de gestão e começar a governar, para que haja um serviço público de qualidade em Minas Gerais.

Deputado Adalclever Lopes, assim que o governo retirar o pedido de regime de urgência para o projeto, a pauta fica aberta, e talvez ainda hoje possamos votar o projeto do Sinjus, que tem o nosso pleno apoio. Muito obrigado.

O Deputado Adalclever Lopes - Obrigado, Deputado Rogério Correia. Peço um minuto para encerrar a minha fala, Presidente, observando que fizemos agora um triste pronunciamento. Gostaria de ler o último parágrafo do termo de acordo: “A comissão será instituída através de resolução imediatamente após a suspensão da greve da categoria e iniciará os trabalhos em até 24 horas após a sua constituição. No curso das negociações, preservados os termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, será orientada a Liderança do Governo no sentido de paralisação da tramitação do projeto de lei já encaminhado ao Poder Legislativo. A partir da data da suspensão do movimento e retorno integral às atividades, cessa a aplicação de novas penalidades”.

Esse foi o documento assinado pelo Secretário de Governo, pelos parlamentares e pelo Sind-UTE. Portanto, Deputado Rogério Correia, de público, desta tribuna, peço a minha retirada da comissão, porque não acredito mais, em hipótese alguma, nesse governo. Aos que quiserem continuar acreditando, já que estamos próximos do Natal, e Papai Noel está aí, digo: quem quiser acreditar em Papai Noel continue acreditando nesse governo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - A minha vez de falar chegou mais rápido que eu imaginava.

Cumprimento o Sr. Presidente, as Sras. Deputadas, os Srs. Deputados, os servidores que nos acompanham nas galerias da Casa, os telespectadores da TV Assembleia, o Deputado Rogério Correia, o Deputado Luiz Henrique, o companheiro Deputado Duarte Bechir e os demais Deputados.

Sr. Presidente, o assunto que eu traria hoje para esta tribuna não será tratado mais. Farei aqui, Deputado Rogério Correia, uma contraposição àquilo que já foi dito pelo Deputado que me antecedeu na tribuna desta Casa e também pelos Deputados que fizeram um aparte a esse Deputado em seu pronunciamento há poucos minutos.

Parece que vivemos em Minas diferentes. Parece que a minha Minas Gerais, a Minas Gerais do Deputado Luiz Henrique, do Deputado Duílio de Castro e do Deputado Juninho Araújo é diferente da Minas Gerais de uma pequena minoria desta Casa. Na minha opinião, por uma razão muito simples: essa pequena minoria não quer enxergar a Minas real e se deixa levar pela emoção, em vez de fazer comparações usando a razão em quaisquer setores ou segmentos. Aliás, faço aqui um desafio, Deputado Sávio Souza Cruz, a V. Exa., que é um brilhante parlamentar, afinal temos inúmeros e incontáveis avanços no Estado de Minas Gerais. É claro que há muito por fazer, e o próprio Governador e o governo reconhecem isso. Na verdade, o governo gostaria que a situação estivesse muito melhor do que está hoje. Queríamos nós que estivesse muito melhor do que está hoje, mas, se tomássemos medidas demagógicas, estaríamos em Minas Gerais vivendo aquilo que hoje vive a Europa, especialmente a Grécia e a Itália.

É preciso termos responsabilidade e, acima de tudo, quem governa, quem tem a caneta. Não foi à toa que a população de Minas Gerais elegeu por duas vezes o ex-Governador Aécio Neves como Governador de Minas Gerais, com uma votação consagrada. Não foi à toa que a população de Minas Gerais elegeu, em primeiro turno, o Governador Anastasia. Na verdade, a população confia no trabalho, confia na gestão, confia no modelo apresentado e implantado em Minas Gerais há oito anos. Agora, não estou aqui para ficar indo contra os servidores, para criar aqui embates e fazer um discurso impopular, mas para fazer uma ponderação. É preciso que analisemos o Estado de Minas Gerais com a razão, e não com a emoção. É preciso que deixemos de lado as nossas bandeiras políticas partidárias, pois o momento da eleição vai chegar, Deputado Sávio Souza Cruz. Se há uma certeza na política, essa certeza é que temos eleições de dois em dois anos.

No próximo ano, teremos eleições municipais que envolvem grandes e pequenas cidades do nosso Estado. Daí a dois anos, teremos eleições estaduais e nacionais. No entanto o momento das eleições, definido por lei, compreende os três meses que as antecedem. Então não precisamos subir nesta tribuna aqui e fazer discurso de que está tudo horrível e de que Minas está quebrada, porque não é essa a realidade.

Minhas senhoras e meus senhores, tenho certeza de que temos pessoas dos mais diversos cantos de Minas Gerais, principalmente em Belo Horizonte. Quantos avanços tivemos nos últimos oito anos, em se tratando de investimentos na nossa cidade de Belo Horizonte, começando pela segurança pública, com a troca de todos os carros de viaturas policiais da Polícia militar, sucateados ao longo dos últimos anos? Hoje toda a frota de veículos da nossa Polícia Militar de Minas Gerais, em especial nas grandes cidades, é zero-quilômetro. Estou dando apenas um exemplo, mas poderia dar inúmeros outros na área de segurança.

Quantas e quantas vagas em presídios foram criadas durante os últimos oito anos? Muito mais que o triplo de vagas que tínhamos. E alguns vêm aqui dizer que não houve avanços em Minas? Mais uma vez, digo que ainda há muito que fazer.

Servidores da educação, a grande maioria de vocês tem consciência de que o Estado tem feito aquilo que pode.

O Deputado Sávio Souza Cruz está rindo ali, mas não tenho receio de ir contra alguns que se encontram nas galerias, porque aqueles com quem me encontro nas minhas andanças por Minas me dizem o contrário. E ouçam, senhoras e senhores que estão nas galerias: encontro professoras, Diretoras, serventes de escola, e a opinião deles é diferente. (- Manifestação nas galerias.)

Antes de conceder aparte ao Deputado Sávio Souza Cruz, que está em primeiro lugar e também porque é o mais velho, e depois concederei um aparte aos demais, gostaria de dizer que precisamos tratar Minas, fazer análise com a razão, Deputado Sávio Souza Cruz. Deixemos de lado as picuinhas e as disputas políticas pessoais. Vamos deixar para fazê-las durante o processo eleitoral, que já está por chegar.

O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Gustavo Valadares. Temos inúmeras divergências. Sobre o fato de o Aécio ter sido reeleito, o Anastasia, poderíamos invocar que Hitler também o foi. Poderíamos lembrar que, na primeira eleição direta de que temos notícia, Barrabás ganhou de Jesus Cristo. Sobretudo quando se suprime o direito da informação, não podemos invocar o resultado das urnas porque está ferida de morte a democracia.

Em Minas Gerais, temos o comando da informação por parte da irmã do Governador, Andrea Neves - insisto, a Goebbels das Alterosas -, que manipula toda a verba publicitária, altamente inflada a partir do governo Aécio Neves para que se construa esse mito que se pretendeu construir.

Mas não pretendo abordar as nossas divergências, mas, sim, as nossas convergências e concordâncias. Também concordo e insisto na tese de que hoje existem duas Minas diferentes que não dialogam entre si, o que cria uma espécie de esquizofrenia política, Deputado Gustavo.

Minas da mídia é aquela que V. Exa. invoca; Minas que avança; Minas onde tudo vai bem; Minas que é exemplo para o mundo; Minas que resolve todos os problemas. E Minas real é aquela onde vivem os servidores públicos; Minas onde a segurança não funciona; Minas onde a saúde não existe; Minas onde a educação está do jeito que está; Minas que não consegue os mínimos investimentos; Minas que não consegue pagar piso salarial; Minas que não consegue até hoje resolver a questão do 14º salário, que é outra fraude. Minas real é aquela onde todos os Poderes foram empastelados, onde esta Casa vive permanentemente de joelhos, fazendo só o que o Aécio manda; onde a Justiça não sentencia contra o governo; onde o Ministério Público não denuncia; onde está tudo dominado. Reproduzimos aqui o Aecinho Malvadeza, os ares menos aprazíveis da Bahia. Está tudo dominado, e não, em nome de algum interesse do povo mineiro, mas somente na obsessão presidencial. Por isso esse mito das Minas que avançam, com o qual temos de conviver. O próprio governo não pode renunciar e dizer a verdade ao povo mineiro: que Aécio quebrou Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Antes de conceder aparte ao Deputado Duarte Bechir e ao Deputado Luiz Henrique, quero falar que parece que as verbas e os investimentos publicitários de governo foram criados apenas por este último governo que passou por Minas. Parece que os demais governos não faziam propaganda na televisão, nas rádios e nos jornais escritos. Parece que o governo federal não faz isso.

Peço hoje às senhoras e aos senhores que, quando retornarem às suas casas, considerem apenas um exemplo. Tenho certeza de que nos encontraremos aqui, amanhã. Façamos uma contagem de quantas propagandas do governo federal e quantas do governo de Minas encontraremos no intervalo do “Jornal Nacional”. Amanhã estaremos aqui. Eu estarei aguardando as senhoras e os senhores para debatermos quanto gasta o governo federal e quanto gasta Minas com publicidade, Deputado Sávio Souza Cruz. V. Exa. fala como se o governo federal não investisse rios e rios de dinheiro em publicidade. Leia a “Carta Capital”, Deputado Sávio Souza Cruz, a revista oficial do governo Lula.

Por que só o governo de Minas não pode investir em publicidade? Já dizia o Chacrinha que quem não se comunica se trumbica. Faz parte da gestão de governo investimento em publicidade, não é ilegal. É preciso que Minas, nos seus quatro cantos, em seus rincões, no interior, reconheça o que seu Governador faz por ela. Não há nada de errado nisso.

Passem pelas rodovias do Estado e pelas rodovias federais e comparem. Visitem os hospitais que atendem pelo SUS e façam um comparativo de quanto paga o governo federal, na tabela do SUS, para se fazer uma cirurgia. O errado é quem? É o governo do Estado? Sabem quanto paga o governo federal? Vejam as tabelas do SUS, que não são remuneradas há anos e anos e anos. A saúde está errada por conta do governo de Minas? Façam um levantamento de a quantas andam os aeroportos das grandes cidades do Brasil. Por que isso está acontecendo? Porque o governo federal não tem competência para administrar o que é dele. O errado é o governo de Minas?

A plateia - É!

O Deputado Gustavo Valadares* - Infelizmente, esta pequena parcela que se encontra nas galerias está se deixando levar pela emoção, e não, pela razão.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Gustavo Valadares, serei breve, até porque o tempo não é favorável. A orquestra tem diversos artistas e diversos instrumentos. A orquestra de Brasília está muito bem ensaiada. Toda vez que acontece um escândalo, pautam nos Estados assuntos que não dizem respeito a Brasília para esconder debaixo do tapete as coisas que lá acontecem. Tudo isso é muito bem orquestrado. O apito vem de Brasília para pautar este assunto na Assembleia esta semana, senão o Ministro Lupi cai. Na semana passada, foi o João; três meses atrás, foi o fulano, sucessivamente, parecendo dominó.

Vamos pautar algumas coisas dos Estados, senão vai sobrar muito espaço para os Deputados falarem da questão de Brasília. Esta é a fórmula encontrada: achar problema e levantar situações que muitas vezes dizem respeito a eles próprios. Por exemplo, o Deputado Sávio foi Secretário de Estado quando o Vice-Governador de Minas era Newton Cardoso e o nosso saudoso Itamar era Governador. O Deputado Sávio poderia trazer em uma próxima reunião os avanços da Secretaria que coordenava na época, os avanços que Minas registrou no período e seu crescimento. Seria muito bom compararmos os governos, mas com as realizações. V. Exa. fala da mobilidade urbana. Belo Horizonte é outra, hoje, e todos veem, mas quando não querem enxergar, podemos falar 10, 20 vezes que não vão enxergar nunca.

No começo da minha fala, disse que muitas vezes saio do Plenário sem receber uma palma de ninguém. Mas quando vou para minha casa, estou convicto de que falei somente o que sinto e sei que são verdades. Não falo nada para agradar. Em nenhum momento disse algo para merecer aplausos. Os servidores que estão aqui sabem do nosso empenho nessa categoria. Todos eles sabem do empenho deste Deputado, todos sabem. Mas não será com ataques, com despejo de ironias e de ataques pessoais que vamos ajudar Minas Gerais e os senhores. Temos que buscar o entendimento e, quando gente grande se reúne, respeitar o semelhante e as autoridades. Mas não é isso que estamos ouvindo nos microfones. Não vemos o respeito às autoridades. Eles vêm aqui comparar pessoas do governo com a época do Renascimento e da guerra. Isso são discursos vazios de quem aproveita a oportunidade de falar ao microfone para ganhar aplauso e se transformar em mariposa. Não sou mariposa, sou da verdade, mesmo que eu não receba aplausos. Obrigado a todos pelo carinho e atenção.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Gustavo Valadares, aproveito para apartear V. Exa. e, de início, agradeço ao nosso Governador Anastasia. Ontem o Cetec se reuniu, e o Conselho Curador aprovou o termo de cessão de um terreno, Sr. Presidente, de 15ha para Diamantina. Nesse terreno será instalada a Estação Conhecimento, uma PPP entre o governo do Estado e a Fundação Vale. O investimento, Deputado Gustavo Valadares, é de R\$14.000.000,00 e promoverá o desenvolvimento das crianças e do esporte em 26 Municípios do Alto Jequitinhonha. Então, temos o que comemorar.

Ao mesmo tempo, quero registrar o meu pesar pelo falecimento de Iraval Pires, ex-Vereador, ex-Vice-Prefeito e ex-Prefeito de Diamantina, grande amigo nosso e mentor espiritual. Portanto, deixo um abraço à família enlutada, na pessoa de seus quatro filhos, quatro netos e de sua ex-companheira, Antonieta Pereira, com quem falei hoje pelo telefone.

Quero também registrar uma alegria. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri conquistou a 9ª posição no Enade. Então, hoje temos motivos de tristeza, com a morte de Iraval Pires, e de alegria, porque o Governador Anastasia está fomentando o desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri intensamente. A prova disso foi o termo de cessão agilizado ontem com grande rapidez para promover o desenvolvimento daquela região. Um grande abraço.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, muito obrigado. Mais uma vez, coloco-me à disposição para continuar este debate. Não vão se esquecer, hein? Por favor, o desafio está de pé. Hoje à noite, vamos ver, no intervalo do “Jornal Nacional”, quem investe mais em propaganda, se o governo federal ou o governo de Minas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. Quero cumprimentar os servidores públicos estaduais, que se fazem presentes em nossas galerias, e todos os mineiros que nos acompanham por diversas cidades de Minas, por meio da TV Assembleia. Venho hoje à tribuna, Srs. Deputados, para fazer um comentário sobre as manchetes dos jornais mineiros de hoje, que

retratam a reunião dos caciques do PSDB, que se reuniram no Rio de Janeiro para debater sobre as bases do seu programa de governo para 2014.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Onde aconteceu a reunião?

O Deputado Paulo Guedes – No Rio de Janeiro. E aproveitaram para lançar uma ofensiva contra a Presidente Dilma Rousseff e contra o PT. Eles agora querem, de qualquer forma, Deputado Rogério Correia, desconstruir a imagem do nosso Partido. Mas o que me chamou mais a atenção foram as frases destacadas por eles, como a do Fernando Henrique: “O governo do Presidente Lula deformou o que foi feito antes”. Pergunto aqui para todo o mundo: o que foi antes, nos oito anos de Fernando Henrique? Não consigo me lembrar de nada relevante, importante para ser desfeito. Até porque principalmente nós, mineiros, não temos boas lembranças, pelo contrário. A começar pelo PSDB de Minas, quando o Governador era Eduardo Azeredo e depois, o Itamar Franco. Eles comeram o pão que o diabo amassou. Minas Gerais ficou oito anos sem verbas federais, sem recursos. Trataram este Estado a pão e água. Aí, Deputado Rogério Correia, o Fernando Henrique vem com esta frase emblemática de que o Presidente Lula deformou o que foi feito antes. Muito pelo contrário, o Presidente Lula fez o que eles não fizeram nos oito anos que o antecederam. Eles não cuidaram do social, não se preocuparam com o Brasil, não geraram emprego.

Há uma frase aqui, também, dos ex-Ministros da Fazenda e dos Presidentes do Banco Central da época do Fernando Henrique. Eles afirmam categoricamente que os juros poderiam ser menores. Deputado Elismar Prado, nos oito anos de FHC, a taxa Selic chegou a 40% ao ano, e a média foi de 25% ao ano. Hoje a taxa está em 11% e cairá gradativamente, porque é uma meta da nossa Presidente Dilma diminuir os juros no País. Sem falar do PIB, que crescia menos de 1% no governo deles e hoje cresce à taxa de 5,5%. Basta lembrar também a geração de empregos. Eles terminaram os oito anos sem gerar um mísero emprego no Brasil. Hoje estamos comemorando, depois de 8 anos de Lula e 10 meses da Presidente Dilma, a geração de 18 milhões de empregos com carteira assinada. É por isso que, às vezes, a propaganda do governo federal incomoda. Temos o que falar, Deputado Rogério Correia, e a propaganda de Minas, do PSDB não tem o que falar.

É difícil. Tenho aqui em mãos o relatório do que o Aécio gastou nos oito anos de governo só com publicidade: R\$1.278.000.000,00, atualizados. Realmente, falta dinheiro para outras coisas. Ele gastou muito com publicidade.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento. De fato, nos oito anos do governo do Presidente Lula houve um saldo gigantesco de qualidade de vida, e milhões de pessoas saíram da linha da pobreza. O País realmente, no governo Lula e agora, com a Presidenta Dilma, faz política de Estado. Percebemos isso pelos programas e pelas políticas sociais do governo federal, como o Minha Casa, Minha Vida - agora a meta é de 2 milhões de moradias populares - e o Universidade para Todos - ProUni -, em que milhares de jovens gratuitamente têm acesso a universidades - o filho do pedreiro agora pode ser doutor. Até formamos a primeira turma de médicos, e muitos deles são pessoas de origem humilde que tiveram oportunidade de estudar por meio do ProUni. Minas Gerais está sendo muito beneficiada com escolas técnicas em todas as regiões. Na região do Triângulo, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas receberam extensão da universidade federal. Está em discussão agora a cidade de Araguari. Da mesma forma, foram beneficiadas várias outras regiões no Estado.

Só para dar um exemplo de Minas Gerais, V. Exa. falou muito da questão da dívida. Hoje, na verdade, a dívida do Estado ultrapassa R\$67.000.000.000,00, e o governo continua com essa farsa do choque de gestão, que foi uma jogada eleitoral para dizer que o Estado é moderno, ágil e transparente. Percebemos que, na realidade, tudo isso é uma mentira.

O governo não cumpre sua palavra com os servidores da educação, há uma negociação que não foi cumprida. Acompanharemos esse assunto, pois os professores de Minas Gerais recebem o pior salário do Brasil. Na área da cultura, que é nossa área - presido hoje a Comissão de Cultura -, nem um centavo do Fundo Estadual de Cultura foi liberado. Isso mostra que o Estado está quebrado, que o governo anterior deixou uma grande dívida.

Precisamos fazer política de Estado realmente. O governo gasta com publicidade e propaganda mais de 1.000% além do permitido, e muitas vezes trata-se de propaganda enganosa. Só para terminar, darei o exemplo da Cemig, que divulga que tem “a melhor energia do Brasil”; entretanto ocorreu constantes apagões. O governo do Estado cobra a maior carga tributária do Brasil. O consumidor residencial paga mais de 40% de impostos sobre energia elétrica, que não tem qualidade nenhuma. Então, percebemos que o choque de gestão é uma falácia.

Gostaria de solicitar a retirada do pedido de urgência para o projeto que trata da educação, porque ele não atende os servidores da educação. Isso nos permitirá votar o Projeto nº 2.125/2011, que visa a recuperar a defasagem salarial dos servidores do Judiciário, que estão aqui, legitimamente, ocupando o espaço democrático desta Casa. Eles necessitam de que esse projeto seja votado, para poderem ter um mínimo de dignidade. Parabéns, Deputado! Estamos atentos ao problema da educação e dos servidores do Judiciário.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Elismar Prado. Antes de continuar, gostaria de conceder um aparte ao Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)* - Deputado Paulo Guedes, quero parabenizá-lo. Acho que ficou claro para os servidores do Judiciário que aqui se encontram que, infelizmente, não votaremos, mais uma vez, o projeto de reajuste deles, por obra e graça do governo do Estado. Um projeto em regime de urgência, trancando a pauta, não nos permite votar o projeto dos servidores do Judiciário. Exatamente, por esse artifício, fica, mais uma vez, prejudicada a aprovação da data-base. Reitero que o PMDB e nós, da Oposição, ou seja, os parlamentares do PT e do PCdoB, estaremos a postos para votar o projeto da data-base, assim que for retirado o pedido de regime de urgência. Esse projeto não foi votado, assim como não foi votado o projeto dos servidores desta Casa, porque há uma solicitação explícita do governo do Estado para não se votar nada que signifique, para ele, gasto supérfluo. Para nós, isso é investimento no serviço público! Há um nítido comprometimento com o governo para não se votar nenhum projeto que signifique aumento, reajuste e data-base, incluindo-se o reajuste dos salários dos servidores desta Casa. Fica-se especulando, procurando saber por que o projeto do Legislativo não vai a Plenário. Ora, é por um único motivo, ou seja, porque o governo não quer. O governo está, de fato, falido, como ele próprio diz.



Queria apoiar, Deputado Paulo Guedes, o manifesto que me foi entregue pelo Sinjus, cujos representantes estranham essa demora. Dou razão ao Sinjus, quando apresenta algo estranho: a concessão de vale-refeição aos magistrados, que gera uma despesa, a ser coberta com uma verba já garantida; no entanto, não há recursos para cobrir a data-base dos servidores. Isso me parece, no mínimo, estranho.

Por fim, gostaria de ressaltar que ontem foram realizadas, na Assembleia Legislativa, duas reuniões em que se demonstrou bem como o governo do Estado está perdido em suas duas premissas. De manhã, discutiu-se a dívida do Estado, que é de R\$67.000.000.000,00, mas deveria ter sido discutido o “déficit zero”. De manhã, estava em pauta o “déficit zero”, mas ficamos surpresos quando nos foram apresentados os R\$67.000.000.000,00 da dívida. O governo está querendo renegociar essa dívida e se declara falido. À tarde, fomos discutir com os professores, na comissão de negociação, mas ficamos sabendo que não há recursos e que o choque de gestão será mantido; ou seja, é o símbolo do arrocho salarial em cima do servidor público. De manhã, aparece a mentira do “déficit zero” e à tarde, o choque de gestão, responsável por essa mentira. Se o servidor recebe tão mal, como foram gastos os recursos que o governo conseguiu com o choque de gestão? Isso fica muito claro, e o Deputado Paulo Guedes tem razão. O valor de R\$1.278.000.000,00 foi gasto com publicidade nos oito anos de Governo Aécio Neves. Isso é muito, é uma daquelas “brasilinhas” que ele construiu - e foi outro dinheiro jogado fora - na tal Cidade Administrativa.

Deputado Paulo Guedes, para finalizar, não é à toa, que ontem, no Congresso em Foco foram entregues prêmios aos Senadores. Foram premiados ontem Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Pedro Simon, Randolfe Rodrigues, Demóstenes Torres, Ana Amélia, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e Jarbas Vasconcelos, dos diversos partidos: PDT, PT, PMDB, DEM, PP, PSB. Claro, não estava lá o mais sumido, Senador Aécio Neves, que parece que não faz falta nenhuma no Congresso Nacional. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes – Obrigado, Deputado Rogério Correia. Gostaria de apresentar mais um detalhe da fala de ontem do Aécio: “O malfeito, para este, só é malfeito quando vira escândalo, antes disso é bem-feito”. Ou seja, o PSDB, o Fernando Henrique, o Sérgio Guerra, a cúpula tucana usam os meios de comunicação aliados a eles para tentar colocar uma pecha no nosso partido, para falar que nosso partido criou o mecanismo do empreguismo, do apadrinhamento, o que não é verdade. Para terem ideia, em Minas Gerais existem 42 cargos federais de livre nomeação, DAS, e a Presidente Dilma nomeou, se não me engano, quatro ou cinco até agora. Ao contrário, só na lei delegada do Aécio foram criados 4 mil cargos de livre nomeação, sem lembrar os apadrinhados pelo País afora que perderam a eleição e estão no conselho da Cemig. São vários, ex-Prefeitos de Capitais, ex-Senadores. Há muito dinheiro para outras coisas.

Srs. Deputados, quero fazer este contraponto e afirmar que as declarações dos líderes tucanos nessa cúpula do Rio de Janeiro é, sem dúvida, um ato de desespero de um partido que perdeu o rumo, perdeu o discurso, perdeu o foco. Tiveram oportunidade de fazer as transformações, ficaram no governo oito anos, quebraram o País, venderam as nossas empresas, e hoje não admitem que nosso partido, o nosso governo, o ex-Presidente Lula, um líder operário, tenha conseguido, com políticas simples, acordar este gigante que é o Brasil, fazendo um investimento pesado na área social, com programas importantes como o Bolsa Família e o ProUni. Hoje há uma manchete positiva nos jornais, até que enfim. Mais do que dobramos o número de vagas nas universidades, são quase 7 milhões de brasileiros nas universidades - na época do PSDB eram pouco mais de 2 milhões. A evolução na educação, na escola técnica, nos programas sociais, no Pronaf, no programa Luz para Todos, todos são exemplos claros, e agora os programas Minha Casa, Minha Vida e Minha Casa, Minha Vida Rural, que estão transformando a vida das pessoas.

Acordamos o Brasil, demos oportunidade a quem nunca teve de poder sonhar, de poder comprar, de poder consumir. Hoje a classe média, que era composta de pouco mais de 10 milhões de brasileiros, encontra-se com mais de 40 milhões de brasileiros. É esse o milagre de fazer dividir o pão, de fazer multiplicar os recursos. Lula e o PT fizeram um bem ao Brasil, e tenho certeza que não é preciso mais tocar nesse assunto, porque o próprio povo brasileiro já reconheceu isso na eleição da Presidente Dilma e vai reconhecer em outras eleições, porque sabe que o PT é importante para a democracia e para as conquistas sociais. Quando querem desconstruir o PT, querem é desconstruir o Estado, voltar ao governo para acabar de vender as nossas empresas públicas e voltar ao Brasil que era antes, Brasil de poucos. Graças a Deus chegamos ao fim dessa política errada, atrasada em que pensavam o DEM, o PFL, o resquício da ditadura e o PSDB. Graças a Deus estamos em outro país, um País que é respeitado hoje no mundo inteiro, referência mundial. O Brasil está no G-20, está liderando, e, nos próximos cinco anos, seremos a quinta maior economia do mundo. É esse o Brasil que dá certo, que o PSDB, a cúpula tucana e o DEM não aceitam, preferem voltar ao Brasil de antigamente. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* – Exmo. Sr. Presidente, Deputado Inácio Franco, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, de forma especial, servidores do Tribunal de Justiça que ocupam as galerias e servidores da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Antes de abordar propriamente o mérito do Projeto de Lei nº 2.355/2011, que dispõe sobre o aperfeiçoamento da política remuneratória, do subsídio dos professores da rede estadual de ensino, quero registrar que há impropriedade ao colocar o referido projeto em fase de discussão. Nesse momento, isso configura um rompimento do acordo firmado por ocasião do fim da greve dos professores. O que ficou acertado naquele momento? Que a tramitação da matéria ficaria suspensa até a comissão constituída pelos Deputados e pelo Sind-UTE, juntamente com o governo do Estado, apresentar uma emenda coroadando o entendimento de que o piso nacional dos professores seria contemplado.

Então o acordo pôs fim à greve de 114 dias dos professores da rede estadual de ensino. A greve só terminou porque ficou acertado que o Estado respeitaria a decisão do STF que diz que o piso nacional dos professores é vencimento básico e não os benefícios agregados à carreira. Além disso, que ele estudaria uma proposta onde se aplicaria o piso nacional dos professores no vencimento básico - aliás, aplicando ali tanto na progressão horizontal, nas letras - observados os 3% a cada letra de progressão - e nos níveis - observado o nível médio até o superior e observada a progressão dos 22%. Obviamente que os professores também já sinalizavam que aceitariam o piso proporcional, que, à época, corresponderia ao vencimento básico de R\$712,00, observada a correção que o piso nacional sofrerá a cada mês de fevereiro.



Portanto o governo rompeu esse acordo. Até o presente momento, no projeto que se encontra em minhas mãos, não chegou a emenda que contempla as questões desse acordo celebrado e prevê a aplicação do piso nacional na carreira dos professores. A comissão de negociação tinha como propósito, objetivo e meta estabelecer os prazos para o pagamento dessa nova remuneração dentro da carreira. Então, se hoje já estamos aqui discutindo o conteúdo do projeto sem a emenda e o acordo celebrado, pressupõe-se que houve esse descumprimento do acordo.

E o que é mais grave, Sr. Presidente, o Projeto nº 2.355/2011 está em tramitação em regime de urgência. Ao estabelecer o regime de urgência, estabelece-se um mecanismo regimental que impede a tramitação de outros projetos que também são importantes de serem votados na Casa, como, por exemplo, o projeto de reajuste salarial dos servidores do Tribunal de Justiça - aliás, esse é mais um ponto. No nosso modo de entender, houve um descumprimento, pois, na semana passada, votamos uma complementação orçamentária para o Tribunal de Justiça visando justamente fazer a recomposição salarial dos servidores do Tribunal de Justiça. Ao pôr o Projeto nº 2.355/2011 no regime de urgência, a Casa fica impedida, ou seja, nós, Deputados, impedidos de justamente votar o reajuste salarial dos servidores do Tribunal de Justiça e, da mesma forma, dos nossos servidores da Assembleia Legislativa.

Com muita preocupação, vemos esse posicionamento, que, no nosso entender, é de descumprimento de acordo. Isso não é bom. Por quê? Porque, na quinta-feira, os professores corretamente já estão convocando uma assembleia geral. Acabamos de pôr fim numa greve, e os professores, confiantes no cumprimento do acordo, estabeleceram esse voto de confiança, Deputado Paulo Lamac, na Assembleia e no governo. Se o acordo não for cumprido, o que ocorrerá? Correremos o risco de os professores, por descumprimento unilateral de acordo por parte do governo, retomarem a greve em pleno mês de novembro.

Com isso os nossos filhos, os nossos pais ficarão preocupados, porque o ano letivo pode não acabar. E aí voltamos à velha questão: os professores estão corretos. É importante que as pessoas que nos acompanham compreendam isso. Os professores têm um plano de carreira previsto em lei, um plano de carreira legítimo, que ficou praticamente congelado durante oito anos, sem nenhum reajuste real, sem nenhum ganho real. E saibam ainda que os professores conseguiram, por meio de lei federal, o estabelecimento do piso nacional dos professores.

Então se estabeleceu o piso nacional dos professores do ensino médio da rede estadual. Num primeiro momento, diziam que o piso não poderia valer, porque era inconstitucional. O Supremo, então, por unanimidade, reconheceu como legítima - e fique atento você, pai de família que tem filhos na escola e que muitas vezes, de forma injusta, ou talvez por não compreender todo o contexto, fica com receio de os professores estarem em greve - uma lei federal que garantiu aos professores um piso nacional. Ela foi confirmada pelo STF: o piso tem de ser pago. Para que se respeitassem o vencimento básico e a carreira, os professores fizeram uma greve de 112 dias. Depois, firmaram um acordo, que envolvia a Assembleia, envolvia o governo do Estado, enfim envolvia todo o mundo, e puseram fim à greve. Mas, um mês depois, o governo não consegue cumprir o acordo. Se os professores voltarem a fazer greve, a culpa não poderá lhes ser atribuída, de forma nenhuma. Eles estarão agindo estritamente na defesa de um direito sagrado: o direito a uma remuneração digna, prevista em lei e reconhecida pelo STF.

Se o Projeto de Lei nº 2.355/2011 tivesse sido apreciado antes do julgamento do STF, eu diria até que caberia discussão quanto ao subsídio ser aceitável ou não. Mas, depois que o STF decidiu, o subsídio é inconstitucional. Por quê? O que é o subsídio? O subsídio inclui todas as remunerações dos servidores, as gratificações por tempo de serviço, por escolaridade, enfim, por tudo o que o professor tenha obtido na sua carreira durante 20 anos, 25 anos: curso de magistério, curso superior, mestrado, doutorado, pós-doutorado, qualquer qualificação. E tudo isso foi aglutinado numa só parcela, fixa, para afirmar "que Minas estava pagando o piso"; porém o STF diz que não é assim, que não é possível, que é inconstitucional. E agora o Projeto de Lei nº 2.355/2011 está nesta Casa novamente, mas com um nome bonito: Aperfeiçoamento da Política Remuneratória do Subsídio; subsídio esse que os professores de Minas não aceitam. Eles já disseram, por ampla maioria, que não aceitam subsídio, porque ele viola a carreira, viola o direito adquirido na carreira dos professores da rede estadual de ensino.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte) - Muito obrigado, Deputado Carlin Moura. Eu, como membro da comissão encarregada de negociar com o Sindicato e com os demais partidos da Casa, quero dar a V. Exa. duas notícias importantes: a primeira delas é que, ao finalizarmos a reunião de ontem, ficou acordado que o projeto transitaria por quatro reuniões. Na quinta e última reunião - que seria necessária -, se não houvesse os encaminhamentos necessários, se não houvesse acordo com o Sind-UTE, o projeto seria retirado da pauta e não voltaria a Plenário enquanto perdurasse dúvidas. Isso foi incluído em ata.

A segunda notícia é que o Deputado Antônio Júlio propôs na reunião de ontem - ainda não foi divulgado, e informo em primeiríssima mão, a V. Exa. - buscar uma fórmula de remuneração única, não permitindo que se pague em duas modalidades aos servidores da educação. A proposta do Deputado Antônio Júlio é buscar todas as vantagens que o servidor tem e incluí-las nesse modelo remuneratório. O subsídio, por sua vez, dá ao servidor algumas vantagens e estabelece maior visibilidade à sua remuneração. Por exemplo: uma professora que, por motivo de doença, deixa de lecionar, no período em que ela está em casa ou hospitalizada, não tem direito ao pó de giz. O pó de giz, segundo a lei que o criou, a qual não é deste governo, só é pago quando o servidor está em efetivo exercício, na função de docente. Então, o que o subsídio propõe? Ele reúne tudo em uma fórmula de remuneração.

O que está proposto não atende por completo ao Sindicato, porque os professores que têm mais tempo de carreira, acima de 15 anos, receberiam essas vantagens de todos os anos - quinquênios e outras - até 2015 parceladas, desde que o governo tenha capacidade financeira, de acordo com o que permite a Lei de Responsabilidade Fiscal, para não gastar acima de 50% do Orçamento com o pagamento aos funcionários públicos. O Estado pagaria esses benefícios ao longo desses quatro anos, assim como foi feito também com a PMMG, que já tem, até 2015, a cronologia de aumento dos seus salários.

Apresento a V. Exa. essa posição. Na reunião de ontem avançamos muito. E, repito, os avanços não estão sendo publicados, porque acho que não se deve publicar nada enquanto não houver decisão final, pois ainda se trata de negociações. Mas ontem o Sindicato pediu, e o governo está estudando a possibilidade - e na próxima quarta-feira dará uma resposta -, de que tivéssemos o início da remuneração não com o valor de R\$712,00, que seria o valor mínimo em relação ao valor do piso nacional. Esse mínimo já estaria na casa de R\$815,00, e a partir daí seriam somadas as vantagens.



Há uma confusão envolvendo o termo “remuneração”. Dizem que professor de Minas Gerais ganha “x”, ganha “x” de piso. A esse valor são somadas as vantagens que todos os servidores da educação têm e que outros servidores do Estado não têm - pó de giz, quinquênio, biênio. Essas vantagens perfazem o total. Antes de o piso ser votado, ninguém ganhava menos de R\$935,00 aproximadamente, para um cargo cheio, com uma carga horária de 24 horas. É bom que se diga que esse valor é para 24 horas, e o piso seria de R\$1.187,00, parece-me, para 40 horas.

Deputado Carlin Moura, V. Exa. tem demonstrado, ao longo de seu mandato nesta Casa, ser atuante e preocupado, principalmente com os funcionários públicos e com a presença do Estado nos momentos mais difíceis, em que haja necessidade de ele intervir diretamente. Durante o mandato passado, fui companheiro de V. Exa. na Comissão de Participação Popular e pude notar a efetiva contribuição de V. Exa. quando discutimos orçamento participativo. Sei da sua preocupação e a louvo. V. Exa. está certo, pois está perfeitamente sintonizado com os clamores de Minas Gerais. Se eu não fizesse a V. Exa. essas observações que fiz sobre o que está ocorrendo na comissão, estaria omitindo informações. Estava previamente inscrito para discutir o Projeto de Lei nº 2.355/2011, porque tenho essas informações, mas me senti muito à vontade para fazer este aparte, que lhe agradeço.

Quero dizer que, na minha visão, o projeto tranca hoje a pauta, mas, depois de quatro reuniões, já não a trancará, porque houve um acordo entre as Lideranças.

De qualquer forma, ainda hoje vou levar essa questão ao conhecimento do Secretário de governo para conversarmos sobre a necessidade de repactuarmos e de dispensarmos a urgência. Vou levar ao governo essa posição e, se isso for necessário, tomaremos o caminho que melhor convier aos andamentos dos trabalhos desta Casa.

Mas que seja dito a V. Exa., a todos os que participaram desta reunião e aos que nos acompanham pela TV Assembleia: não está havendo quebra de acordo. O acordo formalizado ontem, na presença da Bia, do Sind-UTE, foi que ele tramitaria em quatro reuniões; na quinta e última, aí, sim, seria retirado da pauta, se não houvesse os entendimentos necessários para sua votação nesta Casa. Trago essas informações, agradecendo a V. Exa. pelo espaço. Espero contribuir efetivamente em todos os debates, trazendo sempre a nossa opinião sincera. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* – Sou eu quem agradece ao Deputado Duarte Bechir as informações bastante esclarecedoras e pertinentes. Mas gostaria de fazer uma reflexão. Nessas horas, a prudência é não só muito necessária, mas também exigida. Obviamente, compreendo que a comissão de negociação dos Deputados tem autonomia até para estabelecer um calendário, mas quero relembrar que o estabelecido com a categoria, com os professores, foi que o projeto seria suspenso até ser formalizada nova proposta de aplicação do piso na carreira. Assim, no meu entendimento, salvo melhor juízo e com o maior respeito do mundo, não foi prudente que o projeto retornasse à Casa em regime de urgência. Isso cria instabilidade, cria um clima de inconstância e, para ser mais direto e popular, um clima de desconfiança. A negociação se faz com base na confiança. A confiança é tudo em um processo de negociação.

Agora ficamos em uma situação, no mínimo, complexa e delicada, já que está marcada para a próxima quinta-feira uma assembleia dos professores, que ficam com a pulga atrás da orelha, e ao mesmo tempo os servidores do Judiciário e da Assembleia Legislativa também ficam pensando no imbróglio que arrumamos para eles. Fato é que estamos impedidos de votar o reajuste dos servidores do Judiciário – que foi acordado, porque fizemos a complementação orçamentária do Tribunal de Justiça – e do Legislativo. Ou seja, acho que isso foi pouco prudente e merece uma reflexão maior.

Com prazer, concedo aparte ao Deputado Paulo Lamac.

O Deputado Paulo Lamac (em aparte) – Obrigado, Deputado Carlin Moura. Gostaria de fazer coro ao estranhamento de V. Exa. Também fiquei satisfeito com as justificativas apresentadas pelo Deputado Duarte Bechir, mas compartilho da opinião de V. Exa. de que devemos ter muita cautela com os acordos firmados, especialmente com aqueles firmados publicamente e com o envolvimento de um grande número de pessoas. De fato, a impressão que nos dá – o que causa uma insegurança muito grande – é que o processo está em andamento. Aliás, a comunicação que os professores fizeram conosco foi para dizer que “o gato subiu no telhado, ligaram o trator, ligaram o Massey Ferguson”. Ou seja, essa atitude realmente causa uma insegurança muito grande, e não podemos concordar e compactuar com isso.

Concordo com V. Exa.: a cautela neste momento, quando as negociações estão em andamento, é muito importante. De fato, foi acordado que o projeto só voltaria a tramitar quando fosse apresentada à Casa uma nova proposta, o que não aconteceu.

Então concordo plenamente com as ponderações que V. Exa. traz a Plenário. Entendo que, conforme foi apresentado pelo Deputado Duarte Bechir, seria prudente e de bom tom que o governo acolhesse a sugestão de V. Exa. de retirar a urgência do projeto. Isso viabilizaria a tramitação de outros projetos importantes na Casa e, acredito, amenizaria esse clima de insegurança e dúvida. Tenho certeza de que não foi intenção de nenhum dos membros da comissão causar isso, mas, realmente, de ontem para hoje foi provocado esse clima em nossos professores, essa categoria tão sofrida e que já foi obrigada a passar por um período longo, inédito, de luta por um direito consolidado e consagrado por lei. Na verdade, não podemos concordar com que uma categoria tenha de lutar intensamente, como os professores tiveram de fazer neste semestre deste ano, por algo que já está consagrado em lei.

Vemos que, depois de toda essa batalha para que o governo reconhecesse uma lei federal, ainda existem essas idas e vindas. No entanto, acredito que nossos professores e nossa educação mereçam tratamento diferente desse.

Gostaria de agradecer a V. Exa., Deputado Carlin Moura, por trazer essa discussão tão importante. As considerações apresentadas pelo Deputado Duarte Bechir também acrescentam e enriquecem bastante a discussão.

O Deputado Carlin Moura* – Muito obrigado, Deputado Paulo Lamac.

* - Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/11/2011, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

exonerando, a partir de 16/11/2011, Eunice de Fátima de Carvalho do cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
exonerando, a partir de 16/11/2011, Rosa Maria de Souza Baptista do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Christian Norberto Lage de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Eunice de Fátima de Carvalho para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
nomeando Rosa Maria de Souza Baptista para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a partir de 16/11/2011, Moária Oliveira Caetano do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no CCM;

nomeando Cláudia Campolina Moraes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no CCM.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Fábio Cherem, matrícula 18.854-9, no dia 3 de novembro de 2011.

Mesa da Assembleia, 9 de novembro de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Osmio Confecções Ltda. Objeto: compra de vestuário para apresentadores e repórteres da TV Assembleia. Objeto do aditamento: alteração do nome empresarial e do endereço. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Recall do Brasil Ltda. Objeto: prestação de serviços de arquivamento, guarda e desarquivamento de até 579 contêineres com capacidade para 3 caixas "box" cada, com dimensões aproximadas de 14x25x37cm, pesando as três, no máximo, 20kg, contendo documentos da contratante. Objeto do aditamento: prorrogação do contrato, por período de 12 meses, com supressão parcial do objeto e reajuste de preço. Vigência: 20-10-2011 a 19-10-2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Município de Divisa Nova. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis, 3 microcomputadores e 3 impressoras a laser. Vigência: a partir da data da assinatura, inclusive. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatário: Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Oliveira. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: 30 dias, a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Método Telecomunicações e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento, instalação e configuração de 2 terminais de telefonia AC-Win IP, incluindo todo o "hardware" necessário e as respectivas licenças. Vigência: 12 meses a partir da data de entrega. Licitação: adesão à Ata de Registro de Preços nº 015/ADSE-2/SRSE/2010 da Infraero. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-4.4.90 -10.1.



ERRATA

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA
E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 16/11/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 11/11/2011, na pág. 49, col. 3, no título, onde se lê:

“23ª REUNIÃO”, leia-se:

“22ª REUNIÃO”.